

Alexandre Rodrigues Tavares

2º Ciclo de Estudo em História da Arte Portuguesa

Arquitetura Contemporânea em Viana do Castelo
Projetos de Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura
na frente ribeirinha
2014

Orientador: Prof^a. Doutora Maria Leonor Barbosa Soares
Coorientador: Mestre Celso Francisco dos Santos

Classificação: Ciclo de estudos:

Dissertação/relatório/Projeto/IPP:

Versão definitiva

Agradecimentos

Aos meus Orientadores, que sempre me apoiaram na realização desta dissertação, sempre disponíveis e pelos quais nutro uma imensa admiração e gratidão.

À Ana, que perdeu sábados para me ajudar e me apoiou durante todo este processo, mostrando sempre que é uma pessoa extremamente generosa.

À Cátia, sempre incansável na hora de prestar o seu apoio e pela troca de ideias e amizade que vai muito além do mundo académico.

A todos os funcionários do Arquivo Municipal que se propuseram a apoiar-me no meu trabalho e aos quais estou extremamente grato.

À Paula e a Tatiana, verdadeira família.

Aos meus pais, que estiveram comigo nas boas e más horas, cheios de paciência e afecto, amizade e cumplicidade.

Lista de Abreviaturas

A.M.V.C. – Arquivo Municipal de Viana do Castelo

A.T. – Alexandre Tavares

M.A.S.P. - Museu de Arte de São Paulo

Resumo

Este trabalho trata as arquiteturas de Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto de Moura na frente ribeirinha de Viana do Castelo.

A génese destas obras reside no Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade realizado por Fernando Távora na década de 90 do século XX, em Viana do Castelo. Nas plantas de projeto deste plano de pormenor são já visíveis na frente ribeirinha os volumes que iriam dar lugar à Praça da Liberdade, aos edifícios administrativos de Fernando Távora, a Biblioteca Municipal de Siza Vieira e o Centro Cultural de Souto Moura.

No início do século XX, a implantação do Programa Polis em Viana do Castelo traduz-se na qualificação da frente ribeirinha da cidade através de um Plano de Pormenor, aproveitando os estudos realizados anteriormente por Fernando Távora. Na sequência desse plano, a projeção e construção dos edifícios em estudo é articulada com o Programa Polis.

A Praça da Liberdade e edifícios administrativos de Fernando Távora, a Biblioteca Municipal de Siza Vieira e o Centro Cultural de Souto Moura, apesar de utilizarem uma linguagem arquitetónica contemporânea, utilizam soluções nas suas arquiteturas que as enquadram com a envolvente natural e construída de Viana do Castelo.

Área Disciplinar:

História da Arte/ História da Arquitetura/ História do Urbanismo

Palavras-Chave:

Arquitetura Contemporânea/ Urbanismo/ Viana do Castelo/ Fernando Távora/ Álvaro Siza Vieira/ Souto de Moura/ Praça da República

Abstract

This study case addresses the architectures of Fernando Távora, Álvaro Siza Vieira e Eduardo Souto Moura on the Viana do Castelo riverfront. The root of these architectural works is the Detail Plan of the Western Area of the City, made by Fernando Távora in the nineties decade of the twentieth century, in Viana do Castelo. On the project plans of this Detail Plan, the bulks that would eventually give rise to the Liberty Square, to the administrative buildings of Fernando Távora, to the Municipal Library of Siza Vieira and to the Cultural Center of Souto Moura, are already noticeable on the riverfront. At the beginning of the twentieth century, the implementation of the Polis Program in Viana do Castelo leads to a qualification of the cities' riverfront through a Detail Plan, benefiting also from studies that were formerly held by Fernando Távora.

Following this plan, the projection and construction of the buildings that were being studied are combined with the Polis Program, even though they are not included in its intervention plan. Although the Liberty Square and the administrative buildings of Fernando Távora, the Municipal Library of Siza Vieira and Cultural Center of Souto Moura all use a contemporary architecture language, they employ solutions in their work so that their buildings can be easily framed within the natural and the built surroundings of the city of Viana do Castelo.

Subjects:

Art History / Architectural History / Urban History

Keywords:

Contemporary Architecture/ Urbanism/ Viana do Castelo/ Fernando Távora/ Álvaro Siza Vieira/ Souto de Moura/ Praça da República

Índice

- Introdução	11
- Considerações Prévias e Estado da Arte	16
-Capítulo I - Intervenções Urbanas em Viana do Castelo: momentos significativos	28
1. 1.Breves apontamentos sobre o desenvolvimento Urbano de Viana	28
1. 2. Contextualização para o estudo das arquiteturas em estudo	41
-Capítulo II – Génese dos projetos	65
2.1. Projetos de Fernando Távora: primeiras soluções	65
2.2. O Programa Polis	75
-Capítulo III – Praça da Liberdade - Apontamentos para um estudo analítico das Arquiteturas	84
3.1. Os Edifícios Administrativos	84
3.2. A Biblioteca Municipal	95
3.3. O Centro Cultural	108
-Conclusão	116
-Bibliografia	118
-Apêndice Documental e Iconográfico	
Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Sumário Maio de 1994	128
Maqueta Área Ocidental 1994	131
Maqueta Eixo Norte-Sul 1994	132
Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar Julho de 1995	133
Desenho 285. RP. 2. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental de Viana do Castelo. Relatório Preliminar – Proposta. Julho 1995	137
Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, Dezembro de 1996	138
Desenho 285. EU. 1. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta de Localização Novembro de 1996	146

Desenho 285. EU. 3. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Geral Novembro de 1996	147
Desenho 285. EU. 4. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Pormenor Novembro de 1996	148
Desenho 285. EU. 5. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Pormenor Novembro de 1996	149
Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio Janeiro 2000	150
Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa , Janeiro 2000	151
DES. 327. EP. 1 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Geral – Estado Actual Janeiro 2000	153
DES. 327. EP. 2 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Geral – Proposta Janeiro 2000	154
DES. 327. EP. 3 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso-1 – Proposta Janeiro 2000	155
DES. 327. EP. 4. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso 0 – Proposta Janeiro 2000	156
DES. 327. EP. 5. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso 1 – Proposta Janeiro 2000	157
DES. 327. EP. 6. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta de Cobertura– Proposta Janeiro 2000	158
DES. 327. EP. 7. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Cortes C1, C2, C3, C4 e C5 – Proposta Janeiro 2000	159
DES. 327. EP. 7. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Cortes C6, C7, C8, C9 e C10 – Proposta Janeiro 2000	160
Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001	161
Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003	164
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução: Planta Geral de Localização Maio 2003	170

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005	171
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005	172
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005	173
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 1. Desenho 3. Novembro de 2005	174
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Planta do Piso 1. Desenho 3. Novembro de 2005	175
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005	176
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005	177
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005	178
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005	179
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005	180
Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005	181
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Memória Descritiva 8 de Novembro de 2001	182
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Elementos Entregues 9 de Novembro de 2001	184
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Cortes Gerais Desenho CG 8 de Novembro de 2001	185
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso Térreo Desenho 1 8 de Novembro de 2001	186
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso 1 Desenho 2 8 de Novembro de 2001	187
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Térreo (substitui a planta 1) Desenho 1A Janeiro de 2002	188

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso 1 (substitui a planta 2) Desenho 2A Janeiro de 2002	189
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: Metragem das Estantes/Lugares sentados Março 2002	190
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Resposta ao Parecer do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Anexo 1 14 de Março de 2002	193
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Metragem das Estantes/Lugares Sentados: Anexo 2 14 de Março de 2002	196
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Ante-Projecto: Algumas Opções Tomadas 18 de Março de 2002	199
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Plano de Execução- Planta do Piso Térreo: Desenho 1B 14 de Março de 2002	200
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Plano de Execução- Planta do Piso 1: Desenho 2B 14 de Março de 2002	201
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002	202
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta de Localização e Piso Térreo Desenho 10 Setembro de 2002	204
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta de Implementação do Piso Térreo Desenho 11 Setembro de 2002	205
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso Térreo Desenho 12 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	206
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso 1 Desenho 13 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	207
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta Cobertura Desenho 14 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	208
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte A.A. Alçado Sul Desenho 15 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	209
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte B.B. Alçado Norte Desenho 16 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	210
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte C.C. Alçado Nascente Desenho 17 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	211
Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte E.E. Alçado Poente Desenho 18 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	212

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte D.D. e Corte F.F.	
Desenho 18 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003	213
Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004	214

Fernando Távora para Viana do Castelo nos anos noventa, seguindo-se o Programa Polis em Viana, tentando definir de que forma estes dois elementos foram influentes na concretização dos edifícios estudados. Consideramos igualmente importante conhecer o processo de desenvolvimento urbano de Viana do Castelo, desde a sua origem até aos dias de hoje, levantando algumas questões: De que forma cresceu Viana do Castelo? Em que moldes se processou esse crescimento? Como se organiza estruturalmente a malha urbana da cidade? De que forma se relacionam as intervenções de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura na frente ribeirinha com a envolvente da cidade? Estas foram algumas das perguntas que procuramos responder neste trabalho.

Considerámos pertinente introduzir, nesta dissertação, antes da apresentação do desenvolvimento do estudo principal, um conjunto de considerações sobre vários temas que se relacionam com os objetos de estudo desta Dissertação, analisando alguns autores que consideramos relevante incluir. Estes temas referidos são: a figura de monumento, a cidade histórica, o património cultural e urbano, políticas e intervenções urbanas. Consideramos que a análise destes temas resultaria num melhor entendimento dos temas referidos no corpo principal deste trabalho.

Sendo a cronologia do tema desta Dissertação relativamente recente, existe ainda um reduzido conjunto de obras e autores que abordam este mesmo tema. Esse fator traduziu-se na elaboração de um Estado da Arte menos extenso do que o desejado.

Metodologia

A investigação teve como ponto de partida o levantamento de várias fontes documentais relacionadas com o tema em análise. Esse processo envolveu a ida ao Arquivo Municipal de Viana do Castelo, onde, foi possível o acesso e a recolha das Memórias Descritivas, os projetos de execução de Plantas e alçados e outros documentos relacionados com os edifícios administrativos e a Praça da Liberdade de Fernando Távora e a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo de Siza Vieira. No caso do Centro Cultural de Souto Moura, visto a obra ainda estar a decorrer durante este processo de pesquisa, a visualização do dossier da obra só foi possível no gabinete de urbanismo da Câmara Municipal de Viana do Castelo e de forma limitada, sendo só possível aceder à Memória Descritiva do edifício.

Estes documentos continham a informação dos edifícios desde os primeiros anteprojetos e providenciaram uma fonte de referência para a comparação e análise da evolução cronológica de cada um dos projetos, das várias alterações que os edifícios sofreram durante todo o projeto e o próprio processo de maturação de cada projeto. As Memórias Descritivas afirmaram-se assim como importantes referências para o entendimento da obra e do seu programa, pois nelas estavam referidos os conceitos que os arquitetos defendiam nas suas obras. As imagens das plantas, alçados e cortes

providenciaram um suporte visual para o entendimento dos textos presentes na Memória Descritiva e foi através da sua análise que muitas vezes foi possível discernir alterações feitas nos projetos dos edifícios nas suas diferentes fases.

A consulta do Arquivo Municipal de Viana do Castelo também permitiu recolher informação sobre os Estudos Urbanísticos de Fernando Távora feitos na década de noventa, projetos precursores do tema em estudo: o Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Sumário, datado de Maio de 1994, o Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar, de Julho de 1995 e o Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, de Dezembro de 1996 e os respetivos projetos de plantas e alçados.

Através da análise desta documentação foi possível traçar uma linha evolutiva de cada uma das propostas feitas por Távora, as alterações entre cada um dos três documentos e a forma como este projeto se relacionou numa fase posterior com o Programa Polis, e, por fim, com o conjunto dos três edifícios estudados neste trabalho.

Para se obterem informações mais pormenorizadas sobre o programa Polis, recorreu-se à documentação disponibilizada pela sociedade Viana Polis - Soc. Desenvolvimento Programa Polis em Viana do Castelo, SA. O acesso a essa informação permitiu uma análise profunda do programa Polis, a definição dos seus objetivos e a sua área de acção. A análise documental acima referida, tornou-se também uma fonte de informação fundamental sobre os edifícios de Távora, Siza Vieira e Souto Moura na frente ribeirinha.

A pesquisa bibliográfica teve como ponto de partida o texto de José Figueira, *Um “Tríptico” para Viana*, que aborda os edifícios administrativos de Távora, a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo de Siza e o Centro Cultural de Souto de Moura. José Figueira analisa o percurso de cada um dos projetos, de forma individual, e como conjunto construído, descrevendo-os e traçando paralelos com edifícios e movimentos arquitetónicos, estabelecendo também uma ligação com os estudos urbanísticos de Távora dos anos noventa. O texto de José Figueira revelou-se uma fonte imprescindível de informação específica sobre o tema abordado e foi extensamente referida e citada ao longo do trabalho. De facto esta obra, assume-se como uma das poucas fontes bibliográficas em que se refere diretamente o tema desta Dissertação.

A procura de informações que suportassem a análise dos vários temas abordados neste trabalho levou-nos a recorrer fundamentalmente à bibliografia presente na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo e nas Bibliotecas das Faculdade de Letras e Arquitetura da Universidade do Porto. Da consulta desta bibliografia destacamos no campo da arquitetura as obras *A Modernidade Superada*, de Montaner e a *História da Arquitectura Contemporânea*, de Tietz, pelas informações nelas presentes sobre a arquitetura contemporânea e os vários movimentos e arquitetos de referência. Para a

análise de tipologias arquitetónicas específicas utilizou-se como fonte de informação o *Atlas de Arquitectura Contemporânea*, de Àlex Vidiella. Como guia para a análise da arquitetura nacional utilizou-se como referência as obras, *Arquitectura Portuguesa Contemporânea*, de Ana Tostões e *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*, de vários autores com coordenação de Fátima Fernandes e Michele Cannatà.

Na obtenção de informações específicas sobre a cidade de Viana do Castelo no campo do urbanismo e da arquitetura destacamos a obra *Viana Do Castelo* de João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes, e as dissertações de Mestrado de *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade - O processo urbanístico na segunda metade do século XX*, de Rogério Barreto e *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais - Análise do caso de Viana do Castelo*, de Paulo Afonso. Por fim, a leitura do *Alegoria do Património*, de Françoise Choay e *A Cidade e o Arquitecto*, de Leonardo Benevolo mostraram-se importantes na definição do património urbano e centro histórico.

A pesquisa online possibilitou, principalmente, o acesso a dissertações de mestrado pertinentes para o tema tratado, permitindo também recolher um extenso acervo de registos fotográficos de vários edifícios referenciados neste trabalho. Esta compilação iconográfica foi complementada por registos fotográficos, da nossa autoria, dos edifícios que constituem o tema deste trabalho e pelas fontes documentais dos projetos como anteriormente referido.

Recorremos a artigos em periódicos no seu formato físico e digital como fonte documental de notícias relacionadas com os edifícios em estudo. No entanto esse levantamento foi menos extenso do que o que desejávamos e seria pertinente no que se refere às notícias em periódicos e outros órgãos de comunicação social.

Estrutura do Trabalho

A estrutura da dissertação é organizada em três capítulos principais com subdivisões:

Capítulo I - Intervenções Urbanas em Viana do Castelo: momentos significativos;

Capítulo II – Génese dos projectos;

Capítulo III – Praça da Liberdade - Apontamentos para um estudo analítico das Arquitecturas;

O primeiro capítulo propõe-se referir e analisar no primeiro subcapítulo o desenvolvimento urbano de Viana do Castelo, desde a fundação da cidade até à atualidade, e é onde se procura também estabelecer uma relação das intervenções que constituem o tema desta dissertação com a cidade. O segundo subcapítulo analisa o contexto arquitetónico internacional e nacional que rodeia os edifícios em estudo, desde a influência de certos movimentos e arquitetos nestas obras à comparação com tipologias semelhantes, enquadrados numa cronologia temporal que começa

sensivelmente nos anos sessenta. Mais que a análise do percurso dos arquitetos Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura, o que iria alargar profundamente o foco do trabalho, procurou-se focar neste subcapítulo a contextualização arquitetónica dos edifícios que estes arquitetos projetaram em Viana do Castelo.

O segundo capítulo, também dividido em duas partes, analisa os processos urbanísticos precursores das edificações estudadas por ordem cronológica. O primeiro subcapítulo aborda os três estudos que Fernando Távora elabora nos anos noventa para a cidade de Viana do Castelo. Esta análise é maioritariamente feita a partir da leitura documental e registos de plantas e alçados produzidos por Távora na época. Procurou-se definir também a influência dos estudos de Fernando Távora nos edifícios abordados por esta dissertação. O segundo subcapítulo é uma análise do Programa Polis iniciado no início do século XXI, o seu âmbito nacional e a intervenção específica deste programa em Viana do Castelo, estabelecendo-se os objetivos e a política ambiental. Analisámos também a influência dos estudos urbanos de Távora no programa urbano levado a cabo pelo programa Polis para a frente ribeirinha de Viana do Castelo, bem como a análise e relação da génese do processo de construção dos edifícios em estudo com este programa.

O terceiro capítulo é dedicado aos edifícios que constituem o tema desta dissertação: A Praça da Liberdade e os edifícios administrativos de Fernando Távora, a Biblioteca Municipal de Siza Vieira e o Centro Cultural de Souto Moura. A análise de cada edifício é dividida em duas partes: num primeiro ponto faz-se a descrição da linguagem e forma de cada edifício, da organização espacial, da listagem de materiais e da forma como cada edifício se relaciona com a envolvente. São referidas também as opiniões de alguns autores sobre cada uma das obras: desde a análise dos edifícios e a sua inserção no espaço à forma como estes se relacionam com certos movimentos arquitetónicos, arquitetos e outros edifícios. A segunda parte aborda a cronologia da obra de cada edifício, desde os primeiros registos de esboços e estudos prévios, passando pelos projetos de execução finais até à sua construção, procurando identificar as diferentes fases de projeção de cada edifício e as alterações sofridas ao longo de todo o processo.

Dada a grande quantidade de registos documentais e iconográficos dos vários temas abordados na dissertação, decidiu-se colocar grande parte deste registo no Apêndice Documental, remetendo para este espaço, sempre que necessário, a informação que pela sua escala não podia estar presente no corpo de texto.

Considerações Prévias e Estado da Arte

Foi considerado que, antes da apresentação do desenvolvimento do estudo principal nesta Dissertação se deveria realçar, em primeiro lugar, um conjunto de considerações sobre os vários temas que se relacionam com os objetos de estudo da mesma, para que assim fosse possível atingir um melhor entendimento sobre esses temas que se encontram abordados no corpo principal deste trabalho. Os temas em questão são: a figura de monumento, a cidade histórica, o património cultural e urbano e por fim, as políticas e intervenções urbanas em Viana do Castelo. Para isso procedeu-se à análise de alguns autores considerados relevantes de inclusão neste estudo. Porém, essa análise revelou-se em alguns aspetos dificultosa devido, em grande parte, ao facto de a cronologia do tema desta Dissertação ser relativamente recente, existindo ainda um reduzido leque de obras e autores que abordem este tema. Tal situação teve como consequência direta a elaboração de um Estado de Arte menos extenso do que o pretendido.

Para entendermos como a noção de monumento e cidade histórica, e património cultural e urbano se tornaram referências para a sociedade ocidental, tendo em conta o modo como esta rege a sua própria noção de identidade, é preciso analisar a própria história e a evolução da palavra património, fornecendo assim um contexto ao tema aqui abordado. A noção de património manteve-se constante desde a antiguidade até ao início da época contemporânea, associada a um conjunto de bens materiais, pertença de uma pessoa jurídica, singular, coletiva ou institucional. Este conceito tinha uma grande carga jurídica e institucional, o que ainda hoje perdura, como refere Ferreira de Almeida¹. O mesmo autor refere também que o sentido atual da palavra ganha expressão a partir do advento da Revolução Francesa, onde a destruição iconoclasta dos símbolos do Antigo Regime leva a que parte da elite política francesa comece a utilizar o termo "património artístico e monumental da nação" de forma a tentar salvaguardar conjuntos artísticos construídos. O século XIX, romântico, histórico

¹ Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Património: Riegl e Hoje*. In Revista da Faculdade de Letras : História, II série, vol. 10 (1993), p. 407-416. Disponível em WWW. URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7866>, p. 409.

e nacionalista, enfatiza o "monumento histórico" e o "monumento nacional", tendência que leva ao acentuar da "nacionalização" dos mais singulares testemunhos monumentais, artísticos e culturais das nações na transição do século XIX para o século XX. Com o desenrolar do século XX, a destruição provocada pela Segunda Guerra Mundial e com a reconstrução de toda a Europa, surge o conceito "Património Europeu". Durante a segunda metade do século XX, as práticas patrimoniais foram promovidas sob a égide e com o apoio da Unesco, que a partir da conferência de Nairobi de 1976, já alargou o conceito de Património Mundial criando os de Património Natural e de Património Cultural².

Por Património entende-se, também, o património urbano e Choay desenvolve na obra *Alegoria do Património*, a História e origem do património urbano. Choay refere então que a noção de património urbano histórico, detentor de um projecto de conservação, pode ser atribuído à época de Haussmann e à sua renovação de Paris (1852 a 1870) embora a sua génese teórica advenha de Ruskin na Grã-Bretanha³.

F.Choay defende que vários fatores contribuíram para atrasar tanto a objetivação como a historização do espaço urbano:

*a sua escala e a sua complexidade, a longa duração da mentalidade que identificava a cidade com um nome, uma comunidade, uma genealogia e uma história, de qualquer forma pessoal, mas que não se interessava pelo seu espaço*⁴.

Como refere Choay, até ao século XIX, as monografias que tratam das cidades, revelam como estas se limitam a abordar o espaço através dos monumentos, símbolos cuja importância está diretamente relacionada com as "autorias" e o tempo. Mesmo os estudos históricos, até à segunda metade do século XX, incidem na cidade sobre o ponto de vista das suas instituições jurídicas, políticas e religiosas e das suas estruturas económicas e sociais. Mesmo após a Segunda Guerra Mundial e até aos anos oitenta do século XX, poucos são os historiadores e os historiadores de arte que trabalham o

² Cf. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Património: Riegl e Hoje*. In Revista da Faculdade de Letras : História, II série, vol. 10 (1993), p. 407-416. Disponível em WWW. URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7866>, p. 409.

³ Cf. CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2008, pp. 189-191.

⁴ *Ibidem*, p. 192.

espaço urbano⁵. Na atualidade, segundo Choay, o panorama mudou, e verifica-se um *florescimento de trabalhos sobre a forma das cidades pré-industriais e das aglomerações da era industrial*.⁶ Esta tendência foi lançada em grande parte pelos estudos urbanos, sendo-lhes atribuído um papel preponderante na historiografia do espaço urbano. A transição da cidade física para objeto de conhecimento deveu-se à rápida mutação do espaço urbano no seguimento da Revolução Industrial, do abalar dos meios tradicionais de uma forma traumática e brusca e da emergência de outras escalas viárias e parcelares. Este contraste entre o novo e o antigo leva ao surgimento da cidade antiga como objeto de investigação⁷.

No âmbito dos estudos em património urbano desenvolve-se a ideia do centro histórico. Para se falar da sua conservação é preciso primeiro entender as especificidades e realidades da cidade antiga e perceber o panorama europeu. Este tema é abordado por Leonardo Benevolo, na sua obra *A Cidade e o Arquitecto*, que inicia o seu capítulo da conservação da cidade antiga com uma descrição daquilo que se pode entender como o casco histórico:

*Na maior parte das cidades europeias conservam-se, no centro do aglomerado actual, alguns edifícios antigos que rodeiam algumas praças e ruas tradicionais. As outras ruas foram alargadas, rectificadas ou substituídas por ruas e bairros modernos; as igrejas, os palácios e as casas antigas estão misturadas com edifícios recentes e heterogéneos e sobrevivem num quadro completamente diferente do tradicional.*⁸

De facto, e se tivermos em conta as palavras de Benevolo, o lugar da cidade antiga com traços medievais, renascentistas ou barrocos já não existe, dando lugar a espaços urbanos contínuos e que se estendem do centro à periferia. Esta realidade limita-se a acentuar o contraste entre a cidade antiga desaparecida e a cidade moderna que agora ocupa o seu lugar. Benevolo vai mais longe ao descrever esta cidade recentemente construída e o seu modelo urbano formado em meados do século XIX, e que Benevolo designa cidade pós-liberal⁹. Na opinião deste autor, esse modelo é incompatível com o organismo da cidade precedente e leva irremediavelmente à sua

⁵ Cf. *Ibidem*, p. 192.

⁶ *Ibidem*, p. 192.

⁷ Cf. CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2008, p. 193.

⁸ BENEVOLO, Leonardo – *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 73.

⁹ Cf. *Ibidem*, p. 74.

destruição, assimilando as ruas antigas à noção moderna e interpretando os edifícios antigos como unidades imobiliárias independentes e intercambiáveis. Simultaneamente, procura na cidade antiga o seu prestígio formal, nostalgia que não permite a sua destruição total: seleciona alguns edifícios mais ilustres. Nessas circunstâncias, os monumentos característicos coexistem com as estruturas e com os equipamentos da cidade contemporânea. Benevolo também considera que ao se conservar estes artefactos isolados, levantamos um problema específico, cultural ou estético, pois é necessário conciliar o interesse pela preservação do património com os interesses económicos e produtivos, situação que nem sempre se realiza¹⁰.

Segundo este autor não podemos olhar para a cidade antiga como um simples ornamento mas sim como um exemplo de um ambiente heterogéneo, antigo na origem e, ao mesmo tempo, moderno no seu desenvolvimento¹¹. Leonardo Benevolo utiliza o exemplo da cidade antiga como uma alternativa viável à cidade pós liberal, e enquadra o esforço de conservar os centros históricos numa política global do que ele entende como a cidade moderna, onde políticas de urbanismo e de arquitetura, regidas diretamente pela administração pública, podem criar uma alternativa ao modelo actual. A intervenção pública surge como uma entidade capaz de individualizar e reforçar a coerência deste registo antigo, corrigindo as carências e promovendo a sua estrutura, em coesão com o organismo moderno que o engloba. Benevolo enquadra assim a problemática da conservação do centro histórico em algo mais geral; não se trata da organização de uma zona específica ou privilegiada da cidade, mas sim um modo de conceber toda a cidade futura, a cidade moderna¹². Este autor debate então o panorama urbanístico actual à data e verifica um movimento para criar uma nova disciplina urbanística que responda às problemáticas levantadas pela conservação dos centros históricos. Benevolo propõe-se enumerar em três pontos os resultados surgidos desta nova experiência urbana. O primeiro ponto define que o objectivo a conservar, enquadrado na cidade contemporânea, é um organismo unitário e designado por cidade pré-industrial. Esta cidade está profundamente regida pela relação estável entre população e o espaço físico, uma ligação hoje em dia

¹⁰ Cf. BENEVOLO, Leonardo – *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 74.

¹¹ Cf. *Ibidem*, p. 75.

¹² Cf. *Ibidem*, pp. 77-78.

seriamente fragilizada pelo crescimento exponencial das cidades. A intenção de conservar o centro antigo está então embutida num conceito mais alargado, um projeto de desenvolvimento alternativo ao precedente onde o centro é conservado, não pela sua condição de valor, mas porque este se constitui como uma zona de partida, onde é possível estabilizar a relação entre população e ambiente, partindo de uma estrutura física e social já organizada em relação a este objetivo¹³.

O segundo ponto define os termos em que o organismo da cidade pré industrial se rege na relação física entre edifício e terrenos; os edifícios não são intercambiáveis, sendo feitos para ocupar num longo espaço de tempo um lugar da cidade. Nesse sentido Benevolo considera que o centro histórico só pode ser constituído pelos edifícios que formam a estrutura original, conservados, restaurados ou substituídos de acordo com os modelos tipológicos originários. A margem de manobra para a adaptação dos centros históricos às exigências duma vivência contemporânea reside nas zonas já alvo de intervenção no interior ou nos limites da estrutura antiga, onde se perfilam as zonas abrangidas pelo desenvolvimento pós liberal¹⁴.

O terceiro ponto incide então sobre este espaço que Benevolo menciona, e onde é possível intervir, tratando o espaço como vazio e disponível, ao serviço de todo o organismo antigo. Aí é possível colocar os equipamentos modernos que faltam e que são impossíveis de inserir no espaço originário da cidade antiga: as zonas verdes, os campos desportivos, mas também os edifícios heterogéneos em relação aos antigos como hospitais, escolas, etc. São estes os casos que podem afirmar como legítimo a inserção de obras arquitetónicas modernas na cidade antiga, regidas pela extensão dos espaços vazios em que devem surgir, com o traçado e liberdade de espaço necessários à arquitetura moderna¹⁵.

Margarida Queirós e Mário Vale no seu artigo *Ambiente Urbano e Intervenção Pública: o Programa Polis*, na área da Geografia, também desenvolvem a questão urbanística mas incidindo no panorama português, nomeadamente o programa Polis, e partindo do contexto internacional. Começam por referir as políticas urbanas que a União

¹³ Cf. *Ibidem*, pp. 78-79.

¹⁴ Cf. BENEVOLO, Leonardo – *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 82.

¹⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 82-83.

Europeia desenvolve, publica e legisla sobre política urbana: O *Green Paper on the Urban Environment: communication from the Commission to the Council and Parliament* de Junho de 1990 perfila-se como a primeira resposta da União Europeia no campo das questões urbanas, ambientais e no fundo da própria vivência da urbe. Com a sua publicação deu-se início a um conjunto de iniciativas de política urbana a nível europeu¹⁶. No seguimento da publicação do green paper é criado, em 1991, no seio da UE, o Grupo de Peritos sobre Ambiente Urbano e, em 1993, é lançado o projecto “Cidades Sustentáveis”, que tinha como objectivo a promoção de novas ideias sobre sustentabilidade nos contextos urbanos europeus, o estímulo ao intercâmbio de experiências, a difusão de boas práticas sobre sustentabilidade ao nível urbano e a formulação de recomendações às instituições da UE e às autoridades nacionais, regionais e locais. Este projeto, desenvolvido entre 1993 e 1995, procurou ainda contribuir para a implementação do Quinto Programa de Acção em matéria de Ambiente (PAA) da Comunidade Europeia tendo sido abordados os problemas urbanos. Sucede-se em 1996 o primeiro *Relatório das Políticas para as Cidades Sustentáveis* (CE, 1996¹⁷).

Margarida Queirós e Mário Vale afirmam a importância e as implicações deste relatório no contexto da política urbana e as conclusões daí retiradas. A próxima etapa é dada no final da década de 90, onde são lançadas diversas iniciativas da Comissão Europeia como refere o texto de Margarida Queirós e Mário Vale:

no sentido de equacionar os desafios e as prioridades futuras para as áreas urbanas, definir um enquadramento comum para a acção em áreas urbanas e estimular o desenvolvimento de indicadores de progresso relativos ao desenvolvimento sustentável.¹⁸

Neste texto é destacada, também, a adoção da Nova Carta de Atenas pelo Conselho Europeu de Urbanistas em Maio de 1998, na conferência internacional de Atenas. Aí se estabeleceu que o referido conselho deveria manter a Carta num processo de revisão

¹⁶ Cf. QUEIRÓS, Margarida; VALE, Mário - *Ambiente urbano e intervenção pública: O programa polis*. http://www.academia.edu/7469778/AMBIENTE_URBANO_E_INTERVENCAO_PUBLICA_O_PROGRAMA_POLIS. [Publicado no âmbito do X Colóquio Ibérico de Geografia, 2005], p. 2.

¹⁷ *Ibidem*, p. 2.

¹⁸ QUEIRÓS, Margarida; VALE, Mário - *Ambiente urbano e intervenção pública: O programa polis*. http://www.academia.edu/7469778/AMBIENTE_URBANO_E_INTERVENCAO_PUBLICA_O_PROGRAMA_POLIS. [Publicado no âmbito do X Colóquio Ibérico de Geografia, 2005], p.3.

contínua e atualizados todos os quatro anos. A Nova Carta de Atenas 2003 resulta desse processo de revisão e apresenta-se como “A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do século XXI” defendendo um modelo de cidade coerente, integrando um conjunto de mecanismos de interligação a diferentes escalas, onde se incluem elementos de coerência visual e material das construções, servindo-se de mecanismos que relacionam as diversas funções urbanas, as redes de infraestruturas e a utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação. Esta visão implica uma grande influência dos elementos de coerência económica, social e ambiental e um grande impacto sobre o urbanismo e o desenvolvimento e ordenamento do território¹⁹.

As conclusões sobre política urbana, reabilitação e áreas de Ação que o *green paper*, ainda em 1990, e os subsequentes documentos, publicações e relatórios definem, ajudam a estabelecer uma estratégia clara que procura melhorar a qualidade da cidade. A definição de uma política de fazer cidade começa com a própria União Europeia num processo que é transmitido a nível local. Esta sucessão de documentos que a União Europeia publica, assumem-se a nível europeu e português como a referência que os programas de reabilitação vão adoptar. Há uma relação direta entre as diretrizes traçadas pela política urbana e ambiental da U.E. com as políticas urbanas em Portugal, como consideram Margarida Queirós e Mário Vale:

*O POLIS foi desenhando de acordo com as tendências da política ambiental para as cidades na UE, procurando resolver problemas ligados à saúde pública e às disfunções ambientais urbanas.*²⁰

Margarida Queirós e Mário Vale consideram também que o reflexo em Portugal desta política urbana é um investimento significativo na melhoria da qualidade do ambiente urbano através do Programa Operacional do Ambiente (POA) e dos Programas Operacionais Regionais (PORs) em articulação com o Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (POLIS), com a cooperação e parceria a vários níveis institucionais, nomeadamente da União Europeia, do Governo e das Autarquias Locais. O Programa POLIS insere-se neste panorama de política pública como uma intervenção recente com grande visibilidade no domínio da requalificação urbana e valorização ambiental das cidades. É o culminar de um processo que já advém de anteriores intervenções de requalificação urbana. Uma análise a estes predecessores demonstra algumas limitações nestes processos, excetuando a

¹⁹Cf. *Ibidem*, p. 3.

²⁰ *Ibidem*, p. 5.

intervenção da EXPO 98, cuja amplitude a tornou num caso de estudo da política urbana nacional²¹.

Eduarda Marques, também geógrafa, refere que a importância do lançamento em 1994 é do PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), que teve como objetivos a valorização das cidades médias e dos centros urbanos da rede complementar. A imposição da elaboração de um Plano Estratégico para as cidades que se pretendiam candidatar a ações no âmbito do PROSIURB, obrigou à realização, pela primeira vez, de uma reflexão estratégica aprofundada para o desenvolvimento das cidades, tendo sido criado um espaço de debate, que envolveu autarquias locais, agentes económicos, e organizações da sociedade civil²².

É neste panorama a nível da requalificação urbana que o programa POLIS tem início a 15 de Maio de 2000, numa resolução do conselho de ministros (n.º 26/2000), após a criação de um grupo de trabalho criado ainda em 1999, por iniciativa do Ministro do Ambiente e do ordenamento do território. Nesta fase inicial do programa foram escolhidas dezoito cidades, entre as quais se incluía Viana do Castelo, sucedendo-se depois uma segunda fase onde foram selecionadas mais dez cidades como nos indica o texto de Margarida Queirós e Mário Vale que também nos informa sobre o principal objetivo deste programa, o de requalificar as cidades portuguesas de um ponto de vista urbanístico e ambiental, com base em parcerias entre as várias Câmaras e o Estado. Reconhece também que o Polis não se perfila como um instrumento que se propõe dar solução a todas as problemáticas ambientais e urbanísticas mas antes constituir-se como um exemplo das práticas necessárias para alterar o panorama ambiental e urbanístico das cidades, ao mesmo tempo que se afirma como um motor de desenvolvimento local e regional²³.

No caso de Viana do Castelo, o programa Polis foi o último numa série de programas de intervenção e reabilitação na cidade. Para melhor entender as bases deste programa bem como o espaço abrangido pela sua acção, é preciso abordar primeiro história da cidade de Viana do Castelo ao longo do tempo, a sua génese, as características e as intervenções marcantes do ponto de vista urbano e arquitetónico, bem como os autores que abordam essas temáticas.

²¹ Cf. QUEIRÓS, Margarida; VALE, Mário - *Ambiente urbano e intervenção pública: O programa polis*. http://www.academia.edu/7469778/AMBIENTE_URBANO_E_INTERVENCAO_PUBLICA_O_PROGRAMA_POLIS. [Publicado no âmbito do X Colóquio Ibérico de Geografia, 2005], p. 6.

²² Cf. COSTA, Eduarda Marques da - *Uma nota sobre as políticas da cidade em Portugal nos anos noventa*. Disponível em WWW. URL: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgeo/INFORGEO_14_p131a137.pdf [Publicado no âmbito do inforgeo IV, 1999], pp. 131-132.

²³ Cf. QUEIRÓS, Margarida; VALE, Mário - *Ambiente urbano e intervenção pública: O programa polis*. http://www.academia.edu/7469778/AMBIENTE_URBANO_E_INTERVENCAO_PUBLICA_O_PROGRAMA_POLIS. [Publicado no âmbito do X Colóquio Ibérico de Geografia, 2005], pp. 6-7.

Paulo Afonso trata o tema da cidade de Viana do Castelo e o seu urbanismo na sua dissertação de mestrado *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*²⁴, onde descreve o centro histórico de Viana do Castelo como constituindo a parte central da cidade, sendo circunscrito a norte pela linha de caminhos de ferro e a sul pelo rio Lima. Perfilando-se como o centro cívico e funcional da cidade, o centro histórico contém também a maior concentração populacional da cidade, onde também estão localizados a maior parte dos equipamentos e serviços públicos urbanos e distritais, com uma forte presença de serviços terciários. O seu núcleo é dominado por modelos de quarteirões fechados, variando a escala envolvente²⁵

Rogério Ramiro da Silva Barreto, na sua perspectiva enquanto geógrafo, refere o modelo urbano de Viana do Castelo como sendo regido por centro, sobre o qual se desenvolveu ao seu redor a cidade durante vários séculos:

*O modelo urbano de Viana do Castelo é definido por um centro dominante e consolidado, à volta do qual se desenvolveu, em períodos diferentes, a cidade. A primeira fase expansiva, resultado do surto de desenvolvimento económico decorrente da importância da póvoa marítima no comércio interno e internacional, dá-se com o preenchimento dos espaços livres ao redor do amuralhamento, dentro de um anel periférico delimitado, já no século XVI, pelos conventos religiosos, elementos urbanos a partir dos quais se estrutura o crescimento numa fase posterior.*²⁶

Continua esta análise tratando a evolução da morfologia urbana de Viana do Castelo, em particular as grandes mudanças advindas das inovações tecnológicas do século XIX, como é o caso da linha férrea, que traz consigo, não só uma nova dinâmica de funcionamento mas também alterações físicas à própria cidade, constituindo uma barreira ao processo expansivo²⁷. Esta dissertação faz também referência à primeira intervenção urbanística em Viana do Castelo, a abertura de uma grande avenida, já nos anos vinte do século XX, que vai fazer a ligação entre a estação de caminhos-de-ferro e o cais fluvial²⁸.

Barreto destaca a importância do levantamento topográfico da cidade levado a cabo em 1942, e a elaboração do Plano Geral de Urbanização, definindo um ponto de viragem no processo de planeamento de Viana do Castelo, que até então se havia resumido a abordagens dispersas nos espaços vazios onde a cidade se ia expandindo.

²⁴ AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura.

²⁵ Cf. *Idibem*, pp. 102-103.

²⁶ BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, p. 156.

²⁷ Cf. *Ibidem*, pp. 63-70.

²⁸ Cf. *Ibidem*, p. 75.

Seis anos depois surge o Plano Geral de Urbanização que é entregue ao urbanista João António Aguiar²⁹. A partir deste plano, dá-se uma sucessão de políticas urbanas que tentam criar instrumentos de planeamento produzidos pela própria autarquia que procuraram, principalmente a partir da década de setenta, orientar as actuações de ordenamento dos espaços urbanos. Estas políticas, na opinião de Rogério Barreto, ao falharem nas diretrizes e objetivos traçados, levaram à necessidade de criar em Viana do Castelo, e à semelhança de outras cidades, legislação que procurava um novo instrumento de planeamento urbano, que se materializou na figura do Plano Director Municipal (PDM), e que no caso de Viana foi aprovado a 31 de Dezembro de 1990³⁰. A elaboração destes novos instrumentos de planeamento vão-se inserir em políticas de requalificação do espaço urbano como o programa Polis³¹.

Rogério Barreto incide a sua dissertação nas intervenções urbanísticas e políticas urbanas em Viana do Castelo desde o início do século XX até a elaboração do PDM, numa perspectiva geográfica, enquanto, por outro lado, a dissertação de Paulo Afonso trata com outro relevo as políticas urbanas mais recentes de Viana do Castelo, do ponto de vista do arquiteto, onde já faz incluir as intervenções do programa Polis com outro ênfase, justificado também pela diferença temporal que permitiu analisar este programa numa fase mais avançada. Do ponto de vista da urbanística, a sua dissertação foca primeiro as figuras de planeamento actuais de Viana, o PDM e o Plano de Urbanização da Cidade (PUC), considerando à semelhança de Rogério Barreto a importância do PDM como um instrumento do poder local capaz de intervir na requalificação da malha urbana do centro histórico, e que a criação do PUC reforça, com uma atuação que vai além das intervenções no espaço público que o PDM prevê³². As obras decorrentes do PUC visaram a implementação de uma estratégia de requalificação urbana do espaço público, o aumento da área pedonal e a renovação completa de todas as infraestruturas. Nesse âmbito e inserido numa perspectiva que englobava não só o casco histórico mas grande parte da cidade de Viana do Castelo, empreendeu-se uma requalificação da rede viária interna, como a reabilitação da Avenida Marginal, o Largo João Tomás da Costa e a Avenida dos Combatentes. Este último projeto, da autoria do arquiteto Fernando Távora, datado de 1998, previa a construção de um parque de estacionamento subterrâneo e a criação da Praça da Liberdade, que à data da elaboração da dissertação de Paulo Afonso ainda não estava concluído³³. Este autor estabelece também que a atuação do PDM só se tornou eficaz com a entrada em cena do Programa Polis. Apresentado como o projeto de intervenção urbana mais recente em Viana do Castelo, Paulo Afonso desenvolve os

²⁹ Cf. BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade* -O processo urbanístico na segunda metade do século XX. Porto: FLUP, 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, p. 90.

³⁰ Cf. *Ibidem*, p. 100.

³¹ Cf. *Ibidem*, p. 102.

³² Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais* -Análise do caso de Viana do Castelo. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 109.

³³ Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais* -Análise do caso de Viana do Castelo. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 112.

principais objetivos a que se propõe este programa: uma intervenção que procura a integração da requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental, visando também melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes e a sua interligação com a cidade e que procura contribuir também para a revitalização de Viana do Castelo como um centro urbano capaz de criar novas centralidades. De seguida desenvolve os fundamentos do Polis e o seu enquadramento no plano de urbanização de Viana:

*De referir ainda que a intervenção é fundamentada num “enquadramento histórico do desenvolvimento da cidade” e prevendo o futuro desenvolvimento e crescimento da cidade. O Programa Polis é integrado no Plano de Urbanização da Cidade (Agosto de 1999) que provém das considerações do Plano Estratégico da Cidade de 1995. O Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, como já vimos, é o instrumento de gestão territorial vigente, valorizando uma política de requalificação urbana e valorização territorial, sendo um dos seus objectivos a reconciliação da cidade com o rio e o mar, apostando na reabilitação e valorização de algumas áreas da cidade.*³⁴

O programa Polis intervém na valorização da orla costeira, inicia a requalificação da frente ribeirinha, fomenta o crescimento de ruas pedonais no centro histórico e o tratamento do espaço público, precisamente os locais de intervenção do programa. Afirma-se também como uma oportunidade de criar, a nível de planeamento urbano, novas possibilidades de intervenção com qualidade na requalificação urbana e consequente resolução de projetos de grande envergadura necessários para a reestruturação da cidade. Como também é importante a preocupação no quadro da intervenção de qualificação urbana de restabelecer ligações e valores urbanos que se encontravam negligenciados, enfatizando-se os espaços que os cidadãos identificam e defendem como traços característicos de Viana do Castelo, assegurando a vitalidade de toda a intervenção³⁵.

É importante referir que a análise dada por Paulo Afonso ao Programa Polis, refere os pressupostos que este plano visa estabelecer mas não reflete as consequências da sua implementação ou se os seus objetivos foram atingidos.

Jorge Figueira também escreve no seu artigo sobre a implementação dos novos equipamentos de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura na cidade de Viana do Castelo, ainda projetos não edificadas à data (2005). Começa por descrever Viana como um dos poucos exemplos de cidade pensada como um todo. Para este autor o núcleo histórico relativamente estável, de que Viana auferiu, permitiu evidenciar zonas em que havia necessidade de uma reabilitação como a frente ribeirinha³⁶. E é neste espaço que José Figueira refere o plano de urbanização da cidade de Viana do Castelo de 1999, projetado por Fernando Távora. Servindo-se das referências visuais dadas

³⁴ *Ibidem*, p. 112.

³⁵ Cf. *Ibidem*, pp. 114-115.

³⁶ Cf. FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005. p. 22.

pela topografia, pelos eixos como a avenida dos combatentes e construções anteriores como a ponte de ferro, Távora propõe-se reinstaurar um equilíbrio que a frente ribeirinha carecia. Jorge Figueira caracteriza a intervenção de Távora como remanescente da retórica espacial clássica, também encontrada no programa de Corbusier para Paris³⁷.

A praça da Liberdade que Távora projeta serve como um remate do eixo da Avenida dos Combatentes, perfilando-se também como o espaço âncora da nova frente ribeirinha. A noção de praça adquire aqui um sentido de lugar associado a uma retórica moderna dada pela implementação paralela de pavilhões num espaço não fechado, incutindo-lhe um sentido de espaço sagrado, como afirma Figueira³⁸. Estes estudos desenvolvidos por Távora ganham outra força com o surgimento do programa Polis em 2002 como Figueira afirma:

*Os "Estudos urbanísticos" de Távora para Viana ganharam um novo fôlego com a emergência do Programa Polis, em 2002. As três frentes de trabalho que resultavam do Plano de Urbanização têm agora os respectivos planos de pormenor. Manuel Fernandes de Sá é responsável pelo "Parque da Cidade"; a Quaternaire e Rui Mealha, pelo "Centro Histórico"; e Adalberto Dias, pela "Frente Ribeirinha e Campo da Agonia".*³⁹

É importante a referência que Figueira faz à forma como a frente ribeirinha se perfila mais como um parque urbano, não se assumindo como uma nova frente da cidade, estando assim em consonância com a estratégia ambiental do Polis. Este plano da zona ribeirinha segue também os eixos no sentido monte-vale-rio elaborados por Távora. A implantação de edifícios de apoio à marina segue alinhamentos que partem do casco histórico e enfatizam o espaço público como Figueira refere⁴⁰.

Nesse contexto, as três intervenções de Távora, Siza e Souto Moura regem-se pela horizontalidade, com vista a manter a visão da frente urbana íntegra e simultaneamente integrada na malha urbana mais antiga, como Figueira assinala. Os pavilhões de Távora são descritos por Figueira como *moderno suave*, fundadores de um centro; a Biblioteca Municipal, obra de Siza, é caracterizada pela experimentação do tradicional e um jogo de desequilíbrio formal típico na obra do mesmo; e o pavilhão de Souto Moura como um exercício pragmático e com elementos que evocam elementos high-tech dos anos sessenta e setenta. Para ele a diferenciação destes equipamentos em cronologia, volume e programa não colocam em causa a sua condição de pertença ao espaço da cidade⁴¹.

³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 23.

³⁸ Cf. *Ibidem*, pp. 22-23.

³⁹ *Ibidem*, pp. 23

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 23-26.

⁴¹ Cf. *Ibidem*, pp. 26-27.

Capítulo I - Intervenções Urbanas em Viana do Castelo: momentos significativos

1. 1. Breves apontamentos sobre o desenvolvimento Urbano de Viana

Em 1258 é fundada a vila de Viana da Foz do Lima por foral outorgado por D. Afonso III. Esta localidade, hoje conhecida como Viana do Castelo, desenvolveu-se a partir de um pequeno povoado agro-piscatório existente antes da fundação do Condado Portucalense. Esta fundação urbana refletiu a política urbana de Afonso III, mentor de um processo de consolidação de uma rede urbana nacional, influenciado pelas novas ideias e experiências da corte francesa sobre a fundação de cidades novas, de plano ortogonal. Ao fomentar uma política de fundação de vilas, procurou concentrar neste novo aglomerado uma população que estava dispersa em pequenos núcleos próximos, tirando partido da posição estratégica do sítio escolhido⁴².

O povoado estaria protegido por uma cerca cuja construção terá sido iniciada em 1263, pouco depois da fundação da vila, e concluída em 1374, com um perímetro já mais alargado, no reinado de D. Fernando. No entanto, existe a hipótese que estas datas compreendam não a construção de uma única cerca, mas sim de duas: uma primeira de formato quadrangular, que se destinaria a defender o pequeno núcleo fundado, o qual teria sido ampliada para o formato ovalado conhecido, no reinado de D. Fernando como apontam Paulo Varela Gomes e João Vieira Caldas⁴³.

Esta muralha redimensionada, de forma oval, circundava uma área urbana ainda não completamente construída, englobando terrenos vazios e logradouros comuns de uso coletivo. Dentro deste núcleo amuralhado definiam-se dois eixos cruzados, a Rua da Praça Velha no sentido Norte-Sul e a Rua Grande/Rua de S. Pedro no sentido Este-Oeste, que faziam a ligação entre as quatro entradas para a vila. Este último eixo orienta o sentido da implantação do tecido urbano organizado em quarteirões retangulares, semi-uniformes e paralelos seguindo a direção Este-Oeste. Esta disposição irá determinar a expansão da malha urbana da povoação, paralelamente à margem do Rio Lima. Este plano urbano ortogonal aponta para uma planificação cuidada do espaço urbano legislada por um poder central⁴⁴.

⁴² Cf. BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, p. 160.

⁴³ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 16-17.

⁴⁴ Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 90.

Desta implementação surgem inicialmente cinco quarteirões, que formariam no seu conjunto um quadrado, limitado a sul pela Rua do Cais, bordejando o rio, pela Rua do Poço, pelo largo da Torre de Menagem e pela Rua do Hospital. Ao longo do século XIV os logradouros deixados vagos desde a construção do primeiro amuralhamento foram sendo preenchidos com novas edificações. À primitiva malha são acrescentados, numa primeira fase, dois conjuntos de três quarteirões, a nascente e a poente, que viriam mais tarde a ser envolvidos pela cerca fernandina. Neste século começa, assim, a desenvolver-se, a nascente, o primeiro arrabalde da cidade, constituído por três quarteirões idênticos aos da fundação da vila, aos quais se vão agregando outros em direção ao rio, já na centúria seguinte.



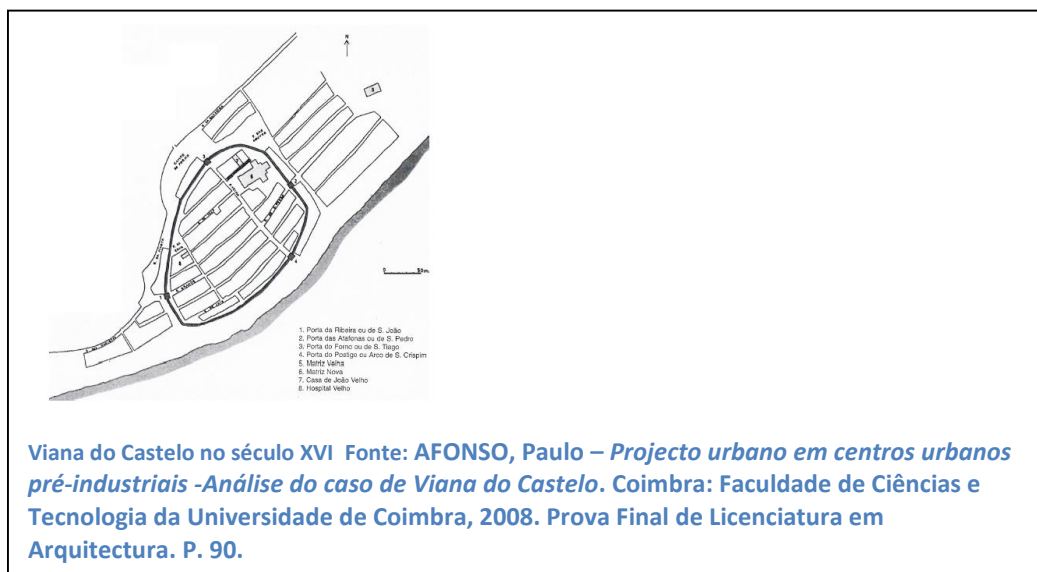
O desenho urbano de Viana fica condicionado, até ao século XVI, pelos dois caminhos e pela muralha, elementos a partir dos quais se foram estruturando as edificações. Dentro da muralha, a Praça Velha constituía-se como o centro cívico da povoação, antiga praça de armas e local onde era erigida a torre de menagem da muralha, apoiada num penedo existente. Será junto a esta praça que se irá erguer a nova Igreja Matriz já no início do quatrocentos⁴⁵.

Até ao século XV, assistimos a um desenvolvimento urbano intenso dentro desta localidade condicionado pelo espaço do perímetro muralhado. No final da centúria, esta área intramuros será constituída por lotes estreitos e compridos, uma

⁴⁵Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 90.

característica da tipologia da arquitetura civil gótica⁴⁶, constituindo-se como referências espaciais da vila, os edifícios da Matriz Nova, o Hospital Velho e a Casa dos Arcos, o espaço entre a muralha e a Matriz Velha, localizada próxima do local de atravessamento do rio a oriente da muralha, e o campo do forno a ocidente, atual Praça da República, funcionando este como uma espécie de rossio, junto às portas da vila⁴⁷.

Progressivamente, as construções transpõem a muralha, elemento que havia definido até então o perímetro urbano. Consequentemente é provável que o grupo de quarteirões a Este da Praça Velha e fora do perímetro amuralhado, onde hoje se compreende o espaço entre as Ruas de Gago Coutinho e de Martim o Velho, estivessem já definidas na passagem do século XV para o XVI⁴⁸.



Estão assim lançadas as sementes de crescimento que no século XVI levam à expansão da urbe para o interior, no sentido de Ponte de Lima, bem como na direção do mar e a norte na continuação do Campo do Forno⁴⁹.

Expansão urbana em Viana do Castelo no século XVI

Viana assiste no século XVI à sua maior expansão urbanística, quer na proporção do crescimento em relação à área pré-existente, quer em comparação com o próprio

⁴⁶ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 22.

⁴⁷ Cf. *Ibidem*, p. 19.

⁴⁸ Cf. *Ibidem*, p. 22.

⁴⁹ Cf. BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, p. 91.

aumento de outras vilas e cidades do panorama urbano nacional da época⁵⁰. Este grande desenvolvimento urbanístico e arquitetónico ocorre paralelo a um crescimento demográfico, consequências do desenvolvimento do comércio, do tráfico e tráfego marítimo e a construção naval ⁵¹.

De facto, Viana do Castelo era já um dos principais portos de Portugal⁵², aquando da visita do Rei D. Manuel I em 1502⁵³. Esta visita marca cronologicamente o início da grande expansão urbana da localidade. Nos dez anos seguintes, o Rei serve como agente dinamizador da economia do mar, concedendo novo foral, impulsionando a expansão marítima e a edificação de um fortim, a Roqueta.⁵⁴ Esta fortaleza, assente junto à foz do Lima, surge como resposta à pirataria que assolava a localidade⁵⁵.

Esta nova localização, além de reforçar a segurança da atividade marítima, transporta para fora da localidade a função defensiva, libertando o urbanismo vianense dos restringimentos da obsoleta muralha medieval. O crescimento fora de muros no século XVI, uma realidade já do século anterior, é marcado pela proliferação de casas nobres, construídas de raiz ou renovadas, refletindo a nova prosperidade económica.

Simultaneamente, dá-se a transferência de funções e equipamentos coletivos da Praça Velha a praça do Campo do Forno, como é o caso dos Paços do Concelho, o Hospital, o abastecimento público de água, a feira e o mercado do peixe. A praça do Campo do Forno assume assim um papel centralizador na organização urbana e social da urbe do Século XVI como praça municipal e novo centro cívico da vila ⁵⁶.

É também, deste século, a construção dos primeiros conventos urbanos: Sant'Ana em 1510, S. Bento que se inicia em 1545 e S. Domingos terminado em 1566. A expansão urbana de Viana é delimitada por estes conventos que vão estruturar, em grande medida, o perímetro da cidade até ao século XX, através das novas ligações viárias que estes espaços criam com o núcleo medieval bem como pelas novas praças e

⁵⁰ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 22.

⁵¹ Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 91.

⁵² Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 35.

⁵³ Cf. *Ibidem*, p. 40.

⁵⁴ A datação desta obra é ainda hoje imprecisa, debatendo-se se a sua construção é anterior ou posterior à Torre de Belém em 1515, e se esta fortaleza serviu de base à construção em Viana ou o contrario in CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 36.

⁵⁵ Cf. *Ibidem*, p. 35.

⁵⁶ Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 92.

largos que surgem em redor do seu espaço (como o Largo de S. Domingos) , atuando como edifícios âncora de novas realidades e vivências urbanas⁵⁷.

Estas construções sucedem-se paralelamente no tempo a um aumento da rede viária, muito superior às necessidades da realidade urbana que se compunha, e na qual os conventos têm um papel central⁵⁸.

Entre 1530 e 1590 abrem-se novos caminhos e arruamentos, formando uma extensa área de quarteirões quadrangulares de dimensões variadas que permitem um crescimento ordenado a partir destas novas redes viárias. O resultado é uma planta de predisposição ortogonal, remanescente da estrutura inicial medieval, com uma orientação predominantemente Este-Oeste, regida por dois eixos primários que se encontram na praça do Campo do Forno. O eixo Norte-Sul liga o Cais de Viana ao Convento de Sant'Ana enquanto o eixo Este-Oeste faz a ligação entre o Largo de S. Domingos, o Campo do Forno e a Rua da Bandeira, estendendo-se em direção a Ponte de Lima⁵⁹.

A importância e o desenvolvimento que a zona a Oeste do Campo do Forno assume, no século XVI, ficam patentes nos arruamentos paralelos que surgem nesta área no eixo Este-Oeste: a Rua das Rosas, a Rua do Loureiro mas principalmente a Rua de S. Sebastião, que se assume como uma das artérias principais de Viana.⁶⁰ Estas Ruas conectam o casco medievo com a Torre da Roqueta, e toda a área urbana que neste século se desenvolve à volta do Convento S. Domingos e do largo do mesmo nome⁶¹.

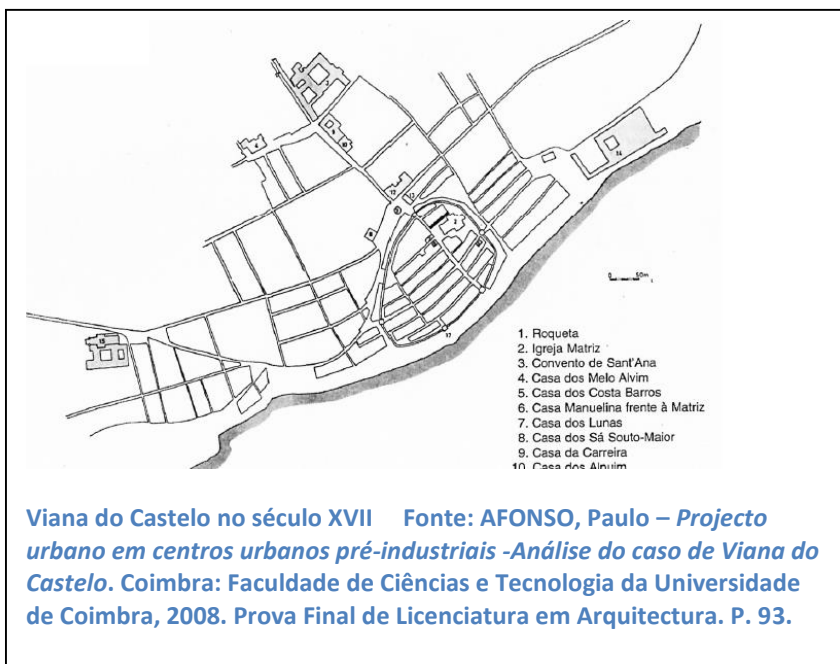
⁵⁷ Cf. *Ibidem*, p. 92.

⁵⁸ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 22.

⁵⁹ Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 91.

⁶⁰ Cf. FERNANDES, Mário Gonçalves - *A evolução do centro histórico de Viana do Castelo*. In Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 13.

⁶¹ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 24.



Outra zona que adquire grande enfoque na evolução urbana da vila é todo o quarteirão à volta do Convento de S. Bento, perto da travessia do rio Lima, onde se abre a Rua Nova de S. Bento⁶².

Toda esta operação urbanística de expansão da rede viária empreendida em Viana no século XVI é atribuída, na opinião de João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes à operação muito pragmática de fazer a ligação dos novos conventos e habitações da periferia ao centro medieval, num contexto de fulgor económico. De facto, apesar da linguagem moderna do traçado retilíneo das vias, na opinião destes autores, estas intervenções urbanísticas e a dimensão dos novos quarteirões criados, regem-se sobretudo pelas divisões das propriedades agrícolas pré-existentes⁶³.

Esta forma de Viana de fazer urbanismo é diferente das intervenções urbanas portuguesas do século XV como o caso de Tomar, de Angra do Heroísmo na transição para o século seguinte e a do Bairro Alto já do século XVI, onde existe uma "*coerência de traçado*" ⁶⁴.

⁶² Cf. AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 92.

⁶³Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 23.

⁶⁴ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 23.

Consolidação da malha urbana nos séculos XVII a XVIII

Durante o século XVII e XVIII não existiram alterações urbanísticas assinaláveis com Viana a assistir nestes dois séculos ao consolidamento da rede de ruas previamente delineadas. Toda a área de Viana assiste a *um novo surto construtivo*⁶⁵, preenchendo-se os espaços livres dos quarteirões da área urbanizada no século XVI e alterando-se a aparência dos quarteirões antigos⁶⁶.

O século XVIII vê a proliferação pela vila de casas de gosto barroco e rococó com referência especial para a Casa e Capela Malheiro Reimão. Edificada na segunda metade do século XVIII na Praça das Couves, a capela, de afirmação já rococó, remata no extremo sul a articulação entre o corpo habitacional barroco e espaço pré-existente enfatizando uma nova leitura espacial no enfiamento da rua gago Coutinho, uma perspetiva barroca que dá continuidade e se relaciona com a fachada principal⁶⁷.

No final do século XVIII, estava definido em grande parte o perímetro de Viana, compreendendo a linha de união dos conventos urbanos: S. Bento, Carmo, Santo António, Sant'Ana, S. Teotónio, Recolhimento de Santiago e Convento de S. Domingos. João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes comentam este crescimento urbano de Viana:

*As principais alterações urbanas e arquitetónicas do terceiro grande momento confinam-se, portanto, ao interior do perímetro assim definido e foram não só dinamizadas como balizadas pela linha de caminho-de-ferro e pelos sucessivos aterros junto ao rio, que culminaram com a retificação da linha de cais desde o castelo até às Azenhas de D. Prior, isto é, ao longo de toda a frente da cidade.*⁶⁸

O urbanismo de Viana no século XIX e XX

O advento do comboio em Viana leva à edificação da ponte de ferro em junho de 1878, mais conhecida por Ponte Eiffel. O seu nome deve-se à Casa Eiffel de Paris que projetou a estrutura. A Ponte Eiffel sucedeu a uma ponte de madeira construída em 1820, destruída por um temporal em Fevereiro de 1878 e que terminava em frente ao espaço que compreende o atual prédio Coutinho⁶⁹.

A linha de caminhos de ferro definiu os limites da cidade, atuando quase como uma barreira física que limitou o crescimento de Viana. A implantação da estação de caminho de ferro no perímetro Norte da cidade definiu a disposição da Avenida dos Combatentes. Esta via aberta em 1917 cria uma nova realidade urbana na cidade de Viana do Castelo como descrevem João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes:

⁶⁵ *Ibidem*, p. 24.

⁶⁶ Cf. *Ibidem*, p. 24.

⁶⁷ Cf. *Ibidem*, p. 25.

⁶⁸ *Ibidem*, p.25.

⁶⁹ Cf. *Ibidem*, p. 28.

*Viana ficou então rasgada ao meio por uma artéria recta, larga, moderna, reforçando a tendência de dirigir os olhares ao rio Lima através das ruas.*⁷⁰

Paralelamente, a beira rio da cidade sofria grandes alterações. O desenvolvimento das atividades navais e mercantis implica também uma maior preocupação com o assoreamento do rio Lima, a conservação da barra ou a construção de molhes de modo a que as embarcações pudessem acostar⁷¹.

Embora com obras pontuais no século XVIII, as principais intervenções na zona de rio dão-se no século XIX e XX⁷². Em 1866, o cais do século XVIII que se localizava perto do atual Largo 5 de Outubro é expandido até à zona onde atualmente começa a Rua Gago Coutinho, com nova expansão pouco tempo depois para perto do Convento de S. Bento. No aterro formado por esta intervenção, surge um jardim público de forma retangular, estendendo-se entre o Largo João Tomás Costa e a travessa que chega à Capela das Almas. Em 1904 abre-se uma nova doca perto do Convento de S. Domingos. Em 1930 fica terminado o passeio público marginal, retendo até à atualidade grande parte da disposição dessa época⁷³.

Entre os anos de 1882 e 1892, Viana assiste a um surto construtivo de equipamentos e obras públicas: o primeiro mercado municipal (localizado onde atualmente está o prédio Coutinho), o Teatro Sá de Miranda (1885) e a estrada de Sta. Luzia (1890). O advento do caminho de ferro em Viana traduziu-se numa *onda de progresso tipicamente oitocentista (...), cujo símbolo coevo era a sua estação*⁷⁴ como afirmam João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes.

A construção do Mercado Municipal implicou também a demolição de parte do Convento de S. Bento e a abertura da Rua Nova de S. Bento, levando a um gradual rearranjo da frente construída. Desta forma, desde a Rua Gago Coutinho até à ponte, o perímetro do passeio público ficou povoado de edifícios, que apesar de datarem de épocas diferentes, mantiveram um carácter uno⁷⁵.

Os anos 20, 30 e 40 do século XX assistiram à construção de edifícios de variados gostos em toda a extensão da Avenida dos Combatentes. A expansão urbanística para lá da via férrea e em direção a nordeste, tem início na década de 40, continuando até à atualidade. No lado oriental da linha de caminhos de ferro, constrói-se, em 1946, a atual Escola Secundária de Santa Maria Maior⁷⁶.

Na década de 70 do século XX, dá-se início à construção do Porto de mar, seguindo o Plano Geral Portuário, que havia sido aprovado no final dos anos 60. As obras levam à criação de um aterro paralelo ao jardim marginal, retirando espaço ao leito fluvial. Este

⁷⁰ CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990,p.28.

⁷¹ Cf. *Ibidem*, p. 28.

⁷² Cf. *Ibidem*, p. 30.

⁷³ Cf. *Ibidem*, p. 30 .

⁷⁴ *Ibidem*, p. 30.

⁷⁵ Cf. *Ibidem*, p. 31.

⁷⁶ Cf. CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 34.

espaço conquistado ao Rio Lima recebe a construção de uma marina e edifício de apoio, um parque automóvel e uma zona ajardinada⁷⁷, reatando a relação da cidade com o seu rio⁷⁸.

Sabemos que estas construções no espaço recém adquirido tem início por volta do ano de 1990 porque João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes relatam o começo dessas construções na sua obra sobre Viana do Castelo:

*No entanto, o maior e mais polémico empreendimento vianense contemporâneo, até porque ainda está efectivamente em curso, é o arranjo que se pretende fazer do largo aterro poeirento que ocupa toda a frente útil da cidade. Depois de se ter enchido de terra toda aquela área, está-se agora a retirá-la, em parte, de modo a criar uma lagoa artificial que dê mais uma vez ao jardim público uma beira de água.*⁷⁹

E, terminam, sugerindo que o espaço seja ocupado por edifícios e novos arruamentos:

*Aceitando a imprescindibilidade do estreitamento do rio para a sua própria vida e a do porto, não seria de radicalizar opções trazendo edifícios e enfiamentos de ruas para mais perto da nova margem?*⁸⁰

Mas se esta secção da frente ribeirinha sofre uma intervenção, a secção a poente permaneceu degradada com armazéns abandonados e um estacionamento automóvel caótico⁸¹.

Jorge Figueira traça o perfil desta área, que recebe mais tarde as obras de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura, com o próprio carácter da cidade de Viana do Castelo:

*Viana do Castelo faz parte do domínio cada vez mais raro das cidades que são passíveis de serem pensadas como um todo. A estabilidade temporal e o carácter sedimentado do seu núcleo histórico põem em evidência as áreas que, por acaso ou fulgor do “progresso”, não encontraram ainda tradução em termos de regra urbana. É isso que se passa na “frente ribeirinha”, consequência da intervenção que, entre 1976 e 1984, criou um aterro portuário, segundo o Plano Geral de Obras do Porto de Viana do Castelo e de Valorização do Rio Lima.*⁸²

Em Julho de 2001, o pavilhão armazém da Portucel e a unidade industrial da Gelima são demolidos. Localizados na Frente Ribeirinha frente ao rio Lima a demolição destes edifícios dimensionou o panorama urbano de Viana e da sua frente de rio. Esta ação liberta uma parte da Frente Ribeirinha de barreiras físicas e visuais permitindo uma nova utilização desse espaço pela cidade como António Maranhão Peixoto afirma:

⁷⁷ Cf. PEIXOTO, António Maranhão – *O Litoral e a Cidade: matizações cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2007, p. 23.

⁷⁸ BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP, 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, p. 102.

⁷⁹ CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, p. 34.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 34.

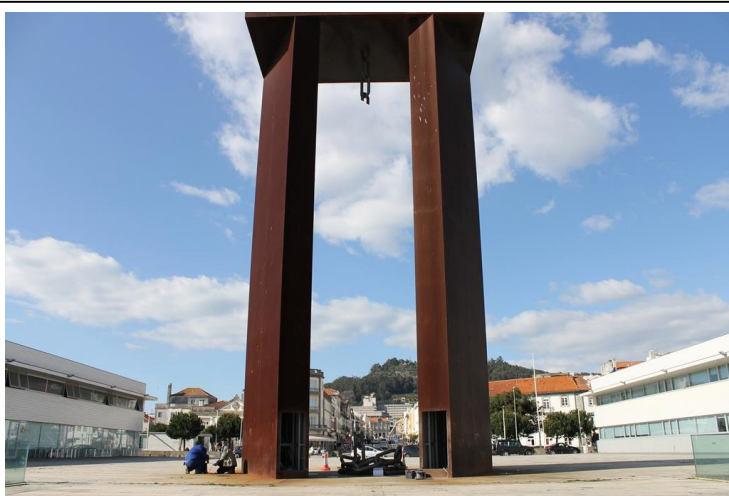
⁸¹ Cf. *Biblioteca Municipal*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

⁸² FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In *Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 22.

*Esta nova realidade paisagística, agora livre de obstáculos inapropriados ao desenvolvimento harmonioso da simbiose frente urbana e frente ribeirinha, rasga uma nova visão do mítico rio Lima e da sua foz, bem como da multissecular Fortaleza de Santiago da Barra.*⁸³

É neste contexto urbano que surge o projeto de Fernando Távora. Ele ensaia, nesta zona, um novo programa que procura rematar a frente ribeirinha da cidade, primeiro através dos estudos urbanísticos dos anos 90, e depois com o projeto final da Praça da Liberdade que se começa a construir em 2004 e se prolonga até 2013, onde conta também com as obras de Siza Vieira e Souto Moura e o apoio do programa Polis e o Plano da Frente Ribeirinha de Adalberto Dias.

Távora empreende um projeto que se rege pela urbanidade própria de Viana e as suas principais referências visuais e urbanísticas como o Monte Santa Luzia, a ponte de ferro e a linha férrea, o eixo que compõe a Avenida dos Combatentes e o Rio Lima. Desta forma, a Praça da Liberdade que ele projeta, bem como a implantação dos vários edifícios que a rodeiam, tem em conta o eixo Este-Oeste que acompanha o Rio Lima, bem como o eixo Norte-Sul formado pela Avenida dos Combatentes e o Monte Santa Luzia, como nota Jorge Figueira: *O olhar de Távora pressupõe o cruzar de axialidades redentoras sobre a cidade*⁸⁴.



Em primeiro plano o Monumento ao 25 de Abril de José Rodrigues, ladeado pelos edifícios de Fernando Távora, e alinhado pelo eixo da Avenida dos Combatentes em segundo plano. Fotografia: AT

Ao projeto de Távora associa-se o Programa Polis através do Plano da Frente Ribeirinha de Adalberto Dias como referido anteriormente neste trabalho. Adalberto Dias segue a leitura axial que Fernando Távora traça na relação monte-vale-rio,

⁸³ PEIXOTO, António Maranhão – *O Litoral e a Cidade: matizações cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2007, p. 27.

⁸⁴ FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In *Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 22.

conjugando o seu plano com as três intervenções. Contudo, Adalberto projeta um plano mais amplo que abrange uma maior extensão da Frente Ribeirinha, *o que significa a criação de um “parque urbano” mais do que a fundação de uma nova frente de cidade*⁸⁵, agindo em conformidade com a estratégia traçado pelo Programa Polis.

A disposição dos edifícios de apoio à marina guiam-se pelos alinhamentos do centro histórico. Condicionado pelo contexto urbano e as suas vivências, Adalberto projeta um conjunto de espaços ajardinados que devolvem à cidade o usufruto da paisagem do rio e da própria cidade. O caráter desta intervenção é analisado por Jorge Figueira: *Os edifícios são mais “pontuações” do que suportes de “malha urbana”; o “espaço público” é o protagonista.*⁸⁶

António Maranhão Peixoto também traça o contributo desta intervenção para a realidade urbanística de Viana do Castelo:

*O plano de pormenor elaborado para a Frente Ribeirinha/Campo da Agonia pelo arquitecto Adalberto Dias. Pensado para ser materializado a dois tempos, leva primeiro à intervenção na área conquistada ao rio mas até agora nunca vivida pela cidade. O espaço público é qualificado ao receber novas valências com a edificação de equipamentos. Esta zona distinta de intercessão do Centro Histórico com o rio passa a respirar qualidade urbana*⁸⁷.

Neste contexto urbano, as intervenções de Távora, Siza e Souto Moura assumem-se como edifícios predominantemente horizontais, mantendo dessa forma a paisagem urbana da Frente Ribeirinha coesa e integrada na restante envolvente⁸⁸.

Da mesma forma, este conjunto tem em conta o contexto urbano de Viana e o peso da cidade histórica, utilizando soluções arquitetónicas e urbanas que permitem que os edifícios não se imponham perante a envolvente urbana. Esse objetivo é atingido através de uma cota baixa dos edifícios, sensivelmente ao mesmo nível que as edificações a norte, e a disposição e espaçamento dos edifícios, como Jorge Figueira salienta: *Deixam a “cidade histórica” respirar, de alguma forma assumindo assim a sua superioridade temporal; que é, também por isso, “moral”. A cércea baixa e o espaçamento que Távora propõe para os edifícios significa que estes não se devem opor nem impor*⁸⁹.

⁸⁵ *Ibidem*, p.23.

⁸⁶ FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.26.

⁸⁷ Cf. PEIXOTO, António Maranhão – *O Litoral e a Cidade: matizações cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2007, p. 28.

⁸⁸ Cf. FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 26.

⁸⁹ *Ibidem*, p.26.

As soluções próprias de cada arquiteto procuram também dar resposta a esta relação cidade histórica-rio-edifício. Fernando Távora tem já esse conceito maturado na Memória Descritiva do Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade de Dezembro de 1996:

No mesmo desenho indicamos um conjunto de "direcções" de leitura visual" por nós estabelecida e que constituem elementos base da nossa proposta, uma vez que nos parecem estruturantes da imagem da cidade, afirmando constantemente a relação mar-rio-monte de santa luzia.⁹⁰



Desenho 285. RP. 2 Arranjo Urbanístico da Área Ocidental de Viana do Castelo. Relatário Preliminar – Proposta. Julho 1995 (Pormenor) Ver imagem 10 em Apêndice Documental

Siza Vieira ao elevar a figura do primeiro andar da Biblioteca Municipal garante a ligação visual entre o rio e a cidade em grande parte da extensão deste edifício. Souto Moura realça também essa ligação, utilizando no entanto, outro método. Ao afundar a arena do seu Centro Cultural e ao colocar grande parte da infraestrutura na parte superior desse edifício, Souto Moura obtém, através da colocação de amplas aberturas envidraçadas em todo o piso térreo, uma limpidez visual. A transparência que advém

⁹⁰ Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 5. Dezembro de 1996. Ver imagem 15 em Apêndice Documental

desta solução permite a ligação visual entre o rio e a cidade através do próprio edifício⁹¹.



Fachada Norte da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo.
Fotografia: AT

No geral, o conjunto das três intervenções procuram, através da forma como se implementam no espaço, integrar-se no espaço envolvente, assumindo com ele uma relação espacial e visual. Desta forma, a utilização de uma linguagem arquitetónica contemporânea não pode ser vista como um fator de rutura como defende Jorge Figueira:

*A sua diferença - de tempo, volume e programa – não é entendida como algo para ser ostentado. Pelo contrário, percebe-se que ainda em construção aspiram a ganhar patine; aspiram a pertencer*⁹².

A projeção de um novo espaço urbano que Távora empreende em Viana pode ser enquadrado, pelos seus valores conceptuais e cronologia, no texto que Carlos Coelho elabora sobre a urbanística no início do século XXI:

*No princípio do século XXI, a prática urbanística, a filosofia de intervenção na cidade e a própria ideia de cidade apresentam sinais menos utópicos do que em períodos anteriores, como resultado de vários factores, de entre os quais se podem destacar : a crise do modernismo e dos seus modelos, o regresso à cidade como objecto de referencia e a perspectiva da desagregação da cidade ou, pelo menos, da sua ilegibilidade à luz dos conceitos morfológicos urbanos tradicionais.*⁹³

⁹¹ Cf. FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

⁹² Cf. FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 26.

⁹³ COELHO, Carlos Dias – “Introdução”. In AA. VV. – A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007, p. 20.

De facto, as referencias do lugar pré-construído que Távora utiliza na sua intervenção urbanística e arquitectónica são parte estruturante do projeto. Utilizamos novamente o texto de Carlos Coelho para tecer considerações sobre o valor do projeto urbanístico de Távora :

*Não devemos aprisionar a urbanidade à cidade histórica, nem à inevitabilidade de que o renascimento urbano recorra obrigatoriamente a formas passadas. No entanto, os exemplos construídos que herdámos, e que fazem parte da nossa vida na cidade, constituirão sempre modelos propulsores de novas concepções espaciais.*⁹⁴

1. 2. Contextualização para o estudo das arquitecturas em estudo

Para se obter um entendimento das arquiteturas estudadas neste trabalho, considerou-se necessário analisar o contexto arquitetónico internacional e nacional e os seus desenvolvimentos no último meio século, o impacto e relação dessas mesmas evoluções nas obras estudadas, bem como referir tipologias idênticas.

Este exercício de análise foca-se, principalmente, nas obras estudadas por este trabalho, mais do que nos arquitetos que as projetam, pois entendeu-se que uma apreciação mais detalhada do percurso individual e obras de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura, além de se demonstrar exaustiva, alargaria em demasia o foco deste estudo.

Como ponto de partida para se estabelecer esse contexto, utilizou-se o texto de Jorge Figueira *Um “tríptico” para Viana*⁹⁵. Este autor estabelece várias influências nas obras de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura na frente ribeirinha de Viana do Castelo.

Estas associações remetem para movimentos, arquitetos e edifícios marcantes do século XX, que este trabalho procurou analisar e comparar, não só com as obras estudadas mas também as influências que esses mesmos movimentos, arquitetos e edifícios tiveram no percurso de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura.

Partiu-se das premissas do modernismo e a sua influência nos edifícios de Távora em Viana do Castelo, seguindo-se a referência à escola Paulista, através de uma das arquitetas mais marcantes desse movimento, Lina Bo Bardi e as semelhanças de um dos seus mais emblemáticos edifícios, o MASP, com a Biblioteca Municipal de Viana. No caso do Centro Cultural de Souto Moura, estabeleceu-se uma comparação com a

⁹⁴ COELHO, Carlos Dias – “Introdução”. In AA. VV. – *A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007, p. 20.

⁹⁵ FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In *Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

arquitetura High-Tech e o Centro Pompidou. A influência da obra de Mies van der Rohe na obra de Souto Moura também foi abordado, utilizando-se a obra Neue National Galerie do arquiteto alemão para um exercício de comparação com o Centro Cultural.

O trabalho procurou também estender a análise de comparação de movimentos, arquitetos e tipologias ao panorama internacional mais recente, particularmente o peso de tendências como o minimalismo ou o desconstrutivismo, por semelhança e oposição às obras estudadas, usando dois edifícios marcantes: o Fórum Barcelona 2004 de Herzog e Meurot e a Biblioteca de Seattle do estúdio OMA.

Focou-se, também, o panorama arquitetónico nacional, referindo e analisando algum dos edifícios, que partilham a mesma tipologia das obras abordadas por este trabalho, e que se considerou mencionar.

Procuremos então analisar cada uma das afirmações que Jorge Figueira faz, buscando dar-lhes um contexto. Este autor traça uma associação entre os edifícios administrativos de Távora e a linguagem própria da arquitetura do século XX, nomeadamente o movimento moderno:

*A sua “linguagem” decorre daquilo a que podemos chamar um “moderno suave”, sintetizando qualidades que permaneceram como herança perene do século XX: as paredes lisas, a cobertura plana, a fenêtrre en longueur, as “palas”.*⁹⁶

Jorge Figueira utiliza a expressão *moderno suave* para se referir ao Estilo Internacional. Pretendemos definir de forma sucinta a linguagem formal deste movimento para melhor se entender as referências que Jorge Figueira encontra nos edifícios de Távora. O primeiro volume da obra *Arquitectura Moderna A-Z* faz uma descrição da linguagem formal deste movimento:

*Esteticamente o Estilo Internacional caracterizava-se por: volumes e formas de linhas rectas, composições assimétricas, construções de aço e vidro (frequentemente com vãos horizontais), ausência de ornamentação, fachadas rebocadas e brancas, contornos livres e coberturas planas.*⁹⁷

Embora os paralelos estéticos e de linguagem do estilo internacional estejam patentes nos edifícios de Távora como refere Jorge Figueira, este autor também afirma que essa mesma linguagem é utilizada *como um recurso interiorizado face a um pressuposto monumentalizante.*⁹⁸

⁹⁶FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.26.

⁹⁷AA. VV. – *Arquitectura Moderna A-Z*. Lisboa: Taschen, 2010., p. 219.

⁹⁸FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.26.

Procurou-se na obra *Fernando Távora*⁹⁹ a descrição do conceito da linguagem moderna na obra de Távora:

O conceito de modernidade representava para Távora um valor intemporal, que implicava uma adequação ao tempo presente em termos de eficácia, empirismo, coerência e eficiência (bom senso associado a racionalismo, tal como na Arquitectura Popular). A obra de Fernando Távora evoca sempre o passado. (...) Arquitecto moderno, a sua modernidade sempre repugnou porém ignorar, esquecer ou destruir, pois na sua obra os valores desta modernidade sempre ombrearam, nostalgicamente, com os da tradição; é portanto no quadro duma relação dialética entre presente e passado que importa entender a progressiva inserção da arquitectura de Távora, sempre desenhada sem concessões miméticas ou pitorescas, num processo formal temporalmente extenso que, ultimamente, se convencionou chamar de “tradição arquitectónica portuguesa”.¹⁰⁰

Veja-se agora a referência que Jorge Figueira faz da Biblioteca Municipal de Viana:

Esta abordagem é talvez remanescente da arquitectura moderna brasileira e, em particular, da “escola paulista”, que determina o uso do menor número de “apoios”, de acordo com a poética de Vilanova Artigas.¹⁰¹



MASP

Disponível em:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0c/MASP_at_Paulista_Av_in_S%C3%A3o_Paulo.jpg

Utilizando esta afirmação, o trabalho tomou como referência a título de exemplo o trabalho de Lina Bo Bardi em São Paulo, especificamente o MASP, não só pela referência de Jorge Figueira à arquitetura paulista, na qual Lina Bo Bardi se insere, mas também porque o edifício desta arquiteta se assume como um equipamento cultural

⁹⁹COELHO, Paulo – *Fernando Távora*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011.

¹⁰⁰COELHO, Paulo – *Fernando Távora*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 18.

¹⁰¹FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.27.

com o qual é possível encontrar semelhanças formais na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo.

Usou-se o texto de Montaner para estabelecer um pequeno contexto da arquitetura em São Paulo aquando da chegada de Lina Bo Bardi:

*Quando Lina Bo Bardi chegou a São Paulo, a arquitetura moderna ainda estava começando a se definir, após o primeiro racionalismo de Gregori Warchavcik e Rino Levi e o incipiente brutalismo estabelecido por João Vilanova Artigas.*¹⁰²

Analisemos agora a obra de Lina Bo Bardi, o MASP. O Museu de Arte de São Paulo (1957-1968) de Lina Bo Bardi é, nas palavras de Montaner *o seu edifício público mais importante*¹⁰³. Segundo o mesmo autor, Lina Bo Bardi utilizou os modelos de Le Corbusier e Ludwig Mies van der Rohe na projeção do seu edifício. O corpo paralelepípedo do museu é elevado no ar através de dois pórticos monumentais de betão armado, criando assim um amplo espaço coberto por baixo. Esta estrutura remete para uma linguagem brutalista. A circulação fluida no espaço interior, a relação com o contexto construído e a forma como Lina Bo Bardi pretere a utilização de uma fachada frontal em favor de uma *volumetria pura, sem nenhuma entrada monumental e enfática, apenas com um acesso lateral, doméstico, aberto e estrutural*.¹⁰⁴

Este edifício, pela nova linguagem introduzida, ultrapassa os pressupostos da linguagem internacional existente, trazendo novos elementos à arquitetura contemporânea¹⁰⁵.

A análise do MASP demonstra a associação que José Figueira faz da Biblioteca de Siza Vieira em Viana do Castelo e a arquitetura em São Paulo: a forma como Lina Bo Bardi eleva parte do volume do seu edifício através do uso mínimo de suportes é semelhante à solução adotada por Siza. A elevação do volume principal define também a forma como o MASP se insere no lugar como descreve Olivia de Oliveira:

*A solução de Lina foi radical: organizou o edifício em duas partes, uma elevada, aérea e cristalina, e outra semi-inteira, rodeada de jardins e vegetação. Assim o vazio torna-se um terceiro elemento, que intercala as duas partes. Com tal atitude, Lina não só preservou a visibilidade em relação à cidade, mas a pronunciou e qualificou no ato de emoldurá-la.*¹⁰⁶

Podemos observar esta solução arquitectónica na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: a divisão do edifício em dois volumes, sendo um deles elevado, cria por baixo um espaço vazio, permitindo manter uma relação visual e física com a envolvente através deste mesmo espaço.

¹⁰² MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 19.

¹⁰³ MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 15.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 16.

¹⁰⁵ Cf. *Ibidem*, p. 16.

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Olivia de – *Lina Bo Bardi, Obra construída*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014, p. 60

Mas se ficam referidas as semelhanças formais entre os edifícios destes dois arquitetos, pode-se levantar a questão: é possível existirem paralelos nos percursos dos dois autores? Para tentar responder a essa questão recorreu-se novamente à obra de Montaner. Este autor analisa o percurso da carreira de Lina Bo Bardi, as suas concretizações como arquiteta e a sua contribuição para o panorama arquitetónico da segunda metade do século XX. Montaner coloca Lina num conjunto de arquitetos que este autor enumera como fazendo parte da terceira geração moderna: Louis Khan, Aldo Van Eyck, José Antonio Coderch, Luis Barragán, Fernando Távora (um dos arquitetos deste estudo), entre outros. No seu entender, estes arquitetos rejeitam o formalismo e a standardização do estilo internacional procurando outras referências:

*(...) reclamam olhar novamente em direção aos monumentos; à história, à realidade e ao usuário, à arquitetura vernacular. Potencia-se uma obra que parte da experiência acumulada nos desenhos que estes arquitetos voltam a fazer interpretando a arquitetura construída, uma autêntica segunda natureza que a história foi gerando.*¹⁰⁷

A arte de Lina Bo Bardi é multifacetada no sentido em que Bardi estabelece uma procura autêntica global que não se prende unicamente ao campo da arquitetura, tendo, igualmente, expressão na decoração para teatro e ópera; colaborações em filmes; escrita e jornalismo; variados suportes de pintura, com ênfase na aquarela; arquitetura pública; promoção de atividades culturais e artísticas; criação de mobiliário e jóias. Através do seu sentido artístico apurado, Lina Bo Bardi é capaz de exceder as fronteiras da arte moderna, mantendo-se fiel à sua génese modernista. Como afirma Montaner, a obra de Lina Bo Bardi soube aproveitar a funcionalidade, incutindo um tom poético e aliando a modernidade ao Mimetismo: *A sua obra supera as dicotomias que haviam dividido a estética do século XX: a luta entre abstração e mimése, espírito e matéria, razão e tradição, concepção e representação, cultura e natureza, arte e vida*¹⁰⁸.

A sua produção artística revela um programa arquitetónico de vanguarda introduzido no contexto latino-americano, diferente da realidade europeia, e uma dimensão humana, sem nunca ser formal ou cair na esfera do academismo.

Lina Bo Bardi cria um método que ultrapassa as conceções modernistas fazendo a ponte entre a herança cultural e o objetivo do movimento modernista de criar *novas formas para uma nova sociedade*.¹⁰⁹

Oposto aos grandes vultos da arquitetura moderna, o percurso de Lina Bo Bardi parte da abstração à reincorporação de uma nova mimese. Ela reconhece, na modernidade latino-americana, uma génese na simplicidade do primitivo, na História e

¹⁰⁷OLIVEIRA, Olívia de – *Lina Bo Bardi, Obra construída*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014, p.11.

¹⁰⁸Cf. *Ibidem*, pp. 13-14.

¹⁰⁹*Ibidem*, p. 13.

na força da natureza, em oposição à raiz baseada na máquina própria da modernidade europeia¹¹⁰.

O trajeto da sua obra é um caminho que se inicia na linguagem modernista abstrata e termina na modernidade figurativa, como qualifica Montaner. Esta linguagem figurativa de Lina Bo Bardi aglutina o vernáculo e a História brasileira. Conceptualmente, ela aproxima-se de outros contemporâneos italianos como Ernesto Nathan Rogers, na medida em que neste autor se explora a História como elemento criador, uma realidade na Europa Mediterrânea e à qual Lina estava exposta devido à sua origem italiana¹¹¹.

Através da análise do texto de Montaner fica patente como Lina Bo Bardi concilia uma linguagem arquitetónica moderna com evocações da tradição local. Essa mesma característica é destacada em Siza por Helena Sofia Silva e André Santos, quando estes autores descrevem o carácter deste arquiteto:

*O júri do prémio reconhecerá a forma como enriqueceu o inventário e vocabulário da arquitectura mundial, o respeito pelas tradições e pelo contexto, a atenção ao espaço, a complexidade subjacente a formas aparentemente simples, a mestria e certeza do desenho, a reinterpretação da linguagem moderna.*¹¹²

Reconhece-se tanto em Lina Bo Bardi como em Siza Vieira esta preocupação de, utilizando uma linguagem que se configura moderna, estabelecer uma acuidade com o contexto construído, natural e simbólico nas suas obras. Da mesma forma que Lina no seu projeto de restauração do centro histórico da Bahia valoriza o pré-existente e os seus valores sociais e culturais¹¹³, Siza demonstra essas mesmas preocupações com o lugar e a envolvente na forma como projeta a sua Biblioteca em Viana do Castelo, como este trabalho analisa a seguir.

Debrucemo-nos agora nas afirmações de Jorge Figueira sobre o Centro Cultural de Souto Moura:

*Dir-se-ia que estamos perante a evocação de um certo proto high-tech, típico dos anos sessenta e setenta do século XX, muito mais entusiasmante na sua ingenuidade e “rosto” humano do que aquilo que emerge a partir dos anos oitenta.*¹¹⁴

O paralelo que Jorge Figueira faz entre o edifício de Souto Moura e a arquitetura *high-tech* é feito em dois momentos pois Figueira especifica as referências que encontra na obra de Moura ao início deste movimento. Procuremos então analisar

¹¹⁰Cf. OLIVEIRA, Olívia de – *Lina Bo Bardi, Obra construída*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014, p. 19.

¹¹¹Cf. OLIVEIRA, Olívia de – *Lina Bo Bardi, Obra construída*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014, p. 14.

¹¹²SILVA, Helena Sofia; SANTOS, André – *Álvaro Siza Vieira*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 21.

¹¹³ Cf. OLIVEIRA, Olívia de – *Lina Bo Bardi, Obra construída*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014, p. 5.

¹¹⁴FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

ambas as implicações das afirmações de José Figueira tendo como ponto de partida a definição das características do próprio movimento *high-tech*.

Utilizámos a História da Arquitectura Contemporânea de Tietz para definir a arquitetura *high-tech*. Tietz coloca o início deste movimento na década de setenta, referindo também a sua origem:

*Construções high-tech, como as mostradas na rampa de lançamento e no centro de controlo, começaram a fazer cada vez mais parte das imagens do quotidiano. As construções em que os arquitectos inscreviam as suas obras tornaram-se cada vez mais arrojadas. Na sequência do Brutalismo dos Smithons, de Inglaterra, as tubagens, as canalizações e as condutas de ventilação não revestidas, tornaram-se características da estética high-tech.*¹¹⁵

Tomemos como referência deste movimento o Centro Pompidou, um obra que refletiu o espírito da década de setenta e que se consagrou como um *paradigma da arquitectura dos anos 70*.¹¹⁶ Usamos também esta obra como exemplo pois consideramos existirem semelhanças na linguagem utilizada por este edifício e o Centro Cultural de Souto Moura, como será desenvolvido mais à frente.

O centro Pompidou de Paris, construído entre 1971 e 1977, assenta na Place Beaubourg, no centro da capital francesa. Da autoria de Richard Rogers e Renzo Piano, esta obra marcou o início de uma série de projetos arquitetónicos que vão povoar o centro de Paris, como a Ópera da Bastilha (1989) de Carlos Ott ou o edifício da Bibliothèque Nationale François Mitterrand (1996) por Dominique Perrault. O seu programa exigia uma ocupação versátil do espaço pois o edifício compreendia um espaço de exposições temporárias e uma biblioteca, albergando também a coleção do Musée de L'Art Moderne. A sua ocupação não teve em conta o contexto urbano como afirma Tietz: *o inglês Richard Rogers e o italiano Renzo Piano não se preocuparam minimamente em adaptar o seu edifício à envolvente histórica*.¹¹⁷

¹¹⁵TIETZ, Jungen – História da Arquitectura Contemporânea. Lisboa: H. Ulman, 2008, p. 78.

¹¹⁶*Ibidem*, p. 78.

¹¹⁷*Ibidem*, p. 79.



centro Pompidou

Fonte:

http://www.richardrogers.co.uk/Asp/uploadedFiles/image/0099_Pompidou/occupation/99_0437_1_compl eted.jpg

O edifício tem uma dimensão de 166 metros de comprimento, 66 metros de largura e 42 metros de altura. A fachada exterior é definida por uma estrutura de tubagens de aço interligadas que se sobrepõe às paredes envidraçadas. O acesso ao interior do edifício é feito através de uma escada rolante inserida numa tubagem de vidro acrílico na fachada poente¹¹⁸.

Sobre a estrutura exterior do edifício composta por tubagens e os paralelos que podem ser traçados entre esta linguagem e outras obras recorreremos à afirmação de Tietz:

*Tubagens de ventilação em vermelho vivo provocam mais facilmente associações com um tombadilho de um navio do que com um edifício de museu convencional, representando uma vez mais, assim, uma citação proveniente da arquitectura do séc. XX, ao lembrarem as citações da arquitectura naval introduzidas por Le Corbusier.*¹¹⁹

Esta mesma associação entre tubagens e a figura de um navio é feita por Francesc Mola quando analisa o Centro Cultural de Souto Moura:

*A forma do edifício é constituída simplesmente por um plinto de concreto, que no seu topo acenta uma caixa de alumínio contendo tudo o que é necessário para receber as diversas actividades previstas para o pavilhão. A sua aparência tenciona evocar a arquitectura naval da frente de água que se situa perto do edifício. Tem de facto uma forte afinidade com o Gil Eanes, um navio hospital permanentemente ancorado nas imediações como museu.*¹²⁰

Outro equipamento cultural que tomámos como referência para traçar uma comparação com a obra de Souto Moura em Viana é a Neue National Galerie (1962-

¹¹⁸ Cf. TIETZ, Jungen – *História da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: H. Ulman, 2008, p. 79.

¹¹⁹ TIETZ, Jungen – *História da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: H. Ulman, 2008, p. 79.

¹²⁰ MOLA, Francesc Zamora – *Eduardo Souto de Moura Architect*. Barcelona: Loft Publications, 2009, p.326.

1968) de Mies van der Rohe em Berlim. Nesta obra, Mies utiliza a tipologia de pavilhão, à semelhança do que já havia feito anteriormente em edifícios como o Pavilhão da Alemanha (1928-1929) em Barcelona ou na Casa Farnsworth (1946-1951). O programa requeria que o edifício albergasse uma ampla sala de exposições, pequenas galerias, além de escritórios, armazéns e oficinas¹²¹. Jogando com a inclinação do terreno, Mies colocou os escritórios e os outros espaços de apoio no nível inferior da construção, criando uma solução construtiva que *funciona como plataforma para o grande espaço das exposições* como afirma Aurora Cuito.¹²²



Neue National Galerie Disponível em:
<http://imagizer.imageshack.us/a/img715/6324/roelmies2.jpg>

Cuito também define de forma sucinta a forma e estrutura do edifício:

*Uma grande cobertura estrutural metálica apoia-se num sistema de pilares e cobre um recinto espelhado, no qual os acessos e os serviços são os únicos volumes que interrompem um andar livre e flexível, ideal para compartimentar de múltiplas formas, de acordo com as necessidades das exposições. O resultado é um edifício que mantém uma relação especial com o meio envolvente, reflectindo as construções que o circundam, de entre as quais se destaca a sala de concertos de Hans Scharoun.*¹²³

A partir desta descrição, traçou-se um paralelo entre a linguagem arquitetónica e as soluções construtivas desta obra de Mies e o Centro Cultural de Souto Moura em

¹²¹ Cf. CUITO, Aurora – *Eduardo Souto de Moura*. Lisboa: Dinalivro, 2004, p. 62.

¹²² CUITO, Aurora – *Mies van der Rohe*. Lisboa: Dinalivro, 2002, p. 62.

¹²³ CUITO, Aurora – *Mies van der Rohe*. Lisboa: Dinalivro, 2002, p. 62.

Viana do Castelo, apesar da distância temporal que separa os dois edifícios: a planta livre, a fachada vítrea e a utilização de uma cobertura paralelepípeda.

A mesma autora em *Eduardo Souto de Moura*¹²⁴ estabelece uma influência de Mies van der Rohe na obra de Souto Moura. A propósito da linguagem das obras de Souto Moura, Cuito afirma:

*Esta intuição aguçada da serenidade bebeu-a Souto de Moura na arquitectura racionalista, especialmente em Mies van der Rohe. Foi com este mestre que aprendeu a arte da redução: redução de materiais, redução de formas, e, inclusivamente, redução de estratégias.*¹²⁵

Montaner na sua obra *A Modernidade Superada* refere a influência *dominante*¹²⁶ de Mies na obra de Souto Moura, mas afirmando também os aspetos que os separam, nomeadamente a importância do lugar na obra do arquiteto português. Segundo Montaner, enquanto Souto Moura utiliza o método empírico e o contexto, tomando como positivo as especificidades e condicionantes de cada projeto e lugar que aborda, Mies enfatiza, pelo contrário, o carácter universal das suas obras, independentemente do contexto do espaço que ocupam¹²⁷.

Utilizando as afirmações de Montaner e a descrição de dois exemplos de equipamentos culturais anteriormente referidos, o Centro Pompidou como a Neue National Galerie, é possível discernir as semelhanças formais e programa das duas obras com o Centro Cultural de Souto Moura. Mas também mostram uma diferença fundamental que as separam: a sua relação com o contexto natural e edificado que as rodeia. Tanto o Centro Pompidou como a Neue National Galerie, edificadas entre a década de sessenta e setenta, não procuram enquadrar a sua implantação com o lugar, ao contrário da obra de Souto Moura em Viana do Castelo, como à frente o trabalho desenvolve.

Referiu-se também, dado a tipologia da obra de Souto Moura, o Centro Galego de Arte Contemporânea (1988-1993) de Siza Vieira em Santiago de Compostela. Por outro lado é pertinente comparar como dois dos arquitetos em estudo projetam edifícios de tipologias semelhantes.

O Centro Galego de Arte Contemporânea foi uma encomenda da Xunta de Galicia e o seu programa previa criação de um museu de arte contemporânea na zona envolvente ao convento de Santo Domingo de Bonaval, em pleno centro histórico de Santiago de Compostela¹²⁸. O edifício de dois pisos é constituído por dois volumes. A obra é

¹²⁴ CUITO, Aurora – *Eduardo Souto de Moura*. Lisboa: Dinalivro, 2004.

¹²⁵ CUITO, Aurora – *Eduardo Souto de Moura*. Lisboa: Dinalivro, 2004, p. 6.

¹²⁶ MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 174.

¹²⁷ Cf. *Ibidem*, p. 174.

¹²⁸ Cf. SILVA, Helena Sofia; SANTOS, André – Álvaro Siza Vieira. Vila do Conde: Quidnovi, 2011, p. 39.

formada por um conjunto de fragmentos volumétricos horizontais que se interligam através de aglutinação, interpenetração e colagem. A interseção dos dois volumes paralelepípedicos que constituem grande parte do edifício forma um átrio triangular no primeiro andar, o que permite iluminar os compartimentos confinantes. A disposição de um cubo na base destes dois volumes paralelepípedicos incute ao edifício uma configuração recortada e zigzagueante, fazendo uma referência simbólica à textura dos edifícios da cidade. Referência mais concreta à envolvente construída é o revestimento da fachada exterior do edifício em pedra aparelhada, mimetizando a tradição construtiva da pedra de Santiago de Compostela, permitindo uma inserção que respeita a envolvente construída¹²⁹.



Centro Galego de Arte Contemporânea Disponível em:
https://c1.staticflickr.com/1/25/51984117_888d193bd1.jpg

Segundo Philip Wilkinson o Centro Galego em Santiago de Compostela (1988-1993) de Siza Vieira é influenciado pelo movimento *neo racionalista* na forma como emprega *jogos com formas arquetípicas e estranhas e torturantes aberturas, como que conjurando os fantasmas de edifícios anteriores, mas sugerindo, simultaneamente, a existência de algum ponto de interesse no seu interior*¹³⁰.

Siza, neste edifício, divide o espaço interior em vários volumes, opção diferente da de Souto Moura que concentra a área interior debaixo de um só volume. No entanto, ambos os arquitetos projetam os seus edifícios tendo em conta o contexto construído, utilizando linguagens diferentes, derivado de serem contexto com especificidades próprias e portanto diferentes no seu resultado final.

¹²⁹Cf. CONSIGLIERI, Victor - *As significações da arquitetura 1920-1990*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 376.

¹³⁰WILKINSON, Philip - *50 ideias de Arquitectura que precisa mesmo de saber*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2011, p. 159.

O início do século XXI assiste à construção no panorama internacional de várias arquiteturas de equipamentos culturais e que são paralelas à cronologia e programas das obras estudadas por este trabalho. Para a análise de algumas dessas obras recorreu-se à obra de Àlex Sánchez Vidiella *O Atlas da Arquitectura Contemporânea*¹³¹.

O Edifício Fórum 2004 da autoria dos arquitetos Herzog e Meuron em Barcelona, construído em 2004, ergue-se numa área de 16 000 metros quadrados, num terreno semi urbanizado, em frente ao mar e perto da foz do Rio Bésòs. O projeto, fruto de uma encomenda da Câmara Municipal de Barcelona, serviu como um dos edifícios do Fórum Universal das Culturas de 2004¹³².



Fòrum Barcelona Disponível em:
http://www.alfatorres.es/sites/default/files/styles/large/public/ultimas_obras/2928025256_56e6b6f13f_o.jpg?itok=EqcFOUqA

A sua construção, além de servir como espaço desse evento, teve também como objetivo recuperar a zona urbana onde se inseria, como refere Vidiella: esta *nova intervenção responde também a um vasto programa de regeneração urbana (...). A ideia era reestruturar e dinamizar um bairro operário esquecido na parte Este da cidade e convertê-lo no bairro mais importante da Barcelona do Século XXI.*¹³³

O Edifício Fórum 2004 insere-se num lugar que partilha com outros edifícios e espaços como o Centro de Convenções Internacional de Barcelona. A História, o clima, os hábitos dos seus cidadãos, todos estes factores se juntam para tornar Barcelona uma cidade propícia à utilização dos espaços urbanos a céu aberto. Os arquitetos tiveram em atenção essas características na projeção deste edifício como uma obra

¹³¹VIDIELLA, Àlex Sánchez – *Atlas de Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Livros e Livros, 2007.

¹³² Cf. VIDIELLA, Àlex Sánchez – *Atlas de Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Livros e Livros, 2007, p.166.

¹³³*Ibidem*, p. 166.

estruturante do espaço urbano¹³⁴. Vidiella desenvolve a premissa por detrás do conceito do Edifício Fórum:

*Não se pretendia construir um edifício independente dentro de um espaço público aberto, mas sim um edifício que interagisse com o meio. Um local de encontro social onde as pessoas se reunissem e convivessem.*¹³⁵

Para atingir este objetivo, a dupla de arquitetos desenvolve o edifício num volume horizontal, permitindo conciliar varias funções diferentes, como um auditório com capacidade para 3200 lugares, áreas de exposição e de administração bem como outras valências. O edifício assume a forma de um prisma triangular, elevando-se a cobertura através do uso de dezassete pontos de suporte, entres eles cinco colunas que fazem o papel de suporte fixo e várias paredes e pilares que funcionam como suportes deslizantes. A solução de elevar a cobertura permite estabelecer um amplo espaço coberto de valência pública. Múltiplos átrios rasgam verticalmente a cobertura, criando várias relações entre diferentes níveis do edifício. Este conceito espacial estabelece vários planos de perspetivas que se conjugam com claraboias, criando vários efeitos de luz. A fachada é revestida por um material de textura rugosa de tom azul, que vai alterando o seu cromatismo consoante o ângulo com que a luz incide¹³⁶.



Fòrum Barcelona: vista de uma das aberturas interiores Disponível em:
https://farm9.staticflickr.com/8159/7622216862_be5bf8893c.jpg

¹³⁴ Cf. VIDIELLA, Àlex Sánchez – Atlas de Arquitectura Contemporânea. Lisboa: Livros e Livros, 2007, p. 166.

¹³⁵ Ibidem, p. 166.

¹³⁶ Cf. VIDIELLA, Àlex Sánchez – Atlas de Arquitectura Contemporânea. Lisboa: Livros e Livros, 2007, p. 166 -168.

O Edifício Fórum 2004 de Herzog e Meuron é, à semelhança do conjunto de obras abordadas neste trabalho, um equipamento cultural inserido num meio urbano e frente ribeirinha. O seu programa requeria espaços para auditório, áreas de exposição e administração ou zonas de restauração, refletindo o uso do seu espaço para um amplo conjunto de actividades¹³⁷. Compare-se este programa com o próprio programa do Centro Cultural de Souto Moura que pressupõe uma utilização multidisciplinar do seu espaço, como se desenvolve em capítulo posterior.

É também possível traçar paralelos entre estas duas obras do ponto de vista formal: ambas se regem por volumes retilíneos e elevam a sua cobertura acima do nível do solo. Mas os paralelos também se estendem à relação de espaço exterior/interior e envolvente que ambos os edifícios desenvolvem. De forma a aprofundar essa análise utilizou-se a opinião de Ângela Mendonça ao Fórum Barcelona:

*O projecto funciona como uma melhoria urbana mas que ao mesmo tempo abre para novas abordagens materiais na associação com a natureza e a envolvente. O mesmo acontece com os espaços que criam, numa sensação de fluidez ao nível do rés-do-chão, que apontam mais uma vez com êxito para um edifício cultural em que interior e exterior se unem ao nível do peão, numa forma de lidar com os problemas dos espaços públicos e numa articulação com a envolvente.*¹³⁸

O Centro Cultural também está inserido num programa urbano, e utiliza certos materiais que se relacionam com a envolvente construída, embora utilizando materiais e referências diferentes das do Fórum. O conceito de ligação visual e física entre o interior e o exterior marca também presença no edifício de Souto Moura, um aspecto que este trabalho desenvolve ao abordar o Centro Cultural de Viana do Castelo.

Mas os paralelos entre estes dois edifícios remetem também para os conceitos que Herzog/De Meuron e Souto Moura partilham como arquitetos. Montaner engloba estes três arquitetos numa série de autores que pertencem a uma tendência minimalista, onde as suas obras se relacionam de forma direta com a escultura minimalista. Mas também afirma a diversidade da génese e propostas do minimalismo, tendência que coloca estes arquitetos e a forma como cada arquiteto tem o seu próprio percurso dentro desse movimento¹³⁹.

Mas o que define o minimalismo na arquitetura? Qual é a sua linguagem? Utilizou-se novamente a obra de Montaner para se obter uma definição do minimalismo e através dela entender melhor o carácter das obras mencionadas acima:

¹³⁷ VIDIELLA, Àlex Sánchez – *Atlas de Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Livros e Livros, 2007, p. 166.

¹³⁸ MENDONÇA, Ângela Vanessa Barbosa - *Office in progress: HERZOG & DE MEURON*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, 2011. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Disponível em WWW. URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18414>, p. 133.

¹³⁹ Cf. MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 176.

*O minimalismo, em resumo, manifesta-se tanto na redução dos elementos de linguagem quanto na simplificação das formas, tanto na busca da transparência e da imaterialidade quanto na criação de corpos sólidos, opacos, fortes, estáveis e gestálticos. Porque, de facto, a própria essência do minimalismo, esta categoria intemporal e interdisciplinar, é contraditória. A vontade de conseguir o máximo com o mínimo de meios, que de facto é uma postura maximalista, pode ser dirigida a sentidos contrários.*¹⁴⁰

Tomemos agora em consideração a tipologia da Biblioteca contemporânea. Vidella define os conceitos e as necessidades aos quais este edifício precisa dar resposta na sociedade do século XXI:

*As bibliotecas contemporâneas converteram-se e são concebidas como a criação de espaços genéricos nos quais quase qualquer actividade pode ter lugar: desde leitura para crianças, projecções visuais, reuniões em torno de diferentes temas, performances, etc. O importante para os arquitectos é o espaço público e as relações que se possam estabelecer com ele por parte dos visitantes ou dos utilizadores.*¹⁴¹

Consideremos agora o exemplo da Biblioteca Central de Seattle (2004). Este edifício é outro equipamento cultural construído no início do século XXI. Da autoria do OMA-Office for Metropolitan Architecture, estúdio de arquitetura associado à figura do arquiteto Rem Koolhaas, esta obra foi uma encomenda da Biblioteca Pública de Seattle¹⁴².



Biblioteca Central de Seattle Disponível em:
http://www.mckinstry.com/cache/Projects/5/519_344c/4.jpg

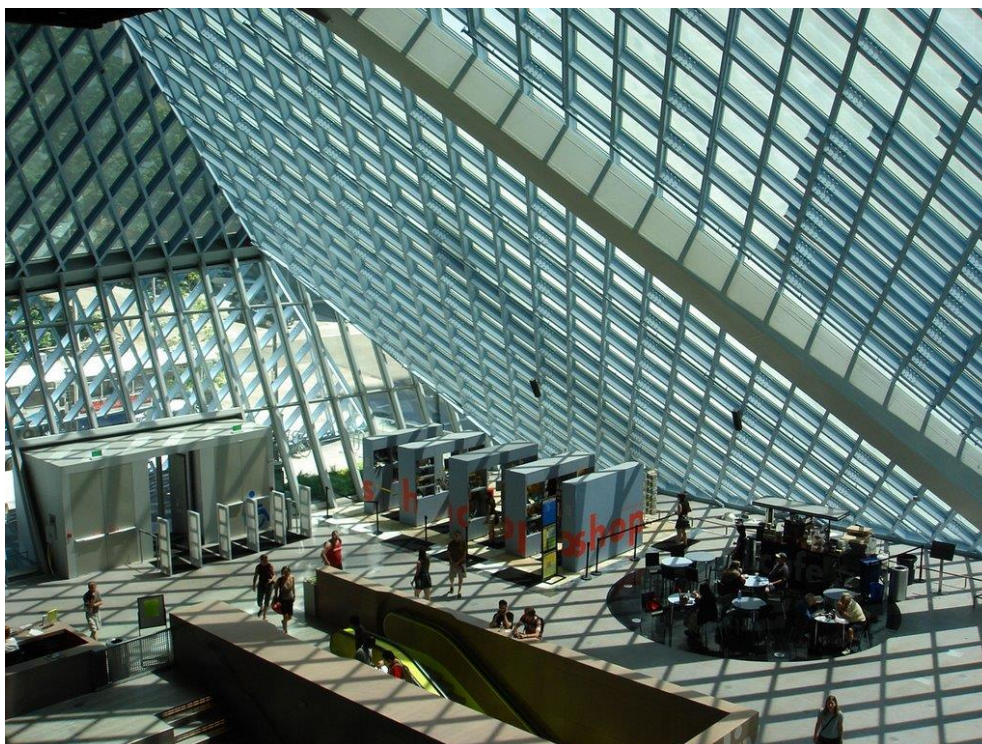
¹⁴⁰ MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 177.

¹⁴¹ VIDIELLA, Àlex Sánchez – *Atlas de Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Livros e Livros, 2007, p. 190.

¹⁴² Cf. *Ibibem*, p. 190.

Do seu programa constavam salas de leitura, zonas de lazer, áreas administrativas e um auditório. Na proposta para o projeto da Biblioteca o OMA definia o objetivo:

O nosso objectivo é redefinir/reinventar a Biblioteca como uma instituição não dedicada apenas ao livro mas também como uma loja de informação, ou seja, uma instituição onde todos os chamados “media”, sejam eles mais recentes ou mais antigos, estejam representados sob um regime de novas igualdades. Numa época onde a informação pode ser acedida de qualquer lugar, é a simultaneidade de toda a “media” e o profissionalismo da sua representação e interação que farão da Biblioteca algo novo.¹⁴³



Zona interior da Biblioteca Central de Seattle Disponível em:
<http://eliinbar.files.wordpress.com/2012/06/dsc01187-777565.jpg>

O edifício define-se por um único volume, com a fachada revestida por uma estrutura de vidro e aço. O interior utiliza múltiplas plataformas em diferentes alturas. Esta variedade de formas cria uma sucessão de espaços vazios em múltiplas cotas do interior. Os arquitetos definiram duas áreas para o edifício: as áreas estáveis, reservadas às utilizações mais tradicionais; e as instáveis para utilizações incertas. A primeira área é dividida em cinco espaços dispostos em diferentes dimensões e densidades para um aproveitamento do espaço. Nestes espaços situam-se as funções administrativas, os escritórios, as salas de reunião e de pessoal, uma espiral onde se

¹⁴³ Seattle Public Library Proposal - December 1999. Disponível em:
http://www.spl.org/prebuilt/cen_conceptbook/page2.htm

armazenam os livros e um parque de estacionamento. Cada um destes espaços é autónomo e contém os seus próprios sistemas mecânicos e estruturais. As zonas instáveis contêm cinco salas: a de leitura, a de trabalho, uma sala de estar e uma sala para crianças. Nos espaços entre os diferentes níveis situam-se os espaços de transição e de passagem¹⁴⁴. Sobre a disposição exterior e interior do edifício, Vidiella comenta:

*Esta estrutura interna dota o edifício de dinamismo e confere-lhe um aspecto orgânico. É o caso também do exterior, onde a estrutura em vidro e aço pretende de igual modo desvincular-se das formas convencionais.*¹⁴⁵

Tanto a Biblioteca de Seattle como a Biblioteca de Viana do Castelo respondem a programas com aspetos comuns que se regem pelos mesmos conceitos que se exigem a uma biblioteca contemporânea. No entanto, em termos de linguagem e forma, ambos os edifícios divergem profundamente. O espaço interior desconstruído e a estrutura exterior de ângulos inclinados da Biblioteca de Seattle são antagónicos da forma como Siza projeta o seu edifício em Viana do Castelo, como se verá mais à frente, aquando da descrição da Biblioteca de Viana do Castelo. Esta diferença de linguagem entre Siza e um estúdio de arquitetura como o OMA, associado ao movimento desconstrutivista, é referida por Tietz: *A excitação formal fantasiosa de alguma arquitectura desconstrutivista encontra-se tão afastada de Álvaro Siza Vieira como de Herzog e de Meuron*¹⁴⁶.

Essa diferença acentuada de linguagens é entendida ao se definir a própria arquitetura desconstrutivista na qual a Biblioteca de Seattle pode ser inserida. Este trabalho utilizou novamente como referência as palavras de Tietz:

*O carácter dos projectos de Gehry e de outros arquitectos como Peter Eisenman, com um aspecto marcadamente semelhante ao dos estaleiros, assim como a utilização pouco dogmática dos materiais de construção, transmitem algo da procura permanente de novos caminhos para a arquitectura. Em vez de tentar ultrapassar o Modernismo, já cristalizado em tradição, através de um voltar atrás - como o tinha feito, com tanto êxito, o Pós-Modernismo na mesma época - o Desconstrutivismo empreendeu a tentativa de, por via da discussão e da análise da história da arquitectura, retirar à arquitectura actual, mediante efeitos distanciadores fora do vulgar, algo da sua suposta perfeição. Assim um dos princípios de concepção da arquitectura desconstrutivista era precisamente “a perfeição perturbada”.*¹⁴⁷

A obra de Rem Koolhaas em particular é abordada por Montaner quando este autor caracteriza o que ele define como Neovanguardas arquitetónicas:

¹⁴⁴ Cf. VIDIELLA, Àlex Sánchez – *Atlas de Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Livros e Livros, 2007, p. 190-192.

¹⁴⁵ *Ibidem*, p. 192.

¹⁴⁶ TIETZ, Jungen – *História da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: H. Ulman, 2008, p. 107.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 93.

*A arquitectura de Rem Koolhaas, devedora da ambição inventiva de Le Corbusier, não pretende transformar a cidade capitalista, mas sim explorar as suas próprias energias e capacidades formais de maneira irónica e iconoclasta. O repertório moderno é utilizado sempre de maneira aberta e ambígua no contexto urbanismo da densidade, da congestão, da velocidade e do caos.*¹⁴⁸

Debrucemo-nos agora no panorama da arquitetura contemporânea nacional dos últimos vinte e cinco anos em alguns exemplos de tipologias semelhantes às abordadas por este trabalho, usado como referência, neste ponto, a obra *Arquitectura Contemporânea em Portugal 1991-2001*¹⁴⁹, tanto na análise de edifícios como na leitura dos textos de vários autores aí presentes.

Nuno Grande, no texto *Percursos Geracionais* refere a importância da geração de arquitetos formados entre a década de cinquenta e setenta e que, segundo este autor, foram os responsáveis por cunharem o conceito de regionalismo crítico no panorama arquitetónico internacional¹⁵⁰. E prossegue enumerando alguns dos arquitetos dessa geração:

*Essa “arquitectura de resistência “ aos progressivos fenómenos de globalização, com a qual Frapton conotou o universo em torno da “Escola do Porto” daquelas décadas, ficou expresso na acção pedagógica ou na obra de personagens como Fernando Távora, Álvaro Siza, Domingos Tavares, Alcino Soutinho (...)*¹⁵¹

Estabelece, também, uma segunda geração, que inicia a sua profissão na passagem para a década de oitenta, onde incluiu Souto Moura, definindo-o como um arquiteto que procura a *abstracção compositiva e o detalhe construtivo como valores operativos*¹⁵².

Nuno Grande determina, assim, de forma sucinta, a cronologia em que surgem em cena os arquitetos que este trabalho estuda: Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura.

Abordemos, agora, alguns dos equipamentos culturais nacionais, a partir dos anos noventa, que este trabalho considerou mais pertinentes para relacionar com as obras em estudo. Manuel Fernandes no texto *Arquitectura e Contexto* analisa o contexto da construção desta tipologia de edifícios em Portugal:

¹⁴⁸MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001, p. 142.

¹⁴⁹AA. VV. – *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*. Lisboa: Edições Asa, 2001.

¹⁵⁰ Cf. *Ibidem*, p. 22.

¹⁵¹*Ibidem*, p. 22.

¹⁵²*Ibidem*, p. 23.

*Seria então, nesta óptica, de mencionar, no contexto de um processo de modernização e de urbanização de fundo comunitário, os vastos programas equipamentais realizados- com relevo para as instalações universitárias de algumas das nossas principais cidades, e para os novos pólos de “cultura urbana” como o Centro Cultural de Belém de 1991 ou a Culturgest – e também, no contexto da crescente internacionalização da nossa cultura urbana e arquitectónica, de chamar a atenção para os acontecimentos internacionais, como a Lisboa 94, o “fenómeno” Expo’98 e agora o Porto 2001.*¹⁵³

Manuel Fernandes cita o Centro Cultural de Belém como um dos espaços culturais de referência em Portugal. E de facto, abordar o Centro Cultural de Souto Moura implica também referir o CCB para efeitos de comparação dado a sua importância no panorama nacional.



CCB Disponível em:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/1d/CentroCulturalBelem-CCBY.jpg>

O Centro Cultural de Belém (1988-1993) da autoria dos arquitectos Vittorio Gregotti e Manuel Salgado assenta na zona ribeirinha ocidental de Lisboa em Belém. O edifício ocupa uma área de seis hectares, com um programa de múltiplas funções. Para dar resposta às exigências desse programa os arquitetos dividiram o edifício em vários módulos, tendo cada um uma função específica: um espaço para centro de reuniões, um para espetáculos e um centro de exposições. O programa previa também a

¹⁵³FERNANDES, José Manuel – “Arquitectura e Contexto”. In AA. VV. – *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*. Lisboa: Edições Asa, 2001, p. 35.

construção de espaços hoteleiros que não chegaram a ser edificadas. A linguagem da obra define-se por um conjunto edificado de grande escala que ocupa todo o espaço em que assenta, de formas ortogonais e com uma fachada revestida a pedra lioz. Interiormente, o edifício organiza-se a partir de um eixo principal Poente-Nascente que começa na Praça do Império, e que se cruza por dois espaços abertos. Outros dois caminhos interceptam, perpendicularmente, este caminho principal criando uma malha ortogonal. A organização espacial deste conjunto rege-se pela disposição de uma série de espaços diferenciados que se estruturam em volta do eixo principal¹⁵⁴.

Para a análise da organização do edifício e a forma como este se relaciona com a envolvente utilizou-se o comentário de Ana Tostões:

*Estrutura mista entre o quarteirão e o edifício de grande porte, define-se como uma estrutura claramente ortogonal, definindo uma praça atravessada por um conjunto de ruas que permitem a permeabilidade urbana, as relações de vista com o exterior e o rio, e o movimento do público*¹⁵⁵.

Comparando o CCB com o Centro Cultural de Viana do Castelo, fica patente que apesar de ambos os edifícios responderem a funções idênticas, os autores destas obras utilizam formulações diferentes na sua abordagem. A diferença de escalas de ambos os edifícios é clara: o primeiro estende-se por uma grande área, estabelecendo um imenso recinto edificado, enquanto a obra de Souto Moura, por motivos de programa e por respeito à envolvente, ocupa em área e altura um espaço menor.

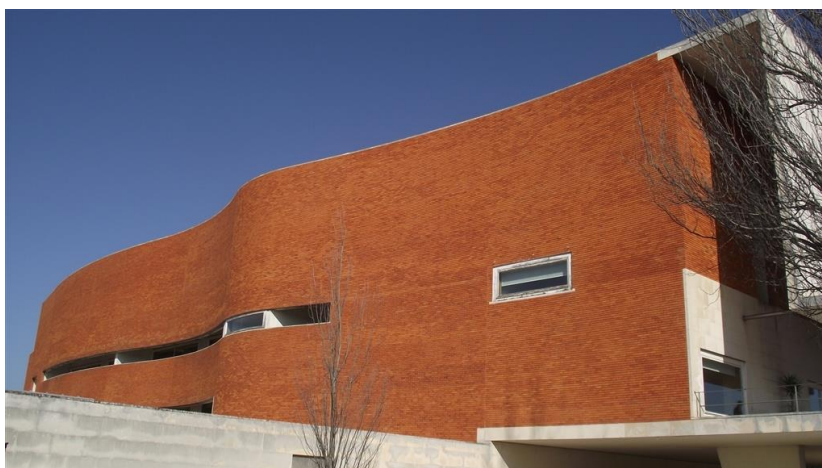
Os grandes volumes paralelepípedicos do CCB conferem-lhe uma linguagem massiva e que mimetiza a envolvente construída, nomeadamente o Mosteiro dos Jerónimos. Souto Moura também faz referência ao contexto construído do Centro Cultural de Viana, embora utilizando uma linguagem diferente, como este trabalho analisa posteriormente.

Analisemos, agora, algumas bibliotecas edificadas em território nacional nos anos noventa comparando-as com a Biblioteca Municipal de Viana do Castelo.

Achou-se relevante mencionar a Biblioteca da Universidade de Aveiro (1988-1995) por esta ser da autoria de Siza Vieira, podendo-se comparar as semelhanças e diferenças entre estes dois edifícios do mesmo autor.

¹⁵⁴ Cf. SILVA, Mariana Geraldês Aires Silva – *O Espaço Público na relação com equipamentos culturais: os casos de Lisboa e Barcelona*. Lisboa: Instituto Superior Técnico -UTL, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Disponível em WWW. URL: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144235437/Espaco%20publico%20na%20relacao%20com%20Equipamentos%20Urbanos%20-%20Mariana%20Silva.pdf>, pp. 74-75.

¹⁵⁵ TOSTÕES, Ana - *Arquitectura Portuguesa Contemporânea*. S/l: Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, 2008, p. 100-102.



Biblioteca da Universidade de Aveiro Disponível em:
[http://media.rotabairrada.grupoma.eu/irt/1503/Biblioteca%20da%20UA%20\(4\).jpg](http://media.rotabairrada.grupoma.eu/irt/1503/Biblioteca%20da%20UA%20(4).jpg)
pg.JPG

Construída no Campus da Universidade de Aveiro, este edifício define-se por um volume único de quatro pisos de altura. Três das fachadas do edifício assumem uma forma retilínea sendo a fachada Oeste definida por uma forma curvilínea que aparenta referenciar as salinas existentes na paisagem local¹⁵⁶. Nesta fachada, os vãos de iluminação horizontais e contínuos que Siza utiliza são semelhantes aos utilizados na obra de Viana do Castelo.

Se em Viana do Castelo, Siza elevou parte do volume do edifício acima do solo, aqui, este autor, projetou um só volume contínuo e assente no solo.

Analisando a planta dos dois edifícios verifica-se que Siza utiliza em Aveiro uma série de átrios interiores dispostos em diferentes níveis do edifício, atuando como elementos de distribuição e organização do espaço nas diferentes cotas. Utilizou-se a análise de Nuno Campos e Patrícia Matos para se obter o entendimento da disposição interior da Biblioteca de Aveiro:

*O interior apresenta zonas com pés-direitos diferenciados, resultado dos vazios verticais que permitem que a luz, que penetra através de um sistema de lanternins cónicos existentes na cobertura, seja conduzida de forma indirecta a todos os espaços. O objectivo perseguido por Álvaro Siza Vieira, era o de permitir que todos os lugares de leitura fossem iluminados por luz natural.*¹⁵⁷

¹⁵⁶ Cf. NUNO, Campos, MATOS, Patrícia – Guia de Arquitectura Norte e Centro de Portugal. Porto: Traço Alternativo - Arquitectos Associados, Lda, 2010, p. 15.

¹⁵⁷ NUNO, Campos, MATOS, Patrícia – Guia de Arquitectura Norte e Centro de Portugal. Porto: Traço Alternativo - Arquitectos Associados, Lda, 2010, p. 15.



Vista interior da Biblioteca da Universidade de Aveiro Disponível em: <http://imgs.abduzeedo.com/files/archi/siza/aveiro3.jpg>

Em Viana do Castelo, Siza optou por uma solução ligeiramente diferente. O espaço de leitura dispõe-se apenas num piso, e não em vários como em Aveiro. A figura do átrio como elemento que define o espaço de leitura é novamente utilizado embora seja apenas um e exterior. Em ambos os edifícios, Siza ilumina o espaço interior através de aberturas zenitais.

Outro edifício que se escolher referir é a Biblioteca Municipal de Viseu (1994-1999), da autoria de Manuel Mendes Taínha e Alexandre Marques Pereira. O edifício de dois pisos obedece a uma linguagem volumétrica de linha retilínea que se desenvolve na horizontal. O desenho geométrico do edifício delimita e dispõe das áreas públicas e privadas: uma área exterior assume o papel de espaço de acesso ao interior do edifício, bem como zona de passagem. Uma segunda área exterior jardinada fica reservada para os utentes e, portanto, remete para um espaço de cariz privado. No interior do edifício, a demarcação do espaço é feita a partir do átrio da entrada, dividindo as diferenças valências entre espaços para adultos e espaços para crianças¹⁵⁸.

¹⁵⁸ Cf. AA. VV. – Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001. Lisboa: Edições Asa, 2001, pp. 89-91.



Biblioteca Municipal de Viseu Disponível em:
<http://viseumais.com/viseu/wp-content/uploads/biblioteca-municipal-dom-mi.jpg>

À semelhança da biblioteca de Siza em Viana do Castelo, este edifício é fruto de uma encomenda municipal e que por isso responde a um programa de cariz público ¹⁵⁹. Mas se, no caso de Siza, as áreas de leitura são organizadas em função de um átrio exterior num espaço de circulação circular, no caso da Biblioteca de Viseu a área de leitura é disposta em duas áreas diferentes do edifício através da solução referida no parágrafo anterior. Isto torna a circulação no seu interior muito diferente da experiência da Biblioteca de Viana do Castelo pois são criados percursos distintos dentro do edifício¹⁶⁰. Enquanto que os arquitetos em Viseu utilizam soluções construtivas para dividir as valências para adultos e crianças, Siza coloca essas valências no mesmo espaço.

Veja-se agora outra Biblioteca na cidade de Viana do Castelo. A Biblioteca do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (1994-2000) da autoria de José Bernardo Távora, filho de Fernando Távora, é definida por três volumes interligados. O volume a Norte é o mais longo e concentra a sala de leitura, distribuída por três pisos e os depósitos; o acesso ao edifício faz-se pelo volume central que também alberga zonas de trabalho; no volume a Sul situam-se as áreas de serviços e gabinete¹⁶¹.

Os três volumes regem-se por um traçado retilíneo, com cobertura plana ou as fachadas vítreas, uma linguagem que tem muitas semelhanças formais, não só com a linguagem utilizada por Siza na Biblioteca de Viana do Castelo, mas também pelo

¹⁵⁹ Cf. AA. VV. – *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*. Lisboa: Edições Asa, 2001., p. 89.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 91.

¹⁶¹ Cf. AA. VV. – *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*. Lisboa: Edições Asa, 2001., p. 113.

próprio Fernando Távora nos edifícios administrativos da mesma cidade e que este trabalho estuda.



Interior da Biblioteca do Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Disponível em: <http://img.pai.pt/mysite/media/34/28/6/784eeef5-0c16-448a-aeb8-0870edf7ad29.jpg>

Neste edifício, Bernardo Távora concentrou a área de leitura no volume a Norte, onde coloca uma extensa fachada revestida a vidro, solução que, conjuntamente com o seu alinhamento virado para o mar cria um plano que se abre ao exterior. Este jogo de planos visuais com a envolvente exterior está também presente na Biblioteca de Siza em Viana do Castelo, embora com soluções arquitetónicas diferentes como se verificará mais adiante. Da mesma forma, enquanto Bernardo concentra a área de leitura num só volume retangular dividido por três planos diferentes, Siza opta por concentrar a área de leitura num único piso dispostos à volta de um espaço central como anteriormente referido.

Os vários movimentos arquitectónicos e os exemplos tipológicos nacionais e internacionais abordados neste capítulo demonstram as várias influências exercidas nos edifícios que este trabalho estuda, ao nível das semelhanças formais e conceptuais. Da mesma forma, ficou patente que existem no mesmo panorama arquitectónico, obras que respondendo a programas e exigências semelhantes, e em cronologias próximas, o fazem usando soluções diferentes.

Capítulo II – Génese dos projectos

2.1. Projetos de Fernando Távora: primeiras soluções

A génese dos projetos da atual praça da Liberdade, Biblioteca Municipal e Pavilhão Multiusos pode ser circunscrita aos estudos urbanísticos da Área Ocidental da cidade de Viana do Castelo que Távora vai empreender a partir de 94 para a Câmara Municipal de Viana. Estes estudos englobados na pasta Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade são constituídos por três documentos: o Relatório Sumário de Maio de 94, o Relatório preliminar de Julho de 95 e a Memória Descritiva e Justificativa de Dezembro de 96.

Este estudo insere-se numa série de planos de pormenor de três áreas urbanas, promovidos pela Câmara Municipal de Viana do Castelo após a elaboração do Plano Director Municipal de 1991 (PDM)¹⁶² e Plano de Urbanização da Cidade (PUC): a Área Oriental, a Área da Frente Atlântica e a Área Ocidental.

O Relatório Sumário do Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade assume-se como o primeiro desta série de documentos elaborados para a Câmara Municipal por Távora. Ele organiza-se em cinco pontos.

Os primeiros dois pontos servem como um resumo das políticas urbanas municipais à época¹⁶³ e o papel que a Câmara Municipal de Viana assume, após produzir o Plano Director Municipal (PDM) e o Plano de Urbanização da Cidade (PUC) como promotores da realização de planos de pormenor de três áreas urbanas envolventes do centro histórico: Área Oriental, Área da Frente Atlântica e Área Ocidental.

Quanto à Área Ocidental, o relatório, através de um curto diagnóstico, reconhece que a área embora *consolidada em boa parte da sua extensão* requererá medidas que valorizem a qualidade do seu edificado bem como a implementação de *princípios de reorganização da sua frente portuária*¹⁶⁴ como Távora defende.

O terceiro e quarto ponto desenvolvem a tipologia da Área Ocidental. Távora define os limites físicos desta área a um espaço de 67 hectares de forma retangular: a Norte a linha de caminho de ferro, a nascente a Avenida dos Combatentes, a Sul a Frente Portuária e a Poente os campos do Castelo Santiago da barra.

¹⁶² BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX. Porto: FLUP, 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, p.100.

¹⁶³ O primeiro ponto refere o contexto e a política urbana nacional com uma reflexão sobre "uma crise na situação urbanística das cidades portuguesas" onde se definem os aspetos deficitários da urbe nacional e o carácter ambiental, de identidade e de qualidade funcional.

¹⁶⁴ Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Sumário Maio de 1994, p.2. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 2 em Apêndice Documental.

Távora, na sua análise da tipologia dos espaços e edifícios contidos nesta área ocidental, vinca a importância da edificação desta área, *na definição da forma e do espírito de Viana do Castelo, pelo seu significado, qualidade ou enquadramento paisagístico*¹⁶⁵ e a sua complementaridade com o centro histórico.

Esta ligação da área de estudo ao restante espaço urbano de Viana é vincada ao longo deste relatório e dos outros dois que lhe seguem, numa aposta clara de intervenções, que embora tratem de espaços específicos têm em conta não só as outras duas áreas de estudo com a qual se articula, como toda a envolvente urbana e contexto histórico da cidade.

Ressalvando a área ocidental como a soma de vários elementos e *uma continuada sucessão de acontecimentos urbanos*¹⁶⁶, Távora sublinha, no entanto, o potencial da frente portuária a sul localizada entre o Rio Lima e o mar. Para ele este espaço era ideal para edifícios ou espaços de lazer, aproveitando a frente já construída a nascente e regendo-se pelos princípios urbanísticos de John Mulin, urbanista americano. É no seguimento das potencialidades da frente portuária que aparece a primeira referência ao atual espaço da Praça da Liberdade, sugerida nesta fase embrionária como *talvez um conjunto edificado que projecte sobre o dito "lethes" um novo Terreiro do Paço de Viana e do nosso tempo*¹⁶⁷.

Perfilava-se já em 1994, este conceito de praça, revestida duma linguagem arquitetónica contemporânea sobre o rio Lima, o qual Távora trata pelo seu antigo nome romano. E para fundamentar o seu raciocínio, faz acompanhar este relatório sumário de duas maquetes onde projeta várias soluções construtivas para a frente portuária: uma de maiores dimensões onde retrata toda a Área Ocidental e outra que vinca essencialmente o eixo norte-sul da avenida dos combatentes onde se acentua a relação visual e espacial entre o monte Santa Luzia e o rio através duma simplificação dos pormenores dos volumes da urbe.

Em ambas surgem propostas de edifícios para os espaços onde atualmente se localizam os edifícios da praça da liberdade, a biblioteca municipal e o pavilhão multiusos.

Neste projeto inicial, na praça, surgem três edifícios, um a norte com um carácter de pórtico (à semelhança do que acontece no terreiro do paço), colocado no eixo da avenida dos combatentes, fazendo uma ligação entre a avenida e o restante espaço, acentuando a ligação montanha rio através do afunilar da perspetiva visual. Os outros dois edifícios dispostos lado a lado e simétricos fecham a praça.

¹⁶⁵ Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade - Relatório Sumário, Maio de 1994, p.2. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 2 em Apêndice Documental.

¹⁶⁶ *Ibidem*, p.2. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 2 em Apêndice Documental.

¹⁶⁷ *Ibidem*, p.3. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 3 em Apêndice Documental.



Maqueta 1994 (pormenor)

Este relatório, no seu quinto e último ponto, prevê que o Plano de Pormenor da Área Ocidental de Viana do Castelo *poderá ser executado num prazo de dois anos e após um Relatório Preliminar que conterà comentários da situação e propostas de base as quais permitirão o lançamento de projetos de execução segundo calendários e critérios de gestão a fixar de acordo com a camara municipal*.¹⁶⁸

Este Relatório Preliminar que Távora refere seria elaborado um ano depois, em julho de 1995.

Se as propostas anteriores do Relatório Sumario sobre a área ocidental mostravam um plano embrionário, em 95 aparece já uma proposta mais pormenorizada e desenvolvida, quer em suporte escrito como em projeto de obra. Dos cinco pontos presentes no anterior relatório, há agora uma expansão para oito tópicos. Os tópicos presentes no primeiro relatório transitam para este, havendo agora um aprofundamento da informação da frente portuária.

Távora divide esta área em três sectores: o sector Poente (sector 1), na zona mais Oeste da frente portuária, onde se sugere a constituição de um conjunto unitário ligado as atividades da pesca; um sector Central (sector 2) de possível utilização residencial, comercial ou de espaço público o e sector Nascente (sector 3) que nas palavras de Távora:

¹⁶⁸ Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade - Relatório Sumário, Maio de 1994, p.3. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 3 em Apêndice Documental.

*Corresponde ao eixo definido pela Avenida dos Combatentes, prolongamento da extensão do cais de recente realização, contendo uma praça que projecta a cidade sobre o seu rio e cobre um parque de estacionamento, ligeiramente elevado, com capacidade para cerca de 350 veículos. Neste mesmo sector se propõe, lateralmente à praça, a implantação de dois edifícios públicos, num dos quais poderia ser a prevista Biblioteca Municipal.*¹⁶⁹

A proposta de praça sugerida no relatório anterior ganha agora maior definição e aparece a primeira referência à implantação do edifício da biblioteca municipal na zona onde atualmente está instalado o edifício.

No último ponto do relatório, Távora tece as suas considerações, enfatizando o carácter global das propostas empreendidas nesta primeira fase:

*Julgamos ter cumprido com o presente relatório preliminar os objetivos de uma primeira fase do arranjo urbanístico da área ocidental de Viana do Castelo, preocupando-nos mais com uma visão global da proposta do que com os estudos de pormenor seguramente necessários mas ainda não oportunos e só realizáveis, de facto através dos respectivos projectos de execução excluídos do presente trabalho.*¹⁷⁰

Fica assim dado o mote para a segunda fase que surge na Memória Descritiva e Justificativa do Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade de Dezembro de 1996. Composto por quinze pontos, engloba sem grandes alterações os pontos dos relatórios anteriores.

Refere-se também a existência, à data, de diversos estudos que incidiram sobre a Área Ocidental por iniciativa municipal. Segundo Távora estes estudos apesar de terem resultados sobrepostos, regem-se pelos mesmos conceitos gerais estabelecidos por este relatório.

Refere-se especificamente ao Plano de Urbanização da Cidade de Novembro de 1997¹⁷¹, uma revisão do PUC anterior, que à data estava a ser elaborado, e que o Estudo Urbanístico de Távora *pretende suprir dentro das respectivas condições contratuais.*¹⁷²

O facto da área ocidental ficar sobre a proteção de grau 2 através deste novo Plano de Urbanização também é referido. Implica então que nesta área *as intervenções deverão garantir a compatibilização volumétrica e arquitectónica com as pré-*

¹⁶⁹ Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar Julho de 1995, p. 2. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 7 em Apêndice Documental.

¹⁷⁰ Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar Julho de 1995, p. 4. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 9 em Apêndice Documental.

¹⁷¹ AFONSO, Paulo – Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p.110.

¹⁷² Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade de Viana do Castelo - Memória Descritiva e Justificativa, Dezembro de 1996, p. 3. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 13 em Apêndice Documental.

*existências e ficando condicionadas à qualidade do projecto, não podendo em qualquer caso, atingir uma altura total ou volumetria que de alguma forma prejudique elementos arquitectónicos proeminentes ou que produzam uma ruptura de escala, sendo proibidas todas as actividades que se mostrem incompatíveis com a função habitacional ou que impliquem a instalação de equipamentos especiais ou outros elementos localizados no exterior, que pela sua natureza, dimensão ou aspecto se mostrem inestético.*¹⁷³

Esta nova classificação obriga a uma abordagem arquitectónica que respeite o contexto de construção que a rodeia, bem como as qualidades do edificado e da envolvente, pressupostos que Távora já referia como sendo centrais na sua proposta da Área Ocidental desde o Relatório Sumário de 1994:

*Ela comporta, no seu conjunto, espaços e edifícios que, não sendo únicos quanto à sua qualidade, são bem importantes na definição da forma e do espírito de Viana do Castelo pelo seu significado, qualidade ou enquadramento paisagístico, podendo bem complementar o conhecido Centro Histórico da Cidade.*¹⁷⁴

Foram também tidos em contas por este relatório o estudo da área portuária feito pela junta autónoma do Porto de Viana do Castelo, a Área do interface de transportes da CP, a implantação do Clube de Vela, a recuperação dos quarteirões de propriedade da Câmara Municipal entre a Rua dos Poveiros e a Rua Góis Pinto.

É dado grande ênfase no relatório ao Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Viana do Castelo devido aos objetivos neles estabelecidos. Produzido em 1995, ele rege-se por uma aposta estratégica que estabelece a cidade como um agente dinamizador a nível da cultura, lazer e economia, a sua internacionalização, a estruturação do seu território e coesão social, uma política ambiental com ênfase na cidadania ativa. O delinear desta estratégia assentava na definição das centralidades da cidade e na sua afirmação no exterior, mas também na coesão espacial da periferia com o centro¹⁷⁵.

Távora seleciona os pontos do Plano Estratégico que para ele são os mais importantes, enumerando-os:

Afirmação da imagem e identidade da cidade, associada à valorização do seu património cultural e natural; arquitectar um campo de Férias/Festival Transnacional; desenvolver áreas

¹⁷³ AFONSO, Paulo – Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, p. 110.

¹⁷⁴ Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade - Relatório Sumário, Maio de 1994, p.2. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 2 em anexo.

¹⁷⁵Cf. BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX. Porto: FLUP , 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional, pp. 100-101.

*de vocação recreativa, de lazer e fruição do elemento água; reabilitar e animar as frentes do rio e do mar; promover a fixação de equipamentos de animação recreativa, de lazer e desportivos nestas áreas; promover a recuperação das infraestruturas portuárias disponíveis para uma utilização desportiva e recreativa; recuperar instalações portuárias desactivadas ou subaproveitadas, como a Doca de Pesca, para a instalação de atividades de apoio aos desportos náuticos; consolidar a cidade enquanto centro internacional de desportos náuticos; reabilitar e valorizar o centro histórico; criar mecanismos de intervenção no parque habitacional degradado do Centro Histórico, apoiando as iniciativas individuais; desenvolver um projeto específico de apoio à recuperação e reabilitação de edifícios de habitação; renovar os espaços de habitação degradada na periferia, contrariando as actuais tendências de marginalidade; construir habitação social; implementar projectos de recuperação/reabilitação e valorização de edifícios singulares, conjuntos de valor patrimonial, edifícios municipais, ou praças e percursos públicos que possam ser elementos cruciais em termos pedagógicos e focos difusores de um processo de qualificação e animação; qualificar o espaço público e facilitar as deslocações pedonais; criar condições de segurança, ao nível da rede viária (sinalização, faixas, etc) para a circulação de bicicletas, dentro do centro urbano; construção de novos arruamentos no espaço envolvente ao Centro Histórico, melhorando a relação física entre as diversas zonas da cidade; melhorar a acessibilidade rodoviária e ferroviária; construção do interface de Transportes na actual Estação de Caminho-de-ferro, racionalizando os sistemas de transporte urbano e interurbano; definição de uma política de estacionamento.*¹⁷⁶

Embora no relatório apenas sejam enumerados os pontos e não haja um desenvolvimento subsequente, uma análise aos tópicos selecionados por Távora mostra que estes pontos comungam em muitos casos das mesmas estratégias defendidas nos relatórios da Área Ocidental no que toca por exemplo à reabilitação das frentes do rio e do mar ou a criação de espaços de carácter público como edifícios municipais ou praças, que se enquadrem como espaços âncoras de novas espacialidades. De facto este plano de carácter geral da cidade relaciona-se não só com os pressupostos estabelecidos por Távora para a zona ocidental, mas também com as restantes áreas estudadas (Área Oriental e a Área da Frente Atlântica), numa articulação dos vários planos urbanos numa estratégia geral urbana da cidade.

Depois de referenciados os vários estudos que se relacionam com o relatório, Fernando Távora parte para a análise específica da Área Ocidental. Utiliza o desenho 285.RP.2 de Julho de 1995¹⁷⁷ como referência para as problemáticas que analisa subsequentemente, focando-se num conjunto de 14 áreas-problema, uma evolução das dez áreas do relatório anterior. Através duma planta geral de Viana do Castelo, Távora enfatiza com linha carregada as áreas de enfoque visual que para ele são

¹⁷⁶ Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade de Viana do Castelo - Memória Descritiva e Justificativa, Dezembro de 1996, p. 4. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 14 em Apêndice Documental.

¹⁷⁷ Ver imagem 10 em Apêndice Documental.

elementos basilares da sua proposta e definidores da própria referência da imagem da cidade *afirmando constantemente a relação mar-rio-monte de Santa Luzia*.¹⁷⁸

Apesar de este desenho ter a mesma data que o relatório anterior, a sua existência só é referido no relatório final de 1996. No entanto, nota-se que em 1995 já estava projetado todo o conjunto de edifícios propostos e áreas de construção a definir nos três sectores da frente portuária como a legenda indica. Na praça que Távora projeta mantêm-se os mesmo três volumes presentes nas maquetas de 94, com uma possível indicação de portal no volume a Norte.

O relatório final de 1996 irá incorporar outros desenhos mais pormenorizados

A frente portuária engloba três áreas-problema, as mesmas definidas no relatório anterior. Na área um,¹⁷⁹ desenvolve-se o projeto de uma praça no fundo sul do eixo da avenida dos combatentes *que projeta a cidade sobre o rio*¹⁸⁰, ideia que já estava expressa nos relatórios anteriores.

Segundo o relatório, neste projeto previam-se dois edifícios simétricos posicionados no eixo Norte-Sul ocupando uma área total de construção de 7500 metros quadrados, com quatro pisos de altura em que o rés-do-chão e o último piso são recuados. Um terceiro edifício de dois pisos ficaria implantado no topo norte da praça ocupando uma área de 700 metros quadrados. Há também a referência à possibilidade de se colocarem quatro pequenos edifícios na zona central da praça, de vocação comercial. Estava também prevista a construção de um parque de estacionamento subterrâneo diretamente por baixo da praça, ocupando uma área semelhante a esta de 8500 metros quadrados.

Através das plantas e perfis geral (desenho 285.EU.3)¹⁸¹ e de pormenor (desenho 285.EU.4)¹⁸² que são referenciadas como suporte visual à informação escrita deste relatório, temos acesso a vários detalhes do projeto da praça. Em termos de planta, apesar de Távora indicar a existência de três edifícios na memória justificativa, são visíveis quatro edifícios tanto no desenho de plantas e perfil geral como no desenho de

¹⁷⁸ Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade de Viana do Castelo - Memória Descritiva e Justificativa, Dezembro de 1996, p. 5. Fonte: Arquivo Municipal de Viana do Castelo. Ver imagem 15 em Apêndice Documental.

¹⁷⁹ Referida A1 no Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade de Viana do Castelo - Memória Descritiva e Justificativa, Dezembro de 1996

¹⁸⁰ Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 5. Dezembro de 1996, p.5. Ver imagem 15 em Apêndice Documental.

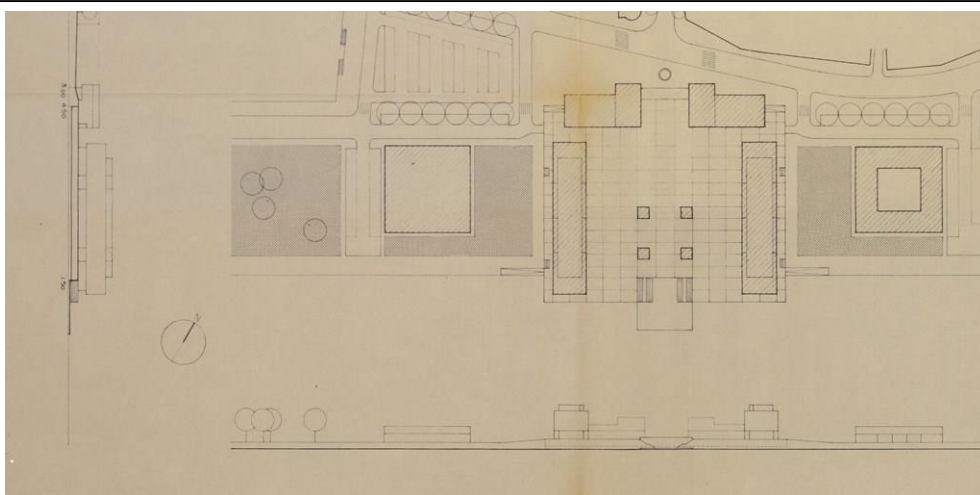
¹⁸¹ Ver imagem 20 em Apêndice Documental.

¹⁸² Ver imagem 21 em Apêndice Documental.

pormenor. Este quarto edifício apresentado nos desenhos era simétrico ao terceiro edifício que Távora indica no Relatório.

A análise do projeto de planta e perfis - pormenor mostra que a própria praça estaria numa cota ligeiramente mais elevada que o espaço envolvente. Em termos de tipologia da utilização dos edifícios, nas legendas do desenho 285.EU.3 indica-nos que os edifícios simétricos a Sul seriam vocacionados para escritórios e habitação coletiva, além da utilização comercial no rés-do-chão como referido no relatório. Os edifícios a Norte seriam ocupados por comércio e escritórios.

Este desenho indica também através das legendas a colocação a nascente da praça de uma nova biblioteca municipal. O próprio relatório desenvolve a informação que já havia aparecido no relatório anterior sobre a tipologia e a área a ocupar por este edifício. É estabelecido que a Biblioteca teria dois pisos e um pátio central de pé direito duplo com uma área de 2400 metros quadrados. Do outro lado da praça, um edifício de dimensões semelhantes seria construído, funcionando como um equipamento de uso público.



Desenho 285. EU. 4. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Pormenor Novembro de 1996 (Pormenor)

Na restante frente portuária, Távora sugere que o setor 2 (A2) seja ocupado por edifícios de três pisos, de implantação densa e vocacionados para habitação e comércio, tendo semelhanças tipológicas na métrica com o plano da área oriental como referido no relatório. Este plano implica, como Távora ressalva, a *definição de acessos, volumetria e função de edifícios*.¹⁸³

¹⁸³ Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 5. Dezembro de 1996, p.6. Ver imagem 16 em Apêndice Documental.

No setor 3 (A3), há uma definição da sua implantação e dos acessos, baseada nos projetos de edifícios fornecidos pela entidade portuária. Há a intenção de se constituir este edificado como um remate do cais, perfazendo uma primeira leitura visual a partir do mar do Castelo de S. Tiago da Barra.

Toda a proposta da frente portuária estabelecia um faseamento da sua implementação, com prioridade dada aos projetos dos sectores A1 e A3, deixando para posterior definição o sector A2.

Seguindo a sequência geográfica, o relatório foca-se na área A4, uma zona entre os edifícios do Castelo de Santiago da Barra e da Igreja da Senhora da Agonia. Projetando uma alameda arborizada entre os dois edifícios (desenho 285.EU.5), Távora enfatiza um eixo visual que ao incorporar estes elementos os engloba também na ligação entre o rio e a montanha.



Távora apresenta a maqueta do projeto do plano urbanístico de Viana do Castelo. Não datado. Fonte: Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

Noutros setores da Área Ocidental, o relatório propõe intervenções para a Praça General Barbosa (A7) e o Largo 9 de Abril (A8) no que trata a reabilitação dos seus espaços verdes e a correção do traçado dos arruamentos. Para a Praça de S. Domingos (A9), sugere-se a elaboração de projeto semelhante ao realizado na Praça da Republica (data a especificar no trabalho), referindo-se o valor arquitetónico da igreja de S. Domingos. Esta praça e a adjacente Rua Manuel Espregueira são uma das zonas realçadas a negrito, perfilando-se como um dos eixos de direção visual que Távora selecionara na proposta do relatório preliminar de 1995, já referido anteriormente (desenho 285.RP.2). No Largo do Infante D. Henrique (A10) e no Largo Vasco da Gama (A11) propõe-se a reabilitação desses espaços através da demolição dos edifícios aí existentes e a construção de novos edifícios que respeitem o enquadramento urbano.

O problema de trânsito da zona Ocidental é abordado no penúltimo tópico do relatório. Nele se considera que os problemas de trânsito foram abordados em traçado e não num âmbito geral, uma vez que essa problemática se encontrava já definida no

Plano de Urbanização da Cidade de Novembro de 1997, que à data ainda se encontrava a ser elaborado.

Távora termina este estudo afirmando ter cumprido os objetivos da segunda fase do Arranjo Urbanístico da Área Ocidental de Viana do Castelo, realçando que houve uma preocupação em estabelecer uma visão global de toda a proposta. Indica também que há espaço no futuro para realizar os necessários estudos de pormenor que não se encontravam contratualizados no corrente trabalho.

Em Janeiro de 1999, no Gabinete da Cidade, na presença do então Presidente da República Jorge Sampaio, foram apresentadas a maqueta e a planta do projeto de Távora. Em Agosto desse ano foram apresentadas, de novo, ao Primeiro Ministro da altura, António Guterres e, novamente, em 2001 a Sampaio e ao Ministro, José Sócrates, desta feita, na coberta superior do navio hospitalar Gil Eannes, atracado em frente ao local da intervenção urbanística¹⁸⁴.



Fernando Távora apresenta a maqueta e o planta do projeto do plano urbanístico de Viana do Castelo na presença do Primeiro-Ministro à data António Guterres Fonte Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

¹⁸⁴ Cf. Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

2.2. O Programa Polis

Este subcapítulo centra-se na análise do Programa Polis, iniciado no século XXI, e qual o seu impacto a nível nacional e mais especificamente em Viana do Castelo, estabelecendo-se com isso os objectivos e a política ambiental.

A influência decorrente dos estudos urbanos realizados por Távora no programa urbano, concretizados pelo programa Polis para a frente ribeirinha de Viana do Castelo, também é alvo de análise bem como a relação existente entre a génese do processo de construção dos edifícios abordados neste trabalho e o programa.

O entendimento da influência deste programa e o seu peso no processo de construção dos edifícios de Fernando Távora, Siza Vieira e Souto Moura passou pela análise do programa em si.

O programa Polis, lançado oficialmente a 14 de Abril de 2000, tinha como principais objetivos desenvolver e fomentar intervenções de grande escala de requalificação e revitalização dos centros urbanos nas suas múltiplas funcionalidades. Estas intervenções foram alicerçadas, também, por medidas que visam melhorar a qualidade ambiental das ditas urbes, bem como valorizar os elementos ambientais presentes, como frentes de rio ou de costa, através de iniciativas que procuram o desenvolvimento de zonas verdes, a promoção de áreas pedonais e uma redução do tráfego viário nos centros urbanos. Este programa baseou as suas operações numa parceria entre Governo e Câmaras Municipais, procurando que estas intervenções servissem como referências para ações futuras a desenvolver localmente. Houve uma forte componente urbana e ambiental por detrás destas intervenções¹⁸⁵.

Através do Plano Estratégico do Programa Polis em Viana do Castelo estabeleceram-se os objetivos traçados para a cidade, o seu enquadramento histórico e urbano bem como a caracterização da intervenção, como determinado no plano:

Este documento pretende constituir um guião para a intervenção em Viana do Castelo, prevendo o âmbito do Programa Polis em todas as suas vertentes, desde os primeiros estudos até ao evento que marcará o fecho dos trabalhos. Aponta caminhos de complementaridade com outras intervenções que, não sendo o seu objetivo primeiro, farão inevitavelmente parte do conjunto, definindo a intervenção, não como um mero acto da Administração Central ou

¹⁸⁵Cf. PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p.17.

Autárquica, mas como um exemplo de compatibilização dos esforços de todos quantos contribuem para a dinamização do tecido urbano nacional¹⁸⁶.

Este documento afirmou-se, assim, como a referência e suporte documental de toda a estratégia geral do programa Polis em Viana do Castelo.

Em Viana do Castelo, esta intervenção focou-se numa área de 157 hectares, com um cariz de requalificação urbana e ambiental duma ampla área urbana. Esta zona intervencionada compreendeu a Norte a Rua de Monserrate, Rua D. Amélia de Moraes, a Linha do Minho, a Avenida Luís de Camões e a Praça de Galiza, estando no limite do seu perímetro de ação a Escola Secundaria de Monserrate e o Acesso Sul ao IC1. O Rio Lima marcou a fronteira da intervenção a Sul e a Poente. A Avenida da Praia Norte e o Bairro da Misericórdia são as outras áreas que limitaram a zona de intervenção a Poente. A Nascente, a Rua da Veiga delimitou a fronteira do programa Polis.

O grosso da intervenção incidiu na zona a jusante da Ponte Eiffel, em relação direta com a restante área intervencionada a montante. Nesta área a jusante, a intervenção envolveu a requalificação do Espaço Público da Frente Ribeirinha, com duas importantes ações na zona periférica do Centro Histórico: Campo da Agonia e a Zona do Mercado incrementando este espaço através da melhoria do mobiliário urbano e a criação de circuitos pedonais.

A montante da Ponte Eiffel projetou-se a construção do Parque Urbano, projeto já determinado no Plano de Urbanização da Cidade (PUC) e a definição do Parque da Cidade.

O programa Polis previu também a fomentação de ações de requalificação e construção de património edificado, capitalizando o impulso criado pelo próprio Programa Polis, e em parceria com investimentos de outras entidades.

Em associação com o Programa Polis incluiu-se, também a construção de equipamentos coletivos da cidade, que não tendo antes um prazo de conclusão concreto, encontraram com o Polis um novo impulso. A sua implementação na zona intervencionada ditou que fossem promovidos conjuntamente com este programa, de modo a gerar uma intervenção homogénea e igual de todo o espaço intervencionado.

Assim, o Programa Polis previu que até ao final de Dezembro de 2003 as obras promovidas diretamente por si estivessem concluídas: A requalificação do Espaço Público da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia, a requalificação da Zona do Mercado, a conclusão do Anel Envolvente, a beneficiação dos Circuitos Pedonais e Valorização

¹⁸⁶PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p.13.

do Mobiliário Urbano no Centro Histórico, a ciclovia, o centro de Interpretação e Monitorização Ambiental e as duas fases do Parque da Cidade.¹⁸⁷

Política Ambiental

A definição da estratégia ambiental do Programa Polis está vinculada, no relatório, no capítulo do enquadramento:

A nova aposta estratégica de Viana do Castelo, que se encontra já numa posição privilegiada do ponto de vista da sua envolvente natural, é assumir um papel de destaque da qualidade urbana e ambiental, atingindo um posicionamento ímpar no contexto das cidades portuguesas. Situada na Foz do Lima, ou seja, entre o Rio e o Mar, tem sobranceira a si o Monte de Santa Luzia, local simbólico, de culto e de grande valor ambiental pela diversidade de espécies de flora que inclui. Os ecossistemas litoral, ribeirinho e de montanha fazem parte da cidade, quer pela sua vivência imediata quer pela sua presença visual.¹⁸⁸

Todas as intervenções do Programa Polis inseriram-se numa ação de requalificação urbana aliadas a uma forte componente de valorização ambiental que visava a melhoria da qualidade do ambiente urbano e a enfatização dos elementos ambientais que estruturam Viana do Castelo: a frente do Rio Lima, a frente Atlântica e o Monte de Santa Luzia, a forma como estes elementos se conjugavam com a cidade, e que o relatório referiu como os quatro ecossistemas.

O relatório fez uma descrição destes quatro ecossistemas, a sua situação na pré-intervenção do Programa Polis e o valor contributivo de cada um destes elementos:

- Mar - Todo o projecto de requalificação das praias do litoral norte do concelho, a própria Praia Norte, as duas Praias Douradas, o investimento em pequenas intervenções, de acordo com o POOC, que protegem as dunas, regularizam os acessos e o estacionamento.

- Rio - O grande acontecimento foi a libertação de toda a frente de rio com a transferência do Porto para a margem esquerda. A partir de então, a Autarquia tem apostado na qualificação e fruição deste espaço, promovendo aí a localização de duas marinas, da Pousada de Juventude, das instalações de apoio aos desportos náuticos, da recuperação do navio hospital Gil Eanes e da libertação global deste espaço de forma a aproximar os vianenses do “seu” rio.

- Serra - A presença do Santuário desenhado por Ventura Terra é marcante. A preservação de todo este espaço em sede de PDM é a garantia da perenidade da

¹⁸⁷PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p. 10.

¹⁸⁸PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p.21.

imagem de Santa Luzia. A Pousada (no alto) e o Hospital (na base) são exemplos de edifícios perfeitamente integrados na orografia.

- Cidade - Sem evitar os factores negativos já referidos, a cidade de Viana do Castelo é manifestamente um espaço qualificado, vivo, respeitador do seu património e das suas tradições. As intervenções em curso reforçam a sua centralidade competitiva e a sua qualidade urbana e ambiental. É este o equilíbrio a privilegiar no futuro.¹⁸⁹

O relatório evidenciou também o potencial da ligação entre os ecossistemas e a maneira como o Programa Polis se revela como uma oportunidade para a concretizar.

Objetivos da intervenção

A intervenção do Programa Polis em Viana do Castelo almejou a execução de três objetivos principais. A valorização dos vários ecossistemas presentes em Viana (mar, rio e serra) e a sua ligação à própria cidade; a qualificação do Centro Histórico, procurando uma diminuição do tráfego automóvel; o ênfase na reabilitação de toda a frente ribeirinha, transformando este espaço num *novo centro lúdico, cultural e admirativo da cidade*¹⁹⁰ aproveitando a sua posição privilegiada próxima do rio.

Desenvolvendo os conteúdos de cada um dos objetivos, foi possível entender em profundidade as suas especificidades intrínsecas.

A abordagem feita ao Centro Histórico passou fundamentalmente por duas vertentes. Por um lado a parte funcional, relacionada com a faceta comercial, num primeiro momento, e posteriormente com os equipamentos culturais, admirativos e de educação. A outra vertente passou pela intervenção urbanística, com implicações na projeção das praças, num arranjo urbanístico geral do espaço público e na contextualização urbana de monumentos e outros elementos de referência; a acuidade com a fluidez da circulação pedonal, o estabelecimento de parques de estacionamento na periferia da cidade e anéis de circulação viários.

A requalificação da frente ribeirinha como um espaço vincadamente público regeu-se por dois princípios que se complementam e que surgiram da necessidade de conjugar

¹⁸⁹PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p. 22.

¹⁹⁰PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p.26.

o usufruto desses espaços no dia-a-dia com um investimento em estruturas de especificidades próprias que conseguissem atrair públicos mais eruditos.¹⁹¹

Existiu uma ênfase em evidenciar os espaços de Viana e a sua relação com as pessoas a partir das abordagens anteriormente referidas como o plano estratégico afirmou:

Todos estes objectivos enquadram o princípio de tornar Viana do Castelo uma cidade qualificada e Intergeracional, ou seja, sem embargo de existirem outros espaços carentes de intervenção, privilegiaram-se as áreas que se inserem nos locais em que a relação afectiva entre os vianenses e os visitantes, por um lado, e o espaço físico, pelo outro, é mais marcante.

Dito de outra forma, privilegiaram-se os espaços com que mais pessoas se identificam e identificam Viana do Castelo, independentemente dos seus gostos, da sua idade, dos seus níveis de escolaridade e de rendimento.

Foram também eleitos os locais em que a qualificação não obriga a transformações físicas e/ou funcionais, uma vez que a presença de elementos naturais e construídos é a garantia de uma base sólida para essa requalificação.¹⁹²

É a partir da intersecção das premissas valorização ambiental, Centro Histórico e frente ribeirinha que se define a área de intervenção do Programa Polis em Viana do Castelo. Procura-se, desta forma, assegurar a Vitalidade económica da cidade; a qualificação urbana e ambiental; a geração de novas actividades empregadoras; a melhoria da imagem externa.¹⁹³

A realização destas premissas foi feita através da intervenção em seis domínios primordiais: a libertação do trânsito automóvel na área do centro histórico; a requalificação dos espaços não edificados como agentes que estruturam as vivências quotidianas ou ocasionais; libertar a frente de rio para a definir como um espaço recreativo; eliminar os elementos dissonantes da paisagem construída; promovendo o património natural e edificado; a construção de edifícios de habitação nas zonas nobres da cidade.

O Programa Polis aspirou a um carácter de unidade na sua intervenção, condição fundamental para a qualidade do mesmo como o próprio Plano estratégico vinca: A

¹⁹¹ PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p. 27.

¹⁹²PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p. 27.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 27.

*unidade da intervenção será o garante da qualidade do legado que ficará marcado na cidade, com parâmetros de qualificação urbana e ambiental inegáveis.*¹⁹⁴

A zona de intervenção do Programa Polis incidiu no Centro Histórico, Campo da Agonia, Frente Ribeirinha e Parque da Cidade. Tendo como referência estas áreas estabeleceram-se as *Unidades Operativas de Planeamento e Gestão*¹⁹⁵ que originaram três Planos de Pormenor: Manuel Fernandes de Sá fica encarregue do Plano de Pormenor do Parque da Cidade, a Quaternaire, Rui Mealha com o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico e Adalberto Dias com o Plano de Pormenor do Campo da Agonia e Frente Ribeirinha.¹⁹⁶

O Plano Estratégico do Plano Polis definiu que estes Planos seriam preparados em simultâneo e sob uma única coordenação, *garantindo a interligação e complementaridade entre eles bem como a coerência do conjunto*¹⁹⁷.

*Na área do Plano de Pormenor do Campo da Agonia e Frente Ribeirinha de Adalberto Dias, a intervenção incidiu na qualidade e integridade do espaço público, regulamentado e definindo a ocupação edificada do solo, particularmente o espaço formado em redor da Praça da Liberdade, a área edificada a Sul da Marina Atlântica e o enquadramento urbano no lado Poente do Campo da Agonia.*¹⁹⁸

Na zona da Praça da Liberdade em particular, a intervenção passou pela criação de acessos na envolvente da Praça, espaços verdes e a construção dos edifícios que hoje pontuam o espaço como referido pelo documento do Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia:

Abertura de novos arruamentos, percursos e vias pedonais, criação de baias de estacionamento, em conjugação com novos edifícios para programas de equipamentos e serviços. Desenho e consolidação da Praça da Liberdade e sua articulação com a frente urbana do centro histórico. Reperfilamento do percurso marginal. Criação de espaços verdes e respectiva arborização em conjugação com o mobiliário urbano e as infraestruturas necessárias. Construção dos Edifícios Administrativos, Biblioteca Municipal e Pavilhão Multiusos e outros

¹⁹⁴ PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p. 31.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p. 31.

¹⁹⁶ FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, pp. 22-23.

¹⁹⁷ PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p.30.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 31.

*equipamentos de apoio incluindo um parque de estacionamento público subterrâneo*¹⁹⁹.

Este documento já referiu as construções dos edifícios de Távora, Siza e Souto Moura. De facto, o projeto de Adalberto Dias para a Frente Ribeirinha teve em conta estas três intervenções, bem como o estudo anterior de Fernando Távora. Mas a intervenção de Adalberto regeu-se, também, pelos objetivos do Programa Polis, o que levou este arquiteto a não basear a sua intervenção apenas numa nova frente da cidade, como fez notar Jorge Figueira:

*O plano de pormenor de Adalberto Dias para a “Frente Ribeirinha” integra naturalmente essas três intervenções. Mas opta por uma certa des-densificação face ao estudo anterior. O que significa a criação de um “parque urbano” mais do que a fundação de uma nova frente de cidade. De acordo, aliás com a estratégia “ambientalista” do Programa Polis.*²⁰⁰

No entanto, o plano de Adalberto utilizou, igualmente, os estudos de Távora como referência no que toca ao eixo monte Santa Luzia-Vale-Rio Lima que este arquiteto já havia definido nos anos 90, como referido no capítulo anterior.²⁰¹

*No desenvolvimento do plano, Adalberto Dias mantêm-se fiel à livre leitura axial, no sentido monte-vale-rio que Távora esboça.*²⁰²

Através do Programa Polis e o subsequente Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha de Adalberto o projeto dos dois edifícios da Praça da Liberdade foi encomendado ao Arquiteto Fernando Távora, a Biblioteca Municipal a Siza Vieira e o Centro Cultural a Souto Moura. O envolvimento destes três arquitetos e o peso do seu mediatismo foi comentado por Jorge Figueira: *Os convites a Álvaro Siza e Eduardo Souto Moura para projectarem os edifícios contíguos à “peça central” de Távora significam também uma nova envolvente “mediática”.*²⁰³

A concepção destes três projetos envolveu a coordenação entre os três arquitetos acima referidos bem como a Câmara Municipal e a Viana Polis como referido pela brochura da Biblioteca Municipal: (...) *conceberam esta “primeira obra conjunta” em*

¹⁹⁹PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p.38.

²⁰⁰FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 23.

²⁰¹ *Ibidem*, pp. 23-26.

²⁰² FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

²⁰³FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.23.

*constante articulação mútua e com os responsáveis da VianaPolis e da Câmara Municipal.*²⁰⁴

Mesmo não fazendo parte do programa Polis, por se inserirem na área a ser intervencionada, os projetos destes edifícios estiveram intrinsecamente ligados ao Polis como menciona o Plano Estratégico do Programa Polis:

*Embora não directamente incluídos no âmbito do Programa Polis, mas com ele intimamente relacionados, por se localizarem na zona de intervenção e por esse motivo necessariamente objecto de uma coordenação e gestão integrada dos respectivos projectos e obras, encontra-se prevista a construção de um conjunto de edifícios e equipamentos já anteriormente mencionados (Edifício dos Serviços Administrativos; Biblioteca; Pavilhão Multiusos; Museu; Marina Atlântica e Recreio Aquático; Parque de Estacionamento dos Paços do Concelho)*²⁰⁵.

Também as Memórias Descritivas dos três edifícios mencionaram o processo de implementação e a coordenação levada a cabo entre os três arquitetos e as várias entidades envolvidas. No caso da Memória Descritiva e Justificativa de Maio de 2003 do projeto de Fernando Távora a referência surge no primeiro ponto do documento:

*Foi ponderada e coordenada a implantação e a relação com as construções previstas - a Nascente a Biblioteca Municipal, do Arq. Álvaro Siza e, a Poente, o Pavilhão Multiusos, do Arq. Eduardo Souto Moura- e do mesmo modo, no que se refere às infraestruturas e espaços públicos da Frente Ribeirinha, do Projeto desenvolvido pelo Arq. Adalberto Dias.*²⁰⁶

A Memória Descritiva de Siza Vieira, já definida no ante projeto de Novembro de 2001²⁰⁷, referiu tanto a influência do plano da Praça da Liberdade de Fernando Távora como o Plano da Frente Ribeirinha de Adalberto Dias:

O edifício integra-se-à no Plano da Marginal de Viana, da autoria do Prof. Fernando Távora, Plano que prevê ainda o arranjo dos espaços exteriores e a construção de uma sala polivalente e de dois edifícios de escritórios, enquadrando a Praça da Liberdade e o Monumento ao 25 de Abril.(...) A implantação do edifício foi acordada com o Prof. Fernando Távora e com os

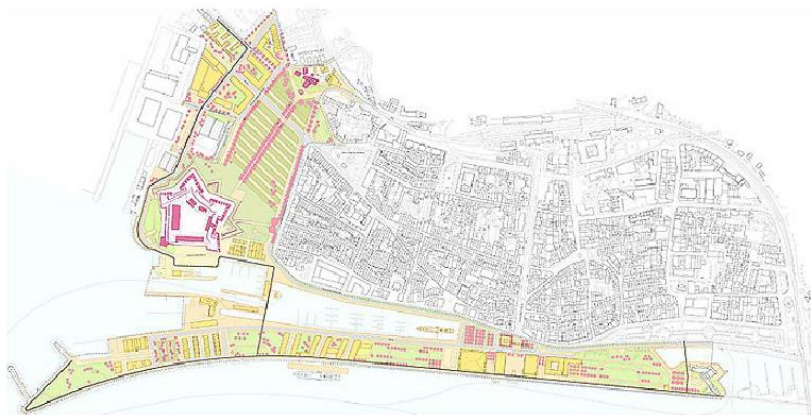
²⁰⁴Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura. p. 5.

²⁰⁵PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000, p. 37.

²⁰⁶Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003 p.2. Ver imagem 38 em Apêndice Documental.

²⁰⁷ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Memória Descritiva 8 de Novembro de 2001. Ver imagens 55 e 56 em Apêndice Documental.

restantes projectistas (arquitectos Eduardo Souto Moura, José Bernardo Távora e Adalberto Dias).²⁰⁸



Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e Campo da Agonia Fonte: AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura. P. 90.

Siza referiu também, no mesmo documento, que o programa do edifício se guiou por directivas apresentadas pela Câmara Municipal de Viana bem como pelo Programa Polis, embora sem especificar as directivas.

A Memória Descritiva do projeto de Souto Moura, datada de Julho de 2004, mencionou os aspetos tidos em conta na escolha da implantação do edifício:

A implementação do edifício respeita as referências do local, alinhado a Sul com o edifício projectado pelo Arq.º Fernando Távora.

Fernando Távora, Siza Vieira, Souto Moura juntamente com a Câmara Municipal e a Viana Polis apresentaram o Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha e os projetos dos edifícios ao Gabinete de Cidade, bem como em reuniões públicas no âmbito do processo de discussão e aprovação do Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha, nos anos de 2001 e 2002.²⁰⁹

²⁰⁸Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Memória Descritiva 8 de Novembro de 2001, p.1, Ver imagem 55 em Apêndice Documental.

²⁰⁹ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

Capítulo III – Praça da Liberdade - Apontamentos para um estudo analítico das Arquitecturas

3.1. Praça da Liberdade e Edifícios Administrativos, Fernando Távora (2000-2007)

Os dois edifícios que Fernando Távora projeta na Praça da Liberdade contêm, os departamentos do Ministério das Finanças, o Tribunal do Trabalho, o Centro de Emprego e variados espaços comerciais. Estes edifícios juntamente com a Praça da Liberdade, o monumento ao 25 de Abril de José Rodrigues, o Posto de Turismo e um parque de estacionamento subterrâneo, formam um conjunto assente na frente ribeirinha da cidade de Viana do Castelo, numa área total intervencionada de 12.130 metros quadrados.²¹⁰

O conjunto edificado de Távora está rodeado a Nascente pela Biblioteca Municipal e a Poente pelo Centro Cultural e assenta na extremidade Sul do eixo formado pela Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, sobranceiro ao rio Lima. Entre os dois edifícios projetados por Távora, funda-se a Praça da Liberdade. A Norte, entre a praça e a Avenida dos Combatentes, situa-se o Largo 5 de Outubro que alberga o Posto de Turismo, da autoria de Fernando Távora e do seu filho Bernardo Távora.²¹¹



Praça da Liberdade vista da Avenida dos Combatentes Fotografia: AT

A Praça define-se como um “vazio” central cruzado transversalmente²¹², portadora de uma linguagem moderna em que o lugar se define pela sua abertura espacial e a limitação do seu perímetro através do pavimento²¹³. Este piso é constituído por um pavimento de lajeado de granito caverneira em fiadas de 0.50 m de largura e 12 cm de espessura. Este material contrasta com a restante envolvente que é constituída por cubos de granito de 11 x 11cm

²¹⁰ Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003 p.2. Ver imagem 38 em Apêndice Documental.

²¹¹ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

²¹² FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 23.

²¹³ Cf. *Ibidem*, p. 23.

serrados na face à vista²¹⁴ e que constituem o pavimento utilizado em toda a envolvente construída das três intervenções. A diferença visual e física entre os dois materiais marca e hierarquiza o espaço da Praça como anteriormente referido.

O lajeado de granito caverneira é também similar ao pavimento utilizado no Largo 5 de Outubro e na Avenida dos Combatentes, reforçando a noção da praça como remate do eixo da Avenida. Da mesma forma, a disposição dos acessos à praça e a colocação dos alçados de maior dimensão dos edifícios posicionados na direção Norte-Sul, ajudam a vincar o eixo do eixo que compõe a Avenida dos Combatentes e a ligação que daí advém.

O espaço da praça é dominado pelo monumento ao 25 de Abril de José Rodrigues que ocupa *uma posição central e dominante*²¹⁵ como refere Távora. A sua implantação foi proposta por Fernando Távora²¹⁶.

Adquirindo o carácter de uma porta²¹⁷ que enquadra o rio, esta obra abre-se como um ícone, através da sua grande dimensão física e significado cultural. Afirma-se também como uma referência visual, que faz a ligação da cidade com a margem oposta, estabelecendo uma afinidade entre o ser humano, a natureza e a arte.²¹⁸ Esta correlação visual está evidenciada também no eixo que este monumento perfaz com a Avenida dos Combatentes, marcando a ligação rio, cidade e montanha.

O pórtico é composto por três peças de chapa de aço corten. Uma estrutura interior metálica assegura a estabilidade de todo o monumento. As duas peças verticais têm quinze metros de altura, quatro de largura e um metro de espessura. Elas estão colocadas obliquamente em relação à peça horizontal que coroa o topo do monumento. Esta peça tem oito metros de comprimento, quatro de largura e um de altura, elevando para dezasseis metros a altura total da obra.²¹⁹

É também esta peça horizontal que suporta a metade superior de um cadeado de quinze metros de altura, constituído por elos metálicos de aço inox. A metade inferior está fixada ao solo e encontra-se tombada no chão. A corrente simbolicamente

²¹⁴ Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003 p.5. Ver imagem 41 em Apêndice Documental.

²¹⁵ Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa p. 2 Janeiro 2000. Ver imagem 25 em Apêndice Documental.

²¹⁶ Cf. FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 26.

²¹⁷ ABREU, Alberto A. - Do Café S. Lazaro à Praça da Liberdade. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1999, p. 24.

²¹⁸ Cf. SOARES, Leonor - José Rodrigues: Traduções do ser apaziguando o tempo. Vertentes e modos de um percurso. Porto: FLUP, 2010. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa, p. 201.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 201.

dividida a meio, sugerindo uma quebra²²⁰, originalmente tinha os dois segmentos hirtos.

Sob a praça e edifícios está projetado um parque de estacionamento conectado a outro parque de estacionamento subterrâneo que percorre a Avenida dos Combatentes.

Jorge Figueiredo comenta o projeto da Praça de Távora, referindo a disposição anterior presente nos estudos urbanísticos dos anos noventa e a evolução do conceito de praça no atual conjunto:

*A praça é na verdade um espaço vazio de eventuais ressonâncias nostálgicas. A substituição da inicial topologia em U por uma lógica pavilhonar de edifícios paralelos tem como consequência a passagem de um espaço de tipo civil para um espaço do tipo sagrado. Isto é, o assentamento de um chão que tenderá a ganhar com o tempo, carácter alusivo de teor patriótico.*²²¹

Edifícios Administrativos (2000-2007)

Os dois edifícios principais têm a mesma profundidade, sendo o edifício a poente mais estreito que o seu congénere a nascente. O projeto de execução indica que estes dois edifícios ocupam, em conjunto, uma área de 5.780 metros quadrados.



Edifício Nascente Disponível em: http://1.bp.blogspot.com/-fuy-3n3_kjY/Tx_2Ixpual/AAAAAABDA/xDGE1aC8Rtl/s1600/Tribunal+Trabalho+Viana.jpg

Ambas as edificações assumem uma forma paralelepípeda, desenvolvendo-se em dois pisos cada, sendo ambas atravessadas a meio por *galerias cobertas*²²² na direção

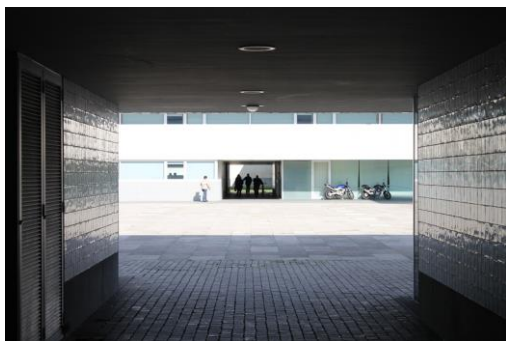
²²⁰ *Ibidem*, p. 202.

²²¹ FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 26.

²²² Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa, Maio 2003, p.2. Ver imagem 38 em Apêndice Documental.

Nascente-Poente, que além de servirem de entrada para os vários serviços e parque de estacionamento, asseguram uma ligação física e visual da Praça da Liberdade às obras de Siza Vieira e Souto Moura. Na galeria do edifício Nascente está colocado um painel de azulejos que reproduz o esboço inicial de Abril de 1995 que Távora criou no âmbito dos Estudos Urbanísticos de Viana do Castelo²²³.

A superfície exterior dos edifícios é revestida por azulejos de tom claro²²⁴ e o embasamento, que define a cota do piso térreo na fachada Norte de ambos os edifícios é constituído por placas de granito.



Vista da galeria do Edifício Poete para o Edifício Nascente. Fotografia: AT

Também comum a ambos os edifícios é a tipologia da fachada Sul. O piso térreo é recuado em relação ao piso um, contendo vãos de iluminação envidraçados, bem como pilares que pontuam este alçado, criando um espaço coberto exterior. Da mesma forma, o piso superior dos dois edifícios contém vãos de iluminação horizontais contínuos que percorrem cada uma das fachadas Sul, Nascente e Poente, encimados por palas.

²²³ Cf. Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

²²⁴ A Memória Descritiva e Justificativa do Projeto de Execução define o material exterior como marmore branco Sivec Polido embora esse não seja o material presente nos edifícios



Edifício Poente disponível em: http://1.bp.blogspot.com/-fuy-3n3_kjY/Tx_2lxxpual/AAAAAABDA/xDGE1aC8Rtl/s1600/Tribunal+Trabalho+Viana.jpg

A grande diferença da tipologia dos edifícios, além da largura distinta, é a disposição de parte dos vãos de iluminação do piso térreo. O piso térreo do edifício a Poente é percorrido por espaços comerciais, levando a que as suas fachadas Este e Oeste sejam percorridas por vãos de iluminação envidraçados. No edifício a Nascente, devido a um programa diferente, a parte Norte do piso térreo contém vãos de iluminação mais pequenos, assentes num embasamento de placas de granito, semelhante ao utilizado no lado Norte. De facto, o programa que estabelece as funções dos edifícios explica provavelmente a diferença de dimensões dos dois edifícios bem como a diferença de parte das fachadas térreas.

A cobertura dos edifícios é plana, e definida por uma zona central do piso um com um pé direito mais elevado que a restante cobertura. Lanternins pontuam toda a cobertura fornecendo iluminação às salas do piso um. Távora utiliza enchimento de betão leca, telas de PVC para impermeabilização e lajetas pré-fabricadas em betão branco assentes em suportes para revestir a cobertura²²⁵.

Uma análise à planta²²⁶ de ambos os edifícios mostra que o piso térreo é definido por duas áreas divididas pelas galerias que atravessam as edificações a meio. A área a Sul é de menor dimensão e recuada perante o plano da fachada a sul, nascente e poente. O espaço a Norte alinha-se pelo perímetro do piso superior.

O edifício Poente alberga no piso um o Centro de Emprego²²⁷, contendo, no seu piso térreo, apenas espaços comerciais, excluindo os acessos ao serviço público. O edifício a Nascente recebe a Direção Geral de Impostos²²⁸ na parte Norte do piso térreo e piso

²²⁵ Cf. Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa, Maio 2003, p.5. Ver imagem 40 em anexo.

²²⁶ Ver imagens 52/53/54 em Apêndice Documental.

²²⁷ Ver imagens 46/48/ 54 em Apêndice Documental.

²²⁸ Ver imagens 45/47/ 53 em Apêndice Documental.

um. O setor Sul do piso um contém o Tribunal de Trabalho²²⁹. Este tribunal contém duas salas de audiências a Sul com o pé direito elevado em relação ao restante espaço. A variação do pé direito é explicada por Távora na Memória Descritiva: *Nas duas salas de Audiências, fechadas ao exterior, haverá uma variação no pé direito, como forma de valorizar os respetivos espaços.*²³⁰

A iluminação destas duas salas de Audiências é assegurada por dois dos lanternins colocados na cobertura.

Jorge Figueira classifica estes edifícios como portadores de uma linguagem arquitetónica que é influenciada pela arquitetura do século XX e enumera as características arquitetónicas que os edifícios possuem que o levam a fazer essa afirmação:

*Estes dois edifícios são meticulosamente reticulados e aparentam uma neutralidade calculada. A sua linguagem decorre daquilo a que podemos chamar um “moderno suave”, sintetizando qualidades que permaneceram como herança perene do século XX: as paredes lisas, a cobertura plana, a fenêstre em longueurs e as “palas”. No entanto onde no cânone se aspira à transparência, leveza, e ãestructural, aqui há opacidade, gravidade, e predomínio da parede. A herança estilística moderna é usada como um recurso interiorizado face a um pressuposto monumentalizante*²³¹.

A colocação no programa dos edifícios de espaços comerciais por Távora visa estimular a circulação de pessoas e o aparecimento de esplanadas, criando uma relação própria entre os espaços envolventes e o próprio rio.²³² Távora procura assim tornar a Praça da Liberdade e os edifícios espaços âncora da frente ribeirinha.

Cronologia

O primeiro documento oficial da obra de Fernando Távora é o estudo prévio do Projeto Geral de Arquitetura de dois edifícios, de um parque de estacionamento subterrâneo e dos arranjos exteriores na Praça da Liberdade²³³, datado de Janeiro de 2000. A referência tanto no estudo prévio como nas imagens dos projetos do nome da Câmara Municipal de Viana do Castelo indica que esta entidade encomenda o projeto.

²²⁹Ver imagens 44/ 52 em Apêndice Documental.

²³⁰ Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa, Maio 2003, p.3. Ver imagem 39 em Apêndice Documental.

²³¹FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 26.

²³² Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa, Maio 2003, p.3. Ver imagem 37 em anexo.

²³³ Ver imagem 23 em em Apêndice Documental.

Neste estudo inicial, incluía-se não só a Memória Descritiva²³⁴, mas também a *Planta Geral – Estado Actual*²³⁵, *Planta Geral – Proposta*²³⁶, *Planta de Cobertura*²³⁷, *Planta do Piso -1*²³⁸, *Planta do Piso 0*²³⁹, *Planta Piso 1*²⁴⁰, o conjunto de imagens de projeto dos Cortes C1, C2, C3, C4 e C5²⁴¹ e o conjunto de imagens do projeto dos Cortes C6, C7, C8, C9 e C10²⁴².

Os estudos urbanísticos que Távora empreendera nos anos 90, nomeadamente a proposta de construção do conjunto edificado no topo Sul da Avenida dos Combatentes e que o primeiro capítulo aborda, são mencionados no Estudo Prévio, bem como as consequências desses mesmos estudos:

*Tendo este eixo norte-sul merecido a nossa proposta em estudo anterior da marginal da cidade foi, posteriormente objecto de duas decisões por parte da Câmara Municipal de Viana do Castelo: a construção de um Parque de estacionamento subterrâneo sobre a Avenida dos Combatentes e a instalação de um monumento ao 25 de Abril nos terrenos da Praça em referência.*²⁴³

Este eixo norte-sul que compreende a Avenida dos Combatentes e a Praça da Liberdade, explorado por Távora nos estudos anteriores, é plenamente desenvolvido no estudo prévio.

A Memória Descritiva refere a ligação íntima do projeto da praça da liberdade à *avenida dos combatentes da grande guerra e ao largo de 5 de outubro das quais constitui prolongamento e remate.*²⁴⁴

O atual Largo 5 de Outubro e o Posto de Turismo surgem já projetados no cruzamento da Avenida dos Combatentes e a Marginal.²⁴⁵ O largo mede, neste estudo prévio, 100x30m e o Posto de Turismo ocupa uma área de 480 metros quadrados.²⁴⁶

A Praça da Liberdade com a designação atual é mencionada nesta Memória Descritiva pela primeira vez. Este documento refere também as dimensões da Praça em 65 x 45m, chegando-se à área construída de 2925 metros quadrados.²⁴⁷

²³⁴ Ver imagem 24/25 em Apêndice Documental.

²³⁵ Ver imagem 26 em Apêndice Documental.

²³⁶ Ver imagem 27 em Apêndice Documental.

²³⁷ Ver imagem 31 em Apêndice Documental.

²³⁸ Ver imagem 28 em Apêndice Documental.

²³⁹ Ver imagem 29 em Apêndice Documental.

²⁴⁰ Ver imagem 30 em Apêndice Documental.

²⁴¹ Ver imagem 32 em Apêndice Documental.

²⁴² Ver imagem 33 em Apêndice Documental.

²⁴³ Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa, p. 2. Janeiro 2000. Ver imagem 25 em Apêndice Documental.

²⁴⁴ *Ibidem.*

²⁴⁵ DES. 327. EP. 4. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso 0 – Proposta, Janeiro 2000. Ver imagem 29 em Apêndice Documental.

²⁴⁶ Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa, p. 2. Janeiro 2000. Ver imagem 25 em Apêndice Documental.

A análise da *Planta do Projeto – Estado atual* revela já a presença do Monumento ao 25 de Abril de José Rodrigues nos terrenos a ocupar pela Praça da Liberdade. A inauguração deste monumento tinha-se realizado no ano anterior, a 25 de Abril de 1999.

A conceção de praça fechada que Távora utilizara nos estudos urbanísticos da década de 90 é agora substituída por uma praça aberta. Isso mesmo defende Jorge Figueira:

*A própria ideia de “praça”, enquanto espaço formado e envolvente, é trocada pela criação de um “vazio” central cruzado transversalmente. Isto é, a urbanidade tradicional a que Távora aspirava dá agora lugar a uma retórica moderna: a do espaço investido pelo silêncio, com limites mais disponíveis, menos ritualizados.*²⁴⁸

Esta mudança de conceito de praça ensaiado aqui transita para o projeto final e é muito semelhante à disposição atual do espaço.

A área de construção de cada edifício era de 3100 metros quadrados num total de 6200 metros quadrados.

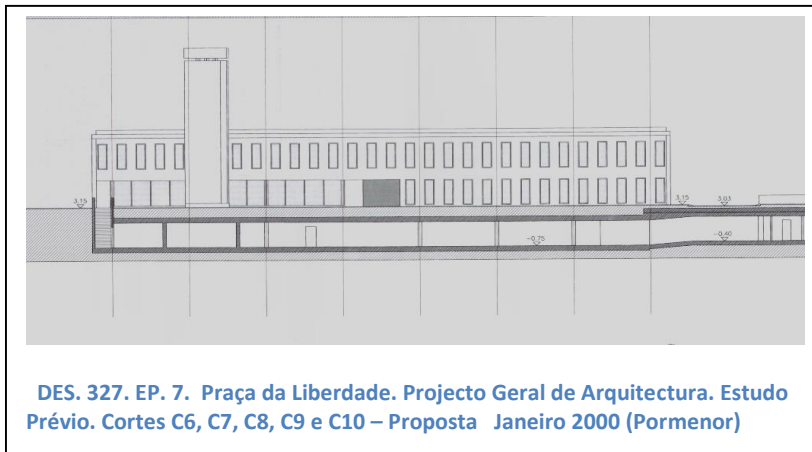
O estudo prévio contemplava dois edifícios administrativos, simétricos, de dois pisos. A Memoria Descritiva definia o programa público de funções: o edifício a poente seria ocupado pelo Ministério da Justiça e o Centro de Emprego, e o edifício a nascente seria ocupado pelo Ministério das Finanças.

Os projetos das plantas e dos cortes mostram a tipologia inicial destes edifícios. Nos alçados, Távora projeta uma repetição de vãos de iluminação retangulares dispostos na vertical no piso um das fachadas Poente, Nascente e Sul de ambos os edifícios. A metade Norte do piso do rés-do-chão é constituída pelos mesmos vãos de iluminação que percorrem o piso superior. O restante piso é percorrido por um vão envidraçado que cobre a face do edifício virado a Sul e parte do lado Nascente e Poente.

A colocação dos vãos de iluminação no rés-do-chão dos edifícios é dividida em duas tipologias: a parte Norte dos alçados Nascente e Poente é constituída por vãos de iluminação iguais aos dispostos no piso um. As restantes fachadas contém vãos de iluminação envidraçados que percorrem a restante extensão, incluindo a fachada Sul. A marcação da divisão dos dois tipos de vãos é feita por galerias que atravessam cada um dos edifícios na direção Este-Oeste.

²⁴⁷ *Ibidem*.

²⁴⁸ FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 23.



No projeto final, Távora irá abandonar esta tipologia de vários vãos de iluminação individuais, utilizando antes aberturas horizontais extensas.

Nas fachadas dos edifícios viradas para a praça, Távora colocou palas no topo do piso suportadas por pilares salientes colocados nas extremidades, com a face perpendicular em relação às fachadas. No edifício a Poente, a face do pilar é maior que a face do outro edifício.

Távora divide o piso térreo em dois volumes independentes, através das galerias que atravessam a meio ambos os edifícios em direcção Este Oeste, e por onde se faz o acesso aos serviços e ao parque subterrâneo. O volume Sul é de menor dimensão que o volume Norte e está recuado em relação ao piso um.

As Plantas dos vários pisos fornecem a disposição dos espaços. No rés do chão, do volume a Sul, situar-se-iam os espaços destinados ao comércio. A entrada para os vários serviços bem como os acessos ao parque de estacionamento eram feitos através das galerias, tanto a Norte como a Sul. O Volume Norte do piso térreo dos dois edifícios era ocupado pelo Ministério da Justiça e Ministério das Finanças. O primeiro piso era ocupado inteiramente pelos departamentos e serviços.

Esta colocação espacial dos serviços públicos e dos espaços comerciais à época estabelecia já em grande parte a disposição atual das divisões nos edifícios embora com uma tipologia diferente.

A 28 de Setembro de 2001 o Estudo Prévio é revisto, surgindo um novo texto. Os motivos da revisão do Estudo Prévio são apontados no documento:

O presente Estudo Prévio – Revisão do Projeto Geral de Arquitectura constitui uma nova primeira fase do conjunto de edifícios que participara no arranjo da Praça da Liberdade, dado que outros anteriores estudos por não terem os seus programas

*definidos não eram capazes, pela sua programação, de dar satisfação aos desejos municipais e das respectivas entidades para o efeito.*²⁴⁹

As mudanças do programa que Távora menciona têm como maior consequência a alteração da disposição dos dois edifícios. Da anterior simetria presente no estudo prévio de 2000, passa-se, um ano depois, para dois edifícios de diferentes dimensões como atualmente sucede:

*Nos dois edifícios, cujo programa foi mais recentemente fornecido, fomos levados a uma solução em que o edifício a poente é mais estreito do que o edifício a nascente, sendo embora de profundidade semelhante.*²⁵⁰

Dessa forma o edifício a Poente contém, agora, as instalações do Centro de Emprego localizados no primeiro piso, sendo o piso térreo ocupado por espaços comerciais. No edifício a Nascente, de maiores dimensões, previa-se a ocupação dos Serviços das Finanças na parte Norte do piso térreo e piso 1. A parte Sul do primeiro piso do edifício fica reservada para o Tribunal de Trabalho de Viana do Castelo já com o aumento do pé direito das salas de audiência.²⁵¹

Esta disposição dos serviços adoptada em 2001 aproxima-se da ocupação atual no que toca à vocação dos espaços.

As alterações na área dos edifícios traduzem-se, também, num redimensionamento das medidas da Praça da Liberdade, que mede no projeto de Revisão 48x52m.²⁵²

Este documento menciona pela primeira vez a presença dos edifícios de Siza Vieira e Souto Moura, e a tratá-los como parte de um conjunto que a obra de Távora igualmente integra:

A composição no seu conjunto consta de três edifícios: ao centro o conjunto aqui referido que ladeia a Praça da Liberdade, constituída por uma ampla plataforma que apoia o monumento e tem as dimensões de 48x52m. A praça é ladeada a nascente e a poente por dois edifícios aqui referidos. Depois, ainda a Nascente, situa-se a Biblioteca Municipal (Projeto do Arquiteto

²⁴⁹ Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio – Revisão. p. 1, Setembro de 2001. Ver imagem 34 em Apêndice Documental.

²⁵⁰ Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001, p. 3. Ver imagem 36 em Apêndice Documental.

²⁵¹ Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001, p. 3. Ver imagem 36 em Apêndice Documental.

²⁵² Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001, p. 2. Ver imagem 35 em Apêndice Documental.

*Álvaro Siza Vieira) e a poente o edifício para o Pavilhão Multiusos (Projeto do Arquiteto Eduardo Souto de Moura.*²⁵³

Em Maio de 2003 surge o Projecto de Execução da Praça da Liberdade e dos edifícios, embora este trabalho só tenha conseguido aceder à *Memoria Descritiva e Justificativa*²⁵⁴ e à *Planta Geral – Proposta*²⁵⁵.

A disposição definitiva e em detalhe dos serviços dos edifícios de Fernando Távora é estabelecida em Novembro de 2005 através das plantas de ocupação dos dois edifícios.²⁵⁶

Ainda que esse trabalho não tenha conseguido apurar a data do início das obras sabemos que o edifício estaria praticamente concluído a 6 de Setembro de 2007, aquando da reunião dos 27 ministros dos Negócios Estrangeiros (MNE) da União Europeia (UE) na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Nessa data, os edifícios de Távora albergaram o Centro de Imprensa como noticiou online o Jorna de Noticias do dia 5 de Setembro:

*Esta nova praça inclui os edifícios administrativos desenhados por Fernando Távora, onde funcionará o Centro de Imprensa montado para receber as mais de três centenas de jornalistas que vão cobrir a cimeira informal.*²⁵⁷

²⁵³ *Ibidem.*

²⁵⁴ Ver imagens 37/38/39/40/41/42 em Apêndice Documental.

²⁵⁵ Ver imagem 43 em Apêndice Documental.

²⁵⁶ Ver imagens 44/45/46/47/48/49/50/51/52/53/54 em Apêndice Documental.

²⁵⁷ UE/Presidência: MNE reúnem-se em Viana do Castelo em edifícios "assinados" por Siza e Távora. Jornal de Noticias (05/09/2007). Disponível em WWW. URL: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Interior.aspx?content_id=712062.

3.2. A Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, Álvaro Siza Vieira (2001-2008)

A Biblioteca Municipal de Viana do Castelo, da autoria de Siza Vieira, assenta na frente de rio, a nascente da Praça da Liberdade e de edifícios projetados por Fernando Távora e do Centro Cultural de Souto Moura.



Biblioteca Municipal de Viana do Castelo Imagem disponível em; http://www.cm-viana-castelo.pt/uploads/gallery/a23_abf_4465aa.jpg

Este edifício é propriedade da Câmara Municipal de Viana do Castelo. O desenho do edifício de dois pisos é dominado pelo volume quadrangular elevado com 43x 43m, com um vazio central de 20x 20 metros. No rés-do-chão, o volume estende-se para nascente, assumindo o piso um formato da planta em L²⁵⁸.

Siza Vieira projeta o volume do primeiro piso, fazendo-o assentar em parte no piso térreo a nascente e em dois pilares de planta em L, a poente. Esta solução cria uma abertura espacial em grande parte do nível térreo, que se traduz numa ligação visual entre o rio Lima e a cidade de Viana do Castelo. Este conceito arquitetónico é mencionado na Memória Descritiva, assumindo-se como uma das opções que regem a expressão arquitetónica do edifício:

*Visibilidade sobre o Rio numa grande extensão do edifício, por elevação da sua maior superfície, com apoios nos dois extremos poente e nascente, respetivamente por dois pilares de planta em “L” e pela área construída em rés-do-chão.*²⁵⁹

O edifício está ligeiramente recuado em relação ao eixo Este-Oeste que os restantes edifícios estabelecem a Sul com a margem do Rio Lima. Um relvado envolve a fachada Sul e parte do vazio central.

²⁵⁸ Cf. *Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Camara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.*

²⁵⁹ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002 p.2. Ver imagem 77 em Apêndice Documental.



Vista da Fachada Norte com o rio Lima em segundo plano. Fotografia: AT

Esta solução de Siza é comentada por Jorge Figueira: *o corpo principal da biblioteca eleva-se apoiado em dois pilares em “L” e num volume que, por contraste, parece estar amarrado ao chão*²⁶⁰.

Os acessos exteriores à Biblioteca fazem-se através de um pavimento pétreo que liga o edifício ao restante conjunto construído a Poente bem como em direção a Nascente, acompanhando a fachada Norte. Este pavimento que é semelhante ao utilizado na envolvente dos edifícios de Távora e Souto Moura compõe grande parte do espaço imediatamente abaixo do vazio central do piso elevado.

A superfície da Biblioteca é revestida por betão branco aparente e por pedra faceada no embasamento que tem 1.40 m de altura²⁶¹.

Vários vãos de iluminação pontuam a fachada do edifício. Ao nível térreo estas *extensas aberturas horizontais*²⁶², como Siza as denomina, estão presentes na fachada Norte, e preenchem quase toda a extensão da fachada Nascente. Um pequeno vão de iluminação horizontal surge na extremidade nascente da fachada Sul.

No piso superior, Siza abre vãos de iluminação horizontais na fachada Norte que se prolongam em parte da fachada Nascente. Outro vão de iluminação, na mesma fachada Nascente, assenta num terraço que ocupa parte da cobertura do piso térreo e é encimado por uma pala.

²⁶⁰FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

²⁶¹ Cf. Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte A-A e Alçado Sul. Desenho 15, Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003. Ver imagem 83 em Apêndice Documental.

²⁶² Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002 p.2. Ver imagem 77 em Apêndice Documental.

A fachada Sul tem uma sequência de vãos de iluminação que se prolongam pelo gaveto até à fachada Poente. Estas aberturas estendem-se para o exterior da fachada através dum varandim e de uma pala que acompanham toda a extensão destes vãos de iluminação.



Vista do vazio central Disponível em:
http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/c/c8/Biblioteca_Municipal_de_Viana_do_Castelo.JPG

O vazio central do primeiro piso contém um vão de iluminação em cada uma das suas fachadas interiores, excetuando a fachada virada para poente que é cega. O vão no interior do átrio da fachada virada a nascente é encimado por uma pala. A tipologia destes vãos é semelhante às aberturas das fachadas exteriores na sua disposição horizontal. A colocação das aberturas e a sua exposição à luz constituem uma das opções arquitetónicas de Siza conforme indica na Memória Descritiva: *Proteção solar ou orientação apropriada das aberturas*²⁶³.

²⁶³Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002 p.2. Ver imagem 77 em Apêndice Documental.



Espelho de água e escada de emergência adossada ao pilar Poente/Sul Fonte: Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Camara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura

No espaço exterior do edifício, a poente, dois espelhos de água rodeiam os dois pilares. Estes espelhos estão ligados entre si através duma valeta coberta que corre na direção Norte-Sul.



Vista da Fachada Sul Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/-pEFw0wZvJJE/TmJWdq87Sol/AAAAAAAAAFE/FRCcItcXN9E/s1600/Biblioteca+Viana+do+Castelo+%25281%2529.JPG>

A incidência da luz nestes planos líquidos provoca efeitos visuais que se refletem na superfície do edifício. Uma escada de emergência adossada ao pilar Poente/Sul permite a passagem do primeiro piso para o exterior.

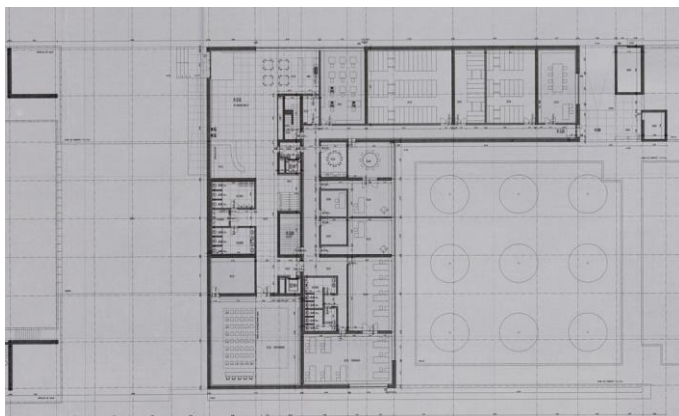
Na área a Nascente da Biblioteca, muretes prolongam a Norte e a Sul a extensão do edifício estabelecendo um eixo paralelo ao Rio Lima. Contidos dentro destes muretes, e em paralelo, dispõe-se, em fileiras, a vegetação que compõe o espaço ajardinado. Ao

utilizar os muretes como solução arquitetónica, Siza prolonga o edifício numa extensão horizontal, criando uma relação entre o volume do edifício e a envolvente do jardim. A isso mesmo se refere Siza Vieira, ao apontar na Memória Descritiva essa opção: *Definição volumétrica intencionalmente condicionada ao diálogo jardim/construção*²⁶⁴.

Da mesma forma, a utilização dos muretes faz com que o edifício tenha maior extensão nas fachadas Norte e Sul. Ao expor o lado Sul da edificação à frente de Rio, enfatiza o eixo Este-Oeste que a Biblioteca cria juntamente com os edifícios Administrativos (Fernando Távora) e o Centro Cultural (Souto Moura).

O espaço coberto no extremo nascente do piso térreo serve como entrada de serviço, com capacidade para estacionar uma viatura de serviço. Contígua a esta área encontra-se a caldeira, a Sul, e o posto de transformação a Norte.²⁶⁵

A entrada principal está virada para Poente, tendo a soleira 65 cm de altura resolvidos através quer de uma rampa quer de quatro degraus.²⁶⁶



**Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso
Térreo Desenho 12 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 (Pormenor)**

Passando a entrada principal, tem-se acesso ao átrio de entrada, onde se localiza o balcão de atendimento e a cafetaria. Ao lado da escadaria que leva ao primeiro piso, um corredor dá acesso a uma sala polivalente a Sul, que funciona como auditório e sala de exposições, bem como aos sanitários. Esta sala contém uma parede móvel que atua, também, como painel de exposição dividindo a meio a sala, numa orientação Norte-Sul. O espaço foi designado pela Autarquia Sala Couto Viana, homenageando, assim, o poeta vianense²⁶⁷.

²⁶⁴ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002 p.2. Ver imagem 77 em Apêndice Documental.

²⁶⁵ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso Térreo. Desenho 12, Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003. Ver imagem 80 em Apêndice Documental.

²⁶⁶ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

²⁶⁷ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

Todo este espaço constitui a área de serviço público do piso térreo. A análise da planta do piso térreo revela a disposição da área de serviço interno. Esta zona concentra-se a nascente da área de serviço público.

As divisões a Norte, vistas de poente para nascente são, respetivamente, a Sala de consulta de reservados, o depósito de conservação, o depósito de periódicos, o depósito de difusão e a sala de receção e manutenção que tem acesso ao exterior através da entrada de serviço.²⁶⁸ As salas que se ocupam dos depósitos têm um adequado tratamento do ar, como indicado no livrete da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo.²⁶⁹

Encostada à fachada Sul, encontra-se uma divisão dedicada aos serviços técnicos. Adjacentes a esta sala localizam-se outros sanitários. Na fachada Nascente, uma sala extensa constitui a zona de serviços técnicos, designada na planta como zona 2 a que se seguem dois gabinetes de trabalho e a Sala de Reuniões. Contíguas aos gabinetes ficam a sala de informática e a sala de arrumos.



Escadaria de acesso ao primeiro piso Fonte: *Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura*

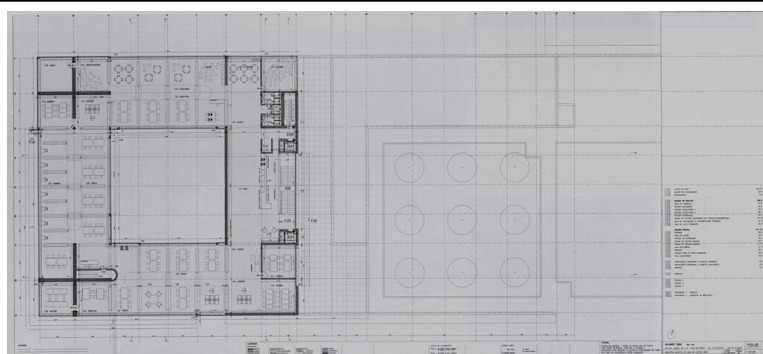
O utente acede ao primeiro piso, onde se localizam as áreas de leitura, através de uma escadaria anteriormente referida e de um elevador. A comunicação entre o primeiro

²⁶⁸ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso Térreo. Desenho 12, Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003. Ver imagem 80 em Apêndice Documental.

²⁶⁹ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

piso (de uso público) e a área interna do piso térreo (de acesso privado) faz-se por uma segunda escadaria. A área interna está também equipada com um elevador.

A disposição espacial do primeiro piso organiza-se em quatro alas que se desenvolvem em torno do vazio central. A circulação por este espaço faz-se tanto a partir da ala Norte como a partir da ala Sul.



Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso 1 Desenho 13 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 (pormenor)

Neste piso, encontra-se o balcão de atendimento do serviço de leitura, a reprografia, salas de apoio ao serviço de biblioteca e os sanitários. Um mobiliário expositivo dispõe-se na parede cega do corredor de circulação voltado a poente.

Contendo as temáticas para adultos, as Alas Sul e Poente designaram-se Luís de Camões e José Saramago em homenagem a estes expoentes da literatura nacional. A secção juvenil e infantil a Norte é a Ala Fernando Pessoa. Coube à Câmara Municipal escolher e atribuir o nome destes escritores portugueses a estas três áreas de leitura²⁷⁰.

No espaço de articulação das alas, Siza cria divisões para funções específicas: Sala Multimédia, Sala de Auto Formação, Sala de Informação Europeia, contígua à anterior divisão e, ainda, o *atelier* de expressão com arrumo adjacente e a Sala do Conto.²⁷¹

A disposição dos vãos de iluminação permite uma ligação visual contínua do rio e da cidade a partir do interior das alas Norte e Sul. Siza repete, assim, a solução que adopta no piso térreo, ao elevar o volume do primeiro piso.

As três Alas de leitura são percorridas por lanternins axiais²⁷² que iluminam de forma indireta o espaço interior. No teto, os vãos dos lanternins criam jogos volumétricos de cheios e vazios, claro e escuro, linhas retas e curvas.

²⁷⁰ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

²⁷¹ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso 1. Desenho 13, Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003. Ver imagem 81 em Apêndice Documental.

No caso da Ala Fernando Pessoa e Ala Luís de Camões estas aberturas estão direcionadas para Norte, e na Ala José Saramago para Nascente.

A relação destes lanternins com a estrutura do edifício é abordada por Jorge Figueira:

*Siza desenha os lanternins axiais das salas de leitura em consonância com as paredes-vigas que sustentam o edifício como é tornado evidente na cobertura*²⁷³.



Iluminação do interior da Biblioteca através dos lanternins que não são visíveis nesta imagem.

A estrutura do primeiro piso é formada por um “esqueleto” de vigas de aço revestidas por betão armado²⁷⁴.

O edifício é definido pela *Ortogonalidade em planta e alçado*²⁷⁵ como Siza menciona e constitui uma das opções arquitetónicas do arquiteto. De facto, essa ortogonalidade é sistematicamente utilizada para definir as formas do edifício, tanto com os vãos de iluminação, como com as fachadas ou com a definição da figura da planta do piso térreo e do primeiro piso através de formas quadrangulares.

Jorge Figueira ao analisar a Biblioteca refere que: *A lógica estrutural é parte integrante e exposta da arquitetura do edifício*²⁷⁶.

²⁷² FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

²⁷³FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

²⁷⁴Cf. Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

²⁷⁵Biblioteca Municipal de Viana do Casteo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002 p.2. Ver imagem 77 em Apêndice Documental.

²⁷⁶FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

Seguindo o raciocínio da estrutura do edifício, este autor defende que a Biblioteca se enquadra no *jogo de desequilíbrio formal a que Siza gosta de recorrer, nomeadamente em edifícios de carácter público*²⁷⁷. Compara, assim, a solução que Álvaro Siza usa na Biblioteca com outros elementos de obra do arquiteto, como a parede suspensa do Centro Gallego de Arte Contemporânea de Santiago de Compostela e a pala do Pavilhão de Portugal. Jorge Figueira, ao desenvolver a temática do desequilíbrio formal, traça também um paralelo entre a sobriedade estrutural da Biblioteca e a escola paulista:

*Esta abordagem é talvez remanescente da arquitectura moderna brasileira e, em particular, da “escola paulista”, que determina o uso do menor número de “apoios” de acordo com a poética de Vilanova Artigas. Na biblioteca, em particular, essa avareza estrutural determina a sobriedade encantatória do edifício “suspenso”*²⁷⁸.

Como é habitual nas suas obras, também aqui Siza Vieira projeta a quase totalidade do mobiliário e arquitectura de interiores. As cadeiras da Sala Polivalente do piso térreo foram projetadas em conjunto com o Arquiteto Souto Moura. O mobiliário foi executado pela Empresa de José Simões.²⁷⁹

Cronologia:

O Ante-projeto da Biblioteca Municipal data de 9 de Novembro de 2001.²⁸⁰ Este documento contém a listagem dos elementos enviados à Câmara Municipal, divididos em tópicos de arquitetura e engenharia: Memória Descritiva²⁸¹, Estimativa Orçamental, Quadro de Áreas, Planta de localização em escala 1:1000, Planta de implantação coberturas, Planta de implantação pelo Piso Térreo, Cortes Gerais em escala 1:500²⁸², Planta do Piso 0²⁸³, Planta do Piso 1²⁸⁴, Planta de coberturas, Alçado Sul e Corte AA, Alçado Norte e Corte BB, Alçado Nascente e Corte CC, Alçado Poente e Corte EE, Corte DD e Corte FF em escala 1:100. Na parte da Engenharia inclui-se o Projeto de estruturas e redes hidráulicas, Projeto de Instalação e Equipamentos Eléctricos de Telecomunicações e de Segurança activa e o Projeto de Instalações Mecânicas de AVAL.²⁸⁵

²⁷⁷FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 27.

²⁷⁹Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

²⁸⁰ Ver imagem 57 em Apêndice Documental..

²⁸¹ Ver imagens 55/56 em Apêndice Documental.

²⁸² Ver imagem 58 em Apêndice Documental.

²⁸³ Ver imagem 59 em Apêndice Documental.

²⁸⁴ Ver imagem 60 em Apêndice Documental.

²⁸⁵ Dos documentos mencionados no Ante-Projecto: Listagem, este trabalho só conseguiu aceder aos elementos que remetem para as imagens em em Apêndice Documental.

A primeira Memória Descritiva da Biblioteca Municipal data de 8 de Novembro de 2001. Este documento é idêntico à Memória Descritiva final de 2003 e enumera já as opções arquitetónicas tomadas e presentes nessa mesma Memória:

Visibilidade sobre o Rio numa grande extensão do edifício, por elevação da sua maior superfície, com apoios nos dois extremos poente e nascente, respetivamente por dois pilares de planta em “L” e pela área construída em rés-do-chão.

Ortogonalidade em planta e alçado

Predominância de extensas aberturas horizontais, complementadas por lanternins

Proteção solar ou orientação apropriada das aberturas

Superfície exterior em betão branco aparente e revestimento em pedra faceada constituindo embasamento do edifício²⁸⁶.

A observação das Plantas e dos Cortes Gerais da Biblioteca, datados de Novembro de 2001, revela que o projeto deste edifício assumia, já em grande parte, a sua forma atual e que o programa do edifício e a função dos espaços à época estava maioritariamente estabelecido. É o caso da disposição das áreas de leitura, salas de apoio, sala polivalente e serviços técnicos.

Em Janeiro de 2002 as *Planta Piso térreo 1*²⁸⁷ e *Planta Piso 1*²⁸⁸, são substituídas por novas Plantas denominadas *Planta Piso térreo 1A*²⁸⁹ e *Planta Piso 1 2A*²⁹⁰.

Estas novas Plantas do piso térreo e do piso um redefinem o posicionamento de algum mobiliário ou implementam novas peças de mobiliário.

Em Março do mesmo ano, as Plantas são novamente trocadas por novas plantas designadas *Planta Piso térreo 1B*²⁹¹ e *Planta Piso 1 2B*²⁹².

Esta sucessão de novos esquemas de plantas, e as razões que pelas quais essa mudança é efetuada, está patente no documento que data também de Março de 2002.

Este documento datado de 14 de Março de 2002, intitula-se *Biblioteca Municipal de Viana do Castelo - Resposta ao parecer do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas*.²⁹³

²⁸⁶ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Memória Descritiva, 8 de Novembro de 2001, p. 2. Ver imagem 56 em anexo em Apêndice Documental.

²⁸⁷ Ver imagem 59 em Apêndice Documental.

²⁸⁸ Ver imagem 6 em Apêndice Documental.

²⁸⁹ Ver imagem 61 em Apêndice Documental.

²⁹⁰ Ver imagem 62 em Apêndice Documental.

²⁹¹ Ver imagem 74 em Apêndice Documental.

²⁹² Ver imagem 75 em Apêndice Documental.

Embora não se possa apurar o remetente deste texto, a introdução do Documento indica que o texto quantifica as alterações feitas em resposta ao parecer do IPLB, datado de Fevereiro de 2002. Essas alterações ocorreram no projeto de arquitetura e na distribuição do mobiliário na Biblioteca.

Na parte arquitetónica as mudanças incidiram na secção infantil e implicaram a criação de uma nova divisão entre a Sala do Conto e o Atelier de Expressão como o documento refere:

-Foi criada uma divisão entre a Sala de Conto e o Atelier de Expressão, que garante o acesso independente à Sala de Conto.

-Foi transferido o Espaço para Pequenos para o espaço onde antes estava a Sala de Multimédia, reduzindo assim o ruído nesta zona próxima da Secção de adultos.²⁹⁴

De facto, se na Planta do primeiro piso 1 de Janeiro de 2002 a Sala de Conto e o Atelier de Expressão não continham qualquer divisão, a análise da Planta de Março do mesmo ano mostra que entre estes dois espaços se introduziu uma parede.

A redistribuição e adição de mobiliário incidiram nos Átrios de ambos os pisos, na Sala Polivalente, nos Serviços Internos, na Secção de Adultos e na Secção Infantil.²⁹⁵

A 18 de Março de 2002, a Chefe de Divisão de Biblioteca e Documentação da Câmara Municipal de Viana do Castelo assina um texto onde define as opções tomadas no programa do projeto da nova biblioteca. Intitulado *Ante-Projecto da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: Algumas opções tomadas*²⁹⁶, este documento enumera e define em três pontos algumas das decisões do programa do edifício da Biblioteca Municipal. O primeiro ponto descreve a sala de consulta de reservados do piso térreo. Esta divisão permite o acesso de utilizadores da Biblioteca a publicações antigas ou raras que requerem uma consulta controlada. Prevê também a utilização de estantes para acomodar publicações e documentos raros relacionados com a cidade de Viana do Castelo. No ponto dois, o texto assume como opção a criação de uma Secção Multimédia junto à Secção Audiovisual. Esta opção de concentrar os computadores no mesmo espaço é oposta ao Programa de Apoio criado pelo IPLB²⁹⁷ que previa uma distribuição pela sala de leitura. Esta escolha é justificada por uma melhoria da logística do espaço:

²⁹³ Ver imagens 67/68/69 em em Apêndice Documental.

²⁹⁴ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Resposta ao Parecer do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Anexo 1 14 de Março de 2002, p.1. Ver imagem 67 em Apêndice Documental..

²⁹⁵ *Ibidem*, pp. 1-3.

²⁹⁶ Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Ante-Projecto: Algumas Opções Tomadas, 18 de Março de 2002. Ver imagem 73 em em Apêndice Documental.

*A sua concentração no mesmo espaço, atendendo sobretudo à maior facilidade de controle dos utilizadores para se evitar deterioração e roubos de equipamento e, também devido à sua maior funcionalidade caso se opte pela visualização e audição de registos vídeos e áudio on-line (através do streaming de vídeo e áudio).*²⁹⁸

O terceiro ponto aborda a mudança de distribuição de mobiliário efetuada na Secção Infantil. Em vez do anterior programa que previa uma zona de consulta e outra de empréstimo com um número mais elevado de estantes, optou-se por distribuir o mobiliário de forma a criar-se uma zona infantil e outra juvenil. Para a Diretora esta escolha levaria a uma maior funcionalidade e equilíbrio da Secção infantil.

As opções definidas e explicadas neste texto relacionam-se com as especificidades próprias da funcionalidade da Biblioteca e transitaram para o programa final do edifício.

O projeto de execução da Biblioteca está datado entre Setembro de 2002 e 7 de Julho de 2003.

A Memória Descritiva final data de 26 de Setembro de 2002.²⁹⁹ Do mesmo mês datam a Planta implantação do piso térreo³⁰⁰ e a Planta de localização e piso térreo.³⁰¹

As restantes imagens do projeto de execução estendem a sua data de Setembro de 2002 e 7 de julho de 2003 como indicado nas próprias imagens.

Desse conjunto faz parte o Corte AA e Alçado Sul³⁰², Corte BB e Alçado Norte³⁰³, Corte CC e Alçado Nascente³⁰⁴, Corte DD e Corte FF³⁰⁵, Corte EE e Alçado Poente³⁰⁶, Planta de Coberturas³⁰⁷, Planta do piso 0³⁰⁸ e Planta do Piso 1.³⁰⁹

Os trabalhos de construção da biblioteca iniciam-se em 2004, ficando o edifício praticamente terminado em finais de 2006. No ano de 2007 apetrechou-se o mobiliário e equipamentos diversos, com interrupção para o edifício receber a Cimeira dos MNE da EU e o Fórum das Cidades Saudáveis.³¹⁰

²⁹⁸Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Ante-Projecto: Algumas Opções Tomadas, 18 de Março de 2002. Ver imagem 73 em Apêndice Documental.

²⁹⁹ Ver imagens 76 e 77 em Apêndice Documental.

³⁰⁰ Ver imagem 79 em Apêndice Documental.

³⁰¹ Ver imagem 78 em Apêndice Documental.

³⁰² Ver imagem 83 em Apêndice Documental.

³⁰³ Ver imagem 84 em em Apêndice Documental.

³⁰⁴ Ver imagem 85 em em Apêndice Documental.

³⁰⁵ Ver imagem 87 em em Apêndice Documental.

³⁰⁶ Ver imagem 86 em Apêndice Documental.

³⁰⁷ Ver imagem 82 em Apêndice Documental.

³⁰⁸ Ver imagem 80 em Apêndice Documental.

³⁰⁹ Ver imagem 81 em Apêndice Documental.

³¹⁰*Biblioteca Municipal*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

A Biblioteca Municipal de Viana do Castelo foi inaugurada a 20 de Janeiro de 2008 e contou com a presença, à data, do Primeiro-Ministro de Portugal José Sócrates. A data de inauguração coincidiu com o 160º aniversário da elevação de Viana do Castelo a cidade *marcando o início das comemorações dos 750 anos da outorga do foral ao Município de Viana pelo Rei D. Afonso III em 1258.*³¹¹

A 12 de Novembro de 2008 foi atribuído à Biblioteca Municipal de Viana do Castelo o 1º Prémio Nacional de Arquitectura Contemporânea.³¹² A Câmara Municipal de Viana do Castelo atuou como a instituição promotora da candidatura. A placa que assinala esta efeméride assenta no exterior da entrada principal do edifício.

A cerimónia de entrega do prémio realizou-se no dia 20 do mesmo mês, em Viana do Castelo, e foi atribuído pela Associação de Municípios com Centro Histórico (AMCH).³¹³

Um artigo publicado online pela Ordem dos Arquitectos elaborou um artigo sobre o acontecimento. Nele, descreve-se o motivo que levou à atribuição deste prémio à Biblioteca:

*A qualidade do projecto da Biblioteca Municipal de Viana, inaugurada em Janeiro pelo primeiro-ministro, justificou a escolha do júri. Apesar de não ser uma obra do Polis de Viana, o edifício, que José Sócrates classificou de "hino à arquitectura", reflecte a filosofia de "modernidade" que o programa de requalificação urbana traçou para a frente ribeirinha da cidade, numa estreita ligação com o rio Lima e a zona histórica. Foi o "casamento perfeito entre passado, presente e futuro", que determinou a escolha da AMCH.*³¹⁴

³¹¹ Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

³¹³ Siza Vieira recebe prémio nacional de arquitectura pela Biblioteca de Viana. Ordem dos Arquitectos (18/11/2008). E-Newsletter. Disponível em WWW. URL: <http://arquitectos.pt/?no=2020491422,156>.

³¹⁴ *Ibidem*.

3.3. Centro Cultural de Viana do Castelo, Souto de Moura (2001-2013)

O Centro Cultural, da autoria de Souto Moura assenta na Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, a Poente da Praça da Liberdade, dos edifícios de Távora e da Biblioteca Municipal de Siza Vieira. Esta obra dista vinte e 3 metros do edifício Poente de Távora e 7,5 metros do Rio Lima. A Norte, um arruamento de 5 metros de largura separa o edifício da estrada. Esta via paralela à fachada Norte faz a ligação com os edifícios de Fernando Távora e Siza Vieira. Mais a Norte ainda, um espaço ajardinado envolve as duas rampas que dão acesso ao interior do edifício, que também funcionam como saída de emergência.



Centro Cultural de Viana do Castelo Disponível em:
<http://www.dezeen.com/2013/08/05/cultural-centre-of-viana-do-castelo-by-eduardo-souto-de-moura/>

O edifício ocupa uma área de 3792,5 metros quadrados, mede 70,1 por 59,1 metros, tem uma altura de 9,12 metros a contar do solo e tem três pisos³¹⁵.

O Centro Cultural é definido por um volume paralelepípedo que se eleva do solo, como define Souto Moura na Memória Descritiva: *O conceito do Pavilhão é uma mesa em betão assente em 4 pilares*³¹⁶. Nesta *mesa* estão colocadas as infra- estruturas do edifício: chilers, condutas, PT e condutas³¹⁷. Esta solução de Souto Moura de elevar a cobertura e concentrar sobre ela a maior parte dos equipamentos liberta o piso térreo de constrangimentos estruturais como refere Jorge Figueira: *No pavilhão, a ideia da “mesa” significa que o plano inferior é “transparente”, e o superior pode ser “sobrecarregado”*.³¹⁸

³¹⁵ Cf. Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004 p.1 Ver imagem 88 em Apêndice Documental.

³¹⁶ *Ibidem*, p.1.

³¹⁷ Cf. *Ibidem*, p.1.

³¹⁸ FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

Isso mesmo Souto Moura menciona na Memória Descritiva: *Deste modo foi possível criar uma relação de transparência entre todos os lados do pavilhão (...).*³¹⁹



Vista da fachada Poente Disponível em:
<http://www.dezeen.com/2013/08/05/cultural-centre-of-viana-do-castelo-by-eduardo-souto-de-moura/>

Esta solução permite que a fachada do piso térreo seja constituído primariamente por longos painéis de vidro, criando um efeito de transparência entre o espaço exterior e interior, o que permite também que se mantenha uma visão entre a cidade e o rio sem que esta seja perturbada pelo edifício.

Paralelamente, Souto Moura afunda a arena interior 3 metros abaixo do nível do solo, de forma a que o seu edifício tenha uma altura idêntica aos edifícios adjacentes de Fernando Távora e Siza Vieira³²⁰.

Estas duas soluções, acima mencionadas, possibilitam respeitar as exigências do programa do edifício e ao mesmo tempo manter a escala envolvente dada pelos outros edifícios do conjunto.

O Centro Cultural foi projetado tendo em conta um programa que previa um uso diversificado das suas instalações, isso mesmo refere Souto Moura na Memória Descritiva do edifício: *O pavilhão multiusos será, não só um espaço vocacionado diariamente para o uso desportivo, mas também para receber eventos culturais.*³²¹

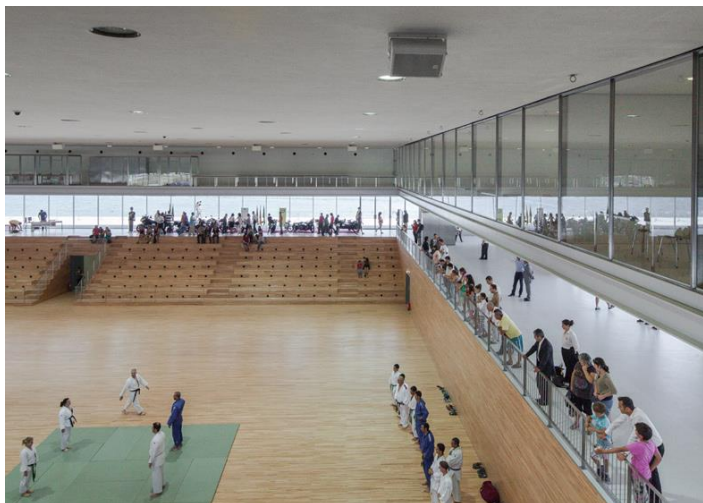
³¹⁹ Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004 p.1 Ver imagem 88 em Apêndice Documental.

³²⁰ Cf. FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

³²¹ Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004 p.1 Ver imagem 88 em Apêndice Documental.

De acordo com as exigências do programa, Souto Moura projeta um palco móvel para o espaço central do edifício, com a capacidade de ser ampliado. O palco tem um tamanho base de 15 metros, sendo ampliado através da adição de estrados de 2 por 1 metro.

O edifício é constituído por três pisos, situando-se o piso que constitui a área central abaixo da linha do solo, tal como anteriormente referido. A passagem entre os pisos é feita por caixas de escadas colocadas em cada canto do edifício e por um elevador.



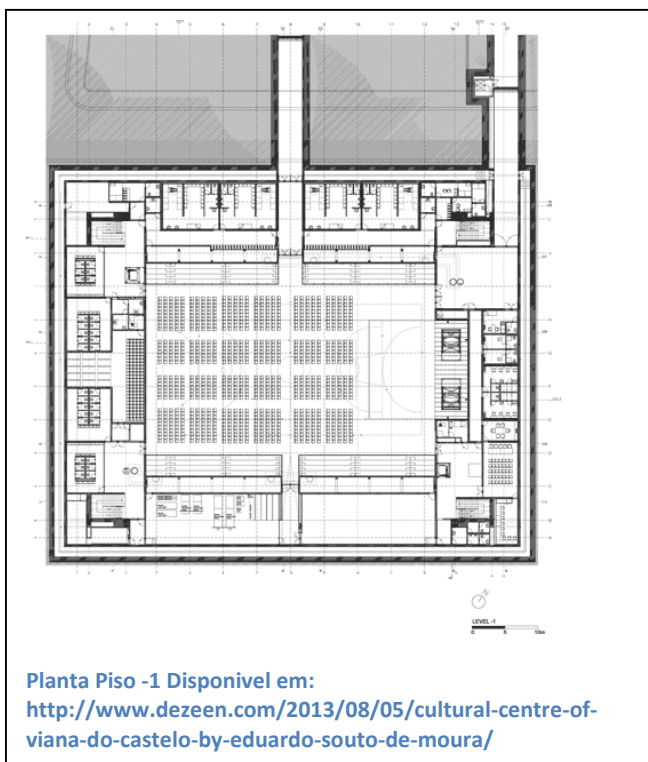
Vista do espaço interior do Centro Cultural Disponível em:
<http://www.dezeen.com/2013/08/05/cultural-centre-of-viana-do-castelo-by-eduardo-souto-de-moura/>

O Piso 1 contém o programa administrativo e as cabines de tradução e projeção. Neste piso existem, também, duas galerias, uma para ser utilizada pela comunicação social e a outra para usufruto de personalidades.

No piso 0, o lado Nascente do edifício é reservado à entrada de atletas e artistas, contendo um balcão de receção e uma zona de controle geral de todas as infraestruturas e instalações sanitárias. Na fachada poente, encontram-se as bilheteiras e a entrada do público.

O piso -1 é dedicado aos eventos do Centro Cultural, contendo o espaço central; bancadas; balneários; camarins; salas de conferências; arrumos e instalações sanitárias destinadas ao público.

O edifício tem capacidade para receber em eventos desportivos cerca de 1500 pessoas (1100 sentadas e 400 de pé), aumentando para as 2109 pessoas em eventos culturais e, no caso de concertos de música, o número de público total pode atingir as 2700 pessoas sentadas e em pé.



A Memória Descritiva refere em pormenor os diferentes materiais que constituem o edifício:

*A cobertura do edifício será em chapa de alumínio, formando uma estrutura constituída por painéis Viroc e isolamento térmico tipo Roofmate. Exteriormente as fachadas serão em chapa de alumínio canelado. A estrutura em betão será rebocada, com acabamento tipo viero cinzento. As condutas do ar condicionado que andam à volta do pavilhão serão em aço, pintadas à cor do alumínio.*³²²

A maior parte do pavimento interior é em *epoxy com acabamento autonivelante de cor cinza*³²³.

A arena central e as bancadas são em madeira hard maple. A cobertura do recinto interior utiliza o material acústico Baswaplus, sendo utilizados tetos falsos tipo knauf nas restantes coberturas interiores. Acima de 1,80 metros as paredes das galerias são revestidas com o mesmo material acústico usado no teto.

Souto Moura escolhe não omitir os equipamentos na estrutura, colocando-os no cimo da cobertura, evidenciando-os, como afirma Jorge Figueira: *Há quase um romantismo nesta exibição na fachada de algo que é, em si mesmo, muito banal e habitualmente está escondido na cobertura*³²⁴. Mas o autor também aponta referências gerais ao

³²² Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004 p.2 Parte II Ver imagem 90 em Apêndice Documental.

³²³ *Ibidem*, p.2 Parte I Ver imagem 89 em Apêndice Documental

³²⁴ FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

carácter da tecnologia presente na arquitectura: *Nesse sentido, o pavilhão é low-tech e arty por referência às grandes dissertações e enlevos tecnológicos de parte da arquitectura contemporânea.*³²⁵

Também segundo Jorge Figueira, e como anteriormente mencionado, esta ostentação das infraestruturas tem paralelos com a linguagem da arquitectura high-tech³²⁶.

Francesc Mola, à semelhança, reconhece paralelos entre a linguagem do Centro Cultural e uma referência à arquitectura naval, em particular o navio Gil Eanes atracado a Norte do edifício, enumerando as características em comum:

*A forma do edifício é constituída simplesmente por um plinto de concreto, que no seu topo assenta uma caixa de alumínio contendo tudo o que é necessário para receber as diversas actividades previstas para o pavilhão. A sua aparência tenciona evocar a arquitectura naval da frente de água que se situa perto do edifício. Tem de facto uma forte afinidade cm o Gil Eanes, um navio hospital permanentemente ancorado nas imediações como museu.*³²⁷



Vista da fachada Poente Disponível em: Disponível em:
<http://www.dezeen.com/2013/08/05/cultural-centre-of-viana-do-castelo-by-eduardo-souto-de-moura/>

CRONOLOGIA

Desde a fase de projeto até à conclusão das obras, o edifício de Souto Moura mudou três vezes de nome: era originalmente intitulado Pavilhão Multiusos, nome que mudou para Coliseu, até à atual designação de Centro Cultural de Viana do Castelo³²⁸.

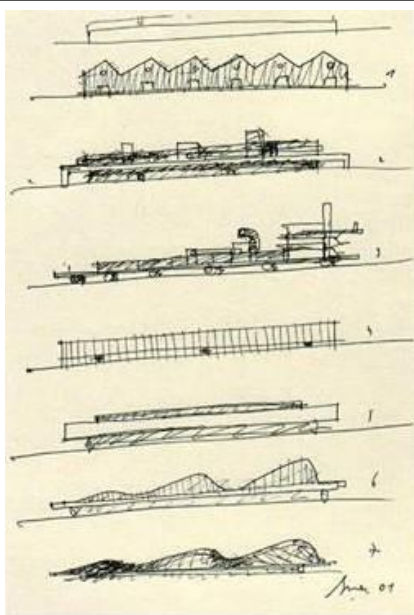
³²⁵ FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.27.

³²⁶ Cf. FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p.27.

³²⁷ MOLA, Francesc Zamora – Eduardo Souto de Moura Architect. Barcelona: Loft Publications, 2009, p. 326.

³²⁸ Cf. “Coliseu” é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013), p.3.

Existe já o registo de esboços do edifício em 2001³²⁹ e a Memória Descritiva data de 23 de Julho de 2004³³⁰.



Esboços de Souto Moura (2001) Fonte: FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 27.

O processo de construção do Centro Cultural pautou-se por inúmeros atrasos que adiaram sucessivamente a sua inauguração, como refere o Jornal Aurora do Lima: *A obra foi lançada em 2007 e a data inicialmente anunciada para conclusão tinha sido 18 de Junho de 2009*³³¹.

Um dos factores que contribui para esse atraso foi a falência da empresa que ganhou o concurso inicial para a construção do edifício, obrigando à paragem das obras e à atribuição da empreitada a outra empresa de construção³³².

Numa carta endereçada à construtora da obra pela Câmara Municipal, datada de 30 de Agosto de 2010, aparecia referenciada uma nova data para a conclusão dos trabalhos,

³²⁹ Cf. FIGUEIRA, Jorge – Um “tríptico” para Viana. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

³³⁰ Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004 Ver imagem 88/89/90 em Apêndice Documental

³³¹ “Coliseu” é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013), p.3.

³³² Cf. “Coliseu” é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013), p.3.

30 de Junho de 2011.³³³ Esse prazo estabelecido para o fim das obras não foi cumprido e a obra acabou suspensa durante alguns meses de 2011 por falta de financiamento.³³⁴

A carta enviada a 24 de Outubro de 2011 à Câmara Municipal de Viana do Castelo, escrita pelo Eng.º Diretor Técnico da empreitada Carlos Pinto Serra da empresa Martifer construções Painhas S. A., à data a construtora responsável pela obra, revela as consequências da paragem das obras:

*Por carta de 26 de Agosto de 2011 nº ref. 1643/CPS/C101/2010, dávamos conta das consequências no plano de trabalhos se a reparação não ocorresse até 22 de Novembro de 2011. O plano agora aprovado prevê a reparação até dia 8 de Dezembro de 2011, ou sejam, 381 dias após. Dada a suspensão de trabalhos ocorrida pelo período de 219 dias, o período de perturbação no prazo cifra-se em 166 dias.*³³⁵



Vista da Fachada Norte em fase de construção Março de 2013
Fotografia: AT

O financiamento em falta para a finalização das obras foi obtido através da candidatura da obra a uma Bolsa de Mérito da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM), que garantiu a verba em falta, 85% dos quais eram fundos comunitários³³⁶.

A última fase de construção do Centro Cultural ficou marcada por novos atrasos, atribuídos às más condições climatéricas, que comprometeram os arranjos exteriores,

³³³ Carta camara centro cultural nao há registo fotografico

³³⁴ Cf. “Coliseu” é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013), p.3.

³³⁵ Este documento encontrava-se, à data da sua consulta, num dossier na Câmara Municipal de Viana do Castelo e não foi permitido o seu registo fotográfico, tendo sido transcrito à mão o seu conteúdo.

³³⁶ Cf. “Coliseu” é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013), p.3.

e à complexidade do processo de instalação de alguns equipamentos no interior do edifício³³⁷.

No total, segundo o Jornal de Notícias, os trabalhos de construção estiveram parados por três vezes³³⁸.

A inauguração do Centro Cultural deu-se a 14 de Julho de 2013, num Domingo, e contou com a presença do Presidente da Câmara José Maria Costa e do arquiteto Souto Moura. O jornal Falcão do Minho descreve as actividades e o ambiente desse dia:

*(...) uma verdadeira enchente, em dia de inauguração do espaço, reunindo logo na estreia apontamentos de música, teatro e desporto, por 36 associações locais, perante a curiosidade de centenas de pessoas nas bancadas do edifício (...).*³³⁹



O Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo e Souto Moura inauguram o Centro Cultural

Fonte: "Pompidozinho" à moda do Minho inaugurado em dia de festa. Falcão do Minho (15/07/2013), p.10.

Souto Moura, quando inquirido pela comunicação social se estava satisfeito pela inauguração da obra, afirmou: *(...) este foi um trabalho difícil e complicado. (...) Mas conseguiu-se e, fundamentalmente, está bem construído. Ficou muito bem feito.*³⁴⁰

³³⁷ Cf. "Coliseu" é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013), p.3.

³³⁸ Cf. Centro Cultural vai custar 140 mil euros/ano à Câmara. Jornal de Notícias (13/07/2013), p. 22.

³³⁹ Pompidozinho" à moda do Minho inaugurado em dia de festa. Falcão do Minho (15/07/2013), p.10.

³⁴⁰ Centro Cultural vai custar 140 mil euros/ano à Câmara. Jornal de Notícias (13/07/2013), p. 22.

Conclusão

Viana do Castelo recebeu foral no século XIII, organizando-se num núcleo urbano relativamente estável e contido dentro de um perímetro muralhado. No século XVI, também aqui, a *cidade* assiste a uma grande expansão fora das muralhas, fruto de um desenvolvimento económico sustentado pela crescente actividade económica e portuária. O século XIX traz a Viana a linha de caminhos-de-ferro, funcionando esta como um novo perímetro que delimita a malha urbana a Nascente e a Norte. No século XX, Viana expande-se gradualmente para lá da linha de ferro. Nos anos 70 do mesmo século, lança-se um aterro paralelo ao jardim marginal da cidade criando-se desta forma uma nova frente de rio.

*Viana do Castelo faz parte do domínio cada vez mais raro das cidades que são passíveis de serem pensadas como um todo. A estabilidade temporal e o carácter sedimentado do seu núcleo histórico põem em evidência as áreas que, por acaso ou fulgor do “progresso”, não encontraram ainda tradução em termos de regra urbana. É isso que se passa na “frente ribeirinha”, consequência da intervenção que, entre 1976 e 1984, criou um aterro portuário, segundo o Plano Geral de Obras do Porto de Viana do Castelo e de Valorização do Rio Lima.*³⁴¹

Esta frente ribeirinha é uma inversão das linhas de crescimento dos séculos XIX e XX que tinham apontado um crescimento a Norte, a Nascente e na Frente Atlântica. O rio, em boa parte negligenciado durante o século passado, retoma assim uma importância que num passado longínquo (da Baixa Idade Média ao século XVIII). É nesta frente ribeirinha que se vão desenvolver as fases do projeto que trabalhamos nesta Dissertação.

Ao longo da elaboração da Dissertação, foi possível perceber de que modo a génese do conjunto de edifícios em estudo, reside no Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade, elaborado por Fernando Távora durante a década de 90 do século XX. Este Plano traduziu-se na realização de três documentos: o Relatório Sumário de Maio de 1994, o Relatório preliminar de Julho de 1995 e a Memória Descritiva e Justificativa de Dezembro de 1996. No plano urbanístico inicial, o arquiteto Fernando Távora projeta uma praça e vários edifícios na frente ribeirinha de Viana do Castelo, no remate da Avenida dos Combatentes. A análise das várias plantas de localização do plano mostra que já são visíveis as disposições iniciais dos espaços que irão dar lugar aos edifícios administrativos de Fernando Távora, à Biblioteca de Siza Vieira e ao Centro Cultural de Souto de Moura. Nos planos iniciais Fernando Távora apenas projeta os edifícios dispostos ao redor da Praça da Liberdade, fazendo um

³⁴¹ FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005, p. 22.

apontamento de dois volumes a nascente e a poente deste espaço, que mais tarde viriam a ser ocupados pela Biblioteca Municipal e o Centro Cultural respetivamente.

O projeto inicial da Praça da Liberdade apresentava uma definição de espaço fechado, com vários edifícios pensados para os lados Nascente, Poente e Norte. Das disposições iniciais mantiveram-se apenas os edifícios a Nascente e a Poente. A praça deixa de ser um espaço semi-fechado e abre-se para o eixo Norte-Sul correspondente à Avenida dos Combatentes, criando uma articulação desta avenida com o rio.

A implementação do Programa Polis em Viana do Castelo, no início de 2000, traduziu-se na projeção de um programa de intervenção urbanístico em vários sectores da cidade. O Programa Polis propôs-se executar três objetivos principais: valorizar os vários elementos naturais do território (mar, rio e serra) e a sua correlação com a cidade de Viana do Castelo; a requalificação do Centro Histórico e a reabilitação da frente ribeirinha. Nesta última localização, é estabelecido o Plano de Pormenor da Frente Ribeirinha que é atribuído ao arquiteto Adalberto Dias que teve como referências os estudos urbanísticos anteriores de Fernando Távora. É durante a vigência do Programa Polis que são encomendados aos arquitetos Siza Vieira e Souto de Moura os projetos dos edifícios adjacentes à Praça da Liberdade, em articulação com os Edifícios Administrativos de Fernando Távora.

A construção destes edifícios não fazia parte do programa Polis. A sua projeção foi, contudo, articulada com este programa, no que dizia respeito à reabilitação da frente ribeirinha onde se localiza a Praça da Liberdade.

Para além da dignificação do espaço da Praça, esta intervenção, reveste-se de maior significado pela conjugação das obras de três arquitectos com “lugar cativo” na História da Arquitectura nacional e internacional, tornando-se um polo de atração de turismo cultural.

O contributo deste trabalho traduz-se na análise e inclusão das fontes primárias dos edifícios tratados, possibilitando a consulta por parte do leitor das Memórias Descritivas dos projetos dos arquitetos, bem como aos projetos de execução das obras em grande resolução.

Bibliografia

AA. VV. – *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*. Lisboa: Edições Asa, 2001.

AA. VV. – *Arquitectura Moderna A-Z*. Lisboa: Taschen, 2010.

ABREU, Alberto A. - *Do Café S. Lazaro à Praça da Liberdade*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1999.

AFONSO, Paulo – *Projecto urbano em centros urbanos pré-industriais -Análise do caso de Viana do Castelo*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2008. Prova Final de Licenciatura em Arquitectura.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Património: Riegl e Hoje*. In *Revista da Faculdade de Letras : História*, II série, vol. 10 (1993), p. 407-416. Disponível em WWW. URL: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7866>

BARRETO, Rogério Ramiro da Silva – *Viana do Castelo: Pensar/fazer cidade -O processo urbanístico na segunda metade do século XX*. Porto: FLUP , 2003. Dissertação de Mestrado em Planeamento Urbano e Regional.

BENEVOLO, Leonardo – *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa: Edições 70, 2006.

Biblioteca Municipal. Viana do Castelo: Camara Municipal de Viana do Castelo [2008?]. Brochura.

CALDAS, João Vieira; GOMES, Paulo Varela – *Viana Do Castelo*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

CHOAY, Françoise –*Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2008.

COELHO, Carlos Dias – “Introdução”. In AA. VV. – *A Praça em Portugal. Inventário de Espaço Público*. Lisboa: Direcção-Geraldo Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2007.

COELHO, Paulo – *Fernando Távora*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011.

CONSIGLIERI, Victor - *As significações da arquitetura 1920-1990*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

COSTA, Eduarda Marques da - *Uma nota sobre as políticas da cidade em Portugal nos anos noventa*. Disponível em WWW. URL: http://www.apgeo.pt/files/docs/Inforgeo/INFORGEO_14_p131a137.pdf [Publicado no âmbito do inforgeo IV, 1999].

CUITO, Aurora – *Eduardo Souto de Moura*. Lisboa: Dinalivro, 2004.

FERNANDES, José Manuel – “Arquitectura e Contexto”. In AA. VV. – *Arquitectura Portuguesa Contemporânea 1991-2001*. Lisboa: Edições Asa, 2001.

FERNANDES, Mário Gonçalves - *A evolução do centro histórico de Viana do Castelo*. In Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos. Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

FIGUEIRA, Jorge – *Um “tríptico” para Viana*. In Monumentos - Revista Semestral de Edifícios e Monumentos . Lisboa: Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2005.

MENDONÇA, Ângela Vanessa Barbosa - *Office in progress: HERZOG & DE MEURON*. Coimbra: Faculdade de Ciencias e Tecnologias da Universidade de Coimbra , 2011. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. Disponível em WWW. URL: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18414>

MOLA, Francesc Zamora – *Eduardo Souto de Moura Architect*. Barcelona: Loft Publications, 2009.

MONTANER, Josep Maria – *A Modernidade Superada*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

NUNO, Campos, MATOS, Patrícia – *Guia de Arquitectura Norte e Centro de Portugal*. Porto: Traço Alternativo - Arquitectos Associados, Lda, 2010.

OLIVEIRA, Olivia de – *Lina Bo Bardi, Obra construída*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2014.

PEIXOTO, António Maranhão – *O Litoral e a Cidade: matizações cartográficas*. Viana do Castelo: Arquivo Municipal de Viana do Castelo, 2007.

QUEIRÓS, Margarida; VALE, Mário - *Ambiente urbano e intervenção pública: O programa polis*.
http://www.academia.edu/7469778/AMBIENTE_URBANO_E_INTERVENCAO_PUBLICA_O_PROGRAMA_POLIS . [Publicado no âmbito do X Colóquio Ibérico de Geografia, 2005].

SILVA, Helena Sofia; SANTOS, André – *Álvaro Siza Vieira*. Vila do Conde: Quidnovi, 2011.

SILVA, Mariana Geraldês Pires Aires Silva – *O Espaço Público na relação com equipamentos culturais: os casos de Lisboa e Barcelona*. Lisboa: Instituto Superior Técnico -UTL, 2012. Dissertação de Mestrado em Arquitectura. Disponível em WWW. URL: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395144235437/Espaco%20publico%20na%20relacao%20com%20Equipamentos%20Urbanos%20-%20Mariana%20Silva.pdf>

SOARES, Leonor - *José Rodrigues: Traduções do ser apaziguando o tempo. Vertentes e modos de um percurso*. Porto: FLUP, 2010. Tese de Doutoramento em História da Arte Portuguesa.

TIETZ, Jungen – *História da Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: H. Ulman, 2008.

TOSTÕES, Ana - *Arquitectura Portuguesa Contemporânea*. S/l: Edição do Clube do Coleccionador dos Correios, 2008.

VIDIELLA, Àlex Sánchez – *Atlas de Arquitectura Contemporânea*. Lisboa: Livros e Livros, 2007.

WILKINSON, Philip - *50 ideias de Arquitectura que precisa mesmo de saber*. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2011.

Artigos em Periódicos

“Coliseu” é inaugurado no domingo. A Aurora do Lima (11/07/2013).

“Pompidouzinho” à moda do Minho inaugurado em dia de festa. Falcão do Minho (15/07/2013).

Centro Cultural vai custar 140 mil euros/ano à Câmara. Jornal de Noticias (13/07/2013).

UE/Presidência: MNE reúnem-se em Viana do Castelo em edifícios "assinados" por Siza e Távora. Jornal de Noticias (05/09/2007). Disponível em WWW. URL: http://www.in.pt/PaginalInicial/Interior.aspx?content_id=712062

Siza Vieira recebe prémio nacional de arquitectura pela Biblioteca de Viana. Ordem dos Arquitectos (18/11/2008). E-Newsletter. Disponível em WWW. URL: <http://arquitectos.pt/?no=2020491422,156>

Arquivos:

Arquivo da Sociedade Viana Polis – Sociedade Desenvolvimento Programa Polis em Viana do Castelo, SA.:

PROGRAMA POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades / Plano Estratégico de Viana do Castelo. Lisboa: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, 5 de Junho de 2000.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Fontes indicadas por ordem cronológica:

Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Sumário Maio de 1994

Maqueta Área Ocidental 1994

Maqueta Eixo Norte-Sul 1994

Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar Julho de 1995

Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, Dezembro de 1996

Desenho 285. EU. 1. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta de Localização Novembro de 1996

Desenho 285. RP. 2. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental de Viana do Castelo. Relatório Preliminar – Proposta. Julho 1995

Desenho 285. EU. 3. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Geral Novembro de 1996

Desenho 285. EU. 4. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Pormenor Novembro de 1996

Desenho 285. EU. 5. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Pormenor Novembro de 1996

Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio Janeiro 2000

Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa , Janeiro 2000

DES. 327. EP. 1 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Geral – Estado Actual Janeiro 2000

DES. 327. EP. 2 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Geral – Proposta Janeiro 2000

DES. 327. EP. 3 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso-1 – Proposta Janeiro 2000

DES. 327. EP. 4. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio.
Planta Piso 0 – Proposta Janeiro 2000

DES. 327. EP. 5. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio.
Planta Piso 1 – Proposta Janeiro 2000

DES. 327. EP. 6. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio.
Planta de Cobertura– Proposta Janeiro 2000

DES. 327. EP. 7. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio.
Cortes C1, C2, C3, C4 e C5 – Proposta Janeiro 2000

DES. 327. EP. 7. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio.
Cortes C6, C7, C8, C9 e C10 – Proposta Janeiro 2000

Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos
Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo
Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001

Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução.
Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução:
Planta Geral de Localização Maio 2003

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho:
Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos
Impostos: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e
Formação Profissional: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005

- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos
Impostos: Planta do Piso 1. Desenho 3. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e
Formação Profissional: Planta do Piso 1. Desenho 3. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho:
Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e
Formação Profissional: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005

Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Memória Descritiva 8 de Novembro de 2001

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Elementos Entregues 9 de Novembro de 2001

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Cortes Gerais Desenho CG 8 de Novembro de 2001

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso Térreo Desenho 1 8 de Novembro de 2001

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso 1 Desenho 2 8 de Novembro de 2001

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Térreo (substitui a planta 1) Desenho 1A Janeiro de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso 1 (substitui a planta 2) Desenho 2A Janeiro de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: Metragem das Estantes/Lugares sentados Março 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Resposta ao Parecer do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Anexo 1 14 de Março de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Metragem das Estantes/Lugares Sentados: Anexo 2 14 de Março de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Ante-Projecto: Algumas Opções Tomadas 18 de Março de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Plano de Execução- Planta do Piso Térreo: Desenho 1B 14 de Março de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Plano de Execução- Planta do Piso 1:
Desenho 2B 14 de Março de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de
Setembro de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta de Localização
e Piso Térreo Desenho 10 Setembro de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta de
Implementação do Piso Térreo Desenho 11 Setembro de 2002

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso Térreo
Desenho 12 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso 1
Desenho 13 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta Cobertura
Desenho 14 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte A.A. Alçado Sul
Desenho 15 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte B.B. Alçado
Norte Desenho 16 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte C.C. Alçado
Nascente Desenho 17 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte E.E. Alçado
Poente Desenho 18 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte D.D. e Corte F.F.
Desenho 18 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C

Arquivo da Câmara Municipal de Viana do Castelo

Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004

Apêndice Documental e Iconográfico

Nota Prévia

A organização do apêndice documental segue a cronologia estabelecida pelos próprios documentos presentes nesta compilação. Esta metodologia possibilita a leitura de forma coerente de toda a documentação recolhida e ordenada cronologicamente, espelhando também a própria organização da informação tratada no corpo da dissertação. No CD incluído neste trabalho estão colocadas algumas das imagens do apêndice documental em maior resolução de imagem. A sua numeração corresponde à da imagem presente no apêndice.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
PLANO DE PORMENOR DA ÁREA OCIDENTAL DA CIDADE

RELATÓRIO SUMÁRIO

Imagem 1 – Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Sumário Maio de 1994, p. 1 Fonte: A.M.V.C.

Câmara Municipal de Viana do Castelo
Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade

Relatório Sumário

1 - Reconhecida, na generalidade, uma "crise" na situação urbanística das cidades portuguesas, manifestada, entre outros aspectos, nos de carácter ambiental e de identidade ou de qualidade funcional, assistimos em período recente a uma preocupação municipal manifestada por acções de planeamento no sentido de fundamentar decisões não apenas de gestão quantitativa mas certamente, também, de gestão qualitativa do seu espaço urbano.

2 - Daqui, cremos, a preocupação da Câmara Municipal de Viana do Castelo que, após a elaboração dos Plano Director Municipal e Plano de Urbanização da Cidade, decide promover a realização de Planos de Pormenor de três áreas urbanas envolventes do Centro Histórico, duas delas em processo de definição e de crescimento e uma terceira, embora consolidada em boa parte da sua extensão, necessitando, entretanto, de medidas de valorização qualitativa dos seus espaços e edifícios e, também, da definição de alguns princípios de reorganização da sua frente portuária.

As duas primeiras serão a Área Oriental e a Área da Frente Atlântica sendo a terceira, matéria deste curto Relatório, a Área Ocidental; embora distintas elas deverão ser complementarmente analisadas e objecto de propostas que as integrem no seu conjunto.

3 - A Área em referência, com uma superfície de cerca de 67 hectares, possui forma aproximadamente rectangular, pequena e regular pendente e é limitada a Norte pela linha do Caminho de Ferro, a Nascente pela Avenida dos Combatentes, a Sul pela frente portuária e a Poente pelo Campo do Castelo.

Ela comporta, no seu conjunto, espaços e edifícios que, não sendo únicos quanto à sua qualidade, são bem importantes na definição da forma e do espírito de Viana do Castelo pelo seu significado, qualidade ou enquadramento paisagístico, podendo bem complementar o conhecido Centro Histórico da Cidade. Dispondo de grande capacidade de renovação e de criação de valores, tal Área encontra-se, no entanto, merecedora de uma intervenção global que permita beneficiar de todas as suas potencialidades.

4 - Sem pretender "dividir" a Área Ocidental em "partes", uma vez que os seus elementos constituem, realmente, uma continuada sucessão de acontecimentos urbanos, refira-se, em primeiro lugar, a sua

frente portuária, a Sul, abrindo-se sobre a foz do Rio Lima e sobre o mar, com seu cais e suas docas porventura ultrapassadas em dimensão e capacidade mas com possibilidade de belos aproveitamentos para edifícios ou espaços de lazer, na sequência da "frente" já construída, a Nascente, e segundo critérios propostos pelo urbanista americano John Mullin.

Depois, e na sequência, o grande Campo do Castelo com os seus cerca de 8 hectares, dominado por dois belos e significativos edifícios: a Capela da Senhora da Agónia e o Castelo de Santiago da Barra, com a sua Torre da Roqueta, do período manuelino. Belíssimo espaço, merecedor de arranjo compatível com a sua dimensão, o seu enquadramento e a sua flexibilidade funcional.

Depois, ainda, as Praças arborizadas do General Barbosa e de 9 de Abril, aguardando arranjo paisagístico e equipamento. Ou, também, os Largos de S. Domingos, de Santa Catarina, do Infante D. Henrique, da Capitania, da Paz, de Vasco da Gama, da Altamira, surgindo ao longo de um sistema viário de tranquila escala e de natural traçado.

E não esqueçamos alguns belos edifícios como os Palácios de Rego Barreto ou do Museu Municipal ou o Convento de S. Domingos, no seu diálogo constante com menores e mais simples acompanhantes.

Também, a Norte, os terrenos da C.P., em torno da Estação de Caminho de Ferro, aguardando, porventura, uma inteligente intervenção imobiliária ou, opõe-se-lhe, sobre o rio e no topo contrário da Avenida dos Combatentes, talvez um conjunto edificado que projecte sobre o dito "Lethes" um novo "Terreiro do Paço" de Viana e do nosso tempo...

5 - Julgamos que o Plano de Pormenor da Área Ocidental de Viana do Castelo poderá ser executado num prazo de dois anos e após um Relatório Preliminar que conterá comentários da situação e propostas de base as quais permitirão o lançamento de Projectos de Execução segundo calendários e critérios de gestão a fixar de acordo com a Câmara Municipal; naturalmente que serão ainda ouvidos, no que respeita a programas e infraestruturas, entidades e serviços como a Junta Autónoma das Estradas, a Junta Autónoma do Porto, a C.P., a Direcção Hidráulica, a E.D.P., etc.

Na generalidade o Plano de Pormenor satisfará ao aplicável no Decreto Lei nº 69/90, publicado Diário da República de 2 de Março e os honorários correspondentes à sua elaboração serão propostos de acordo com a Tabela do Sindicato Nacional dos Arquitectos de 1966, actualizada para Dezembro de 1993.

Porto, Maio de 1994

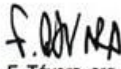

F. Távora, arq.

Imagem 3 - Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Sumário Maio de 1994, p. 3 Fonte: A.M.V.C.

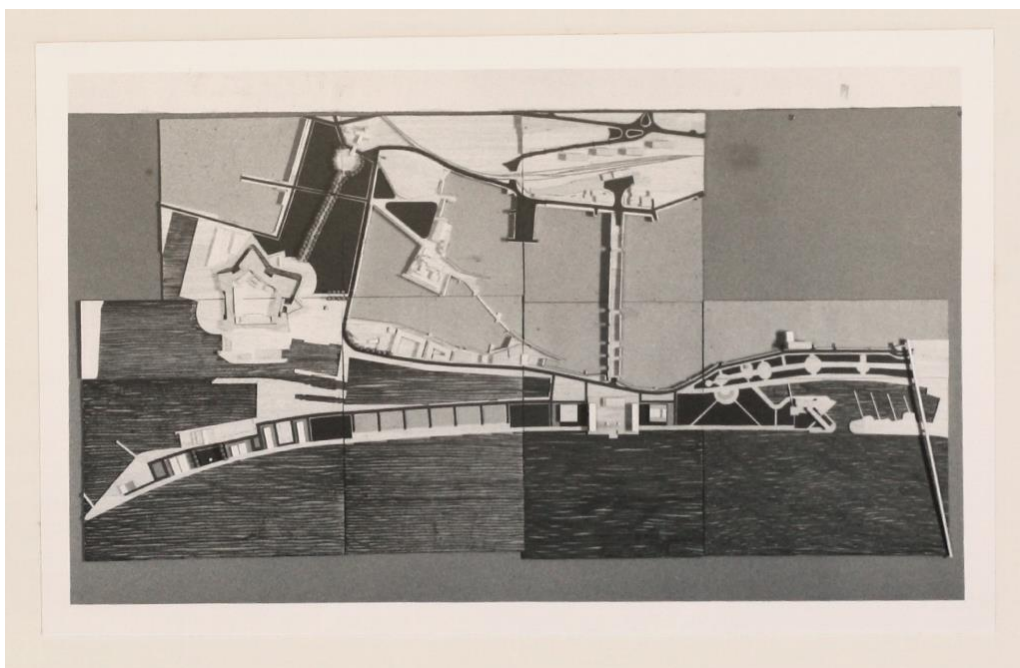


Imagem 4 - Maqueta Área Ocidental 1994 Fonte: A.M.V.C.



Imagem 5 – Maqueta Eixo Norte-Sul 1994 Fonte: A.M.V.C.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
PLANO DE PORMENOR DA ÁREA OCIDENTAL DA CIDADE
RELATÓRIO PRELIMINAR

Imagem 6 – Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar Julho de 1995, p. 1 Fonte: A.M.V.C.

Memória descritiva e justificativa

1 - Reconhecida, na generalidade, uma "crise" na situação urbanística das cidades portuguesas, manifestada, entre outros aspectos, nos de carácter ambiental e de identidade ou de qualidade funcional, assistimos em período recente a uma preocupação municipal manifestada por acções de planeamento no sentido de fundamentar decisões não apenas de gestão quantitativa mas, também, de indispensável gestão qualitativa do seu espaço urbano.

Daqui, cremos, a preocupação da Câmara Municipal de Viana do Castelo que, após a elaboração dos Plano Director Municipal e Plano de Urbanização da Cidade, decide promover a realização de Planos de Pormenor de três áreas urbanas envolventes do Centro Histórico, duas delas em processo de definição e de crescimento e uma terceira, embora consolidada em boa parte da sua extensão, necessitando, entretanto, de medidas de valorização qualitativa dos seus espaços e edifícios e, também, da definição de alguns princípios de reorganização da sua frente portuária.

As duas primeiras serão a Área Oriental e a Área da Frente Atlântica sendo a terceira, matéria deste Relatório, a Área Ocidental; embora distintas elas deverão ser complementarmente analisadas e objecto de propostas que as integrem no seu conjunto.

2 - A Área em referência, com uma superfície de cerca de 67 hectares, possui forma aproximadamente rectangular, pequena e regular pendente entre as cotas 3 e 15, sendo limitada a Norte pela linha do Caminho de Ferro, a Nascente pela Avenida dos Combatentes, a Sul pela frente portuária e a Poente pelos Campos do Castelo e da Senhora da Agonia.

Ela comporta, no seu conjunto, espaços e edifícios que, não sendo únicos quanto à sua qualidade, são bem importantes na definição da forma e do espírito de Viana do Castelo pelo seu significado, qualidade ou enquadramento paisagístico, complementando o conhecido Centro Histórico da Cidade. Dispondo de grande capacidade de renovação e de criação de valores, tal Área encontra-se, no entanto, merecedora de uma intervenção global que permita beneficiar de todas as suas potencialidades.

3 - Não pretendendo "dividir" a Área Ocidental em "partes", uma vez que os seus edifícios e espaços constituem uma sucessão contínua de acontecimentos urbanos, decidimos, contudo, considerar na sua constituição um conjunto de 10 áreas-problema (Desenho 285.RP.1) que referiremos seguidamente, em termos de situação presente e de proposta, com o pormenor necessário.

No mesmo desenho indicamos um conjunto de "direcções de leitura visual" por nós estabelecidas e que constituem elementos base da nossa proposta, uma vez que nos parecem estruturantes da imagem da cidade, afirmando constantemente a relação mar-rio-monte de Santa Luzia.

4 - A frente portuária (1. 2. 3.), a Sul, abrindo-se sobre a foz do Rio Lima e sobre o mar, com seus cais e suas docas, porventura ultrapassados em funções e dimensões mas com possibilidade de belos aproveitamentos para edifícios ou espaços de lazer, foi considerada na proposta como organizada em três sectores: o sector Poente (1) onde procuramos integrar as iniciativas da Junta Autónoma dos Portos, em projecto ou já existentes, de modo a constituir um conjunto unitário ligado às actividades da pesca; um sector central (2), de ocupação a definir em termos de volumetria mas com funções urbanas residenciais, comerciais ou de interesse público; um sector Nascente (3), correspondente ao eixo definido pela Avenida dos Combatentes, prolongamento da extensão do cais de recente realização, contendo uma praça que projecta a cidade sobre o seu rio e cobre um parque de estacionamento, ligeiramente elevado, com capacidade para cerca de 350 veículos. Neste mesmo sector se propõe, lateralmente à praça, a implantação de dois edifícios públicos, num dos quais poderia ser a prevista Biblioteca Municipal.

A proposta para a frente portuária presume um faseamento claro dando prioridade às instalações da Junta Autónoma e da Biblioteca Municipal nos sectores 1 e 3 e deixando para ulterior definição o sector 2; paralelamente se prevê, também, a demolição de armazéns aí existentes e referenciados nos desenhos.

5 - O sector 4 apoiado nas ruas dos Poveiros e de Altamira, merecerá uma reestruturação justificada pela propriedade de edifícios municipais de modo a obter a sua integração na malha urbana e no conjunto portuário.

Na sequência, e com ligação aos sectores anteriormente referidos, o sector 5, que engloba os edifícios do Castelo de Santiago da Barra e da Igreja da Senhora da Agonia, com apoio no seu "campo" e área aproximada de 12,5 hectares, manterá as suas funções de feira, estacionamento e local de festa; tais funções serão estruturadas por meio de uma alameda central arborizada que ligando os dois referidos edifícios, capitais na história de Viana, igualmente caminha entre o Lima e Santa Luzia...

Algumas demolições se propõem também nesta área para clareza da leitura do Castelo que, sucessivamente, foi sendo sufocado para iniciativas menos correctas.

Imagem 8 - Plano de Pormenor da Área Ocidental da Cidade: Relatório Preliminar Julho de 1995, p. 3
Fonte: A.M.V.C.

6 - A Praça General Barbosa (6) e o Largo 9 de Abril (7), tratados com jardins e arborizados, dada a sua situação, a sua dimensão e o seu interesse público, necessitarão de arranjo consequente do seu novo enquadramento urbano.

O Largo de S. Domingos, a que preside o edifício da Igreja, com características diferentes dos anteriores, será, igualmente, objecto de arranjo tomando em consideração a sua especificidade.

No topo da Avenida dos Combatentes, e novamente num eixo importante da cidade, o arranjo do terreno pertença da C.P., aguarda proposta de reestruturação, uma vez considerado disponível para a implantação de edifícios. cremos estar ainda pouco clarificado tal processo de reestruturação pelo que apenas sugerimos a importância da sua ocupação em termos de definição do perfil da cidade.

7 - Não esquecido embora, o problema do trânsito não nos mereceu especial tratamento uma vez que ele se encontra definido no Plano de Urbanização da Cidade através de uma via circular que na área em causa garante o seu abastecimento. Previmos algumas correcções no traçado da referida via e bem assim a ligação ao tráfego da frente portuária e parque de estacionamento, bem como o estabelecimento de uma nova ligação do Jardim 9 de Abril ao Campo da Senhora da Agonia pela utilização do traçado de uma linha do caminho de ferro em desuso.

Julgamos, ainda, de propor posteriormente, o arranjo de pormenor da Avenida dos Combatentes (10).

8 - Julgamos ter cumprido com o presente Relatório Preliminar os objectivos de uma primeira fase do Arranjo Urbanístico da Área Ocidental de Viana do Castelo, preocupando-nos mais com uma visão global da proposta do que com os estudos de pormenor seguramente necessários mas ainda não oportunos e só realizáveis, de facto, através dos respectivos projectos de execução excluídos do presente trabalho.

Após parecer municipal, caminharemos para a execução do Estudo Urbanístico, de acordo com o respectivo contrato.

Porto, Julho de 1995

1
F. TAVORA
F. Távora, B. G.

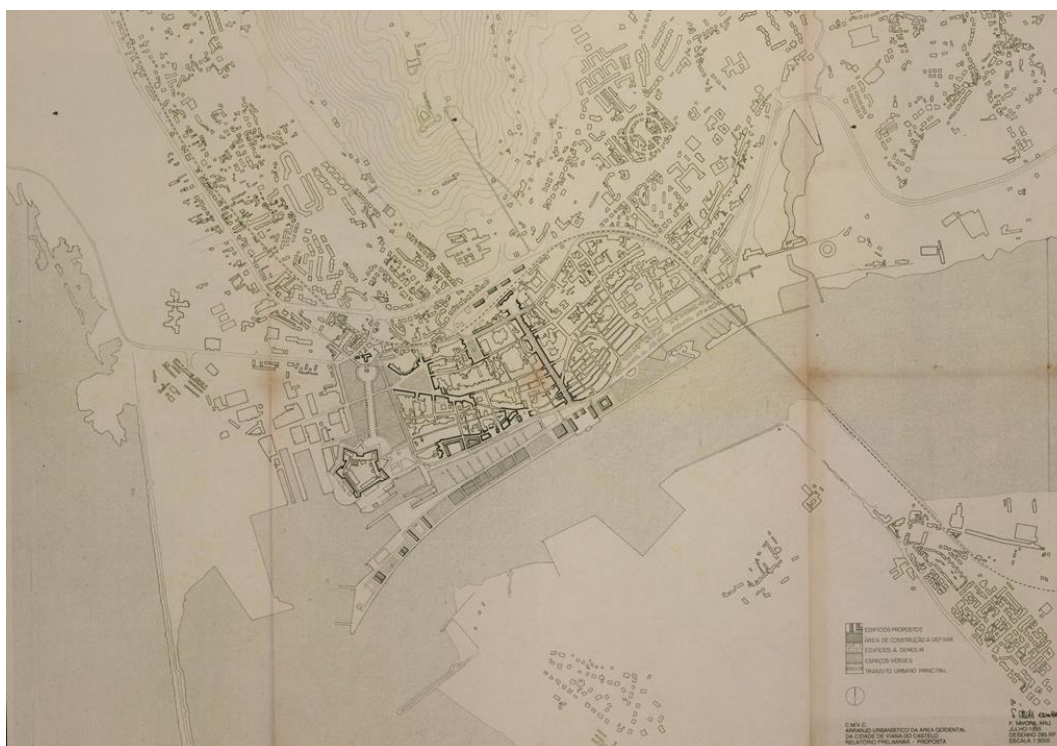


Imagem 10 – Desenho 285. RP. 2 Arranjo Urbanístico da Area Ocidental de Viana do Castelo. Relatório Preliminar – Proposta. Julho 1995 Fonte: A.M.V.C.

**CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
ARRANJO URBANÍSTICO DA ÁREA OCIDENTAL DA CIDADE**

Imagem 11 – Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 1 Dezembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

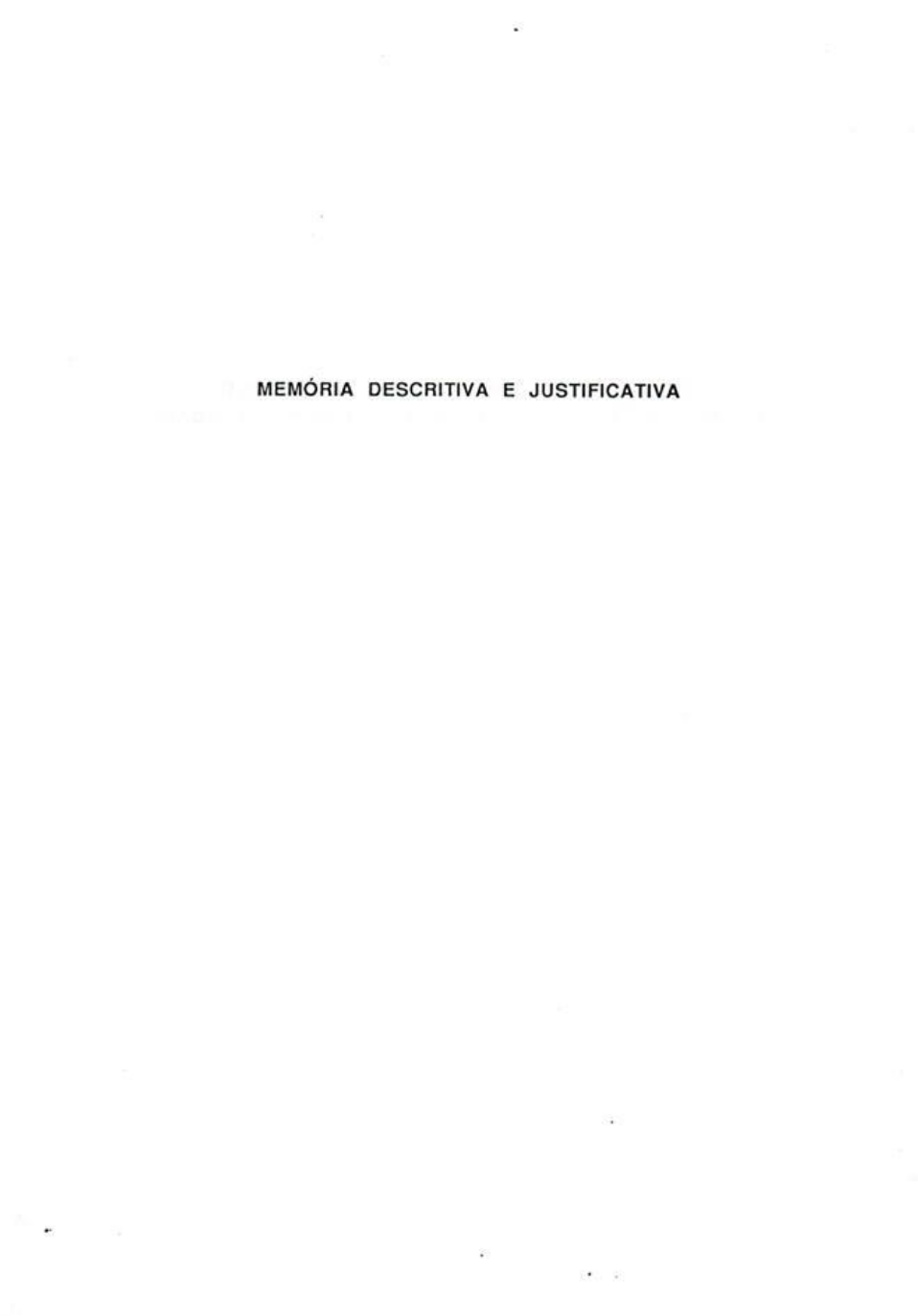


Imagem 12 - Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 2. Dezembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

1 - Reconhecida, na generalidade, uma "crise" na situação urbanística das cidades portuguesas, manifestada, entre outros aspectos, nos de carácter ambiental e de identidade ou de qualidade funcional, assistimos em período recente a uma preocupação municipal manifestada por acções de planeamento no sentido de fundamentar decisões não apenas de gestão quantitativa mas, também, de indispensável gestão qualitativa do seu espaço urbano.

Daqui, cremos, a preocupação da Câmara Municipal de Viana do Castelo que, após a elaboração dos Plano Director Municipal e Plano de Urbanização da Cidade, decide promover a realização de Planos de Pormenor de três áreas urbanas envolventes do Centro Histórico, duas delas em processo de definição e de crescimento e uma terceira, embora consolidada em boa parte da sua extensão, necessitando, entretanto, de medidas de valorização qualitativa dos seus espaços e edifícios e, também, da definição de alguns princípios de reorganização da sua frente portuária.

As duas primeiras serão a Área Oriental e a Área da Frente Atlântica sendo a terceira, matéria deste Relatório, a Área Ocidental; embora distintas elas deverão ser complementarmente analisadas e objecto de propostas que as integrem no seu conjunto.

2 - A Área em referência, com uma superfície de cerca de 67 hectares, possui forma aproximadamente rectangular, pequena e regular pendente entre as cotas 3 e 15, sendo limitada a Norte pela linha do Caminho de Ferro, a Nascente pela Avenida dos Combatentes, a Sul pela frente portuária e a Poente pelos Campos do Castelo e da Senhora da Agonia (Desenho 285.EU.1).

Ela comporta, no seu conjunto, espaços e edifícios que, não sendo únicos quanto à sua qualidade, são bem importantes na definição da forma e do espírito de Viana do Castelo pelo seu significado, qualidade ou enquadramento paisagístico, complementando o conhecido Centro Histórico da Cidade. Dispondo de grande capacidade de renovação e de criação de valores, tal área encontra-se, no entanto, merecedora de uma intervenção global que permita beneficiar de todas as suas potencialidades.

3 - Recaem sobre a área em estudo decisões várias resultantes da sobreposição de estudos urbanísticos, realizados por iniciativa municipal, que definem intenções de planeamento por nós confirmados na medida da sua aplicação a um conceito geral estabelecido.

De momento encontra-se em elaboração um Plano de Urbanização da Cidade, que constituirá a revisão do Plano (PUC) anterior e que o presente Estudo Urbanístico pretende suprir dentro das respectivas condições contratuais.

Toda a área é classificada como zona de protecção de grau 2 - no referido (PUC) é previsto um Plano de Pormenor (UP2) que afecta a zona Campo da Agonia - Campo do Castelo; no Plano Director Municipal (PDM) é previsto um Plano de Pormenor da Praça General Barbosa (PE7).

Ainda no PUC estão previstos: o Estudo Urbanístico da área ocupada pela CP, sua propriedade com o objectivo de aí construir um Interface de transportes (UE8); como zonas de Intervenção Prioritária as do Campo do Castelo (ZIP2) e da Avenida dos Combatentes (ZIP8); a construção dos parques de estacionamento do Largo Vasco da Gama (P3), do Campo da Agonia (P4), do Largo Infante D. Henrique (P5), do Interface de Transportes (P8) e do Largo 5 de Outubro (P9).

4 - Igualmente foram considerados o estudo relativo à Área portuária efectuado pela Junta Autónoma do Porto de Viana do Castelo, a Área do Interface de Transportes da CP, a implantação do edifício do Clube de Vela, a recuperação dos quarteirões de propriedade da Câmara Municipal entre a Rua dos Poveiros e a Rua Góis Pinto.

5 - O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cidade de Viana do Castelo mereceu consideração especial, dados os objectivos estabelecidos, nomeadamente no que se refere aos pontos seguintes:

- afirmação da imagem e identidade da cidade, associada à valorização do seu património cultural e natural;
- arquitectar um Campo de Férias/Festival Transnacional;
- desenvolver áreas de vocação recreativa, de lazer e fruição do elemento água;
- reabilitar e animar as frentes de rio e de mar;
- promover a fixação de equipamentos de animação recreativa, de lazer e desportivos nestas áreas;
- promover a recuperação das infraestruturas portuárias disponíveis para uma utilização desportiva e recreativa;
- recuperar instalações portuárias desactivadas ou sub-aproveitadas, como a Doca de Pesca, para a instalação de actividades de apoio aos desportos náuticos;
- consolidar a cidade enquanto centro internacional de desportos náuticos;
- reabilitar e valorizar o centro histórico;
- criar mecanismos de intervenção no parque habitacional degradado do Centro Histórico, apoiando as iniciativas individuais;
- desenvolver um projecto específico de apoio à recuperação e reabilitação de edifícios de habitação;
- renovar os espaços de habitação degradada na periferia, contrariando as actuais tendências de marginalidade;
- construir habitação social;
- implementar projectos de recuperação/reabilitação e valorização de edifícios singulares, conjuntos de valor patrimonial, edifícios municipais, ou praças e percursos públicos que possam

Imagem 14 - Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 4. Dezembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

ser elementos cruciais em termos pedagógicos e focos difusores de um processo de qualificação e animação;

- qualificar o espaço público e facilitar as deslocações pedonais;
- criar condições de segurança, ao nível da rede viária (sinalização, faixas, etc.), para a circulação de bicicletas, dentro do centro urbano;
- construção de novos arruamentos no espaço envolvente ao Centro Histórico, melhorando a relação física entre as diversas zonas da cidade;
- melhorar a acessibilidade rodoviária e ferroviária;
- construção do Interface de Transportes na actual Estação de Caminho de Ferro, racionalizando os sistemas de transporte urbano e interurbano;
- definição de uma política de estacionamento.

6 - Não pretendendo "dividir" a Área Ocidental em "partes", uma vez que os seus edifícios e espaços constituem uma sucessão contínua de acontecimentos urbanos, decidimos, contudo, considerar na sua constituição um conjunto de 14 áreas-problema (Desenho 285.RP.2) que referiremos seguidamente, em termos de situação presente e de proposta, com o pormenor necessário. E das quais 11 se referem às zonas de ocupação urbana e 3 (V1, V2, V3) se referem às vias de circulação local.

No mesmo desenho indicamos um conjunto de "direcções de leitura visual" por nós estabelecidas e que constituem elementos base da nossa proposta, uma vez que nos parecem estruturantes da imagem da cidade, afirmando constantemente a relação mar-rio-monte de Santa Luzia.

7 - A frente portuária (A1, A2, A3), a Sul, abrindo-se sobre a foz do Rio Lima e sobre o mar, com seus cais e suas docas, porventura ultrapassados em funções e dimensões mas com possibilidade de belos aproveitamentos para edifícios ou espaços de lazer, foi considerada na proposta como organizada em três sectores: o sector nascente (A1), para o qual se sugere uma clara intenção de aproveitamento; o sector A2, com uma larga frente sobre o rio e de ocupação porventura mais tardia e necessitando de um projecto de conjunto; o sector A3, satisfazendo necessidades posteriores já definidas.

Na correspondência do eixo definido pela Avenida dos Combatentes, e ocupando parte do cais de recente realização, prevê-se a localização de uma praça que projecta a cidade sobre o rio (Desenho 285.EU.4).

Ela contém dois edifícios simétricos orientados no sentido Norte-Sul, com uma área total de construção de cerca de 7500 m², rés-do-chão recuado utilizado por comércio e 4 pisos, dos quais o 4º igualmente recuado; um 3º edifício, normal ao eixo da praça, com 2 pisos, sem habitação, teria a área aproximada de 700 m².

Admite-se a colocação de quatro pequenos edifícios, pontuando a praça, com uma pequena ocupação comercial de apoio e eventualmente contendo acessos ao parque de estacionamento.

Em cave, correspondendo a área da praça, propõe-se o referido parque com um piso, 8500 m² de área e capacidade para cerca de 300 veículos; o parque teria acessos de veículos por rampas situadas a norte e laterais ao eixo da praça. A necessidade de estacionamento local é compensada ainda pela previsão de estacionamento de superfície, inserido na composição e atingindo cerca de 200 lugares.

Lateralmente à praça central, na mesma área A1, propomos o estabelecimento de dois edifícios de planta quadrada; um deles, a nascente, dispondo dois pisos e um pátio central de pé direito duplo, com cerca de 2400 m², de superfície conterá a nova Biblioteca Municipal. O outro, de semelhante volume, seria destinado à construção de um equipamento de uso público.

A organização da área A2 implica, naturalmente, a sua libertação pela função portuária e, dada a qualidade da sua forma e da sua posição envolvida por água nas suas maiores dimensões, deverá ser cuidadosamente considerada no seu futuro destino: definição de acessos, volumetria e função de edifícios. De momento, e com a reserva justificada, propomos uma ocupação por edifícios de três pisos, de implantação densa e ocupáveis por habitação e comércio, com métrica semelhante à prevista no Plano da Área Oriental, complementar do presente.

Na área A3, e de acordo com os projectos de edifícios fornecidos pela entidade portuária, localizamos a sua implantação e respectivos acessos de modo a constituir um conjunto de natural remate do cais e primeiro plano da leitura a partir do mar, do Castelo de S. Tiago da Barra.

A proposta para a frente portuária presume um faseamento claro dando prioridade às instalações da Junta Autónoma dos Portos e da Biblioteca Municipal nas áreas A1 e A3, e deixando para ulterior definição a área A2; paralelamente prevê-se, também, a demolição dos armazéns aí existentes e referenciados nos desenhos.

8 - Na sequência, a área A4, que engloba os edifícios do Castelo de Santiago da Barra e da Igreja da Senhora da Agonia, com apoio no seu "campo" e área aproximada de 12,5 hectares, manterá as suas actuais funções de feira, estacionamento e local de festa num sistema de utilização flexível (desenho 285.EU.5); o conjunto será estruturado por meio de uma alameda central arborizada que, ligando os dois referidos edifícios, capitais na história de Viana, igualmente caminha entre o Lima e Santa Luzia...

A Sul, um jardim, algumas demolições de edifícios construídos por iniciativas menos correctas e a reconstituição parcial do solo rochoso de implantação do Castelo, permitem a valorização deste sector reforçada ainda pela recuperação e utilização de carácter turístico dos edifícios existentes de arrecadação, ligados à pesca.

9 - No topo da Avenida dos Combatentes e novamente num eixo importante da cidade, o arranjo do terreno pertença da C.P., (A5), aguarda proposta de reestruturação, uma vez considerado disponível para a implantação de edifícios e do Interface dos Transportes. cremos estar ainda pouco clarificado tal

Imagem 16 - Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade, p. 6. Dezembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

processo de reestruturação pelo que apenas sugerimos, dada importância da sua ocupação e a dificuldade da topografia do terreno, os acessos e as ligações às várias cotas das funções previstas. Uma galeria comercial de dois pisos abre-se numa praça-terraço à cota 25.00 e ligada à estação de comboio à cota 16.00 através de duas pontes de peões. Em baixo, um parque de estacionamento de três pisos poderia acolher cerca de 400 automóveis; o acesso a este parque efectua-se à cota 22.00. Um percurso pedonal liga o funicular à cota da rua, o jardim ao extremo nascente da área que enfrenta o Convento de S. Ana, a galeria comercial e a zona do Interface, permitindo o atravessamento longitudinal de toda a área.

O sector do Interface prevê um parque de estacionamento para cerca de 20 camionetas, uma paragem de táxis, uma zona coberta de apoio à estação de camionetas e armazenagem.

No sector sul reconfirma-se uma zona de habitação com tipologias tradicionais e um máximo de três pisos, com a condição de manter o alinhamento da Avenida Conde da Carreira e respeitando as frentes desta mesma Avenida.

10 - A área A6, com uma superfície de cerca de 2 Ha, encontra-se totalmente construída na frente nascente sobre o Campo de Agonia e possui, a poente, uma larga zona com ocupação industrial, parcialmente abandonada ou em regime de abandono, pelos respectivos proprietários, interessados em promover o reaproveitamento dos respectivos terrenos.

A solução proposta consiste, nomeadamente, na manutenção dos edifícios situados na frente nascente, com uma intervenção de restauro e adequação funcional, reservando a parte posterior para um aproveitamento residencial dotado ainda de um equipamento público, comércio e garagens.

Com a nova intervenção procura-se encontrar relações de continuidade com o bairro social a norte e a habitação a nascente; privilegiam-se os percursos pedonais no interior dos quarteirões.

Em matéria de habitação propõem-se edifícios com 3 pisos de habitação colectiva (8500 mq) e edifícios com 2 pisos de casas individuais (2800 mq).

11 - As áreas A7 (Praça General Barbosa) e A8 (Largo 9 de Abril) são ocupadas predominantemente por jardins merecedores de projecto de recuperação do espaço existente, tendo em consideração as correcções do traçado de arruamentos sugeridas, a instalação de equipamentos e a garantia de estacionamento.

12 - A Praça de S. Domingos (A9), na sua dimensão, sobriedade e presença da igreja, merece a elaboração de projecto dentro do espírito do realizado na Praça da Republica, confirmando a relação estabelecida pela Rua Manuel Espregueira.

13 - Nas áreas A10 (Largo do Infante D. Henrique) e A11 (Largo Vasco de Gama) apontam-se duas sugestões da sua recuperação. No primeiro caso, através da demolição dos armazéns existentes e a

construção de dois quarteirões enquadrados na estrutura viária existente, dispondo de estacionamento em cave, comércio no rés-do-chão e dois pisos de habitação; no segundo caso, após a demolição do edifício existente, a construção de novo edifício dispondo de rés-do-chão e andar, e com volumetria e implantação que contribuam para a definição mais rigorosa do Largo da Paz, aceitando nova implantação da fonte existente.

14 - Não esquecido embora, o problema do trânsito foi tratado apenas em termos de traçado e não de princípio uma vez que ele se encontra definido no Plano de Urbanização da Cidade através de uma via circular que, na área em causa, garante o seu abastecimento. Previmos algumas correcções no traçado da referida via, a sua ligação ao tráfego da frente portuária e parques de estacionamento, bem como o estabelecimento de uma nova ligação do Jardim 9 de Abril ao Campo da Senhora da Agonia pela utilização do traçado de uma linha do caminho de ferro em desuso (V2).

Necessariamente que o traçado da circular (V2-V3-V4) e da Avenida dos Combatentes (V1) merecerá um estudo de conjunto no sentido de uma unificação de critérios e, paralelamente, a caracterização de cada um dos seus sectores.

15 - Julgamos ter cumprido com o presente estudo os objectivos da segunda fase do Arranjo Urbanístico da Área Ocidental de Viana do Castelo, preocupando-nos mais com uma visão global da proposta do que com os estudos de pormenor, seguramente necessários, mas ainda não oportunos e contratualmente excluídos do presente trabalho.

Porto, Dezembro de 1996


F. Távora, arq.



Imagem 19 – Desenho 285. EU. 1. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta de Localização Novembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

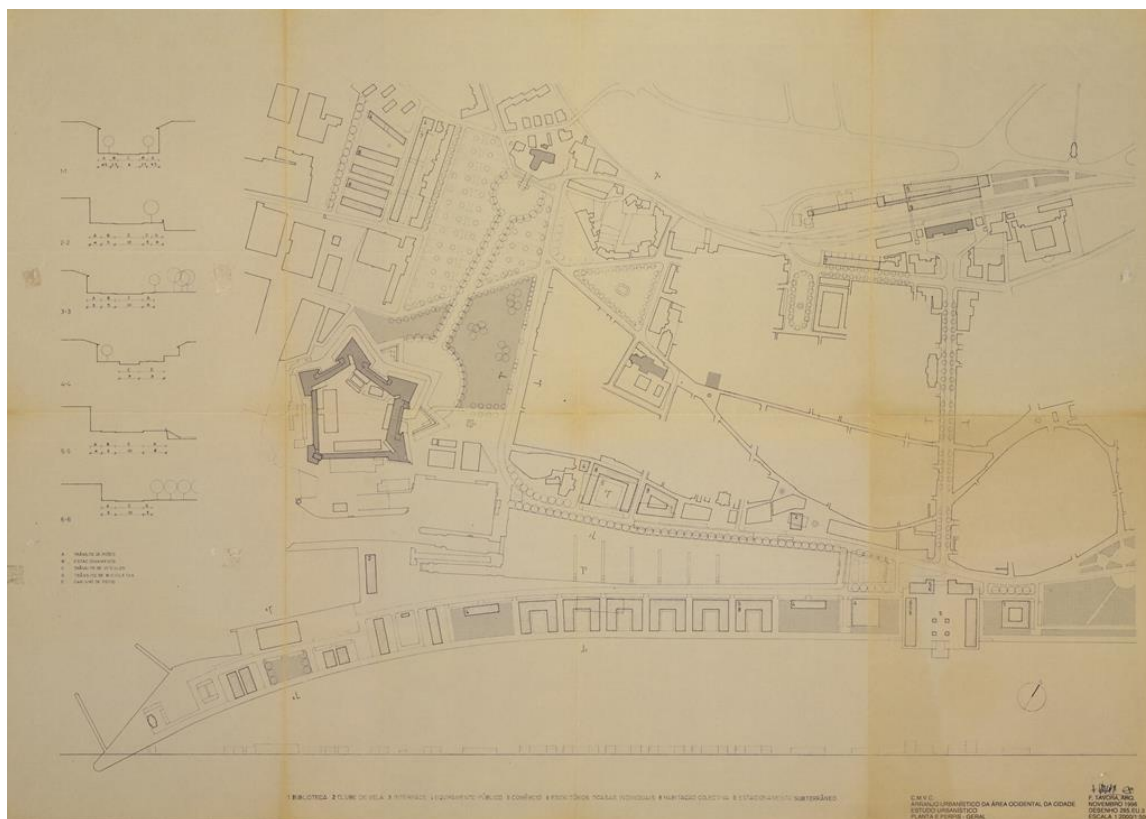


Imagem 20 Desenho 285. EU. 3. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Geral Novembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

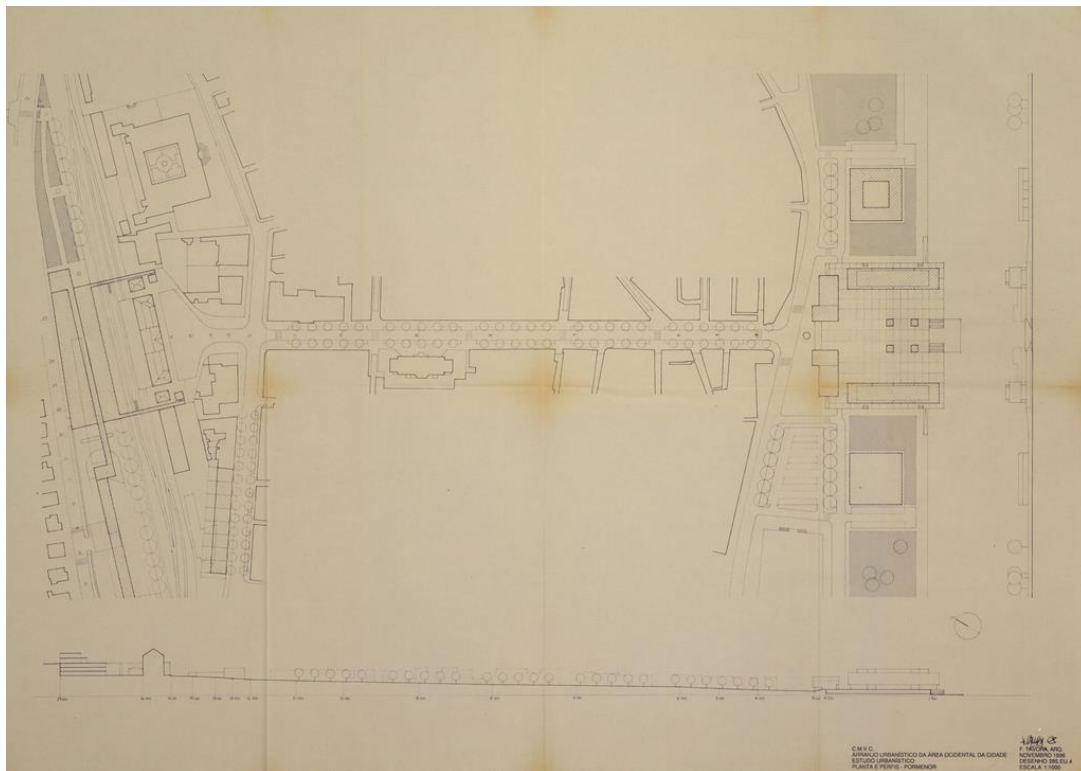
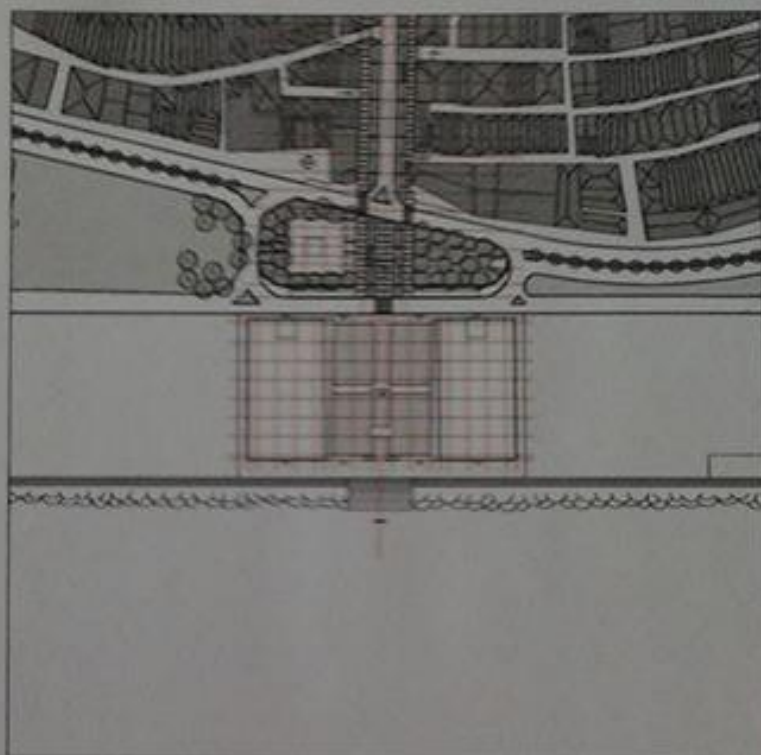


Imagem 21 - Desenho 285. EU. 4. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfil - Pormenor Novembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.



Imagem 22 - Desenho 285. EU. 5. Arranjo Urbanístico da Área Ocidental da Cidade. Estudo Urbanístico: Planta e Perfis - Pormenor Novembro de 1996 Fonte: A.M.V.C.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
PROJECTO DE DOIS EDIFÍCIOS, DE UM PARQUE DE ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO
E DOS ARRANJOS EXTERIORES NA PRAÇA DA LIBERDADE
PROJECTO GERAL DE ARQUITECTURA
ESTUDO PRÉVIO



JANEIRO 2000

Imagem 23 – Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio Janeiro 2000 p. 1 Fonte: A.M.V.C.

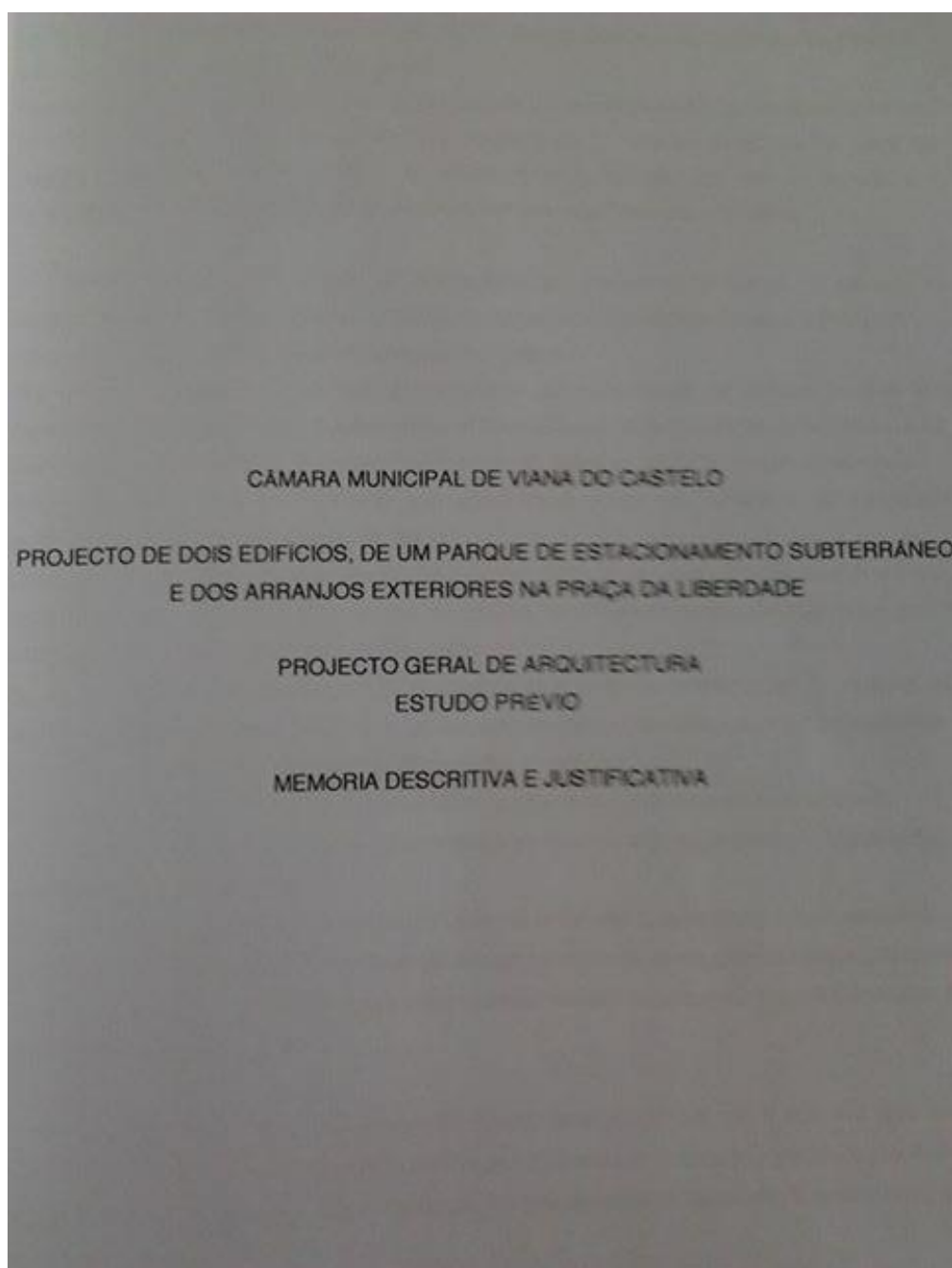


Imagem 24 - Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa Janeiro 2000 p. 1 Fonte: A.M.V.C.

1 – A Praça da Liberdade, em Viana do Castelo, cujo Estudo Prévio se apresenta, está intimamente ligada à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e ao Largo de 5 de Outubro das quais constitui prolongamento e remate.

Tendo este eixo norte-sul merecido a nossa proposta em estudo anterior da marginal da cidade foi, posteriormente, objecto de duas decisões por parte da Câmara Municipal de Viana do Castelo: a construção de um Parque de estacionamento subterrâneo sob a Avenida e a instalação de um monumento ao 25 de Abril nos terrenos da Praça em referência.

2 – Neste momento, e em face da elaboração do respectivo Projecto, o parque de estacionamento prossegue os seus trabalhos de execução na totalidade da via e a Praça da Liberdade assiste ao nascimento do seu próprio Projecto.

Resolvendo o problema de trânsito consequente do cruzamento de tráfego Avenida dos Combatentes / Marginal, ambas definitivamente com dois sentidos através de uma giração, é no lado poente da respectiva placa, com o valor médio de cerca de 100 x 30 m que se propõe a localização de um pequeno edifício que albergará o Posto de Turismo e as instalações sanitárias públicas, numa área total de 480m².

O espaço "praça", com as dimensões de 65 x 45 m é definido por dois edifícios com dois pisos cada um. Neles se instalará um programa de edifícios de interesse público: Ministério da Justiça, Ministério das finanças e o Centro de Emprego.

No rés-do-chão dos edifícios situam-se os espaços destinados ao comércio, a entrada dos diferentes departamentos e serviços e, os acessos ao parque de estacionamento. O primeiro piso está totalmente reservado aos departamentos e serviços.

A área de construção é de 3100 m² por edifício, perfazendo uma área total de 6200m².

O monumento referido insere-se na nova praça ocupando uma posição central e dominante, com ligeiro avanço sobre o rio.

Sob os edifícios e a praça, modulados com base na dimensão quadrada de 7,5 m, semelhante à utilizada ao longo da Avenida, situa-se outra área de estacionamento, para cerca de 220 carros, com ligação à primeira, em construção, e com acesso ao piso superior por escadas e rampas e giração inferior para veículos.

3 – Para a área de arranjos exteriores foi fixada uma superfície de 5.900 m² que inclui, fundamentalmente, o pavimento central da Praça da Liberdade, o arranjo vegetal da placa de giração referida e os passeios que constituem, no seu desenho e materiais, a continuação dos da Avenida dos Combatentes.

Porto, Janeiro de 2000


F. Távora, arq.

Imagem 25 - Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa Janeiro 2000 p. 2 Fonte: A.M.V.C.

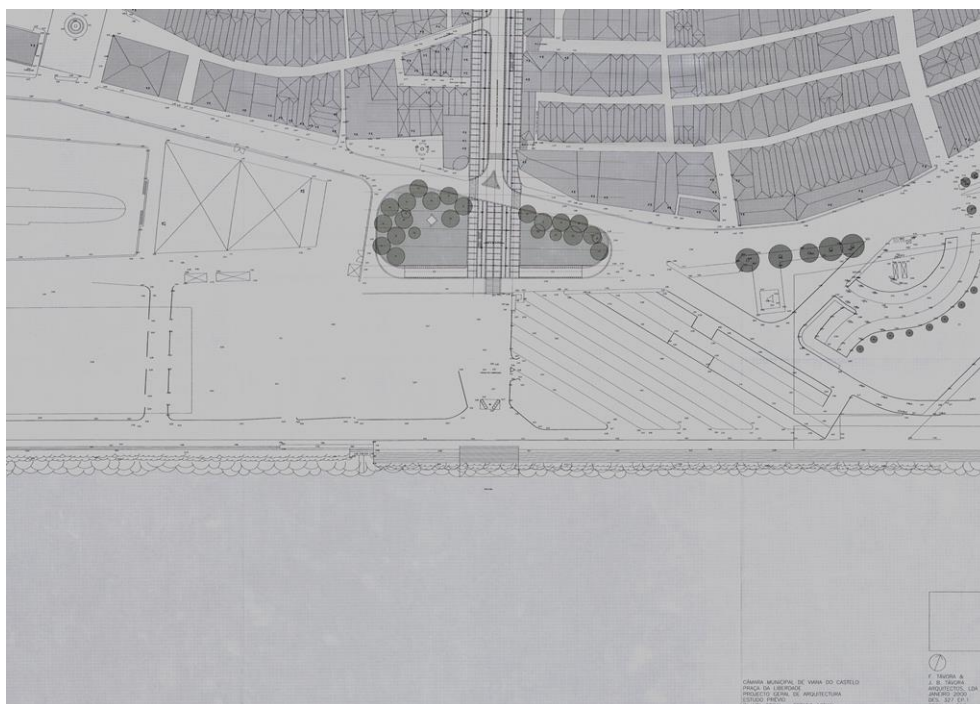


Imagem 26 – DES. 327. EP. 1 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Geral – Estado Actual Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.



Imagem 27 – DES. 327. EP. 2 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Geral – Proposta Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.

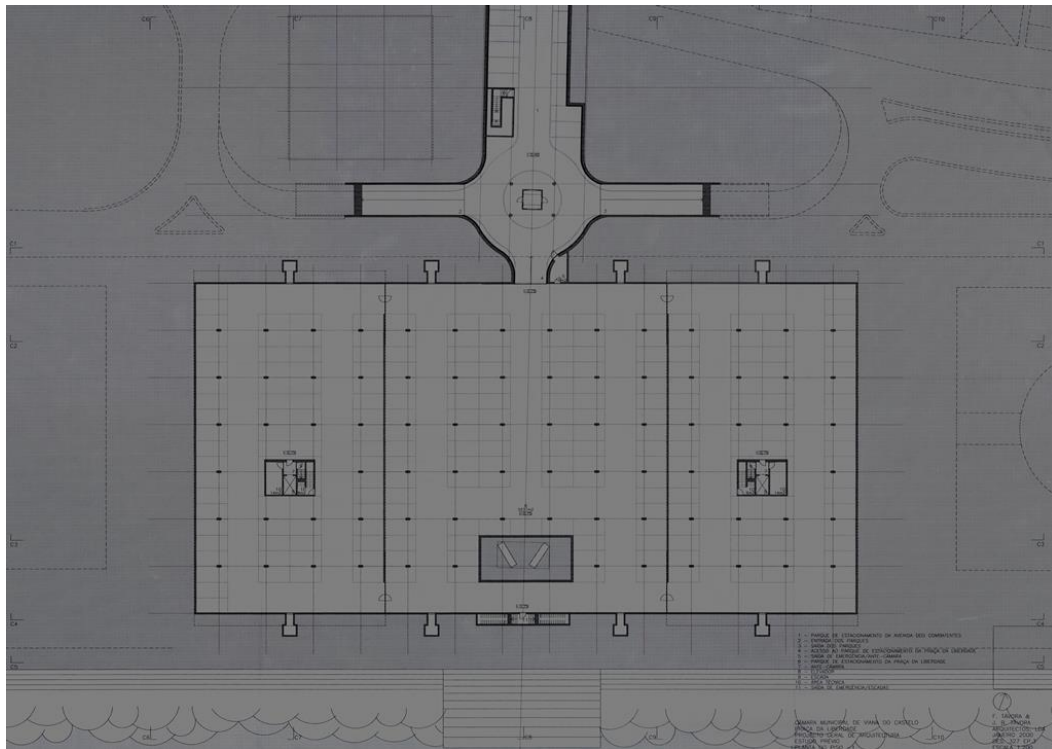


Imagem 28 - DES. 327. EP. 3 Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso-1 – Proposta Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.

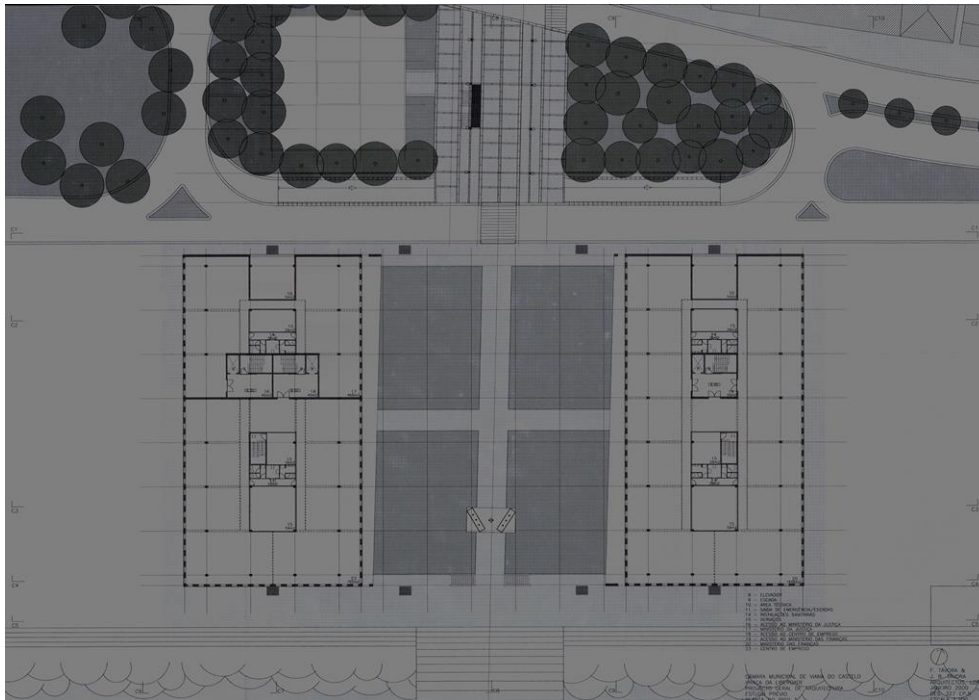


Imagem 30 - DES. 327. EP. 5. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta Piso 1 – Proposta Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.

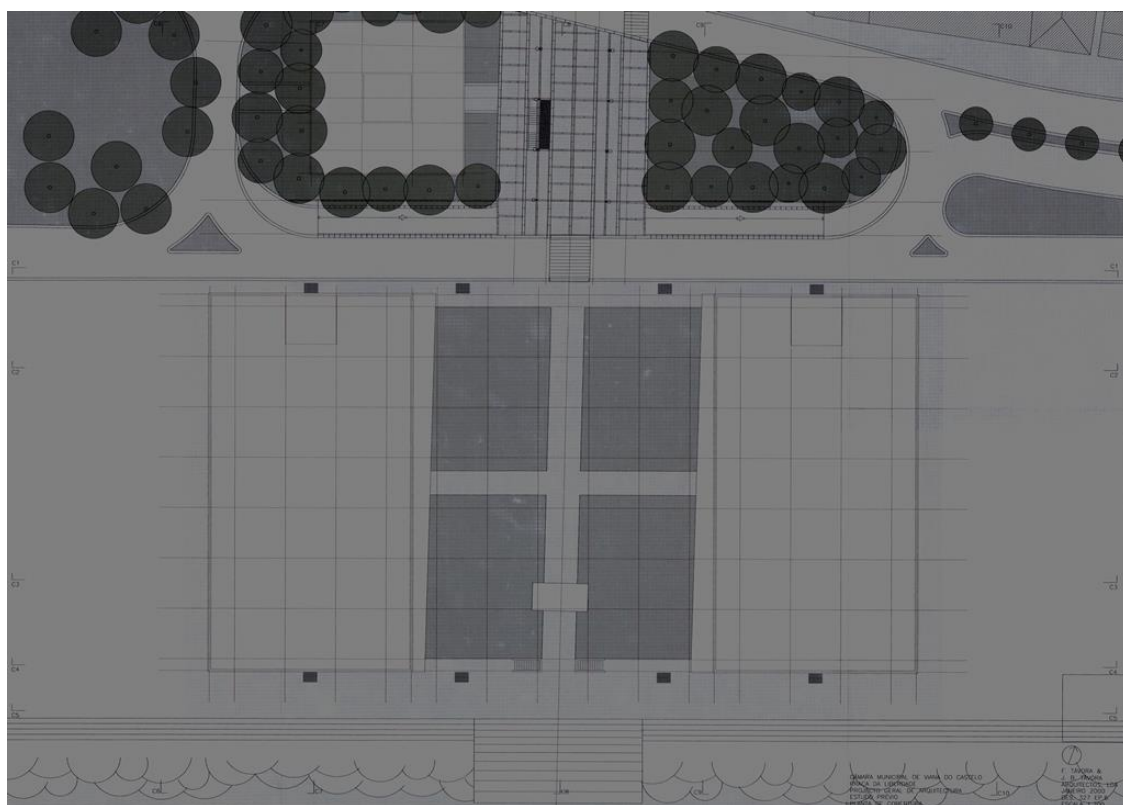


Imagem 31 - DES. 327. EP. 6. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Planta de Cobertura— Proposta Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.

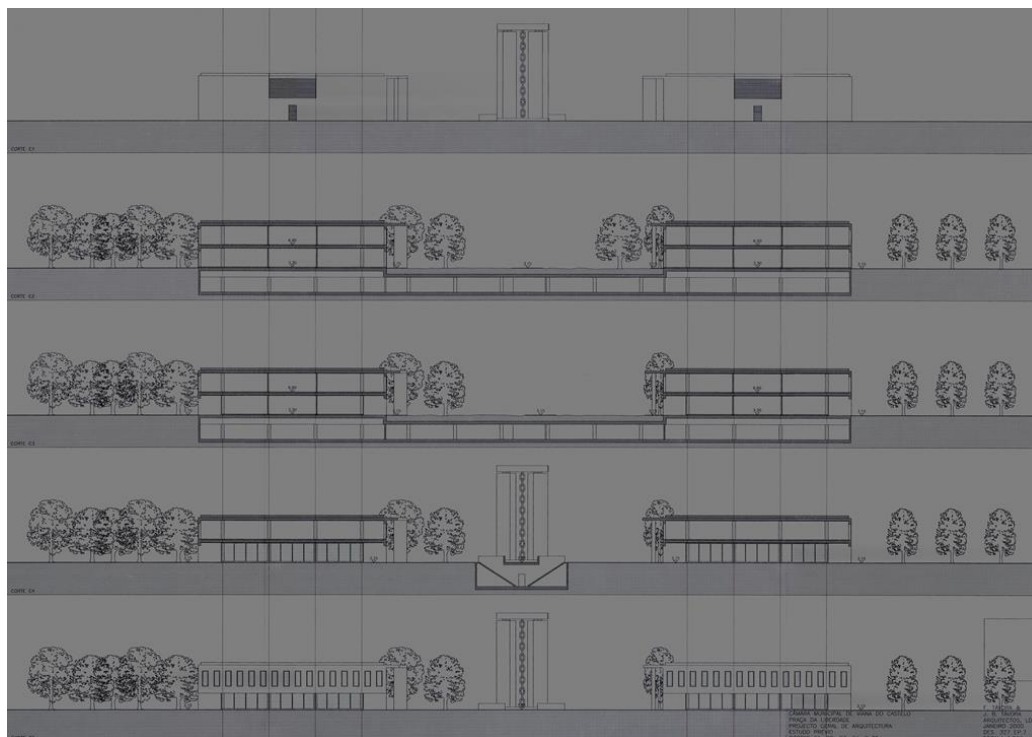


Imagem 32 - DES. 327. EP. 7. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Cortes C1, C2, C3, C4 e C5 – Proposta Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.

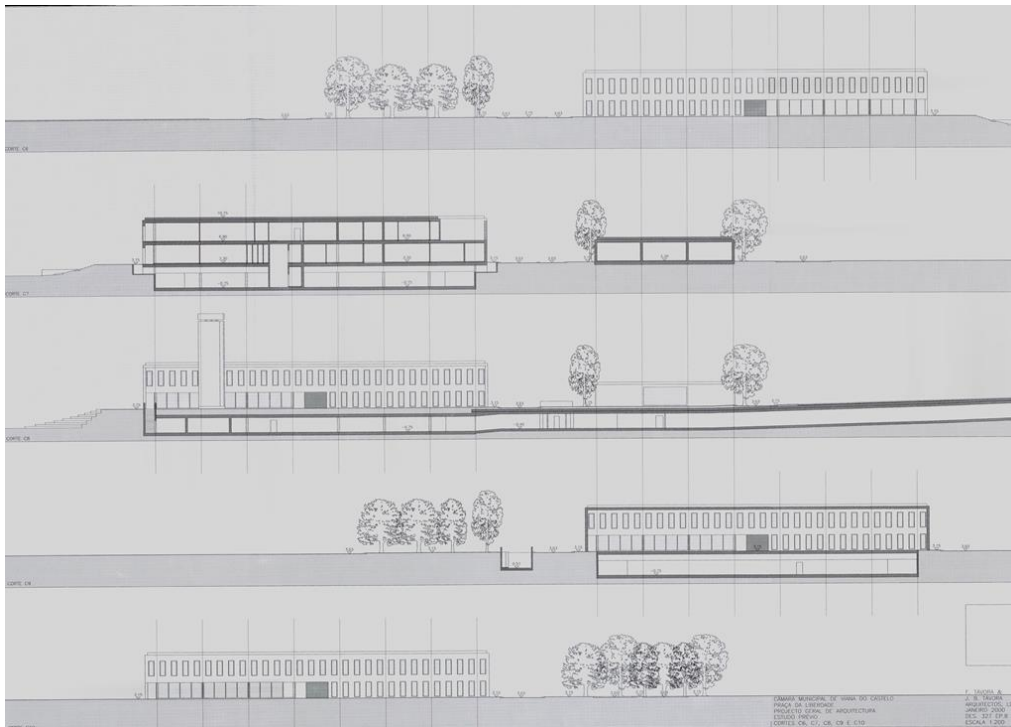


Imagem 33 - DES. 327. EP. 7. Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura. Estudo Prévio. Cortes C6, C7, C8, C9 e C10 – Proposta Janeiro 2000 Fonte: A.M.V.C.

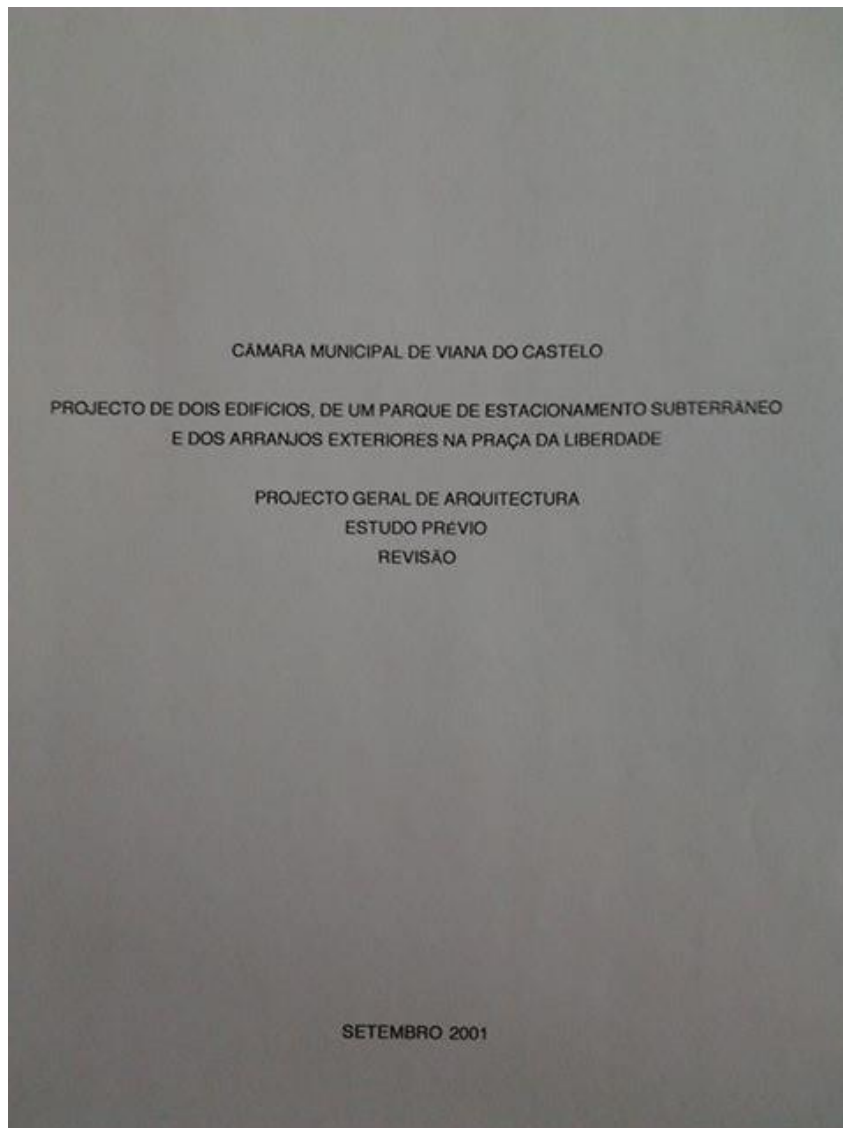


Imagem 34 - Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001 p. 1 Fonte: A.M.V.C.

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 – A Praça da Liberdade, em Viana do Castelo, cuja Revisão do Estudo Prévio do Projecto Geral de Arquitectura se apresenta, está intimamente ligada à Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e ao Largo de 5 de Outubro dos quais constitui prolongamento e remate. Tendo este eixo norte-sul merecido a nossa proposta em estudo anterior da marginal da cidade foi, posteriormente, objecto de duas decisões por parte da Câmara Municipal de Viana do Castelo: a construção de um Parque de estacionamento subterrâneo sob a Avenida e a instalação de um monumento ao 25 de Abril nos terrenos da Praça em referência.

2 – Neste momento, e em face da elaboração deste Projecto, o parque de estacionamento está já em funcionamento e a Praça da Liberdade assiste ao nascimento do seu próprio Projecto. Resolvendo o problema de trânsito consequente do cruzamento de tráfego Avenida dos Combatentes / Marginal, ambas definitivamente com dois sentidos através de uma giratória, é no centro da respectiva placa, com o valor médio de cerca de 100 x 30 m, e a implantação de um edifício de planta quadrada com pátio central para instalação do Posto de Turismo e de instalações sanitárias públicas, que damos início ao espaço "praça" definido por dois edifícios com a altura de rés-do-chão e um piso. Neles se instalará um programa de edifícios de interesse público.

O monumento referido insere-se na nova praça ocupando uma posição central e dominante, com ligeiro avanço sobre o rio.

3 – O presente Estudo Prévio – Revisão do Projecto Geral de Arquitectura constitui uma nova primeira fase do conjunto de edifícios que participarão no arranjo da Praça da Liberdade, dado que outros anteriores estudos por não terem os seus programas rigorosamente definidos não eram capazes, pela sua programação, de dar satisfação aos desejos municipais e das respectivas entidades para o efeito.

4 – A composição, no seu conjunto, consta de três edifícios: ao centro o conjunto aqui referido que ladeia a Praça da Liberdade, constituída por uma ampla plataforma que apoia o Monumento e tem as dimensões de 48 x 52 m. A praça é ladeada a nascente e a poente por dois edifícios, aqui referidos. Depois, ainda a nascente, situa-se a Biblioteca Municipal (Projecto do Arquitecto Álvaro Siza Vieira) e a poente, o edifício para o Pavilhão Multusos (Projecto do Arquitecto Eduardo Souto de Moura).

5 – O arranjo do conjunto em causa consta de 3 pisos: no primeiro, piso -1, situa-se o polo de estacionamento de veículos mecânicos, para cerca de 290 veículos, dividido em três zonas: nascente, sul e poente. A primeira e a terceira ligadas por escadas e ascensores ao rés-do-

Imagem 35 - Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001 p. 2 Fonte: A.M.V.C.

chão, e a segunda, ligada por escadaria, ao mesmo piso. A modulação é quadrante e de 8,00 m de lado.

Os três pisos tem acesso de automóvel por uma rampa, já efectuada, a norte e que serve, também, o parque da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

6 – Nos dois edifícios, cujo programa foi mais recentemente fornecido, fomos levados a uma solução em que o edifício a poente é mais estreito do que o edifício a nascente, sendo embora, de profundidades semelhantes.

No edifício a poente haverá apenas instalações para o Centro de Emprego de Viana do Castelo com acesso pelo piso 0 e instalações no piso superior; deixa-se, assim o piso 0 com escadas e ascensores para a cave e amplos espaços envidraçados no rés-do-chão, abertos sobre a praça, o rio e o mar, onde se prevê a instalação de diversos equipamentos (lojas, cafés, restaurantes). Ainda no que respeita ao piso 1, tentou-se organizar o programa dado do Centro de Emprego de acordo com os elementos fornecidos; para a Comissão respectiva uma atenção especial relativamente a portas e áreas, posições relativas das instalações, acessos, etc.

7 – Quanto ao edifício a nascente, mais largo, como já referido, esse terá no seu sector norte e no e piso 1 o Serviço de Finanças de Viana do Castelo, com áreas de acesso público ao nível do piso 0.

Com acesso pelo piso 0 e instalações no piso superior, no sector sul ficará instalado o Tribunal do Trabalho de Viana do Castelo. Haverá ligação da escada e ascensor entre os dois pisos.

Igualmente, também aqui se recomenda à Comissão respectiva uma atenção especial relativamente a portas e áreas, posições relativas das instalações, acessos, etc.

Nas duas salas de audiência haverá um aumento de pé-direito para valorização dos respectivos espaços.

No que toca ao piso 0 deste corpo poente, e retirando o Serviço de Finanças, já referido, metade do rés-do-chão será destinado como no outro corpo, a nascente, para a instalação de escadas e ascensores para a cave e amplos espaços envidraçados abertos sobre a praça, o rio e o mar equipamentos (lojas, cafés, restaurantes).

8 – Não referiremos especialmente, problemas de execução ou de custos do conjunto de edifícios, uma vez que neste momento se trata apenas do problema de aplicação de um novo programa.

Porto, 28 de Setembro de 2001

F. Távora, arq.

Imagem 36 - Projecto de dois Edifícios, de um parque de Estacionamento Subterrâneo e dos Arranjos Exteriores na Praça da Liberdade. Projecto Geral de Arquitectura: Estudo Prévio. Memória Descritiva e Justificativa – Revisão. Setembro de 2001 p. 3 Fonte: A.M.V.C.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
PRAÇA DA LIBERDADE - EDIFÍCIOS E PARQUE DE ESTACIONAMENTO

PROJECTO DE EXECUÇÃO
PROJECTO GERAL DE ARQUITECTURA

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

MAIO 2003

**Imagem 37 – Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução.
Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003 p.1** Fonte: A.M.V.C.

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 - O conjunto formado pela Praça da Liberdade, edifícios e parque de estacionamento subterrâneo, cujo Projecto de Execução agora se apresenta, constitui, no prolongamento da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, o remate natural da mesma, na sua articulação com o Largo de 5 de Outubro, o monumento ao 25 de Abril, a via marginal e o Rio Lima.

Foi ponderada e coordenada a implantação e a relação com as construções previstas — a Nascente a Biblioteca Municipal, do Arq. Álvaro Siza e, a Poente, o Pavilhão Multiusos, do Arq. Eduardo Souto Moura — e, do mesmo modo, no que se refere às infraestruturas e espaços públicos da Frente Ribeirinha, do Projecto desenvolvido pelo Arq. Adalberto Dias.

Quanto aos edifícios, propriamente ditos, procurou-se dar satisfação aos programas e pretensões das várias entidades envolvidas — Centro de Emprego e Formação Profissional, Direcção Geral dos Impostos, Tribunal do Trabalho e Câmara Municipal de Viana do Castelo — tendo sido considerada a informação e os acertos resultantes das várias reuniões efectuadas ao longo do processo.

2 - A área de intervenção corresponde agora a um total de 12.130 m², dos quais 7.420 m² são pavimentos pedonais e 1.600 m² zona de tratamento vegetal, integra, com referência a áreas brutas de construção, uma garagem subterrânea com 5.820 m², dois edifícios de comércio e serviços com 5.780 m² e um terceiro edifício, destinado a Posto de Turismo e Sanitários Públicos, com 338 m².

3 - O piso -1, uma área de estacionamento com capacidade para cerca de 200 veículos, ligada à garagem subterrânea já construída ao longo da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, divide-se em três espaços ligados entre si e comunicando com o nível da Praça através de dois conjuntos de escada interior e ascensor.

Construída com base numa estrutura modulada em quadrados de 8 m, a qual se prolonga nos dois edifícios que definem a praça, tem acesso e saída de automóvel assegurado por duas rampas, já efectuadas a Norte, que servem igualmente o parque da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra.

4 - Os edifícios principais, com profundidades idênticas mas mais estreito o edifício a Poente do que o situado a Nascente, desenvolvem-se em dois pisos e são seccionados transversalmente, ao nível do piso 0, por duas galerias cobertas através das quais se faz o acesso de pessoas à garagem e aos diferentes serviços públicos neles instalados: no edifício Poente o Centro de Emprego, com acesso pelo piso 0 e instalações no piso superior; no Nascente, o Tribunal do Trabalho e as Finanças, ocupando a totalidade do piso 1 e, no caso das Finanças, uma parte considerável do piso 0, sobretudo as zonas de contacto com o público. As restantes áreas nos dois edifícios, ao nível do piso 0, destinam-se a

Imagem 38 - Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003
p.2 Fonte: A.M.V.C.

comércio e restauração —oito lojas e um café a Poente; um restaurante a Nascente— abertas ao exterior através de amplos envidraçados, recuados em relação ao plano das fachadas, estimulando a circulação de pessoas, o aparecimento de esplanadas, estabelecendo, assim, uma relação próxima com os espaços envolventes e o próprio rio.

5 - Nas zonas destinadas a serviços, situadas predominantemente no piso 1, prevê-se, em ambos os edifícios da praça, uma circulação interior assegurada por um conjunto de escadas, ascensores, átrios e corredores. A iluminação natural neste piso é assegurada, nos compartimentos periféricos, por janelas contínuas abertas a Nascente, Sul e Poente, aberturas axiais, a Norte e, nos compartimentos interiores, por lanternins na cobertura.

Nas duas salas de audiências, fechadas ao exterior, haverá uma variação no pé-direito, como forma de valorizar os respectivos espaços.

6 - Quanto ao princípio geral da sua construção, a proposta assenta numa malha modulada em quadrados de 8 m, constituída por pilares de betão e lajes fungiformes, alijeiradas ou maciças e fundações em estacas de betão armado. O parque de estacionamento, pela sua cota e proximidade ao rio obrigará à realização de uma caixa composta por laje de fundo e muros periféricos em betão.

As paredes divisórias interiores, para além das de betão, determinadas por razões estruturais, serão predominantemente em tijolo tipo "Acustistac", de 0,14 m, com isolamento acústico.

7 - Como acabamentos interiores dos diferentes edifícios prevê-se:

7.1 - Nas áreas de acesso ao nível do piso 0:

- paredes e pavimentos em mármore branco Sivec polido;
- tecto falso em gesso cartonado, acessível, pintura a tinta plástica.

7.2 - Áreas de circulação, átrios e corredores ao nível do piso 1 e caixas de escadas:

- pavimento em mármore vidro de ataija polido;
- paredes em gesso projectado tipo Iberyeso, pintura a tinta plástica;
- lambriil em vidro de ataija polido;
- tecto falso em gesso cartonado, acessível, pintura a tinta plástica.

7.3 - Áreas de Trabalho:

- pavimento em linóleo;
- paredes em gesso projectado tipo Iberyeso, pintura a tinta plástica;
- tecto falso em gesso cartonado, pintura a tinta plástica;
- roda pé em madeira de Afizélia.

7.4 - Salas de Audiências — Tribunal do Trabalho:

- pavimento em soalho de madeira de Afizélia;
- paredes em gesso projectado tipo lberyso, pintura a tinta plástica;
- Lambril com 2,40 m de altura e isolamento acústico, em contraplacado de madeira folheado a Afizélia;
- tecto falso em gesso cartonado, pintura a tinta plástica.

7.5 - Instalações Sanitárias:

- pavimento em mármore vidro de ataija polido, sobre cerezite;
- paredes em azulejo branco 20 x 20 sobre cerezite;
- tecto falso em gesso cartonado hidrofugado, pintado a tinta plástica.

7.6 - Zonas Técnicas:

- pavimento em betonilha com pintura a Sikafloor;
- paredes em gesso projectado tipo lberyso, pintura a tinta plástica;
- tectos falsos em gesso cartonado, pintura a tinta plástica.

7.7 - Garagem:

- pavimento em betão, pintura de sinalização a tinta termoplástica;
- paredes e pilares em betão, pintura a tinta acrílica;
- tectos em betão, pintura a tinta acrílica.

7.8 - Acabamentos Gerais:

- carpintarias interiores —aros e portas, aros de janelas, rodapés— em madeira de Afizélia;
- caixilharias exteriores em alumínio anodizado e vidro duplo, portas corta-fogo em acessos a caixas de escadas e corredores;
- estores em tela, pelo interior.

8 - Mobiliário e Decoração

8.1 - Mobiliário:

- armários fixos e balcões em madeira de Afizélia e contraplacado folheado a Afizélia;
- mesas, cadeiras e bancos nas salas de audiências e átrios em madeira de Pau Setim e contraplacado folheado a Pau Setim, estofos em tecido.

Imagem 40 - Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003 p.4 Fonte: A.M.V.C.

8.2 - Tapeçaria:

-duas tapeçarias para as duas salas de audiências do tribunal do trabalho, sob desenho original de um artista de reconhecido valor no contexto das artes plásticas nacionais, a ser escolhido pelo autor do Projecto de Arquitectura e a serem executadas em material e técnica da tapeçaria de Portalegre.

9 - Como acabamentos exteriores dos diferentes edifícios prevê-se:

9.1 - Paredes e Pilares:

-mármore branco Sivec polido;
-revestimento com sistema Dryvit, acabamento areado fino e pintura a tinta flexível.

9.2 - Coberturas:

-enchimento com betão leca, impermeabilização com telas de PVC, isolamento térmico e lajetas pré-fabricadas em betão branco, sobre suportes;
-greijas em estrutura de ferro metalizado, revestido a chapa de zinco para cobrir zonas de instalação de AVAC;
-zinco camarinha em palas de protecção a janelas;
-caleiras, rufos e tubos de queda em zinco nº12.

9.3 - Tectos:

-falsos em gesso cartonado hidrofugado.

10 - Como acabamentos exteriores dos pavimentos dos diferentes espaços livres prevê-se:

-o prolongamento do lajeado em granito da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, quanto ao desenho e material, na placa do Largo de 5 de Outubro;
-lajeado em granito caverneira, em fiadas com 0,50 m de largura e 12 cm de espessura;
-cubo de granito de 11 x 11 cm, serrado na face à vista;
-guias de passeio 30 x 20 cm;
-rega, revestimento vegetal e plantação de árvores na placa de giração do Largo 5 de Outubro.

11 - São excluídos do presente Projecto de Execução todos os acabamentos das áreas comerciais —lojas, cafés e restaurantes— em relação às quais é apenas considerada a realização de toscos, com excepção de todas as caixilharias exteriores em alumínio, a soleira que lhes está associada e o revestimento dos pilares, na mesma pedra, como forma de facilitar, numa posterior fase de venda ou concessão, alterações ou associações de fracções que venham a ser propostas.

No entanto entendemos ser da maior importância que, dada a presença visual destes espaços e a necessidade de garantir a sua coerência formal relativamente ao conjunto a edificar, os respectivos projectos, no que se refere a acabamentos, mobiliário, materiais a utilizar e proposta de eventuais alterações a introduzir, sejam submetidos à nossa apreciação, com emissão de parecer, o qual deverá ser considerado para efeitos de posterior tomada de decisão, por parte da Câmara Municipal.

Tal facto não impede que sejam desde já estabelecidas algumas disposições a observar na execução das referidas áreas:

Tectos

-falsos, em gesso cartonado, cor branca, deverão manter a relação com a caixilharia e a variação de pé-direito previstos no projecto.

Pavimentos

-em soalho de madeira de Afizélia, envernizado mate.

Os restantes aspectos, nomeadamente revestimentos, iluminação, mobiliário, afixação de elementos de identificação ou publicitários, serão analisados, coordenados e aprovados com base na apreciação dos diferentes projectos apresentados.

Porto, Maio de 2003

Fernando Távora, arq

Imagem 42 - Praça da Liberdade – Edifícios e Parque de Estacionamento. Projecto de Execução. Projecto Geral de Arquitectura: Memória Descritiva e Justificativa Maio 2003 p.6 Fonte: A.M.V.C.



Imagem 44- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

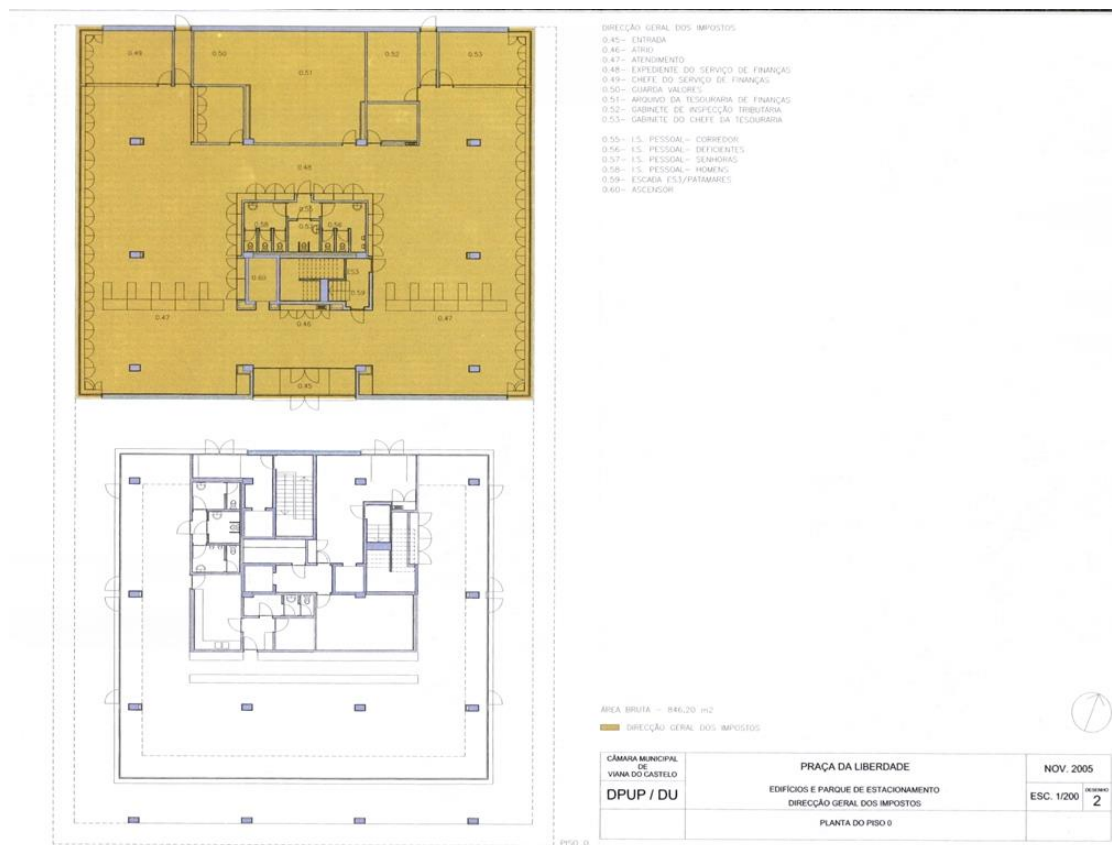


Imagem 45- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 0. Desenho 2. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

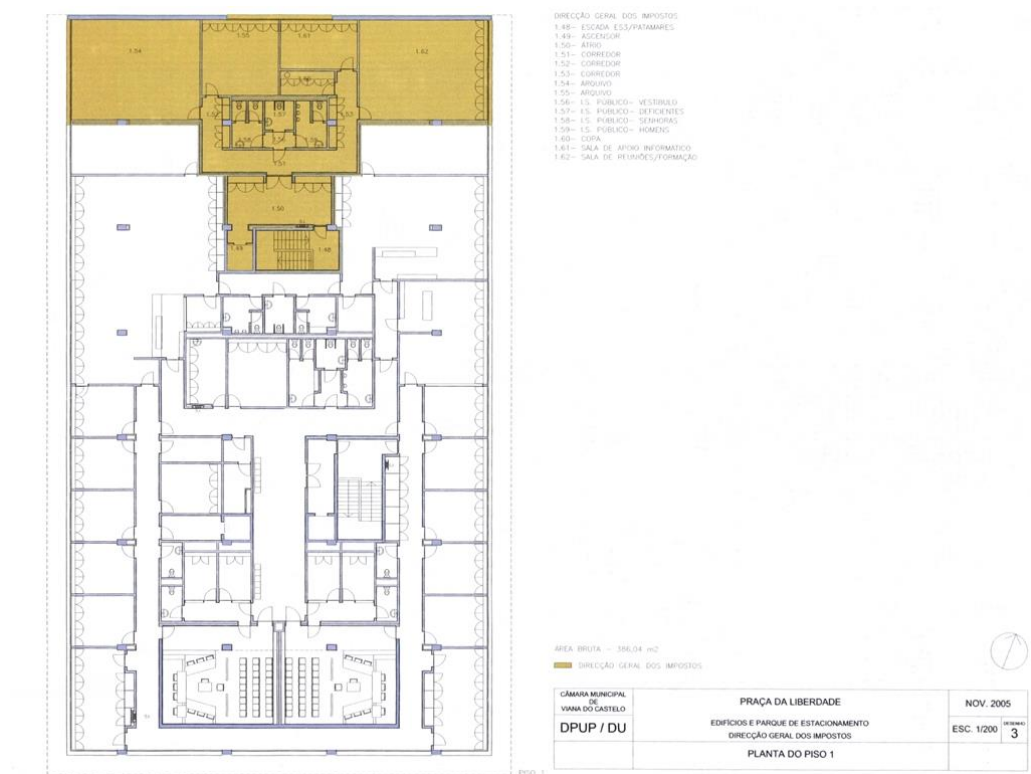


Imagem 47- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 1. Desenho 3. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

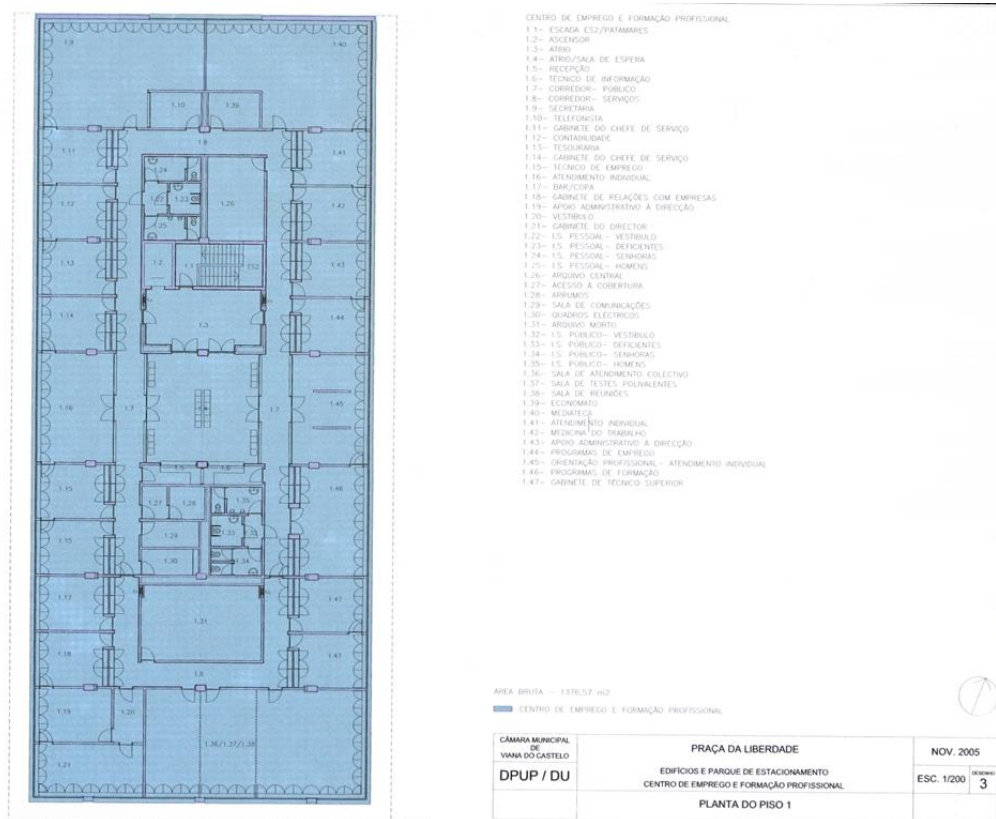


Imagem 48- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Planta do Piso 1. Desenho 3. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.



Imagem 49- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho:
Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

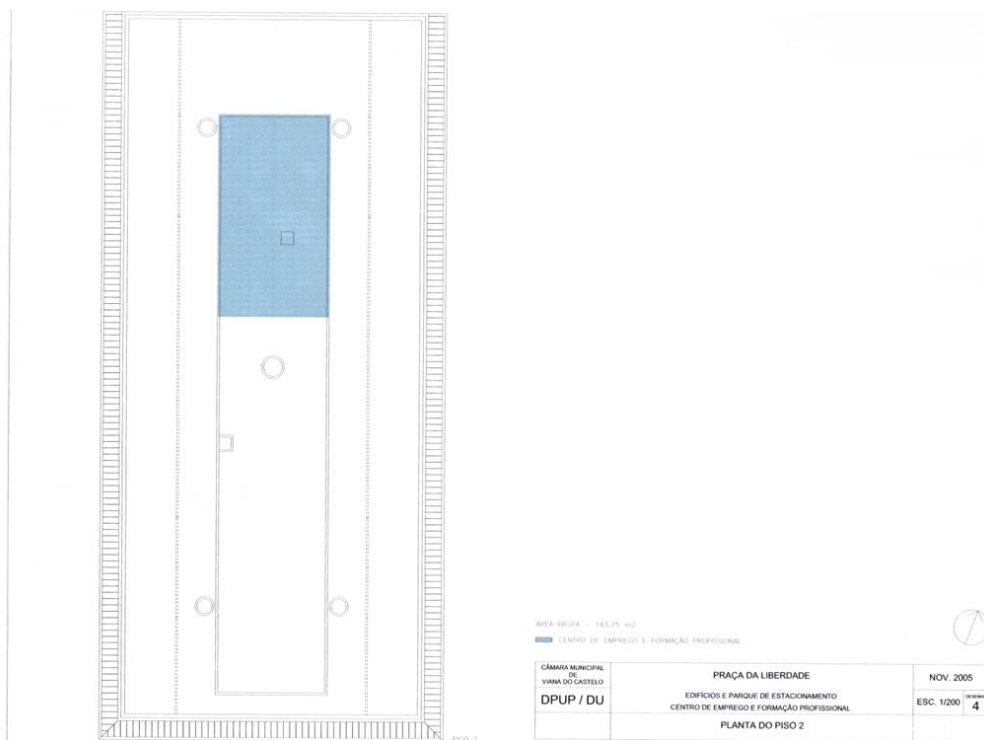


Imagem 50- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

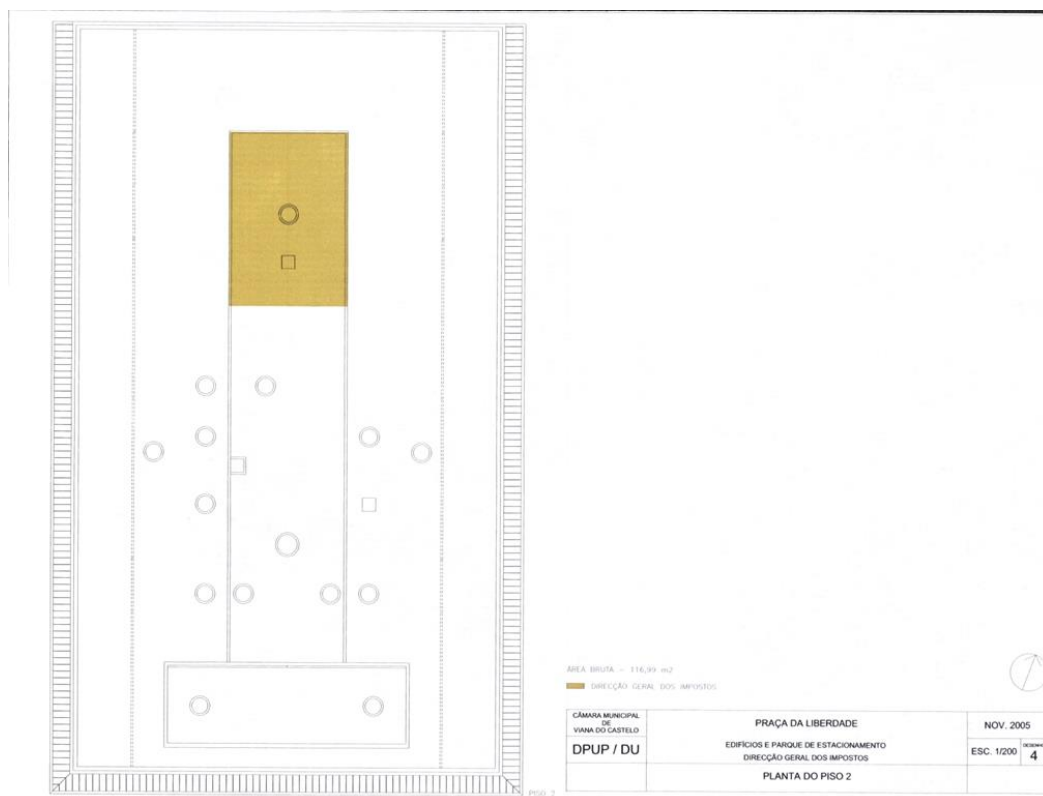


Imagem 51- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Planta do Piso 2. Desenho 4. Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

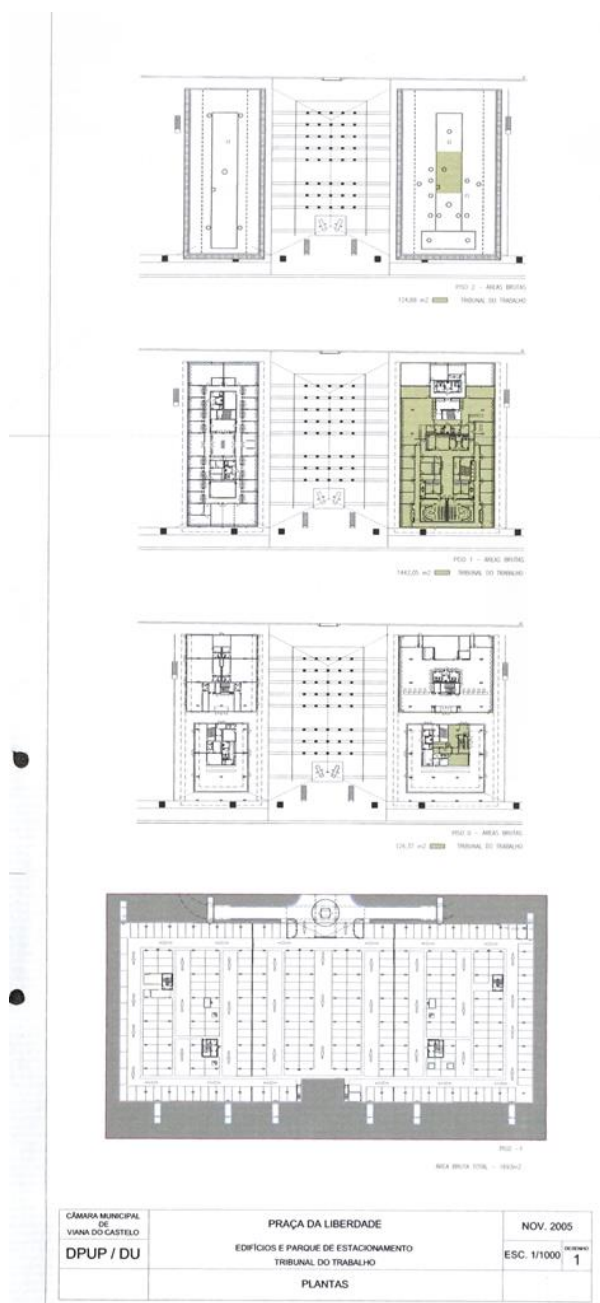


Imagem 52- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Tribunal do Trabalho: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

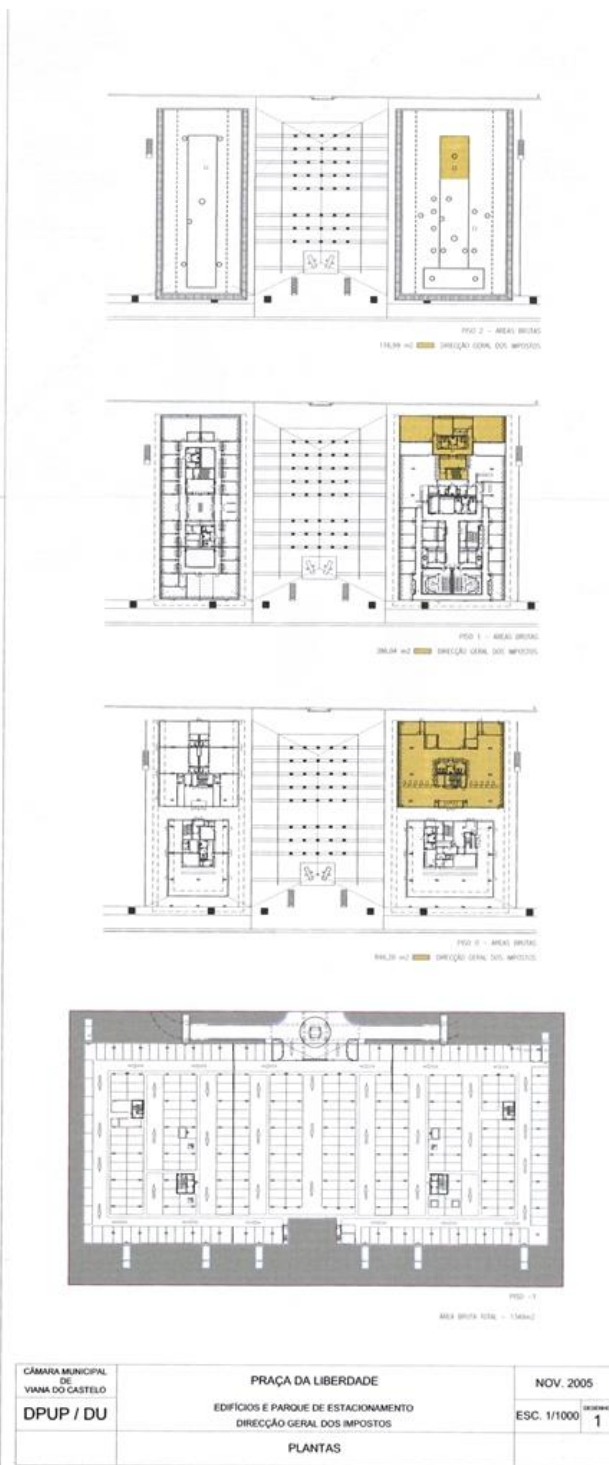


Imagem 53: Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Direcção Geral dos Impostos: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

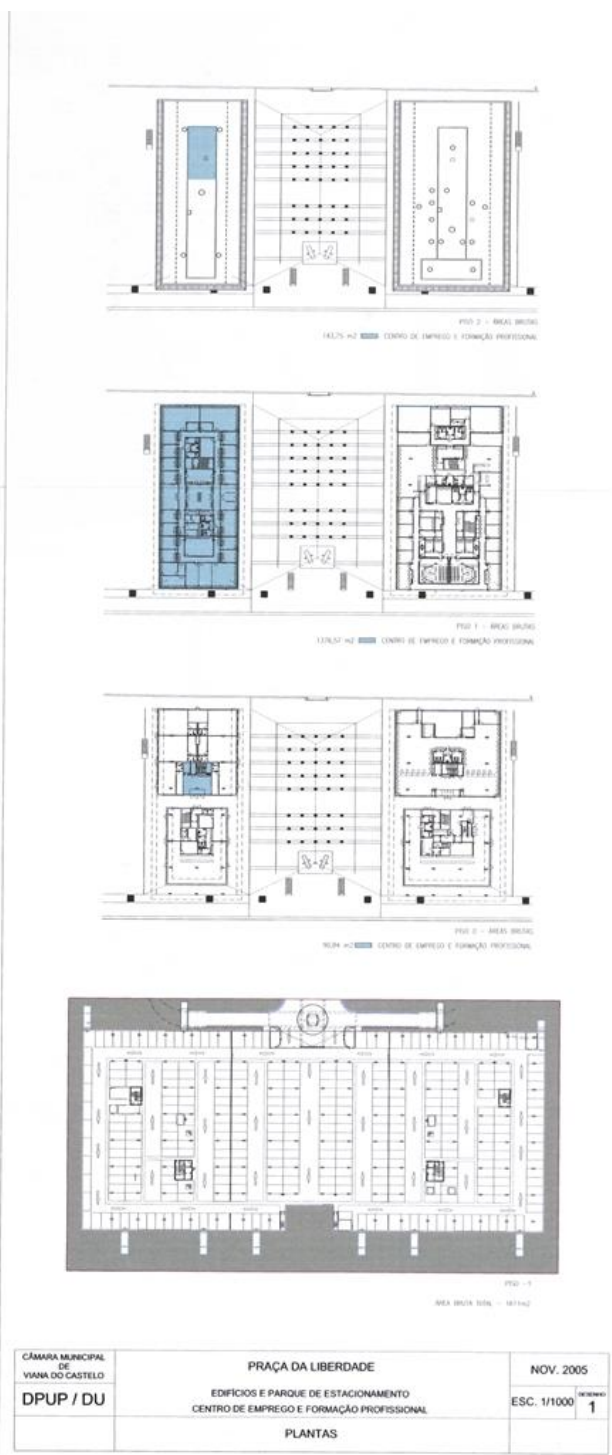


Imagem 54- Praça da Liberdade, Edifícios e Parque de Estacionamento. Centro de Emprego e Formação Profissional: Plantas. Desenho 1 Novembro de 2005 Fonte: A.M.V.C.

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo

Ante Projecto

1. Pretende a câmara municipal de Viana do Castelo construir uma biblioteca do tipo BM3 na faixa de terreno situada entre o rio Lima e a Av. Marginal. O edifício integrar-se-á no Plano da Marginal de Viana, da autoria do prof. Fernando Távora, Plano que prevê ainda o arranjo dos espaços exteriores e a construção de uma sala polivalente e de dois edifícios de escritórios, enquadrando a Praça da Liberdade e o monumento ao 25 de Abril.
2. A implantação do edifício foi acordada com o prof. Fernando Távora e com os restantes projectistas (arquitectos Eduardo Souto de Moura, José Bernardo Távora e Adalberto Dias). Situada no extremo nascente da sequência de construções prevista, a biblioteca é constituída por um volume elevado de 43x43 metros, incluindo um vazio central de 20x20 metros, volume que se prolonga em rés-do-chão, para Leste, por um piso de planta em forma de "L" e por muretes de enquadramento do jardim da marginal.
3. O programa respeita a PROPOSTA DE SERVIÇOS E ÁREAS e as RECOMENDAÇÕES definidas pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) para a REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, e ainda algumas directivas apresentadas pela câmara municipal e pelo programa POLIS. A distribuição do programa pelos dois pisos referidos é a seguinte:

Rés-do-chão (Piso 0)

Serviço Público:

Átrio
Balcão de Atendimento
Bar
Arrumo do Bar
Sala Polivalente
Arrumo
Sanitários

Serviço Interno:

Recepção/ Manutenção
Depósitos
Sala de consulta de reservados
Gabinete do director
Dois gabinetes
Serviços técnicos
Sala de reuniões
Sala de informática
Sala de pessoal
Vestiários e sanitários
Arrumos

1º Andar (Piso1)

Átrio
Reprografia
Secção de adultos
Secção Infantil

O quadro de áreas e equipamentos previstos é apresentado em anexo (folha 3)

4. A comunicação entre os dois pisos inclui dois núcleos escada/ascensor, respectivamente para o público e para os serviços internos. Existe ainda uma terceira escada exterior de emergência

O acesso público ao átrio da biblioteca faz-se através do espaço definido pelo volume elevado e pela respectiva abertura central, sendo o piso do rés-do-chão 65cm elevado em relação ao piso exterior. A diferença de cota é vencida por rampa e quatro degraus.

O acesso de funcionários é feito a partir do átrio público e de um coberto situado no extremo nascente da biblioteca, dimensionado para estacionamento da viatura de serviço da Biblioteca. Junto a este coberto situa-se o P.T. e a caldeira.

5. A expressão arquitectónica proposta resulta essencialmente das seguintes opções:

- Visibilidade sobre o Rio numa grande extensão do edifício, por elevação da sua maior superfície, com apoios nos dois extremos poente e nascente, respectivamente por dois pilares de planta em "L" e pela área construída em rés-do-chão.
- Ortogonalidade em planta e alçado
- Predominância de extensas aberturas horizontais, complementadas por lanternins
- Protecção solar ou orientação apropriada das aberturas
- Superfície exterior em betão branco aparente e revestimento em pedra faceada constituindo embasamento do edifício.
- Definição volumétrica intencionalmente condicionada ao diálogo jardim/construção.

Estas e outras opções decorrem de um aberto e gratificante diálogo entre arquitectos, promotores e gestores.

6. Juntam-se em anexo relatórios relativos a projectos de especialidades

8 de Novembro de 2001


Álvaro Siza, arq.

ARQUITECTURA

Descrição	Folha n.º	Escala
Memória Descritiva	MD	
Estimativa Orçamental	EO	
Quadro de Áreas	QA	
Planta de Localização	PL1	1:1000
Planta de implantação coberturas	PL2	1:500
Planta de Implantação pelo Piso térreo	PL3	1:500
Cortes Gerais	C	1:500
Planta do Piso 0	1	1:100
Planta do Piso 1	2	1:100
Planta de coberturas	3	1:100
Alçado Sul e Corte AA'	4	1:100
Alçado Norte e Corte BB'	5	1:100
Alçado Nascente e Corte CC'	6	1:100
Alçado Poente e Corte EE'	7	1:100
Corte DD' e Corte FF'	8	1:100

ENGENHARIAS

Projectos de estruturas e redes hidráulicas

Projecto de Instalações e Equipamentos eléctricos;
de Telecomunicações e de Segurança activa

Projecto das Instalações Mecânicas de AVAC

ÁLVARO SIZA ARQUITECTO, LDA.
RUA DO ALEIXO, 53-2º
4150-043 PORTO PORTUGAL
TEL 226167270 FAX 226167270

ENTREGUE POR: _____

RECEBIDO POR: _____

DATA : 9 de Novembro de 2001

*At D.V. para
reunir todos os
pareceres das
entidades e emitir
informação, para
aprovação do Câmara
13.1.2002
Deferir*

Álvaro Siza, arquitecto lda.
Rua do Aleixo, 53 2º
4150 - 043 Porto
siza@mail.telepac.pt

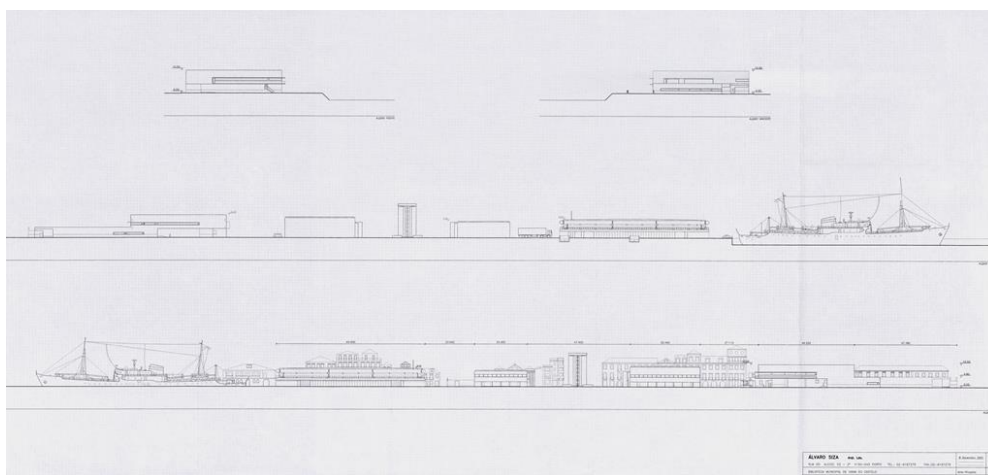


Imagem 58- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Cortes Gerais Desenho CG 8 de Novembro de 2001 Fonte: A.M.V.C.



Imagem 59- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso Térreo Desenho 1 8 de Novembro de 2001 Fonte: A.M.V.C.

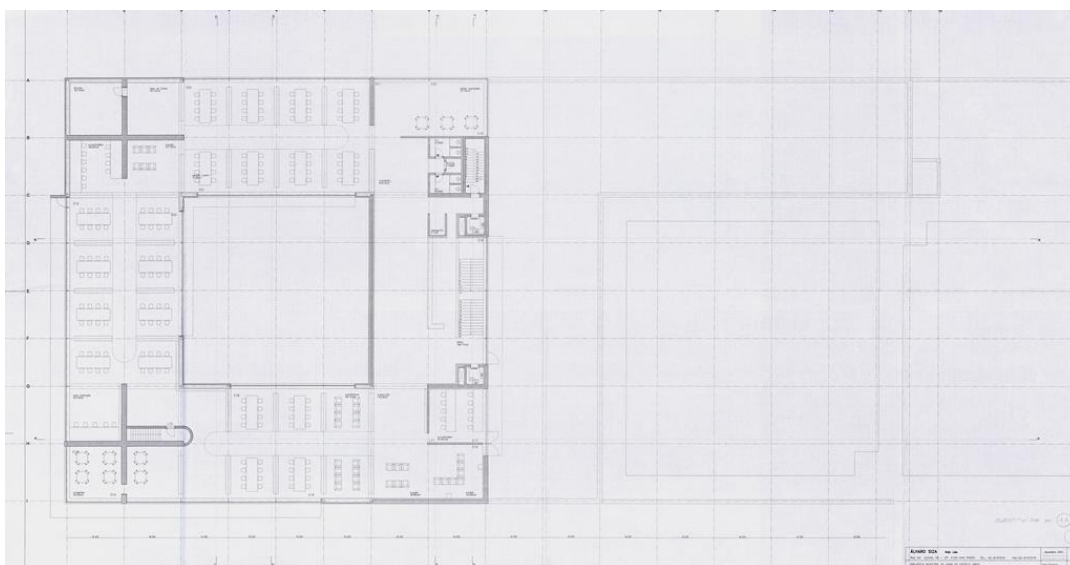


Imagem 60- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso 1 Desenho 2 8 de Novembro de 2001 Fonte: A.M.V.C.

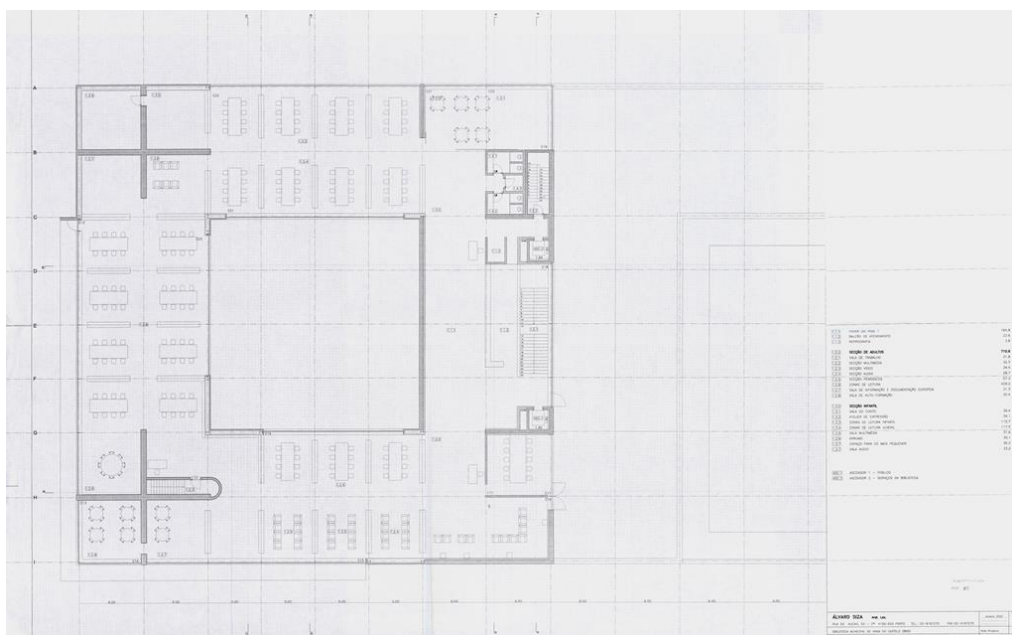


Imagem 62- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo – Ante Projecto: Planta Piso 1 (substitui a planta 2) Desenho 2A Janeiro de 2002 Fonte: A.M.V.C.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
METRAGEM DAS ESTANTES/LUGARES SENTADOS
Março 2002

DADOS GERAIS (ADULTOS):

ZONA CONSULTA: 35 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 6 PRAT. = 1,680 LIVROS
(35x8=280, 280x6 prat.=1,680 livros)
TEMOS 5 ½ ESTANTES = 9,240 livros (8,000 programa)

ZONA EMPRÉSTIMO: 40 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 6 PRAT. = 1,920 LIVROS
(40 x 8=320, 320x6 prat. = 1,920 livros)
TEMOS 14 ESTANTES = 26,880 livros (27,000 programa)

LUGARES:

ZONA CONSULTA:	PROGRAMA: 56 (60 NA PROG. DO IPLB) PROPOSTA: 64
ZONA EMPRÉSTIMO:	PROGRAMA: 16 PROPOSTA: 17
AUDIO/VIDEO:	PROGRAMA: 12 PROPOSTA: 12
MULTIMEDIA:	PROPOSTA: 16
SALA DE TRABALHO:	PROGRAMA: 12 PROPOSTA: 12
PERIÓDICOS:	PROGRAMA: 12 PROPOSTA: 12
AUTO-FORMAÇÃO:	PROGRAMA: 6 PROPOSTA: 6

Imagem 63- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: Metragem das Estantes/Lugares sentados
Março 2002 p. 1 Fonte: A.M.V.C.

DADOS GERAIS (ADULTOS):

VIDEO: 30 VIDEOS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DE 4 M. COM 7 PRAT. = 840 VIDEOS
(30x7=210, 210x4m.=840 videos)
TEMOS 1 ESTANTE = 840 videos (900 sugerido programa)

CD e CD-ROM: 400 CD'S POR 1 MODULO DE 45cm x 1.30m
(móvel do Álvaro Siza)
TEMOS 6 MÓDULOS = 2,400 cd's e cd-roms
PROGRAMA SUGERE: 1,800 CD's
300 CD-ROMS
2,100 TOTAL DISCOS

Imagem 64- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: Metragem das Estantes/Lugares sentados Março 2002 p. 2 Fonte: A.M.V.C.

DADOS GERAIS (INFANTIL):

ZONA CONSULTA: 45 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 5 PRAT. = 1,800 LIVROS
(1,440 com 4 prat.)
(45x8=360, 360x5 prat.=1,800 livros)
TEMOS 2 ESTANTES = 3,600 livros (3,000 programa)

ZONA EMPRÉSTIMO: 45 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 5 PRAT. = 1,800 LIVROS
(1,440 com 4 prat.)
(45x8=360, 360x5 prat.=1,800 livros)
TEMOS 5 ESTANTES = 9,000 livros (9,000 programa)
TEMOS ½ ESTANTE PARA ALBUNS (720)

VIDEO: 30 VIDEOS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DE 4 M. COM 5 PRAT. = 600 VIDEOS
(30x5=150, 150x4m.=600 videos)
TEMOS 1 ESTANTE = 600 videos

CD e CD-ROM: 400 CD'S POR 1 MÓDULO DE 45cm x 1.30m
(móvel do Álvaro Siza)
TEMOS 6 MÓDULOS = 2,400 cd's

LUGARES:

NÚMERO TOTAL NA ZONA
CONSULTA E EMPRÉSTIMO:

PROGRAMA: 63
PROPOSTA: ENTRE 75 e 85
SALA DO CONTO: 25-30
ATL.EXPRESSÃO: 24
AUDIO/VIDEO: 6
MULTIMEDIA: 12

Imagem 65- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo: Metragem das Estantes/Lugares
sentados Março 2002 p. 3 Fonte: A.M.V.C.

ÁLVARO SIZA - ARQUITECTO, LDA.

SEDE:

RUA DA ALEGRIA, 399-A - 2º
4000-045 PORTO PORTUGAL

ATELIER E CORRESPONDÊNCIA:

RUA DO ALEIXO, 53 - 2º
4150-043 PORTO PORTUGAL
TEL. 22.6167270 FAX 22.6167279

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
RESPOSTA AO PARECER DO INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO
E DAS BIBLIOTECAS
ANEXO 1
14 Março 2002

No que respeita aos elementos referidos no parecer do IPLB do 20-02-2002 sobre o Ante-Projecto da Biblioteca de Viana do Castelo, foram efectuadas as seguintes alterações no projecto de arquitectura e na distribuição do mobiliário nos dois pisos da Biblioteca:
(ver junto com parecer do IPLB)

1. Projecto de Arquitectura

1.3 Secção Infantil

- Foi criada uma divisão entre a Sala de Conto e o Atelier de Expressão, que garante o acesso independente à Sala de Conto.
- Foi transferido o Espaço para Pequenos para o espaço onde antes estava a sala de Multimédia, reduzindo assim o ruído nesta zona próxima da secção dos adultos.

2. Distribuição do Mobiliário

2.1 Átrio

- No átrio do piso superior foi desenhado um balcão amovível com duas alturas, uma para crianças e deficientes, outra para os restantes utentes. Foi desenhada também uma estante de apoio na retaguarda, com espaço tanto para livros e outros documentos, como para as mochilas e pastas dos utentes.
- Foram previstos, no átrio de entrada da Biblioteca, no piso inferior, dois postos informáticos para consulta do catálogo. Foram previstos mais dois postos informáticos para consulta do catálogo numa zona do balcão de empréstimo, no átrio do piso superior.
- Foram previstos, nos dois espaços do átrio (pisos inferior e superior), painéis de exposição e vitrines. Expositores horizontais foram previstos dentro da Sala Polivalente no piso inferior, por opção do bibliotecário, que podem, numa ou noutra situação ser colocadas no Átrio para uma exposição pontual. As novas aquisições da biblioteca serão expostas no átrio do piso superior dentro do móvel com painéis de exposição ao longo da parede, em frente do balcão de empréstimo.
- Foram previstos, no átrio do piso inferior, os necessários equipamentos de bar, assim como mesas e cadeiras de apoio.
- Sala de Consulta de Reservados – por pedido do bibliotecário, foram desenhadas estantes para guardar as publicações da secção de Viana, que serão consultadas nesta sala.

2.2 Sala Polivalente

- Esta sala permite várias disposições de mobiliário e prevê 48 lugares com divisória, e 120 lugares sem divisória (ver esquema no desenho do Piso Térreo). Foi projectada também uma mesa de presidência amovível com 5 lugares.
- Foram previstos painéis de exposição nas paredes, e também ao longo da parede divisória. Foram previstos expositores horizontais dentro desta sala, que podem ser colocados também no Átrio para uma exposição pontual.

Imagem 66- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Resposta ao Parecer do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Anexo 1 14 de Março de 2002 p. 1 Fonte: A.M.V.C.

2.3 Serviços internos

- As secretárias na área de gabinetes e nas zonas dos serviços técnicos estão desenhadas com longas laterais de apoio.
- Estão previstos nestes espaços estantes e armários de apoio ao longo das paredes.
- A sala de pessoal possui uma bancada de apoio com lava-loiças, e uma mesa com 8 lugares.
- Na sala de manutenção foi prevista uma mesa grande com 8 cadeiras, e uma secretária com alonga lateral, bem como estantes em volta, ao longo das paredes.

2.4 Secção de Adultos

- Foi previsto um balcão de atendimento junto à entrada na secção, com uma secretária, estante de apoio e posto informático. O bengaleiro com cabides para casacos e suportes para guarda-chuvas, por opção do bibliotecário, está situado no átrio do piso inferior. No piso superior, no entanto, podem ser entregues mochilas e pastas, no balcão junto à escada principal. Em horários diferentes do funcionamento da Biblioteca, quando estão abertas as zonas do átrio e da sala polivalente, mochilas e pastas podem ser entregues no balcão de atendimento no piso inferior.
- Existem dois postos informáticos para consulta do catálogo no balcão de atendimento no piso superior, e mais dois postos entre as zonas de consulta e empréstimo, dentro da secção dos adultos.
- Na sala de trabalho existem mesas de 4 lugares, com 1.20m x 1.80m, mesas de 2 lugares, e estantes ao longo das paredes. As mesas poderão juntar-se quando tal se justificar.
- Nas zonas de áudio e vídeo foram previstas três poltronas por monitor, para visionamento de vídeo, e mais três poltronas para escuta áudio nas costas destas, com mesas baixas de apoio às poltronas.
- No espaço dos periódicos, foi criada uma zona com uma mesa baixa com diâmetro de 1.50m, e outra zona com duas mesas altas de 4 lugares cada.
- Na área do fundo sobre integração europeia, há 2 mesas rectangulares para 4 lugares (1.20m x 1.80m), e estantes ao longo das paredes.
- Na área de auto-formação há 6 mesas individuais de 1.20m x 0.90m, colocadas costas com costas, e estantes ao longo das paredes.
- Foram previstos 2 postos de consulta do catálogo num espaço situado entre as zonas de consulta e empréstimo (ver texto acima). Por opção do bibliotecário, não foram previstos mais postos informáticos nesta.
- No que respeita às estantes e mesas, a secção dos adultos foi dividida em zonas de consulta e empréstimo, a zona de consulta – onde predominam mesas de leitura, e a zona de empréstimo – onde predominem as estantes, com algumas mesas individuais para consulta rápida.

2.5 Secção Infantil

- Foi previsto um balcão de atendimento junto à entrada na secção (em frente do espaço para crianças de 5/6 anos), com uma secretária, estante de apoio, e posto informático. O bengaleiro com cabides para casacos e suportes para guarda-chuvas, por opção do bibliotecário, está situado no átrio do piso inferior.
- Foi criada uma parede divisória entre a sala de conto e o atelier de expressão. A sala de conto tem almofadas e pufos para sentar 25/30 crianças, e existe também um televisor. Esta sala pode ser obscurecida do exterior com uma cortina.
- No atelier de expressão plástica foram previstas mesas de quatro lugares agrupáveis, para sentar 24 crianças. Neste espaço existem também um lavatório e uma estante.

Imagem 67- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Resposta ao Parecer do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas: Anexo 1 14 de Março de 2002 p. 2 Fonte: A.M.V.C.

- junto ao atelier de expressão foi criado um recanto para a faixa etária dos 5/6 anos, formado por caixas para álbuns e pufos.
- A restante área da secção foi dividida em função das idades, com juvenil dum lado e infantil do outro, a zona infantil subdividida ainda em recantos para os mais pequenos, crianças de 5/6 anos (espaços com pufos) , e outras faixas etárias (com mesas rectangulares, pufos, e estantes baixas).
- Os postos multimédia, por opção do bibliotecário, estão concentrados na secção multimédia. No entanto, existem dois postos informáticos para consulta do catálogo junto ao balcão de atendimento na entrada desta secção.

3. Projecto de Cablagem Informática

- Tendo em atenção que proximamente entraremos na fase do projecto de execução tomamos como finais os pedidos adicionais ao programa (em que refere ao projecto de cablagem) agora apresentados pelo IPLB
- Tendo em atenção que se está a projectar uma rede de cablagem estruturada para voz e dados será simples satisfazer o pedido do IPLB para os locais referidos no parecer. Assim, serão adicionadas tomadas nas seguintes salas:
- Sala de informática: serão adicionadas 2 tomadas de dados duplas
- Secção infantil – Sala multimédia: será adicionada 1 tomada de dados dupla
- Sala de auto-formação: será adicionada 1 tomada de dados dupla

ÁLVARO SIZA - ARQUITECTO, LDA.
SEDE:
RUA DA ALEGRIA, 399-A - 2.^o
4000-045 PORTO PORTUGAL
ATELIER E CORRESPONDÊNCIA:
RUA DO ALEIXO, 53 - 2.^o
4150-043 PORTO PORTUGAL
TEL. 22.6167270 FAX 22.6167279

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO
METRAGEM DAS ESTANTES/LUGARES SENTADOS
ANEXO 2
14 Março 2002

DADOS GERAIS (ADULTOS):

ZONA CONSULTA: 35 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 6 PRAT. = **1,680 LIVROS**
(35x8=280, 280x6 prat.=1,680 livros)
TEMOS 5 ½ ESTANTES = **9,240 livros** (8,000 programa)

ZONA EMPRÉSTIMO: 40 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 6 PRAT. = **1,920 LIVROS**
(40 x 8=320, 320x6 prat. = 1,920 livros)
TEMOS 14 ESTANTES = **26,880 livros** (27,000 programa)

LUGARES: (ADULTOS)

ZONA CONSULTA:	PROGRAMA: 56 (60 NA PROG. DO IPLB) PROPOSTA: 64
ZONA EMPRÉSTIMO:	PROGRAMA: 16 PROPOSTA: 15
AUDIO/VIDEO:	PROGRAMA: 12 PROPOSTA: 12
MULTIMEDIA:	PROPOSTA: 16
SALA DE TRABALHO:	PROGRAMA: 12 PROPOSTA: 12
PERIÓDICOS:	PROGRAMA: 12 PROPOSTA: 12
AUTO-FORMAÇÃO:	PROGRAMA: 6 PROPOSTA: 6

Imagem 69- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Metragem das Estantes/Lugares Sentados: Anexo 2 14 de Março de 2002 p.1 Fonte: A.M.V.C.

DADOS GERAIS (ADULTOS):

VIDEO: 30 VIDEOS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DE 4 M. COM 7 PRAT. = 840 VIDEOS
(30x7=210, 210x4m.=840 videos)
TEMOS 1 ESTANTE = 840 videos (900 sugerido programa)

CD e CD-ROM: 400 CD'S POR 1 MODULO DE 45cm x 1.30m
(móvel do Álvaro Siza)
TEMOS 6 MÓDULOS = 2,400 cd's e cd-roms
PROGRAMA SUGERE: 1,800 CD's
300 CD-ROMS
2,100 TOTAL DISCOS

DADOS GERAIS (INFANTIL):

ZONA CONSULTA: 45 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 5 PRAT. = 1,800 LIVROS
(45x8=360, 360x5 prat.=1,800 livros)
TEMOS 2 ESTANTES = 3,600 livros (3,000 programa)

ZONA EMPRÉSTIMO: 45 LIVROS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DUPLO DE 4 M. COM 5 PRAT. = 1,800 LIVROS
(45x8=360, 360x5 prat.=1,800 livros)
TEMOS 5 ESTANTES = 9,000 livros (9,000 programa)

VIDEO: 30 VIDEOS POR 1 M. LINEAR
1 ESTANTE DE 4 M. COM 5 PRAT. = 600 VIDEOS
(30x5=150, 150x4m.=600 videos)
TEMOS 1 ESTANTE = 600 videos

Imagem 70- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Metragem das Estantes/Lugares Sentados: Anexo 2 14 de Março de 2002 p.2 Fonte: A.M.V.C.

CD e CD-ROM: 400 CD'S POR 1 MÓDULO DE 45cm x 1.30m
(móvel do Álvaro Siza)

TEMOS 3 MÓDULOS = 1,200 cd's

LUGARES: (INFANTIL)

NÚMERO TOTAL NA ZONA
CONSULTA E EMPRÉSTIMO:

PROGRAMA: 63
PROPOSTA: ENTRE 75 e 85
SALA DO CONTO: 25-30
ATL EXPRESSÃO: 24
AUDIO/VIDEO: 6
MULTIMEDIA: 12

Imagem 71- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Metragem das Estantes/Lugares Sentados: Anexo
2 14 de Março de 2002 p.3 Fonte: A.M.V.C.

ANTE-PROJECTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL
DE VIANA DO CASTELO

ALGUMAS OPÇÕES TOMADAS

1. Ao nível do piso inferior, existe uma sala destinada à *Consulta de Reservados* onde os utilizadores poderão aceder a publicações fora de livre acesso e acondicionadas em depósito que, pela sua natureza, implicam uma consulta controlada para evitar a sua deterioração. Este espaço será ainda dotado de estantes de modo a permitir acondicionar e reunir as publicações e outros documentos, muito procurados atendendo à sua especificidade local, pertencentes ao fundo existente nesta Biblioteca designado de *Secção de Viana*, constituído na sua maior parte por edições antigas ou raras e das quais muitas vezes só existe um exemplar.
2. Tanto na Secção de Adultos como na Secção Infantil assumimos como opção, por ser diferente do preconizado no *Programa de Apoio* da responsabilidade do IPLB a criação da designada *Secção Multimédia* junto à Secção Audiovisual, destinada a aceder a informação multimédia em suporte digital (documentação electrónica) e à *Internet*. Assim, não se verifica a distribuição proposta de computadores pela sala de leitura, à excepção dos destinados à consulta do catálogo, mas a sua concentração no mesmo espaço, atendendo sobretudo à maior facilidade de controle dos utilizadores para se evitar deterioração e roubos de equipamento e, também, devido à sua maior funcionalidade caso se opte pela visualização e audição de registos vídeo e áudio *on-line* (através do *streaming* de vídeo e áudio).
3. Na Secção Infantil, em vez de se prever uma zona de consulta e outra de empréstimo com maior número de estantes, optou-se por uma distribuição do mobiliário criando espaços em função das idades de modo a possibilitar também a existência de uma zona infantil e outra juvenil, parecendo-nos, assim, que esta secção seria mais funcional e equilibrada.

Viana do Castelo, 18 de Março de 2002



Chefe de Divisão de Biblioteca e Documentação

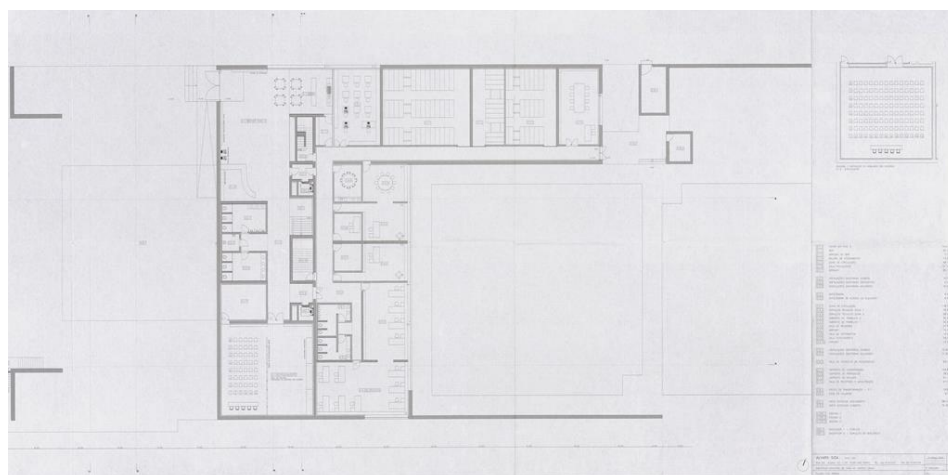


**Imagem 74- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Plano de Execução- Planta do Piso
Térreo: Desenho 1B 14 de Março de 2002 Fonte: A.M.V.C.**

Biblioteca Municipal de Viana do Castelo

Projecto de Execução

Arquitectura

1. Pretende a câmara municipal de Viana do Castelo construir uma biblioteca do tipo BM3 na faixa de terreno situada entre o rio Lima e a Av. Marginal. O edifício integrar-se-á no Plano da Marginal de Viana, da autoria do prof. Fernando Távora, Plano que prevê ainda o arranjo dos espaços exteriores e a construção de uma sala polivalente e de dois edifícios de escritórios, enquadrando a Praça da Liberdade e o monumento ao 25 de Abril.
2. A implantação do edifício foi acordada com o prof. Fernando Távora e com os restantes projectistas (arquitectos Eduardo Souto de Moura, José Bernardo Távora e Adalberto Dias).
Situada no extremo nascente da sequência de construções prevista, a biblioteca é constituída por um volume elevado de 45x45 metros, incluindo um vazio central de 20x20 metros, volume que se prolonga em rés-do-chão, para Leste, por um piso de planta em forma de "L" e por muretes de enquadramento do jardim da marginal.
3. O programa respeita a PROPOSTA DE SERVIÇOS E ÁREAS e as RECOMENDAÇÕES definidas pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas (IPLB) para a REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS, e ainda algumas directivas apresentadas pela câmara municipal e pelo programa POLIS.
A distribuição do programa pelos dois pisos referidos é a seguinte:

Rés-do-chão (Piso 0)

Serviço Público:

Átrio
Balcão de Atendimento
Bar
Arrumo do Bar
Sala Polivalente
Arrumo
Sanitários

Serviço Interno:

Recepção/ Manutenção
Depósitos
Sala de consulta de reservados
Gabinete do director
Gabinetes de trabalho
Serviços técnicos
Sala de reuniões
Sala de informática
Sala de pessoal
Sanitários
Arrumos

1º Andar (Piso1)

Átrio
Reprografia
Sanitários
Secção de adultos
Secção Infantil

4. A comunicação entre os dois pisos inclui dois núcleos escada/ascensor, respectivamente para o público e para os serviços internos. Existe ainda uma terceira escada exterior de emergência

O acesso público ao átrio da biblioteca faz-se através do espaço definido pelo volume elevado e pela respectiva abertura central, sendo o piso do rés-do-chão 65cm elevado em relação ao piso exterior. A diferença de cota é vencida por rampa e quatro degraus.

O acesso de funcionários é feito a partir do átrio público e de um coberto situado no extremo nascente da biblioteca, dimensionado para estacionamento da viatura de serviço da Biblioteca. Junto a este coberto situa-se o P.T. e a caldeira.

5. A expressão arquitectónica proposta resulta essencialmente das seguintes opções:
- Visibilidade sobre o Rio numa grande extensão do edifício, por elevação da sua maior superfície, com apoios nos dois extremos poente e nascente, respectivamente por dois pilares de planta em "L" e pela área construída em rés-do-chão.
 - Ortogonalidade em planta e alçado
 - Predominância de extensas aberturas horizontais, complementadas por lanternins
 - Protecção solar ou orientação apropriada das aberturas
 - Superfície exterior em betão branco aparente e revestimento parcial em pedra faceada, constituindo embasamento do edifício.
 - Definição volumétrica intencionalmente condicionada ao diálogo jardim/construção.

Estas e outras opções decorrem de um aberto e gratificante diálogo entre arquitectos, promotores e gestores.

26 de Setembro de 2002



Álvaro Siza, arq.

Imagem 77- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Arquitectura 26 de Setembro de 2002 p.2 Fonte: A.M.V.C.

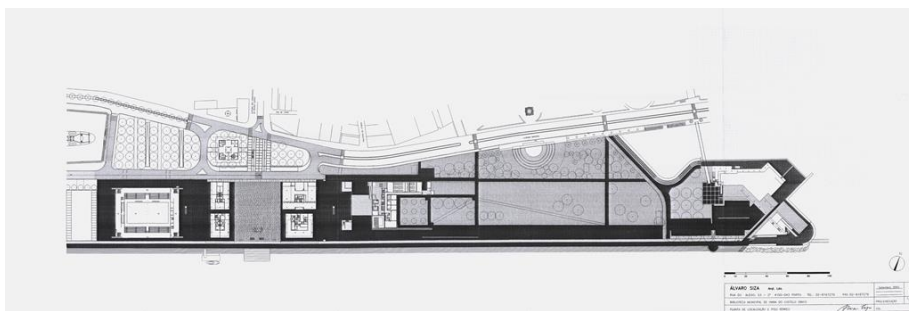


Imagem 78- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta de Localização e Piso Térreo **Desenho 10** **Setembro de 2002** **Fonte: A.M.V.C.**

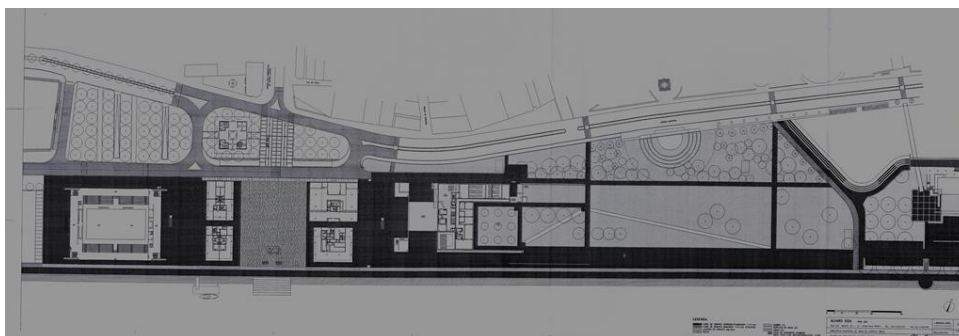


Imagem 79- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta de Implementação do Piso Térreo **Desenho 11** **Setembro de 2002** **Fonte: A.M.V.C.**

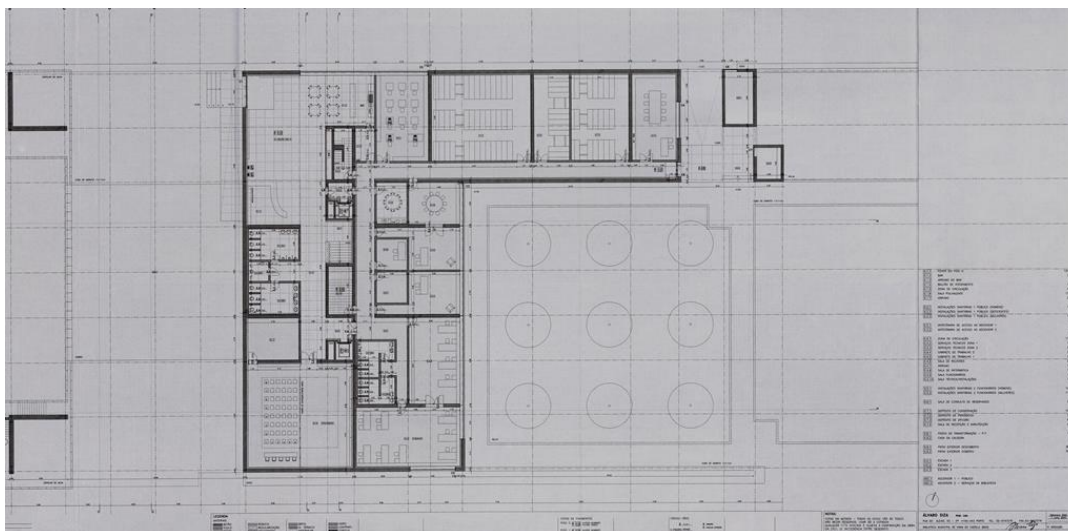


Imagem 80- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso Térreo
Desenho 12 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

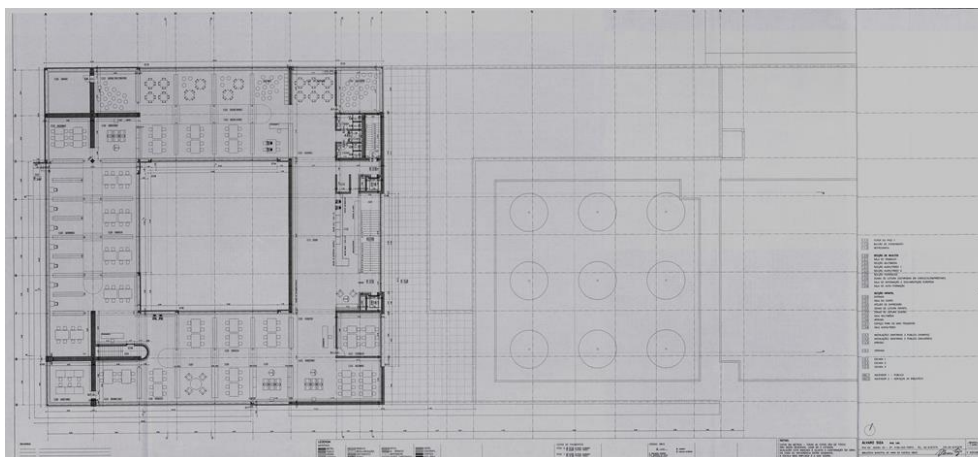


Imagem 81- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta do Piso 1
Desenho 13 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

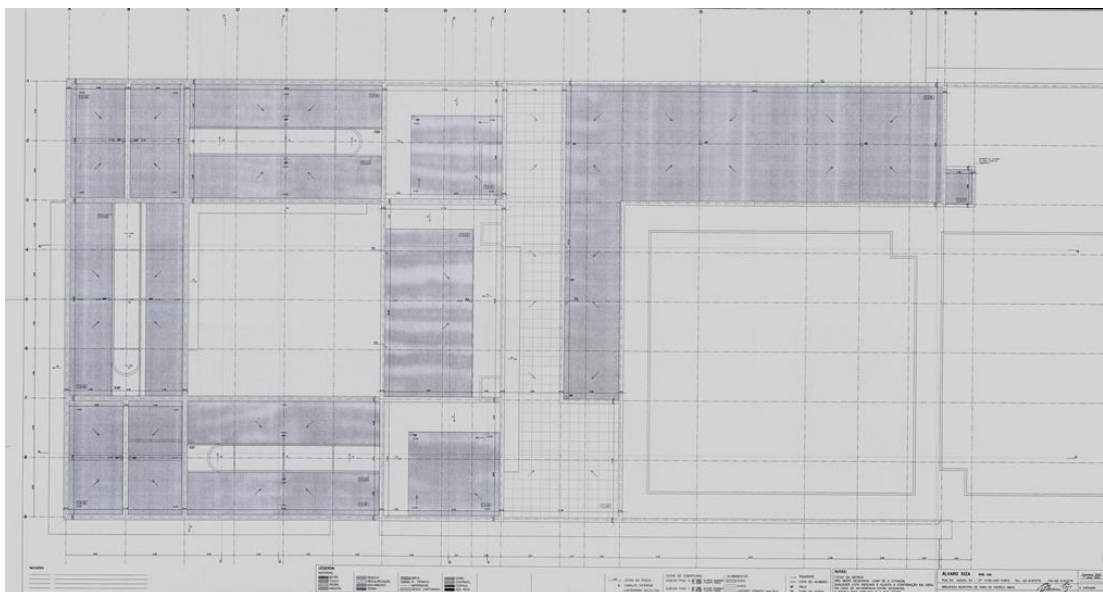


Imagem 82- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Planta Cobertura Desenho 14
Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

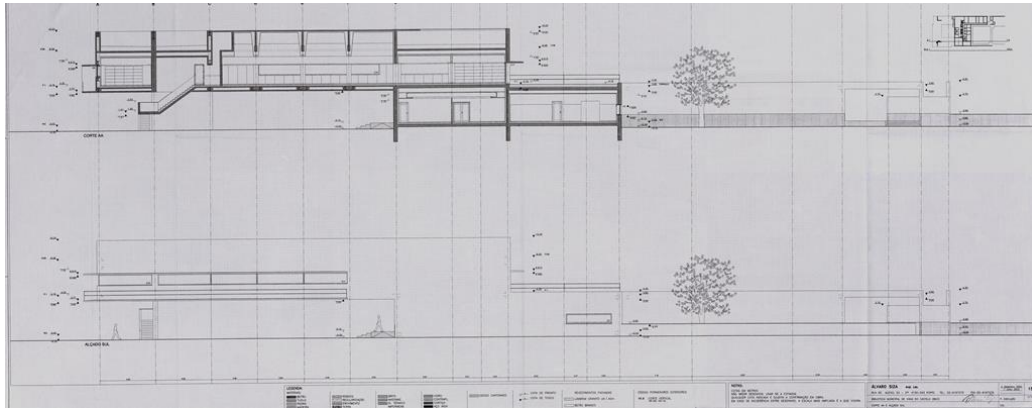


Imagem 83- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte A.A. Alçado Sul
Desenho 15 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

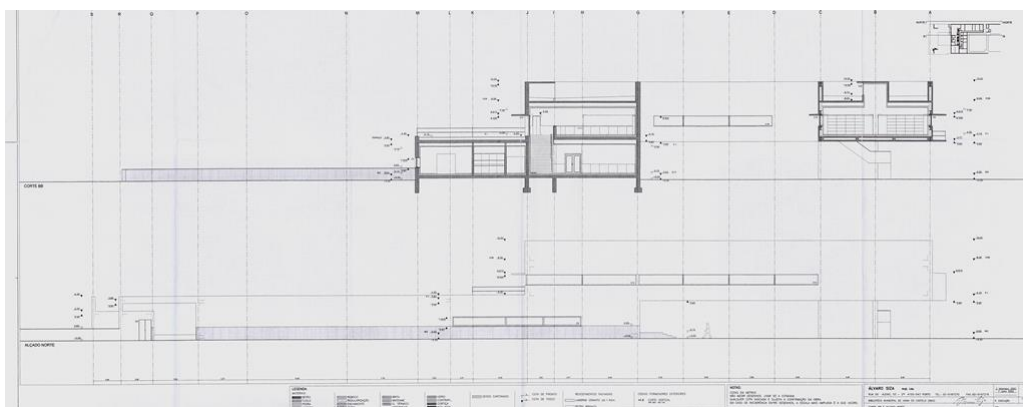


Imagem 84- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte B.B. Alçado Norte
Desenho 16 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

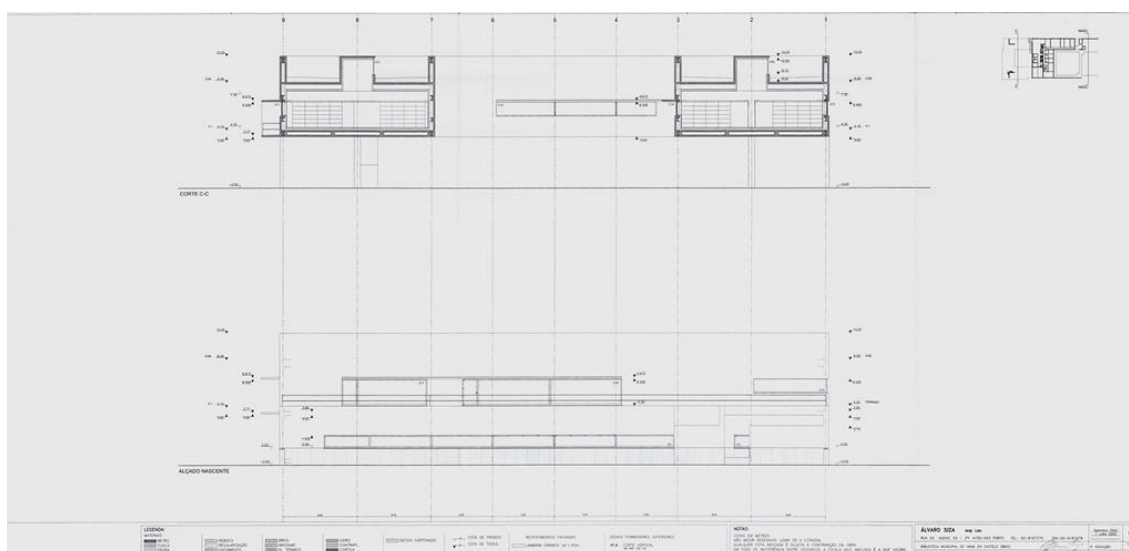


Imagem 85- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte C.C. Alçado Nascente Desenho 17 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

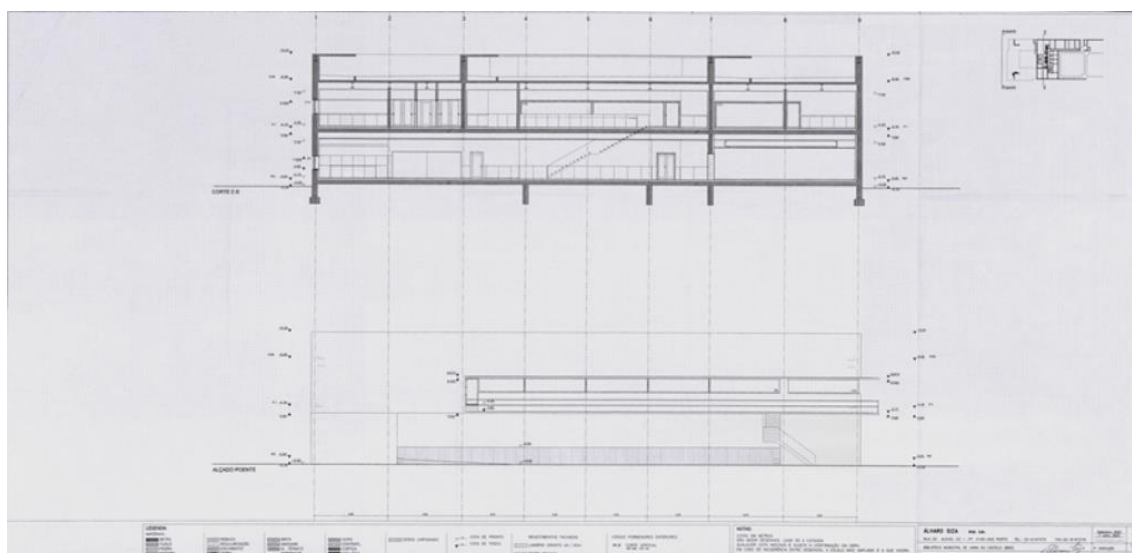


Imagem 86- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte E.E. Alçado Poente Desenho 18 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C.

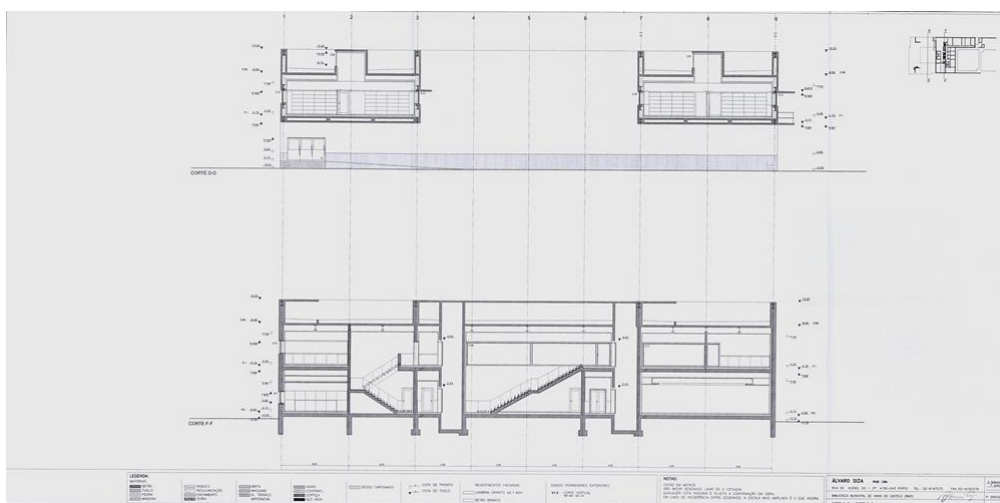


Imagem 87- Biblioteca Municipal de Viana do Castelo. Projecto de Execução: Corte D.D. e Corte F.F.
Desenho 18 Setembro de 2002 a 7 de Julho de 2003 Fonte: A.M.V.C

Memória Descritiva

Vimos por meio desta Memória Descritiva relativa ao Projecto de Licenciamento do Pavilhão Multiusos para Viana do Castelo, descrever as ideias que estiveram na origem do projecto.

1 - Implantação

Pretende-se um espaço colectivo, de recepção para todos os residentes e visitantes da cidade. A implantação do edifício respeita as referências do local, alinhado a Sul com o edifício projectado pelo Arq.º Fernando Távora, dando lugar a uma praça com 23m de comprimento. A Norte, o afastamento é de 5m relativamente ao arruamento que o irá servir. Do outro lado da rua desenvolve-se um espaço ajardinado, dedicado à cidade, envolvendo duas rampas de acesso ao piso -1 do edifício. Estas têm a função de vias de evacuação de público, quando este se encontrar em funcionamento. Do lado contrário e a uma distância de 7,50m, temos as margens do rio.

2 - Solução Arquitectónica e Linguagem

O conceito do Pavilhão é uma mesa em betão assente em quatro pilares. Esta serve para cobrir todo o recinto de jogo e bancadas, desnivelados em cerca de 3m relativamente à cota de entrada e às zonas de circulação que antecedem as bancadas. A constituir o tampo, temos a estrutura espacial de suporte à cobertura, e uma galeria exterior para todas as infra-estruturas necessárias (chillers, utas, condutas, PT e caldeira). Deste modo foi possível criar uma relação de transparência entre todos os lados do pavilhão interior/exterior e vice-versa. Este edifício terá 70.1x54.1m tendo uma área de implantação acima do solo de 3792.5m² e uma altura de 9.12m.

3 - Programa / Funcionamento

O Pavilhão Multiusos será, não só um espaço vocacionado diariamente para o uso desportivo, mas também para receber eventos culturais. Deste modo, será constituído por um palco móvel, com a possibilidade de ser ampliado num curto espaço de tempo. O

Imagem 88- Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004, p.1

palco caracteriza-se por uma plataforma de 15x5m que terá um curso total entre soleiras de 3.55m. O palco será ampliado por meio de estrados de 2x1m. No conjunto permitirão criar um único palco de 15x15m, com altura regulável. Esta plataforma servirá também de monta-cargas para a montagem e desmontagem de espectáculos.

No Piso 1, num dos topos, encontra-se o programa administrativo juntamente com as cabinas de tradução e projecção. De um dos lados temos uma galeria para uso de jornalistas e do outro para Vip's.

No piso 0, na zona de entrada de jogadores/artistas, localiza-se o balcão de recepção, uma zona de controlo geral de todas as infra-estruturas e ainda uma instalação sanitária de apoio. Do lado oposto, a entrada de público, bar e um bengaleiro.

O piso -1 é destinado ao recinto de jogo, aos serviços e a áreas de acesso restrito, banheiros, camarins, sala de conferências, armários e todas as zonas técnicas necessárias ao seu funcionamento. Junto a dois dos quatro acessos verticais, encontram-se as instalações sanitárias destinadas ao público.

A capacidade do edifício em eventos desportivos é de 1500 pessoas (1100 sentadas 400 de pé). A capacidade do edifício em eventos culturais é de 2109 pessoas, sendo este número aumentado para 2 700 pessoas (sentados e de pé) em concertos de música.

4 – Materiais

Prevê-se para todos os pavimentos, exceptuando-se no recinto de jogo, bancadas, sala de aquecimento e algumas zonas técnicas, um pavimento epoxy com acabamento autonivelante de cor cinza. O recinto de jogo terá um pavimento em madeira "hard maple", estando previsto uma protecção para os eventos culturais. As bancadas serão revestidas a madeira, assim como as paredes dos topos do recinto. O acabamento das rampas será em microbetão canelado.

No tecto do recinto, será aplicado o material acústico Baswaphon. Os restantes tectos serão em tecto falso tipo Knauf, tendo que ser hidrófugo em espaços que tenham águas.

As paredes das galerias serão igualmente revestidas com o mesmo material acústico acima de 1.80m, sendo o lambrim em gesso cartonado de alta densidade. As restantes paredes serão em gesso cartonado na zona administrativa, reboco nos restantes espaços e azulejos em quase todos os sanitários.

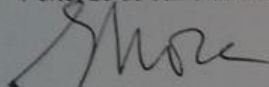
Os planos de vidro do R/c serão constituídos por caixilhos tipo Vitrocsa, que nos alçados maiores são de correr possibilitando a abertura do edifício ao exterior.

Imagem 89- Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004, p.2 Parte I

A cobertura do edifício será em chapa de alumínio, formando uma estrutura constituída por painéis Viroc e isolamento térmico tipo Roofmate.

Exteriormente as fachadas serão em chapa de alumínio canelado. A estrutura em betão será rebocada, com acabamento tipo viero cinzento. As condutas do ar-condicionado que andam à volta do pavilhão serão em aço, pintadas à cor do alumínio.

Porto, 23 de Julho de 2004



Eduardo Souto Moura

Imagem 90- Memória Descritiva (Centro Cultural) 23 de Julho de 2004, p.2 Parte II